COMO SE PERDEU ORMUZ

JUSTIFICAÇÃO DA TIRAGEM

---

3 exemplares em papel de linho branco nacional
1:000 em papel de algodão de 1.ª qualidade

QUARTO CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DA INDIA

CONTRIBUIÇÕES
DA
SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

BATALHAS DA INDIA

COMO SE PERDEU ORMUZ

PROCESSO INEDITO DO SECULO XVII

POR

LUCIANO CORDEIRO

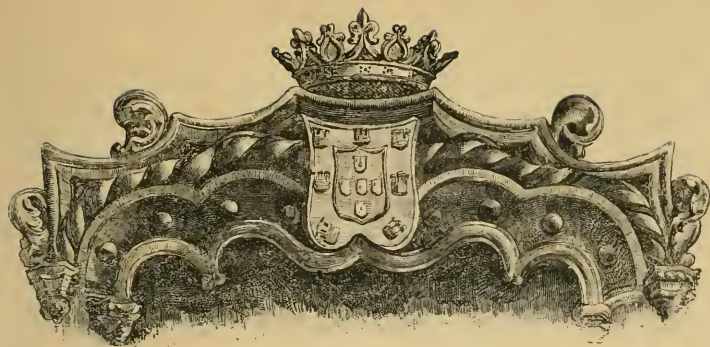
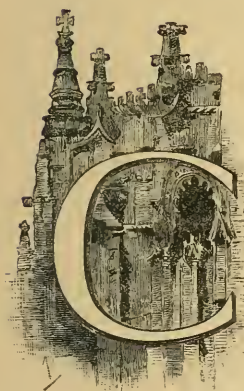
LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1896

Á MEMORIA

DE

HERMELINDA CORDEIRO

Foi o ultimo livro que me viste pensar e escrever; ás noites; em Paço d'Arcos; á volta da canceira do dia; juntos, ambos; ouvindo, ali defronte, cantar as filhas; pensando no filho que lá em cima se preparava para o exame; ajudando o outro na pequenina lição do dia seguinte.

Tinhas já no seio a Morte. Quem podéra imaginal-o, se eras para nós a Vida! a Vida boa, doce, forte, consoladora, feliz: oh Vida da minha vida!

INTRODUCÇÃO

Como se ganhou Ormuz,—sabe-se, ou sabem-n'o, pelo menos, quantos conhecem e estudam a historia do nosso imperio asiatico, pouco que seja, que não são muitos, nem é muito, geralmente.

Contam-n'o Goes, Barros, Gaspar Correia, e é um encanto ouvil-os, especialmente ao ultimo: o singelo e honrado escrivão d'aquella extraordinaria figura de conquistador e estadista que certo escriptor francez, n'um lampejo de inconsciente historia, appellidou: o Cesar do Oriente.

Affonso de Albuquerque disse pouco.

Manejava a penna como a espada: simples e expedito.

Confiava das obras a lição.

Elle proprio o disse:

—«A India fallará por mim.»

E fallou. Por tal arte, que facilmente se comprehende que se Ormuz não se tivera ganho, o nosso imperio oriental ter-se-ía mallogrado á nascença, como se desconjunta e perde com elle.

Mas — «como se perdeu Ormuz» — é que anda menos sabido e não é menos interessante.

Póde dizer-se, até, que vale mais ainda sabel-o, porque Ormuz ganhou-se pela singularidade genial de um homem, e perdeu-se pela generalidade fatidica da inepcia, da fraqueza, da corrupção humana; — ganhou-se, quando os que o conquistaram levavam nos corações e nas espadas a fé, a honra, o interesse da Patria portugueza: — independente e soberana; — perdeu-se, quando corações e aços só podiam reflectir o poder, a prosapia, a ganancia do Senhorio estrangeiro, através do mareio dos egoismos indisciplinados e da traição triumphante.

Parece mais opportuno o conhecimento do caso.

Evidentemente a sasão é mais de precaver que de conquistar, e n'esta «apagada e vil tristeza» em que vão malucando os nossos destinos nacionaes, mais nos occorrem á lembrança, implacavelmente, os tempos em que perdemos Ormuz, tempos de incerteza e de desgraça, do que aquelles em que o ganhámos, tempos quentes e luminosos de intrepidez e de confiança.

Ha um livro que diz, soberbamente, como Ormuz se perdeu, além de outros que mais ou menos summariamente o contam; livro que recolheu, decerto, um testemunho contemporaneo, auctorisado e directo; livro encantador em que se percebe, nitido e proximo, o echo da catastrophe; paginas em que se espelham, sinistros e formidaveis, os ultimos clarões do heroismo portuguez, no mundo oriental já infamado e vermiculado, em todos os sentidos, pelos longos formigueiros, cúpidos e desalmados, dos «aventureiros» e «feitores» das Companhias.

São as estrophes finaes da grande e singular Epopéa que não imaginou Homero e inspirou Camões.

Mas esse livro ninguem o lê hoje.

Raros o terão lido; não muitos mais o conhecerão, talvez.

Por vezes, parece escripto com sangue.

Por vezes, parece escripto com a bilis revôlta dos desesperos e das coleras, que lá ao longe, poucos annos antes, encheram de sangue e de fogo o golpho persico e o mar de Oman.

Tem este titulo antigo, erudito, contundente, que logo retrahe ou arreda o fino gosto convencional da litteratura janota e facil:

—«*Commentarios do grande capitão Rui Freire de Andrada em que se relatam suas proezas, do anno de 1619 em que partiu d'este Reino por Geral do mar de Ormuz e costa da Persia e Arabia, até sua morte.*»

Sem desfazer na orthographia...

Quem hade ler isto, agora?

Foi esse livro—«tirado de umas relações e papeis verdadeiros por industria de Paulo Craesbeeck»,—pouco mais ou menos: um simples livreiro que o publicou ha bons dois seculos e meio, quando o velho Portugal resurgia gloriosamente na Historia.

Nem a revelação de uma paternidade consagrada, de um nome conhecido e illustre de auctor.

Innocencio nem deu pelo pobre Paulo Craesbeeck.

Parecia lição, intencionalmente opportuna, o livro.

Dir-se-ía destinado a revigorar os animos e a aconselhar-lhes disciplina e firmeza na exemplificação da tragica fallencia d'estas, então mais do que nunca, necessarias virtudes[1].

---

[1] Frei Gaspar dos Reis, diz, d'elle, no seu parecer de licença, datado de 22 de março de 1643: «...e que n'estes tempos servirá de grande estimulo para os portuguezes emprehenderem semelhantes e ainda maiores proezas bellicosas, e contra os inimigos de seu Rei natural e liberdade de sua Patria mostrarem que não são hoje menos do que foram seus progenitores».

Por isso pensava eu,— nem desisti ainda,— em offe recel-o, n'uma reedição vulgarisadora e facil ás nossas desorientações e fraquezas de hoje; quando menos a alguns espiritos que folguem com estas memorias de além mar e de passados tempos.

Inesperadamente, porém, desencantado de uma porção de velha papellada inutil, que caucionava n'uma tenda de merceeiro o credito de fallecido freguez, veiu caír-me nas mãos, em troca de alguns tostões, um alfarrabio regularmente intelligivel, em que a perda de Ormuz é, a bem dizer, surprehendida e registada em toda a flagrancia dramatica dos successos e dos homens.

Nem com ser o alfarrabio uma allegação e justificação juridica, subordinada aos termos fastidiosos e frios do formulario, onde não haviam de esperar-se joias de litteratura e reptos luminosos de philosophia e de historia,— nem por isso, deixa o velho papel de ser, simultanea e caracteristicamente, um documento litterario, historico e critico de singular e consideravel valor.

Logo a historia da sua origem é muito interessante.

Governava a India, quando Ormuz se perdeu, em 1622, Fernão de Albuquerque que assumíra o poder por fallecimento do Conde do Redondo, aguardando a vinda do Vice-Rei que viesse substituil-o.

Depois veremos que homem era o interino Governador.

Velho e doente, pouco sobreviveu ao desastre.

Sobre este se abriu syndicancia e devassa, que, se acaso veiu para o Reino, iria silenciosamente desapparecer nos archivos de Madrid, não nos chegando d'ella mais do que vagas e truncadas allusões.

O Governo Central não contendêra com o velho Governador nos annos em que vivêra ainda.

O livro é dedicado a Lourenço Skytte, «Senhor de Kongzbroo e Satra», assistente da Rainha da Suecia, em Lisboa, que fôra a primeira a reconhecer a Restauração portugueza. Essa dedicatoria tem a data de 27 de janeiro de 1647.

A responsabilidade d'este, como a sua memoria, parecêra ter ficado illesa, e antes d'ellas, e com mais evidente rasão, poderiam ter sido attingidas outras, que tambem o não haviam sido, pelo menos por qualquer inculpação official.

Um bello dia, porém, no de 19 de fevereiro de 1624, dois annos passados,—«o Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade»—em Goa, apresentou ao Conde da Vidigueira, novo Vice-Rei, e ao Conselho da Fazenda, um requerimento para que fosse citado Jorge de Albuquerque, filho e herdeiro do finado Governador, a responder —«pelas perdas e damnos que recebeu a Fazenda Real em ser tomada a Fortaleza de Ormuz pelos inimigos».

Fundamentava-se a estranha petição em que contra o morto resultára—«culpa, na devassa que se tirou da perdição da dita Fortaleza».

Com as formalidades do estylo e as redundancias do formulario, o Vice-Rei concede e assigna, em Conselho, a licença pedida para que Jorge de Albuquerque seja citado e demandado a pagar, pelo pae, a Fortaleza que outros haviam entregue aos inglezes e aos persas.

Pagar Ormuz; indemnisar as perdas e damnos que a sua perdição representaria, embora, apenas, para a embaraçada finança da Usurpação hespanhola;—e pagar, e responder por tudo isto quem nenhuma culpa directa ou indirectamente podéra ter na catastrophe, só porque era filho do Governador no tempo do qual ella succedêra:—parece-nos hoje tão phantastica e absurda cousa, que mal comprehendemos que se imaginasse e exigisse, por mais costumados que estejamos aos sandeus despropositos da jurisprudencia antiga.

Mas era então uma cousa extremamente séria e simples, como a morte de um homem.

Jorge de Albuquerque sabia-o, e comprehendendo que tambem para complicar as cousas mais simples do mundo é que a India estava, já então, inundada de advogados, tratou logo de escolher um, certamente dos

melhores, que o defendesse e salvasse das letradas garras do Procurador da Corôa e Fazenda.

Citado, pessoalmente, nas suas — «pousadas», — em 2 de março, tres dias depois assignava uma procuração — «bastante», — encarregando o Licenceado Manuel da Veiga de se bater por elle em juizo.

A primeira cousa que o Veiga aconselhou e fez foi deixar — «apregoar» — á revelia, a citação, para que o Regio Procurador explicasse e estendesse a sua idéa em libello regular, o primeiro golpe revelador da força do adversario.

Vibrava-o, elle, vinte dias depois.

A perdição de Ormuz era inteiramente attribuida a Fernão de Albuquerque, porque não mandára — «armadas e provimentos» — ou os mandára a más horas e escolhêra mal os capitães que os haviam levado.

E como Fernão de Albuquerque era morto, sendo Jorge de Albuquerque seu — «filho legitimo e seu herdeiro universal», — não podia haver duvida, para o illustre Mergulhão, que ao filho passára integra e precipua — «a obrigação de pagar os damnos e perdas que recebeu a Fazenda de Sua Magestade e seus vassallos, que se liquidarão na execução da sentença».

Uma pena que se não liquidassem: seria mais um documento interessantissimo.

Como mandava a arte, o Licenceado Veiga simulou que estudava gravemente o caso, e em praso igual contraditou, observando, com todas as formulas e termos de respeito, que o libello era inepto, e que a acção intentada não tinha senso commum.

Se Mergulhão entendia que Fernão de Albuquerque fôra culpado, porque o não demandára em vida?

Ora além de que elle não fôra demandado nem ouvido, da perdição de Ormuz nenhum proveito lhe resultára que passasse á herança do espolio.

Depois, por mais que Mergulhão disfarçasse, a acção que intentava era indeclinavelmente penal, — «e as acções

penaes, conforme o direito, não passam a herdeiros, salvo quando a lide se contesta com o defunto», — o que nem por sombras succedêra, nem Jorge de Albuquerque recebêra proveito algum da perda da Fortaleza.

Em summa, e em boa technica juridica, o Licenceado punha simplesmente «a excepção de incompetencia», o embargo da acção.

O Procurador não respondeu, e o embargo subiu á Relação de Goa.

Esta não o recebeu — «visto sua materia,» — e promettendo consideral-a, mandou que o pseudo réu contraditasse formalmente o libello.

Sem pensar em tal, certamente, os illustres desembargadores suggeriam, assim, uma grande obra de justiça.

O processo de indemnisação transformou-se n'um processo de rehabilitação completa, gloriosa até, do velho Governador finado, e a historia da perdição de Ormuz fez-se, então, authentica e luminosa, sobre directos testemunhos que se acaream e completam; sobre documentos em que vibra, insuspeita e viva, a impressão immediata.

D'esse processo se extrahiram cinco copias ou *vias* sem que do original ou d'ellas tenha havido até hoje noticia.

Uma d'essas *vias* é o alfarrabio que por um feliz acaso pude salvar do deposito de uma tenda para o archivo da Sociedade de Geographia.

Com elle, com outros velhos papeis que na mesma occasião me vieram ás mãos, com a rara e bella obra de Paulo Craesbeeck, e com algumas pequenas investigações mais, que interessantemente completam esses documentos, ficará, creio, soffrivelmente arrumada essa historia tragica e profundamente instructiva na carta das nossas glorias e dos nossos desastres nacionaes.

A meio do singular duello juridico a causa da memoria de Fernão de Albuquerque e da justiça do filho estava ganha.

O processo veiu para o Reino, submettido ao julgamento decisivo, final, e parece não se ter pensado mais n'elle.

A defeza fizera-se accusação.

A memoria de Fernão de Albuquerque, limpa e desaggravada do arremesso leviano do Procurador da Corôa e da vindicta cobarde dos que o haviam inspirado, chamava, por sua vez, a responder pela perdição de Ormuz, não perante os juizes de Goa, mas perante o tribunal independente e incorruptivel da Historia, os seus proprios accusadores; mais ainda: essa mesma Corôa usurpada e inepta.

Vindo para o Reino, Jorge de Albuquerque assistia ainda á revolução nacional de 1640, e em vez da ruina e do sequestro que contra elle pedíra o illustre Mergulhão, pela perdição de Ormuz, era o primeiro chamado a constituir o Conselho Ultramarino, — não confundir com a misera e mesquinha Junta Ultramarina do nosso tempo, — isto é: a cooperar pelos seus — «serviços e noticias das Conquistas», — e pela — «sua prudencia, industria e trabalho» — na obra da conservação e da restauração do nosso imperio colonial.

Deve ter morrido em 1644 ou pouco depois, poisque d'este anno adquirimos, tambem agora, um documento em que elle e os seus collegas do Conselho, Jorge de Castilho e o Doutor João Delgado pedem e recebem as provisões para o pagamento dos respectivos ordenados de 300$000 réis[1].

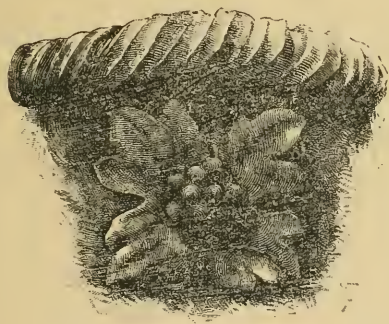
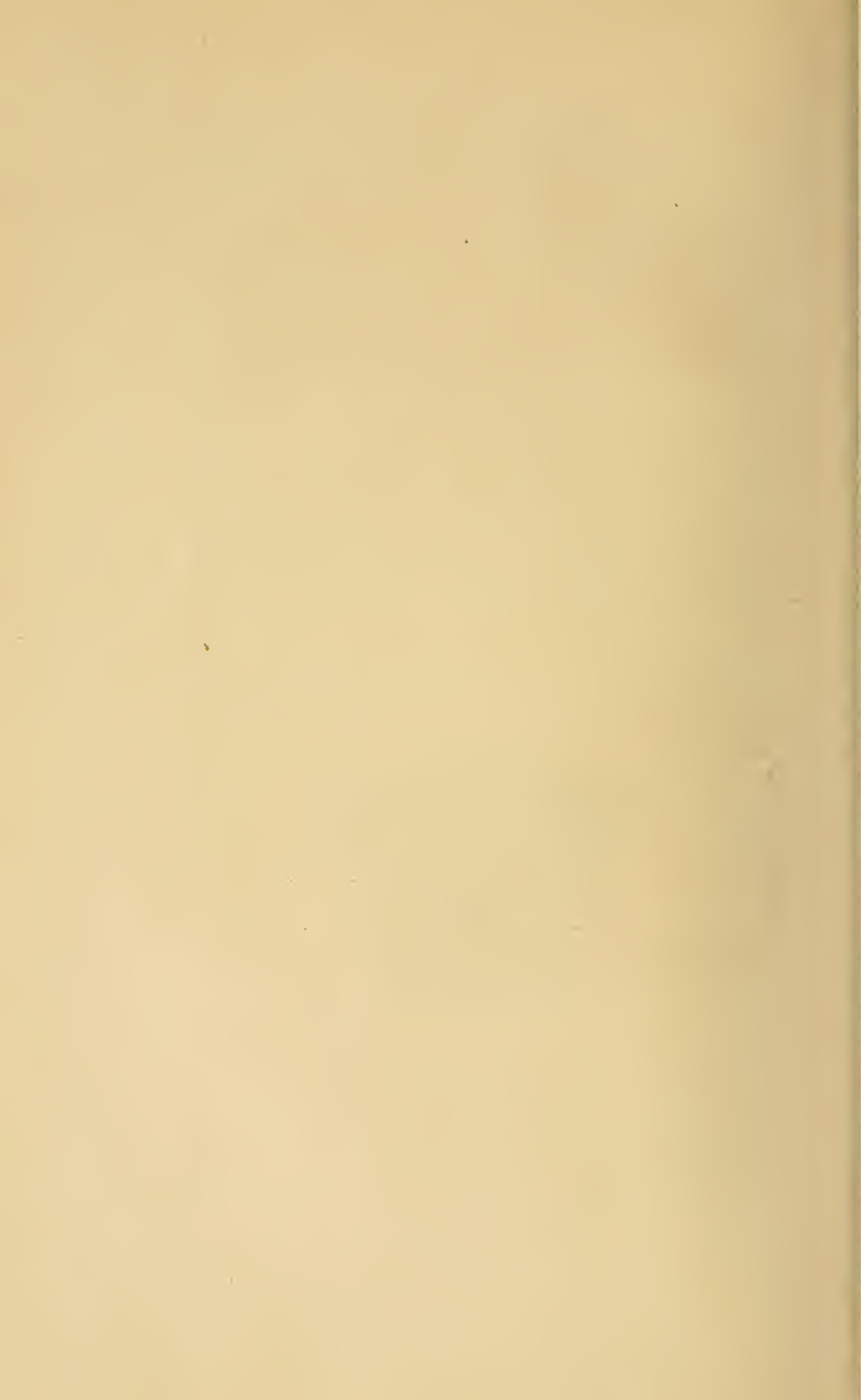
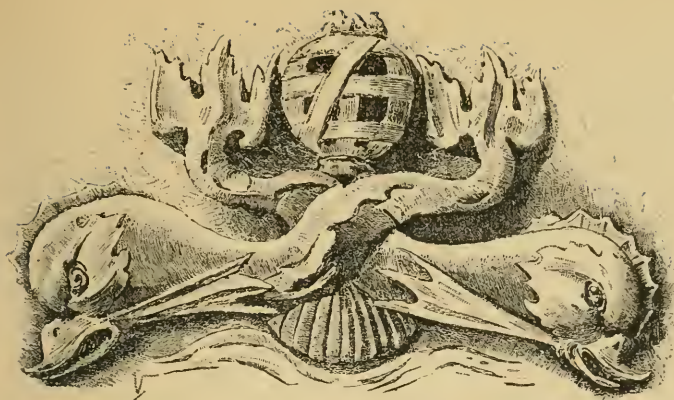
---

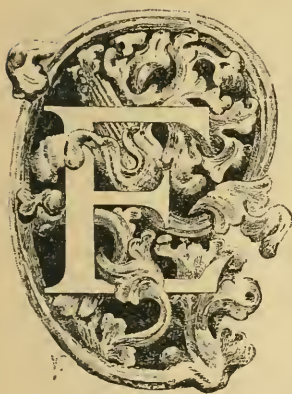
[1] D. A. Caetano de Sousa *(Hist. Geneal.)* dá-o como fallecido em 16 de maio de 1640, quando o nosso documento é de março de 1644, e o Decreto da creação do Conselho Ultramarino que o nomeia seu «Conselheiro de Capa e Espada» é de 14 de julho de 1642. Deve ser mais uma das vulgares confusões do celebre genealogista o fazer-lhe — «neta de Fernando (aliás Fernão) de Albuquerque», — a mulher: D. Izabel de Sousa, filha de Pedro Lopes de Sousa. Segundo o mesmo, a filha herdeira de Jorge de Albuquerque foi D. Brites de Albuquerque, que casou na India com D. Jeronymo da Silveira, neto dos segundos Condes de Sortelha, e já então viuvo.

Dos seus trabalhos na India pouco mais se sabe do que os noticiados por dois documentos da Collecção da Sociedade de Geographia.

Era Capitão Geral de Ceilão quando se perdeu Ormuz e quando morrêra o pae.

Um d'aquelles documentos diz que deixára lá tradição de que, sendo ainda—«mancebo, no tempo que governou, fôra um dos mais respeitados Geraes que tinha havido n'aquella ilha»,—pela sua inteireza e justiça.

O outro documento, que igualmente transcrevo por n'elle se reflectir um d'aquelles deploraveis episodios da intriga e da indisciplina administrativa que nos fez perder a India, mostra-nos o moço Capitão n'um lance desesperado, querendo evitar a insubordinação das tropas por falta de pagamento do soldo, em luta com a insubordinação insolente de um Védor da Fazenda, que lhe recusa os magros recursos.

I

O COMMERCIO DAS SEDAS

Especie de desencantamento degradante do nosso valor historico, a união com a Hespanha expozera-nos aos rudes e simultaneos ataques de todos os povos affrontados ou opprimidos pelas insolentes e sinistras pretenções hegemonicas d'essa potencia do Acaso.

Por um lado, interrompêra e truncára a obra secular da nossa habil politica systematicamente alheia ás rivalidades e ambições que dividiam e absorviam os potentados europeus; — por outro lado, lançára bruscamente a larga expansão e exploração ultramarina de Portugal, no disputado espolio do aventuroso imperio de Carlos V,

que a politica de Castella era absolutamente incapaz de continuar e guardar.

Destruida Antuerpia, o emporio commercial do Norte, que tão notavelmente ajudáramos a crear com o nosso commercio oriental, os poderosos mercantões refugiados em Amsterdam, abandonando as tentativas de abrir caminho pelas costas septentrionaes da Europa e da Asia, que um resto de timido respeito, mais, de certo, pelos galeões portuguezes do que pela bulla pontificia de 1492, lhes aconselhára, lançavam intrepidamente as suas frotas nos rumos do Cabo da Boa Esperança, organisando em todas as Provincias Unidas a aventura das Companhias Orientaes, que, em 1602, os Estados Geraes encorporavam n'uma verdadeira potencia belligerante.

Desilludidos, tambem, das ensaiadas passagens do Nordeste e do Noroeste; sentindo a inefficacia do projecto de abrir pela Russia o caminho do Oriente, e animados pelo exito das expedições hollandezas, os inglezes não tardaram, igualmente, em lançar os seus aventureiros na esteira das esquadras portuguezas, a principio timidamente, depois com uma valentia e com uma presistencia de esforços e de recursos, n'um movimento fortemente disciplinado, que, em poucos annos, com a ajuda da estupida politica do Governo de Madrid, se tornára seriamente ameaçador.

Póde dizer-se que assim como surgíra com o seculo XVI o imperio oriental portuguez, ao amanhecer o seculo XVII, que encontrava os rijos descobridores da India e da America manietados ao lugubre triumpho da unidade iberica, começára o imperio britannico da India, com a formação da famosa *Company of Merchants of London*, que succedia ás mallogradas *Company of Cathay*, a da passagem do Noroeste, e *Turkey and Levant Company*, a que debalde semeava os seus agentes e a sua intriga no caminho de Aleppo e de Bagdad, previdentemente fechado, do lado do Mar Vermelho e do Golfo persico, pelos velhos capitães portuguezes.

Um pequeno episodio, absolutamente ignorado até hoje, na sua caracteristica importancia, pelos nossos escriptores, acabára por fazer saír a famosa empreza, da sua longa e mesquinha incubação, açulando as cubiças da multidão, e resolvendo o Governo da formosa Izabel a outorgar a *Royal Charter* de 31 de dezembro de 1600, que armava para a definitiva e vigorosa campanha, a nova Companhia.

Em 1592 sete corsarios inglezes, — «*some English privateers*», — como dizem, modestamente, os escriptores seus compatriotas, — tinham surprehendido no mar dos Açores duas naus portuguezas: a *Madre de Deus* e a *Santa Cruz*, unicas que voltavam, salvas, de uma esquadra de cinco que partíra de Goa, em 10 de janeiro, com o governador Manuel de Sousa Coutinho.

Longa e desesperada fôra a caça e a lucta.

Preferíra o capitão da *Santa Cruz* encalhar e incendiar esta, na ilha das Flores, em 9 de julho; mas a outra, a *Madre de Deus*, fôra alcançada, e depois de heroica resistencia, aprehendida, em 19 de agosto.

Era consideravel e rica a carregação que trazia, de especiarias, de sedas, de marfim, de outros productos asiaticos. Mais do que ella, porém, estimularam o espirito de aventura e de propaganda dos emprehendimentos orientaes, as revelações positivas dos papeis apprehendidos, especialmente de um grande registo de — «todo o governo e commercio dos portuguezes nas Indias», — segundo a phrase dos escriptores britannicos[1]. Sobre esse documento assentou principalmente a representação dos promotores da Companhia de Londres, para obter

---

[1] — «There were also found in her — *The Notable Register or Matricola of the whole Government and Trade of the Portuguese in the East Indies*, — on which the memorial of the promoters of the London East India Company to Queen Elizabeth, in 1599, was principally founded». — Geo. Birdwood, *Note on the Disc.* etc. *Rep. on the old records*, etc., 1890.

o Regio Diploma que, encorporando-a, auctorisava os *adventurers* ao corso das frotas peninsulares, e iniciava o fabrico de especie metallica, para reforço das expedições ao Oriente.

Já alguns annos antes, em 1587, a tomada pela forte esquadra de Drake, na altura dos Açores, tambem, de outra nau portugueza fornecêra aos inglezes, nos papeis que n'ella encontraram, as mais aperitivas informações para o trafico indiano[1].

E, curiosa coincidencia: era a primeira nau portugueza de que elles conseguiam apoderar-se, a primeira que recebêra o nome do Rei hespanhol.

Era a *S. Felippe,* que sob o commando do valente João Trigueiros, voltava, isoladamente, da India, abarrotada com a valiosa carga que lá recebêra, e com a da nau *S. Lourenço,* que tivera de ficar, condemnada, em Moçambique.

Nos primeiros annos, apesar do alvoroço cúpido dos interesses, e do favor decidido da Corôa, a aventura oriental, luctando com a hesitação e com o retrahimento do capital, que não accudia ás *chamadas* com o mesmo enthusiasmo com que se offerecia á *subscripção,* teve de ensaiar-se em expedições isoladas, de fundos privativos, que se conseguia reunir para prover ás despezas, correr os riscos, cobrar os lucros de cada uma.

É o periodo da iniciação, da aprendizagem, das *separate voyages,* das viagens avulsas de Lancaster, dos Middleton, um dos quaes leva o maior navio até então construido em Inglaterra: — o *Trades Increase,* de 1:100 toneladas; — em summa, de Keelinge até á de Newport,

---

1 «... the St. Philip, the first Portuguese carrack coming from the East Indies, the English had ever taken. The papers of this vessel afforded so much information as to the value of the Indian trade, *that they are considered to have at last fixed the determination of the English to establish direct communication with India.*» *Id.*, l. c.

em 1612; curto, mas activissimo periodo de doze expedições realisadas em outros tantos annos com capitaes que não excedem a somma de 464:284 libras, realisando um lucro medio de 138 por cento, por expedição.

Mas se estas primeiras viagens não conseguiram imprimir ainda á economia, ao commercio, ao poder inglez um movimento importante e seguro, definiu-o e impulsou-o crescentemente, desde 1613, a organisação das *joint-stock voyages,* das viagens preparadas e alimentadas por um fundo e conta geral e conjuncta,—*joint-stock account,*—que abria, em 1617, por occasião da segunda d'estas viagens, com a subscripção de mais de milhão e meio de libras, em que figuravam, a par dos homens de negocio e dos commerciantes, os duques, os cavalleiros, os doutores em canones e em medicina, as donas, as «viuvas e donzellas»,—*widows and virgins;* uma multidão anonyma[1].

De 1600 aos fins de 1617, oitenta e seis navios inglezes tinham partido para a India; trinta e seis que haviam conseguido voltar, tinham convertido em dois milhões de libras as 375:288 gastas nas carregações trazidas; quasi um milhão de libras em moeda estrangeira tinha sido cunhada e exportada para estes emprehendimentos ultramarinos,—factor, cuja vária e capital importancia não tem sido geralmente considerada,—e, em summa, não já sómente o trafico, mas a influencia politica, o dominio, até, da Inglaterra, estava mais ou menos seguramente iniciado e estabelecido no Oriente, ao passo que o seu poder naval assumia novas e consideraveis proporções.

Ao mesmo tempo que nos mares e costas asiaticas era atrevida e continuamente assaltada e combatida a nossa prestigiosa suzerania, minavam-n'a, n'um habil e persistente trabalho de intriga e de conjuração diploma-

---

[1] India off. *Rep. on the old rec. 1890.*

tica, junto dos potentados indigenas, os agentes inglezes e hollandezes.

Aos inglezes concedia o Achem, em 1603, privilegios commerciaes.

Em 1604 escrevia Jayme I aos Reis de Bantam e de Tydore por um dos Middleton, nomeando-o para a segunda *separate voyage.*

Em 1615 correspondia-se, por Steele, o Rei inglez, com o Grão Mogor.

Em 1616 dirigia-se-lhe o tradicional Samorim.

Não haviam sido inteiramente perdidas as diligencias e os esforços para sangrar o commercio oriental pela Syria e pela Persia.

Apesar de que a «causa da Christandade» andava, por vezes, ainda, na Europa, aos baldões das batalhas, a Inglaterra entendia-se excellentemente com os turcos; tinha ministro em Constantinopla e consul em Aleppo e n'outros pontos.

Em 1612 vinha a Londres, feito embaixador do Xá da Persia, — do celebre Xá Abbás, o *Grande* — um inglez Sir Anthony Shirley, que para ali partíra com o irmão, Sir Robert Shirley, em 1598.

Reenviado por Jayme I, n'esse mesmo anno, voltou em 1623, trazendo-lhe talvez a plena confirmação da campanha que nos havia de expulsar do Golfo persico.

Em 1614, Richard Steele, um intelligente e audacioso aventureiro, indo a Aleppo cobrar uma divida, e, perseguindo o devedor foragido através da Persia, viera parar a Surrate, onde, deslumbrando os feitores da Companhia ingleza com as facilidades e os lucros do commercio d'aquelle paiz, obtivera que elles o mandassem com outro agente estudar a costa e escolher n'ella um ponto de conveniente accesso.

Escolhêra Jashak, — o Jasques, dos nossos documentos, — a 90 milhas da nossa formidavel sentinella de Ormuz.

Seguindo para Ispahan a combinar as cousas com Shirley, viera a Inglaterra estimular a *Court of Directors*, o governo da Companhia.

Logo no anno seguinte, um navio expedido de Surrate, iniciava auspiciosamente a feitoria de Jasques; dois activos agentes íam ao Moghistan organisar a corrente commercial de Ispahan áquelle ponto, e um d'esses agentes, Barker, lograva obter do Xá, depois de outros favores, um tratado formal.

O commercio da Persia, e então, principalmente, o commercio das sedas, era um consideravel e estimulante factor da exploração europêa do Oriente.

Quando, em 1621, um auctorisado membro da Companhia ingleza estudava essa exploração, as sedas cruas —*rawsilks*—da Persia annualmente consumidas na Europa, entravam em pouco menos do que um oitavo, ou por um milhão de libras, no computo do valor total do consumo dos artigos trazidos da Asia meridional.

Favorecendo os inglezes, o Xá — o celebre Abbás,— tinha o pensamento reservado de os utilisar em seu proprio proveito.

Como succedia em todo o Oriente, e não só com elles, mas com os hollandezes e com todos os novos aventureiros de vária procedencia, que desembocavam incessantemente do Cabo da Boa Esperança, os potentados indigenas,—os suppostos barbaros, os pagãos, os infieis,—conhecendo facilmente a fraqueza, a perfidia, a hypocrisia d'aquellas almas damnadas pela cubiça, serviam-se d'ellas em defeza propria, açulando-as, umas contra as outras, e todas contra os que primeiro lhes haviam aberto o caminho, e implantado lá a signa triumphante d'essa mesma civilisação superior de que se orgulhavam de ser filhos todos os invasores.

Pouco depois de receber, em 1617, as cartas de Jayme I, e tendo concedido aos inglezes quanto lhes podia estimular o appetite de novas vantagens, o Xá resolvêra-se a manifestar-lhes francamente o empenho

de recobrar Ormuz, contando que o ajudassem na empreza.

Era natural e velho esse empenho, e os portuguezes conheciam-n'o excellentemente.

Os inglezes, os hollandezes, os novos e aventurosos concorrentes da exploração oriental, não faziam mais que imitar-nos, com a differença, porém, — differença fundamental, que ha de ser a nossa superioridade irrecusavel na historia honesta e séria, — de que, emquanto o nosso exforço e a nossa obra constituiam a politica de um Estado, de uma Raça, de uma Fé, em summa: de uma Civilisação, — a d'elles era uma politica de mercantões, de aventureiros avulsos, de bandos traficantes, em que tudo isso servia de instrumento, ou o fornecia, apenas, incidentalmente, ás obsessões egoistas e cúpidas do interesse, da ganancia individual.

Tendo salvo a Europa, ou a Christandade, da invasão triumphante do Turco, enfraquecendo-o e atacando-o pela rectaguarda, ainda nos fins do seculo XVI e no XVII nos preoccupava este empenho; e aproveitando as longas contendas e os ferozes antagonismos dos diversos Estados e das principaes seitas mussulmanas, procuravamos — «exhortar e animar» — o Xá da Persia — «a se esforçar mais a apertar o Turco por aquella parte em que confina com seus estados», — como se recomendava n'uma carta ao Vice-Rei da India, de 7 de março de 1596, alludindo a instrucções anteriores e a uma embaixada enviada por D. Sebastião áquelle potentado.

Á beira do mar Caspio, onde o fôra encontrar um enviado de confiança do capitão de Ormuz, recebia Abbás, o *Grande,* a carta do Rei portuguez, e manifestando as disposições mais gratas e amigas, annunciava a expedição de um novo embaixador especial.

Antigas eram, — pelo menos do tempo de Affonso de Albuquerque, — as nossas relações diplomaticas com os Sophis.

Consolidado no poder, o proprio Abbás,—ou Xabás, como, por vulgar elisão, dizem os nossos velhos documentos,—escrevêra ao Vice-Rei da India, dizendo-lhe, que soubera—«como no tempo do Rei passado»—um embaixador portuguez—«não fôra recebido como devia, do que me pezou»,—mas que elle, pedindo perdão—«do erro que teve o Rei meu antepassado»,—queria continuar e estreitar a paz e a amizade com os portuguezes, para o que lhe enviava—«por seu embaixador Hassadabege, feito grande»,—que foi realmente recebido por Mathias de Albuquerque, em 10 de janeiro de 1594.

Nova missiva affectuosa era trazida a Goa, em 23 de outubro, d'esse anno, por outro enviado persa, Vali Beque,—salvo seja,—devendo este vir apresentar-se ao Rei de Portugal e levar de cá—«aço em barras e escravos[1]!».

Terceira embaixada de Abbás chegára á India em 1604, para passar a Portugal, encontrando, porém, ali um enviado portuguez, á Persia, Luiz Pereira de Lacerda.

E exactamente quando o inglez Shirley se apresentava a Jayme I da parte e com cartas do famoso Sophi, estava em Portugal um embaixador d'este, um persa authentico, Danguisbegue Iusbaxi, que regressava ao Oriente, nas naus de 1612, com D. Frei Antonio de Gouveia, bispo de Cyrene, por visitador apostolico, e seguido de perto, logo em 1613, por um embaixador secular, D. Garcia da Silva e Figueiroa.

Antonio de Gouveia fizera parte da missão de frades Agostinhos, que fôra entender-se com Abbás, em 1603, e elle e o Persa levavam confirmadas as negociações feitas na India, pelas quaes o Xá promettêra—«enca-

---

1 Existem copias portuguezas d'estas curiosas cartas n'um codice da Bibl. Nac. de Lisboa. D'estas e de outras.

minhar por Ormuz o trato das suas sedas e de seus vassallos».

Intelligente e perfido, o moço Sophi, vencidos os turcos ao norte, mas tendo de assegurar a leste e ao sul a sua obra intrepida de consolidação e de unidade politica, acautelava a rectaguarda, obtemperando ás importunações europêas, procurando desarmar suspeitas e illudir apprehensões que poderiam incommodal-o seriamente, em meio d'essa obra.

Um simples episodio caracterisa-o com sangrenta evidencia.

Para tomar Tauris, teve de servir-se dos insubordinados Curdos e de transigir com elles. Vencedor, simulou um solemne ajuste de contas, fazendo á traição degolar os alliados da vespera, á medida que íam chegando á festa.

Habilmente dissimulado, conseguia, ás vezes, illudir a vigilancia e a prevenção europêa.

Um dos nossos Vice-Reis dizia para a metropole que o Xá era — «moço e pouco afeiçoado á guerra[1],» — exactamente quando informava da sua campanha contra os Turcos.

Outro, Ruy Lourenço de Tavora, muito mais tarde ainda, entendêra poder dispensar-se um reforço extraordinario da guarnição de Ormuz, que lhe fôra ordenado em 1610, representando — «andar o Xá muito embaraçado com as guerras do Turco e Tartaros e se mostrar mais propicio ... com as embaixadas que houve, e se entender que não intentará novidade[2]».

Felizmente, porém, frequentes avisos alarmantes e recommendações previdentes, mostram que estavam muito longe de ser geraes estas illusões accommodaticias.

Nós tinhamos tambem os nossos agentes.

---

[1] Arch. Port. Or., fasc. 3.º, 2.ª p., doc. 363, em 1598.
[2] Doc. 175, Arc., fas. 3.

É sabido que em Ispahan chegámos mesmo a ter um convento de Agostinhos, que era, a bem dizer, um posto politico e estrategico.

Em 8 de janeiro de 1609 já a camara de Goa nos mandava dizer o seguinte:

> «O Xá com as novas das pazes do Imperador com o Turco, tem mostrado muito sentimento *e pretenção na fortaleza de Ormuz, que posto que sempre a teria,* esta occasião lhe serviu de se descobrir mais; dizem que trata de que os hollandezes passem a Ormuz com suas naus, de que Nosso Senhor nos livre, porque sendo assim, sem nenhuma duvida, se perderá aquella Fortaleza, de que ella estava mui perto inda sem lá parecerem estes rebeldes, pelo desemparo d'ella, porque muitos annos ha que não tinha mais que dez ou doze peças de artilheria, e hoje inda serão menos. Residiam n'ella 400 homens de paga por Regimento; hoje dizem que não assistem 150. *A culpa d'isto tem-n'a os ministros e officiaes dos contos de Vossa Magestade, que por innovarem ordens, que pareçam acrescentam a fazenda de Vossa Magestade,* que é o com que elles tratam de se abonar, ficam arriscando tanto suas fortalezas como se vê, ao que é forçoso accudir Vossa Magestade tanto como com grossas armadas.»

E instrucções formaes expedidas de Lisboa em 31 de janeiro de 1612,—exactamente quando a vinda do embaixador persa e as mais auspiciosas promessas d'elle, pareciam dever dissipar as apprehensões sinistras,—determinavam o immediato cumprimento da ordem de 1610, para que em Ormuz houvesse—«continuamente 500 soldados de presidio effectivo e de serviço; ... em companhias, com capitães e officiaes, ... entrando e sahindo de guarda do modo que se usa nos presidios d'estes reinos, e que alem dos ditos 500 soldados, ...

se provesse mais 200 para estarem na dita Fortaleza, da mesma maneira, *em quanto durarem os receios que se tem de o Xá intentar alguma cousa contra ella*».

O commercio dos cavallos persas e turcomanos, que fôra por largo tempo um dos principaes artigos do nosso commercio de Ormuz, decaíra por circumstancias obvias, succedendo-lhe e progredindo rapidamente o trafico dos tecidos séricos, de facil transporte e de seductora valorisação exportativa.

A enorme producção de seda, principalmente nas regiões septentrionaes da Persia, cobertas de amoreiras, abandonava os velhos caminhos do norte, ameaçados pelos turcos, e vinha através do paiz, com a gradual pacificação d'elle, vasar-se no mar indico.

Dominavamos nós a costa, e áquelle magnifico portal do *Sinus Persicus* tinhamos a formidavel sentinella, que lá postára a previdencia genial de Albuquerque: — a velha e prestigiosa Ormuz.

Mas Ormuz, um pequeno rochedo calcinado e esteril, uma cidade de aventura, havia de ser sómente a sentinella, a agenciadora, a tributaria dedicada, afanosa, de Goa, a Sultana dos nossos mimos, a delegada do nosso poder, a depositaria do nosso imperio oriental.

Os estadistas Filippinos, — de que podem dar approximada idéa certos estadistas do nosso tempo, — não viram melhor processo de organisar este trafico das sedas persas, do que ordenando que dois navios fossem de Goa a Ormuz e levassem de Ormuz a Goa, com a possivel regularidade, as sedas e os mercadores ou pessoas — «que da Persia as trouxerem».

De Goa viriam então ao Reino.

Pagariam por cada carga de duas balas cinco larins, apenas, uma insignificancia — «de registo» — em Ormuz.

No Reino, tambem não parecia que pagassem muito, ficando obrigadas a 7 por cento de direito geral e mais 3 por cento para o Consulado, ou 10 por cento de entrada, — de importação, como hoje diriamos.

As sedas — «assim da fina como da longa», — eram avaliadas, para o effeito do fisco, em — «20 reales» — a libra, cousa de 900 réis nossos; o frete de Ormuz a Lisboa carregal-as-ía com — «100 reales» — por cada bala, sendo esse frete, para as mais mercadorias, de — «600 reales[1]».

Tal era o regimen estabelecido por instrucções de Lisboa, de 23 de dezembro de 1611, que o Bispo de Cyrene, nomeado embaixador, levaria de Goa á ratificação do Xá.

Por uma provisão de 4 de fevereiro de 1613, transmittia o Viso Rei D. Jeronymo estas instrucções ao Bispo, — «que ora vae com a embaixada de Sua Magestade», —

> — «para que conformando-se o dito Xá com o sobredito, me possa avisar para mandar á fortaleza de Ormuz os navios em que a dita seda e fazenda se poderão trazer a esta cidade...»

Mas, á cautella, ou pouco confiado no resultado das negociações, logo no dia seguinte expedia outra provisão, mandando terminantemente — «por serviço do dito Senhor, e bem e segurança da fortaleza de Ormuz», — que se cumprissem as instrucções passadas, elevando-se e mantendo-se em setecentos homens, pontualmente pagos e constantemente exercitados, a guarnição da praça.

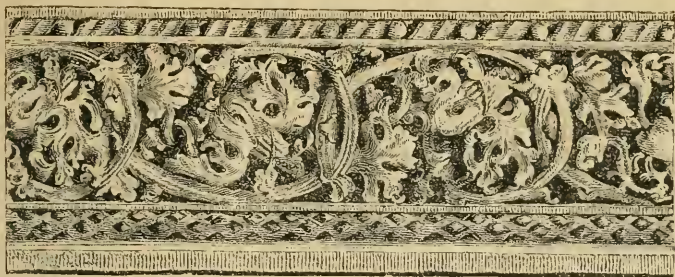
Não sei se aquella ratificação chegou a obter-se.

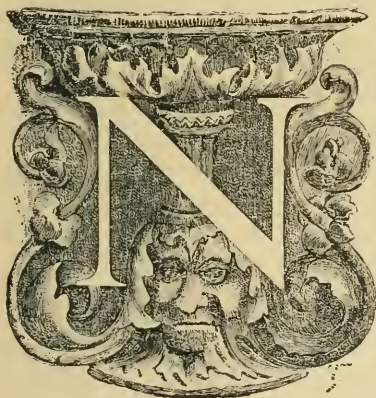
Presumo que não, e em todo o caso, em quanto os estadistas da Usurpação naturalmente antegosavam os consideraveis redditos fiscaes que lhes havia de produzir esta mirifica idéa de offerecer transporte, com escala por Goa, aos mercantões persas, tão remissos ao mar, os agentes inglezes tratavam de desviar as cafilas para

---

[1] Doc. 174, Arch. fas. 6.º

a costa oceanica, onde as naus da Companhia iriam abarrotar-se com as cargas que ellas lhes trouxessem, pagando-as, sem pensar em exigir-lhes, sequer, os — «cinco larins» — de registo — «para seguro e boa guarda dos direitos Reaes».

Quanta rasão tinham os *velhos* da India, os que lá andavam e conheciam praticamente as cousas, de se doer e chorar por ver como os administravam e tratavam, de cá, estadistas do Acaso, sem estudo, sem conhecimento sério, provado, dos negocios e do Ultramar, muito doutrinarios e rhetoricos; naturalmente, inventados pelas camarilhas palacianas, como hoje, ainda, tristemente, pelos syndicatos politicos!...

II

O CRUZEIRO DO MAR ARABIO

No primeiro de abril de 1619 sahia a barra do Tejo uma esquadra de dois galeões e tres urcas, guarnecidas por cento e setenta e oito peças e mais de dois mil homens, entre marinheiros e soldados.

Era uma — «armada de alto bordo», — segundo a classificação nautico-militar do tempo, que o Governo da Usurpação hespanhola se resolvêra enviar ao quasi abandonado cruzeiro das costas da Arabia e da Persia.

Não podia já haver illusão ácerca das disposições do Xá; estavam seriamente ameaçados os nossos estabelecimentos d'aquelle lado; pelas malhas rotas da nossa

occupação e dos nossos cruzeiros esgotavam-se-nos, com o trafico, os recursos; e mezes antes, no alvoroço das idéas e das novas de Richard Steele, organisára-se em Inglaterra uma *joint stock voyage*, — uma bella esquadra de quatro naus, sob o commando do Capitão Shilling, levando por piloto o celebre William Baffin, — o Baffin da passagem do Nordeste.

Partíra em fevereiro essa esquadra, que devia receber as primeiras cargas de sedas expedidas pelo novo caminho do Ras Jashak, — o Cabo Jasques, — á entrada do Golpho persico.

Embargando a empreza nascente, a nossa expedição iria occupar definitivamente a ilha de Keihme, — a nossa Queixome, a Kishm, dos inglezes, — proximo de Ormuz, para maior segurança do golpho e da praça.

Os petulantes politicos de Madrid imaginavam corrigir a obra de Affonso de Albuquerque que não sabiam suster.

As — «armadas de alto bordo», — esquadras de combate e de policia, representavam a natural evolução imposta á nossa economia e ao nosso material naval pelo desenvolvimento da navegação transoceanica e pela necessidade de permanentes cruzeiros para defeza e soccorro do dominio e do commercio longinquo.

Claramente, essa evolução começára com a nossa expansão ultramarina, accentuando-se e consolidando-se com a concorrencia maritima das outras nações européas.

Logo nos primeiros tempos do nosso estabelecimento no Oriente, as fortes expedições navaes com que o poder mussulmano procurou disputar-nos a India, e o vasto e genial plano de fazermos o cêrco dos mares, obrigando todo o commercio asiatico a derivar-se, sob a nossa bandeira, pelo caminho do Cabo, determinára o lento, gradual, mas indeclinavel desdobramento da nossa marinha ou da nossa navegação mixta, em esquadras e em frotas; em forças de combate e de policia,

e em material de «carreira» e transportação mercantil, principalmente.

As *armadas de alto bordo* póde dizer-se que são o prodromo da futura marinha de guerra, da *Armada Real,* como instituição privativamente militante ou militar.

Independentemente d'esta, que partia no primeiro de abril, quatro dias depois saía de Lisboa a tradicional armada annual da India, a armada ordinaria, da *carreira,* composta de quatro naus: a *Boa Nova,* onde ía o Capitão-mór D. Francisco de Lima; a *Santa Thereza,* capitão Francisco Ribeiro; a *Paraizo,* capitão Roque de Froes, que dias depois arribava com o mastro grande rendido; a *Guia,* capitão Jeronymo Correia Peixoto, que teria de invernar em Moçambique.

E comboiada e guardada pelos canhões da armada de alto bordo, seguia a frota do Brazil, que na altura prefixada aproaria ao rumo do seu destino.

Voltemos, porém, á primeira.

Para a commandar, e para a commissão que ella havia de exercer, fôra nomeado *Capitão Geral,* como se dizia então, á hespanhola, ou simplesmente *Geral,* Ruy Freire de Andrade, que embarcára no galeão *S. Pedro,* de sessenta e quatro peças, com seiscentos homens.

No outro galeão, — o *S. Martinho,* de quarenta e oito peças, —ía servindo de Almirante, D. João de Almeida, de alcunha o *Xereta*[1], e as tres urcas: — a *Conceição,* a *Senhora do Populo* e a *Santo Antonio,* — com vinte e duas peças, cada uma, levavam, respectivamente, por capitães: Pedro de Mesquita Guedes, Francisco de Mello e Balthazar de Chaves.

Alguns dias depois da partida, um rijo tempo separou da esquadra o galeão *S. Martinho* e a urca *Populo.*

---

[1] Talvez antes: *Xareta,* rede ou grade para defender a abordagem.

Entre os documentos salvos para o archivo da Sociedade de Geographia, pela maneira que expuz, ha um extremamente interessante, — a longa certidão de serviços de um fidalgo que seguia a bordo do *S. Martinho,* — onde se testemunham os transes que este galeão soffreu.

Era esse fidalgo, D. Gonçalo da Silveira, moço aventureiro que ía sobredourar a nobreza e amparal-a da miseria, na India, com garantia de duzentos cruzados de soldo desde que lá chegasse.

Como o Almirante, o D. João de Almeida, adoecesse e morresse, os officiaes de bordo procedendo, nos termos da ordenança, á eleição de novo commando, entregaram o galeão ao Silveira.

A situação era afflictiva.

O *S. Martinho* não perdêra sómente o capitão: perdêra o leme.

Intelligente e intrepido, como longamente demonstrou que era; sabendo impôr-se pelo seu caracter generoso e terso á estima e á confiança de todos, Gonçalo da Silveira desempenhou-se briosamente do inesperado e difficil encargo, e o *S. Martinho* continuando a viagem, com espadellas, dobrou o Cabo e aportou a Moçambique, fazendo doze palmos de agua no porão, e com a gente dizimada pela fadiga e pela doença.

Muitos dizem hoje: *esparrellas.*

É outra cousa. *Espadellas* é que é.

Espadellas são uma especie de remos longos e largos com que se governam, á laia de leme, as *azurrachas* e *rebellos* do Douro. Nos navios, são apparelhos de occasião, feitos de madeira e de cabos, que vão supprindo o officio de leme.

O *S. Martinho* não devia ser moço.

Fizera em 1599 a viagem da India, e era, talvez, o galeão de mil toneis que tivera a dispensavel honra de levar o Duque de Medina Sidonia ao desastre da *Invencivel Armada,* com cento e setenta e sete ma-

rujos, seiscentos soldados e as mesmas quarenta e oito peças.

Que digam agora como chamar ao feito os que viram já, entre borrascas, o focinho do Adamastor.

Na angustiosa viagem, o *S. Martinho* encontrára as urcas *Populo* e *Conceição,* e pedíra-lhes, debalde, que o não abandonassem.

Corridas pelo tempo, demandavam Mombaça.

A *Populo* foi perder-se adeante das Quirimbas, n'um baixo, a doze leguas ao mar, salvando-lhe a gente, as munições e parte da artilheria o capitão das Quirimbas, Francisco Vieira, e Filippe da Fonseca, que Ruy Freire, chegando a Moçambique, mandou lá, n'um pangaio.

Tendo conseguido seguir juntos, os outros tres navios viram n'uma bella manhã desenhar-se no horisonte uma numerosa esquadra.

Fazendo diminuir o panno, Ruy Freire aguardou os acontecimentos.

A força suspeita destacou um patacho de dez peças, que approximando-se dos nossos, içou á popa uma bandeira vermelha, firmando-a, como desdenhosa intimação, com um tiro inoffensivo.

Parecendo-lhe insolencia, o Geral mandou responder-lhe com uma bala de 24, que atravessando o barco e matando-lhe cinco homens, o fez amainar, vindo á fala.

Não eram inimigos.

Era a armada hespanhola da America, das Indias Occidentaes, como se dizia então.

Naturalmente, a bordo do *S. Pedro* ninguem lamentou o engano que atirára cinco homens á Eternidade.

Entre os castelhanos, que eram a nossa deshonra na Europa, e os inglezes ou os hollandezes, que eram o nosso pesadello na India, fizesse o Diabo a escolha.

As duas esquadras salvaram-se, alegremente, e cada uma seguiu o seu destino.

Mas passada a Linha, como as urcas fizessem muita agua e fossem mais ligeiras, pediram e obtiveram li-

cença para forçar a rota, desapparecendo, em breve, da vista.

Antes de chegar ao Cabo, o *S. Pedro* encontrou a nau *Boa Nova,* da armada que partíra quatro dias depois d'elle, e que seguia, muito lépida, para a India, com D. Francisco de Lima.

Pediu-lhe Ruy Freire alguma gente sã, que da sua ía muita fatigada e enferma, e receiava encontrar inimigos que voltassem frescos e poderosos.

Recebeu sessenta homens de reforço, e escreveu por D. Francisco ao Conde do Redondo que devia estar governando em Goa.

Quando ía montar o Cabo, appareceu-lhe uma nau hollandeza de quarenta e quatro peças.

Jogou a artilheria, de uma e outra parte; perdeu o Hollandez o mastro do traquete e a verga grande; e passada a noite em disposições de recomeçar o combate, de madrugada só appareceram cadaveres e destroços no sitio onde ficára pairando o inimigo, que parecia ter-se afundado.

Soffrendo novo temporal na altura das Angoxas, o *S. Pedro* chegou, finalmente, em 18 de setembro, a Moçambique, onde encontrou já o *S. Martinho,* não se demorando muito a *Santo Antonio,* que estivera encalhada, durante quinze dias, n'uma ponta de Madagascar e conseguíra safar-se.

Grande, porém, era o destroço soffrido, e em Moçambique, como era vulgar, havia profunda miseria.

Quatrocentos homens da expedição ficaram lá, mortos de doenças e de mingua de todos os recursos.

No *S. Martinho,* Gonçalo da Silveira sustentava á sua custa muitos soldados, e pondo em leilão o espolio do fallecido Almirante, arrematára os fatos e as roupas para soccorrer aos que já quasi não tinham com que cobrir as carnes.

Pelo seu lado, Ruy Freire, vendendo a prata e outra fazenda propria, e levantando de sua conta um em-

prestimo, mandou um navio a Madagascar,—a nossa S. Lourenço,—a abastecer-se de mantimentos.

Mas era indispensavel repôr um leme no *S. Martinho*.

Intimando os officiaes da terra a que lh'o fizessem fabricar, sem demora, o Geral confirmou elogiosamente Gonçalo da Silveira no commando, deu-lhe as suas instrucções, muito minuciosas e praticas, auctorisou-o a vender algumas pipas de vinho do Reino que levava, na previsão da sumiticaria das auctoridades da praça, e partiu para Mombaça, recommendando-lhe que procurasse rapidamente ir juntar-se-lhe ali ou no cruzeiro do Estreito.

Era desembaraçado e rijo, o Geral.

Sem querer antecipar a narrativa, uma indicação, comtudo, nos está irresistivelmente caíndo da penna.

Ruy Freire não era um velho lobo do mar.

Pouco menos era do que um rapaz.

Não teria trinta annos este homem que fazia a volta da Africa, commandando uma tão numerosa expedição, e que ía encher de espanto, pela sua prodigiosa e inquebrantavel audacia, os mares e costas orientaes, como se fosse a inopinada sombra do grande Affonso de Albuquerque.

Não são sómente as mais antigas Chronicas que nos assombram com a prematura vitalidade, umas vezes, outras com a prolongada resistencia physica e intellectual, das velhas gerações.

Certo, a vida média tem-se elevado, como dizem os estatisticos.

Mas a vida individual naturalmente diminue em extensão quanto augmenta em intensidade, e assim poderemos explicar, um pouco, o phenomeno, sem offender aquelles senhores com a observação que já alguem se permittiu fazer-lhes de que as médias têem o pequeno inconveniente de nos pôr tão longe do erro... como, exactamente, da verdade.

Partindo, pois, de Moçambique, em 3 de março de 1620, Ruy Freire, demorou-se, apenas, tres dias em

Mombaça, dirigindo-se á bôca do Mar Vermelho, e fazendo avançar n'elle, em exploração, as duas urcas.

Ali se lhe veiu reunir o *S. Pedro,* e iniciando o cruzeiro, a esquadra avançou toda, então, arrogantemente, nas aguas mussulmanas, indo fazer aguada em Teve, pois havia tres dias que a bordo não se distribuia a ração da agua.

De caminho, apresou uma grande galeota de *mouros,* — segundo a expressão consagrada, — armada com tres peças e alguns pedreiros.

Mas a penuria e o destroço era consideravel, ainda, e feito, pois, aquelle acto de presença no mar arabio, Ruy Freire mandou navegar para Mascate, e d'ali para Ormuz, a uma legua da qual, na ponta da Turumba, —Turunbagh, — por disfarçar e reparar um pouco a deploravel situação, a esquadra ancorava em 20 de junho, pouco mais de tres mezes depois de partir de Moçambique, e quatorze depois de ter saído de Lisboa.

Governava Ormuz um experiente e valente Capitão, — velho e doente, — D. Francisco de Sousa, que veiu logo a bordo com o Vedor da Fazenda, Manuel Borges.

A necessidade mais instante era fazer um pagamento á gente, que vinha esfaimada. Distribuiram-se por conta, quarenta e cinco patacas, por cabeça, com a promessa de mais seis a receber em Ormuz, para onde a esquadra definitivamente se dirigiu.

Curta tinha de ser a folga, e um deploravel incidente a veiu perturbar, inesperadamente.

No alvoroço alegre dos trabalhos soffridos e dos perigos passados, alguns soldados da expedição insubordinaram-se.

Reincidentes, acolheram-se da interferencia auctoritaria, á casa em que Gonçalo da Silveira continuava abrigando e alimentando muitos.

Mandou-lhe Ruy Freire que os entregasse, e recusou-se o Silveira.

Veiu o Geral á casa, ralharam os dois, e mandou aquelle metter a ferros, no tronco, o casual Almirante.

A escola de Affonso de Albuquerque, mais propriamente a escola da velha disciplina com que se fizera e firmára a India, não estava ainda perdida, felizmente.

E soffrido e passado o aspero vexame, o joven fidalgo aventureiro só havia de lembrar-se d'elle para resgatar, briosamente, a culpa, em novos exforços e valentias melhor empregadas do que em proteger discolos.

Menos lhe custaria a prisão do que não acompanhar Ruy Freire á proxima e arriscada empreza.

Queria o Geral commetter, sem demora, a occupação de Queixome, construindo uma fortaleza n'esta ilha de onde Ormuz se abastecia fartamente.

Conhecendo que o mesmo seria que dar aos Persas um pretexto para romperem definitivamente comnosco, o velho governador de Ormuz convenceu Ruy Freire a que primeiro, pelas galeotas—«das vias»,—isto é, pelas que em agosto haviam de levar a Goa a correspondencia official, se avisasse o Governador da India, da chegada da esquadra e do estado das cousas do lado da Persia, e que até que viesse resposta, fosse uma expedição naval ao Cabo de Jasques, impedir aos inglezes o commercio das sedas n'aquelle ponto, por onde, como dissemos, elles tinham começado a sangrar consideravelmente o nosso trafego, com grande prejuiso dos rendimentos do Estado e particularmente de Ormuz.

Organisou-se, pois, rapidamente, essa expedição.

Tendo chegado da Europa uma urca, com João Borralho por capitão, a este pediu Ruy Freire que passasse a commandar o *S. Martinho,* em substituição de Gonçalo da Silveira, passando para a urca, que ficou meio desarmada, com quatro peças, apenas, Francisco Ribeiro, capitão de um patacho que o Governador da India mandára, recentemente, de reforço á praça.

Esse patacho—o *S. Lourenço,*—armado com vinte e quatro peças, encorporou-se na expedição sob o com-

mando de Balthazar de Chaves, bem como a urca *Nossa Senhora da Conceição,* com o seu capitão, Pedro de Mesquita, e as vinte e duas peças grossas que levára do Reino.

O *S. Pedro* continuou sendo a Capitanea, com as suas sessenta e quatro peças, tripulado por duzentos homens do mar e levando quatrocentos soldados velhos, experimentados.

O *S. Martinho,* sempre o Almirante, com cento e vinte marinheiros, embarcou duzentos e cincoenta soldados.

E foi, ainda, engrossada a força com tres galeotas capitaneadas por Francisco de Brito, Antonio Leitão e Francisco da Camara, o primeiro dos quaes, commandando esta especie de divisão auxiliar, levava cinco terraquins, especie de faluas arabes, da costa, muito ligeiras, para os reconhecimentos e avisos.

Todos estes nomes deram brado na historia, e pena tenho de não poder apurar muitos outros.

Em summa: compunha-se a expedição de um milheiro de soldados curtidos em taes emprezas, afóra os marujos, e varios aventureiros que á sua custa embarcaram.

Largando em 15 de novembro, a esquadra foi lançar os ferros, em Jasques, na frente de um pagode, em vinte braças de fundo.

Com uma banda de artilheria poderia arrasar a terra.

Ruy Freire começou por expedir aviso ao Sinde e a Gaudel, dois pontos de escala, sob a nossa influencia, para que os navios do trafego fossem a Ormuz por Mascate, evitando os inglezes que se sabia virem correndo a costa.

E esperou-os, tranquillamente, enviando dois espiões a terra a indagar quando eram esperados para levar as sedas trazidas até ali pela nova corrente commercial, ensaiada por elles.

O agente inglêz, muito provavelmente Eduard Monox, um dos mais expertos e activos, que teria voltado de

Ispahan precedendo ou acompanhando a primeira cafila das sedas, descobriu os nossos espiões, convidou-os para casa, tratou-os excellentemente, e mandou por elles a Ruy Freire um brinde de seis vaccas, cinco carneiros, cem gallinhas e um fardo de sedas, dentro do qual um soberbo barrete persa, de velludo verde, — «de ponta comprida», — uma especie dos nossos barretes ribatejanos, bordado a ouro e aljofares, forrado de martas.

A galanteria não seria perfeitamente desinteressada. Ruy Freire poderia facilmente desembarcar um pequeno troço de gente, destruir a insipiente feitoria, e metter a bordo toda a carregação preparada para as naus inglezas que deveriam chegar em breve.

Evidentemente, teria sido o processo mais expedito e pratico: — mais inglez, até.

Monox, porém, contou, e bem, decerto, com os brios cavalleirosos do Capitão portuguez; com este fundo de tradicional, talvez melhor: de ingenita, de physiologica generosidade da nossa raça, que tem sido, que é, ainda, a nossa melhor força e a nossa maior fraqueza.

Ruy Freire acceitou a galanteria e retribuiu-a.

Vinha o presente acompanhado de uma carta que o Chronista contemporaneo, sempre fiel, como no registo de outras de que temos authentica contraprova, verte ou transmitte n'esta fórma:

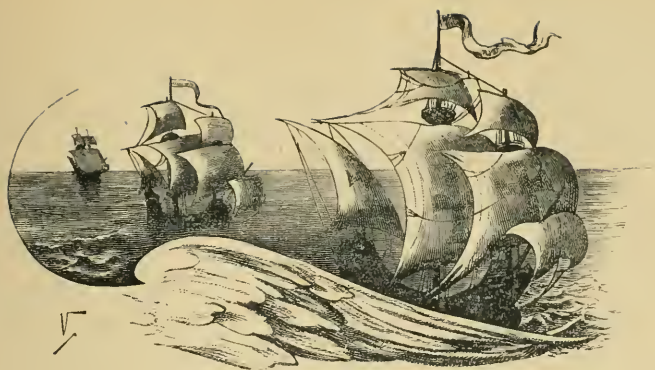
> — «O ser de Vossa Senhoria tem no mundo a fama que tem na India, e em mĩm, como soldado, a estimação devida a tão grande Capitão. Esse barrete, peço a Vossa Senhoria seja servido trazer o dia que se encontrar com a nossa armada porque conheça o meu General o valeroso Capitão com quem peleja.»

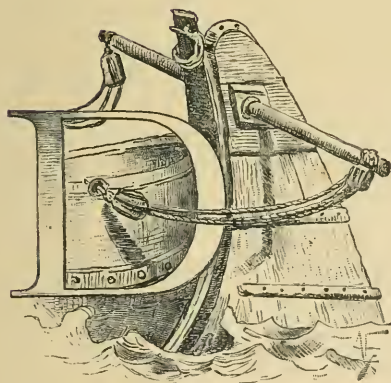
Deixando em paz, com as suas sedas, o feitor inglez, Ruy Freire enviou-lhe refrescos da Europa e um chapéu de Ceylão, branco, com a aba guarnecida a ouro por

dentro, cintado a diamantes, com plumeiro e corchete ou fivella de rubis, — «obra excellente no valor, lavor e esmalte» — commenta o Chronista.

Acompanhava o brinde a seguinte missiva:

> —«Estimo a mercê que Vossa Senhoria me faz e acceito o barrete com a condição que o general por quem espero n'este porto, quando nos encontrarmos venha com esse chapéu.»

Parece que vamos assistir a um d'aquelles formidaveis duellos, precedidos de todos os primores galantes, que nos descrevem os velhos livros de Cavallaria.

III

A BATALHA DE JASQUES

ECLINAVA o dia 16 de dezembro, quando se avistaram ao mar tres navios,—duas naus e um patacho,—navegando de conserva, em direcção a Jasques.

Deu alarma o toque de uma corneta bastarda, na Capitanea, e rapidamente começou a caça, indo na dianteira a urca *Conceição*.

Marearam, fugindo, as tres embarcações suspeitas.

Como anoitecesse, a esquadra portugueza accendeu os pharoes, ao passo que ellas apagavam os seus e larga-

vam um, sobre táboas que lançavam ao mar, para illudir os perseguidores.

As naus eram a *Hart* e a *Eagle*, da esquadra do Capitão Shilling, que saíra de Inglaterra, como já disse, dois mezes antes de Ruy Freire partir de Lisboa,—em fevereiro de 1619[1].

O patacho, que era nosso, fôra por ellas apresado quando se dirigia de Diu para Ormuz.

Recolhendo a guarnição que lhe haviam lançado, os inglezes abandonaram-n'o, com a tripulação portugueza, e continuaram a fuga.

Por algum tempo, ainda, Ruy Freire proseguiu na caça por saber, ao menos, o rumo que os inimigos levavam.

Ao terminar o quarto de prima, a *Conceição*, prolongava-se com o patacho, fazendo-lhe dois tiros.

Amainava elle, e de bordo gritavam que só íam, lá, portuguezes.

Trazendo-o, virou a armada na volta da terra, retomando o ancoradouro.

Ruy Freire abasteceu o patacho, de agua, biscoito e carnes, e mandou-o recolher a Ormuz.

---

1 Em junho de 1620, Shilling estava, ainda, na bahia do Saldanha—*Bay of Saldanha*,—no Cabo da Boa Esperança, onde se encontrava com Fitzherbert, do *Royal Exchange* e outros navios inglezes, e depois com uma esquadra hollandeza, com a qual negociava um accordo em 8 de julho, tendo, em 3 d'esse mez, proclamado, com Fitzherbert, a posse d'essa bahia em nome do Rei Jayme I. Ha dois diarios da esquadra de Shilling: um de 4 de fevereiro de 1620 a 7 de junho de 1622, do capitão Richard Swan, do *Roebuck*, e o outro de 25 de março do primeiro anno a 13 de junho do segundo, de Archibald Jennison, a bordo da *London*. Dá-me estas indicações a *Press List* do Archivo da *India office* (ag. 1891). Parece haver equivoco no *Report on the India office records* do Sr. Danvers, quando data de novembro o primeiro encontro da *Hart* e da *Eagle* com a esquadra portugueza (ps. 17, 18). Póde ser que ellas saíssem de Surrate, n'aquelle mez, ainda. Mas em meado do seguinte, a 16, é que se avistaram com os nossos navios.

Ficára sabendo que os inglezes estavam em Surrate, e contou com elles.

Os trankis,—os nossos terraquins,—espionavam a costa, como se fossem inoffensivas embarcações indigenas.

N'um d'elles andava o capitão Pedro Gomes de Azevedo, disfarçado em mouro, para menos suspeitosamente poder approximar-se dos navios que encontrasse.

Em 25 de dezembro, quando a armada, empavezada, festejava o Natal, chegou, açodadamente, de Gaudel, o Pedro Gomes, no seu ligeiro terraquim, trazendo a nova de que se approximava uma forte esquadra ingleza de quatro naus e um patacho, tendo a capitanea 66 peças, a almiranta 58, a vice-almiranta 48 e o patacho 36.

Estes quatro navios eram a esquadra de Shilling: —a *London,* a *Hart,* a *Eagle,* o *Roebuck*—.

O quinto era uma nau portugueza, do capitão de Mascate, que elles tinham pilhado quando seguia pára Chaul.

Pela tarde avistaram-se os inimigos, e feito o tiro de leva, a armada portugueza, largos os traquetes e as vélas de gavea, bolinou ao encontro.

Ruy Freire, na sua Capitanea,—o *S. Pedro,*—empavezada de vermelho, approximou-se da Capitanea ingleza, e mandando largar, na quadra, a bandeira Real, firmou-a com um tiro sem bala.

Respondeu-lhe, com tres, a nau.

Uma peça—«de pousa verga»,—do *S. Pedro,* vomitou, então, da—«andaina»—ou bateria—«de baixo»,—um pelouro—«de 30 libras»,—que atravessou, de lado a lado, a *London,* retorquindo esta com um balasio que veiu cortar á nossa um cabo do estae grande.

Estavam feitos os cumprimentos.

A noite suspendeu o duello.

Colheram os inglezes as vélas, e o mesmo fizeram os nossos, fundeando—«a uma ancora».

N'um dos terraquins, Ruy Freire percorreu os seus navios, dando instrucções, recommendando que toda a gente se confessasse e commungasse, advertindo muita conta com o fogo, não se ateasse algum incendio.

No «regimento» que poucos mezes antes, á saída de Moçambique, elle deixára a Gonçalo da Silveira, ha preciosas indicações dos seus previdentes cuidados e da ordenança bellica do tempo.

Não resisto a recordar algumas.

Dizia elle:

> —«Cartuxos leve Vossa Mercê feitos na mor quantidade, e balas enramadas, alcanzias a ponto, pés de cabra, e espeques ao longo das peças, e nas chileiras, balas communs. E por que não haja embaraço ao tempo da briga, ... desde agora encommendará a guarda da polvora a quem haja de correr com os cartuxos e carga da artilheria. E para baixo da coberta vão sempre pessoas proprias: capellães, cirurgiões, e as mais, convenientes, e sempre é bom que os calafates andem na coberta, proximo á agua, reconhecendo o damno que faz o inimigo por dentro, para se accudir com o remedio que em taes casos têem por proprio, não se podendo por fóra com pranchadas e boiões, remedial-o com cobertores e godoris e toda a sorte de colchões... N'estes nossos navios grandes são de importancia as gaveas, pelo que forrando-as de cabos velhos por fóra, e por dentro, de camas, ficarão assim guarnecidas com a gente que lhe metter para todo o bom effeito... Advirto-o que no tempo das refregas é pratico usar de muita agua repartida em tinas, nos castellos, convez, toldas e cobertas, e por que com brevidade se accuda com ella mande ter feitos baldes e celhas bastantes, porque tambem se refresque a artilharia e lanadas.»

Naturalmente, a bordo da esquadra ingleza passou-se a noite nos mesmos preparativos, menos, decerto, os da

confissão devota, e Monox tendo conseguido communicar com Shilling, entregára-lhe o luxuoso chapéu que recebêra de Ruy Freire.

Quando rompeu a manhã, na armada portugueza distribuiu-se o almoço, repartindo-se a gente pelas gaveas e pelos diversos postos, e a um tiro de peça, da Capitanea, romperam alegremente as charamellas, o toque da alvorada.

Depois, o som longo e imperioso de uma trombeta bastarda deu o signal de leva, e largaram, em ordem de batalha, todos os navios.

Abria a vanguarda o *S. Pedro,* — a Capitanea, — sempre empavezado de vermelho, com muitos — «estandartes, bandeiras, guiões e rabos de galo», — como se fosse para uma festa, desfraldando no tope do mastro grande — «a bandeira Real das Quinas», — e — «á quadra, outra, com a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, estandarte de Portugal nas batalhas».

Pela pôpa, seguia o patacho *S. Lourenço,* e a este a urca *Nossa Senhora da Conceição.*

Á ré da urca navegava o *S. Martinho,* — o galeão Almirante, — com a bandeira Real no traquete, e á quadra, outra, vermelha, — «do Santissimo Sacramento».

Com os mesmos movimentos e na mesma ordem, — «com seus pavezes, estandartes e bandeiras», — avançava a esquadra ingleza, trazendo a Capitanea, no mastro grande, a bandeira Real — «com a cruz vermelha», — e á quadra outra, amarella, — «com as armas do General», — o capitão Shilling.

Christo contra Christo, e em terra os persas, os *mouros,* os descridos; o *pagode* reluzente, soberbo, espreitando, sarcasticamente, a scena.

A menos de — «tiro de mosquete» — as duas Capitaneas, ferradas as vélas grandes e estingadas mezenas e cevadeiras, prolongaram-se, pairando.

—«Fazia sua grandeza no mar, duas grandes ilhas»,— diz o Chronista.

Mar e gente pareciam suspensos, expectantes.

Fizera-se um grande silencio.

A meio do convez do *S. Pedro* assomou então, corpo inteiro, Ruy Freire, vestido de chamalote encarnado, para que não dissessem que o não viam bem as balas inimigas, e trazendo na cabeça o barrete persa que lhe mandára Monox.

Tinha, junto, dois pagens: um trazia-lhe a espada e —«a rodela»,—o pequeno escudo tradicional; o outro, um frasco de vinho e uma taça.

A meio da—«xareta»—da *London,* appareceu tambem o capitão Shilling, vestido de gran-vermelha, e com o chapéu de Ceylão, que Ruy Freire enviára ao feitor inglez.

Tambem um pagem sustentava, junto d'elle, um frasco e um copo.

Enchendo o copo, Shilling brindou ao capitão portuguez, e empunhando o seu, Rui Freire correspondeu-lhe, primeiro, e bradou-lhe, em seguida, que—«*amainasse por el-rei de Portugal*».

Retorquiu-lhe Shilling que—«*amainasse elle pelo rei de Inglaterra*»—e logo—«deram ambos com as taças no mar, um para a banda do outro».

Ouviu-se então um apito,—«de baixo»,—na Capitanea ingleza, e esta despejou sobre a nossa um bordo das suas 66 peças.

Estava prevista a hypothese.

O nosso Condestavel,—o encarregado da artilheria, como diriamos hoje,—«que era grande soldado e muito esperto»,— pedíra calorosamente a Ruy Freire que o deixasse pelejar á vontade.

—«Por que maneira?»—perguntára-lhe o Geral.

E o velho official explicára-lhe.

—«Que os inglezes, na primeira carga, se não haviam de chegar muito, por serem as suas naus cravadas com

tornos de pau, e fracas á força de artilheria grossa, pelo que determinava trocar o peso das balas, e usar na primeira carga balas de 12 até 15 libras, e por muitas que haviam de caír dentro nas naus, vendo os inglezes não serem de muito damno, se chegariam mais perto, onde com balas grossas lh'o fariam muito grande.»

Tinha rasão o homem, e Ruy Freire acquiescêra.

É claro que os inglezes tiveram de pagar, longa e duramente, a sua aprendizagem.

Só em 1610, para a sua sexta viagem oriental, tinham attingido a construcção de um navio de 1:100 tonelladas: a *Trades Increase,* festivamente lançada ao mar em Deptford, na presença de Jayme I, e que os javanezes tinham incendiado em 1613.

E muitos annos haviam de passar, ainda, até que o capitão Millet lhes fabricasse o primeiro *threedecker,* o primeiro barco de tres cobertas,—o *Loyall Merchant* (1660), precursor das suas futuras fortalezas navaes.

Como prevíra o Condestavel, as naus inglezas chegaram-se tanto aos nossos galeões—«que lhes vinham pondo a prôa».

Começou então a caír-lhes em cima, e a amarrotal-as por todos os lados, um temporal desfeito de grossos pelouros, de—«balas enramadas, de grilhas, de balas de picão»,—de balas presas por cadeia, ou por varão de ferro, de pelouros de ponta acerada:—toda a engenhosa ferramenta de carnificina e de destruição artilheira.

O mastro de traquete da *London,* segado por baixo da gavea, ruiu.

Caíu-lhe, tambem, a mezena, arrastando todo o chapitéu com a gente que o guarnecia, e—«botada á banda»,—a soberba Capitanea ingleza procurou exforçadamente a salvação na fuga.

Para lhe cobrir a retirada, atravessara-se outra nau, que Balthazar de Chaves, no seu *S. Lourenço,* investiu rijamente, desapparelhando-a tambem.

Mas o combate protrahia-se, renhido e incerto.

4

Todo o esforço dos inglezes era romper por entre os nossos, e tomar o porto que Ruy Freire, nem desbaratados, lhes quereria ceder.

A noite vinha caíndo, começando a desconcertar os combatentes.

Sempre pelejando, e cerrando e defendendo a costa ás novas e desesperadas investidas dos inglezes, a armada surgiu finalmente no porto, ao passo que os inimigos mal resignados a fazer-se na volta do mar, com receio das suas ricas sedas que os açulavam da terra, incendiavam a nau de Mascate, atirando-a sobre o *S. Pedro,* que miraculosamente se desenvencilhou da fogueira.

Abriu-se, pois, um pequeno compasso de espera na formidavel orchestra que todo o dia,—das cinco da manhã ás sete da tarde,—trovejára, ininterrupta e sinistra.

Alta noite, Ruy Freire embarcando n'um terraquim percorreu a armada.

Tiveramos, apenas, vinte e cinco mortos e quarenta e nove feridos, mas entre os primeiros contavam-se dois que valiam por muitos: João Borralho,—«um dos mais valentes capitães, e zeloso, que teve o Estado da India»,—o que Ruy Freire, substituindo Gonçalo da Silveira, convidára para Almirante e capitão do *S. Martinho,* e Pedro de Mesquita, o capitão da rija urca, a *Conceição.*

Encontrando, n'esta ultima, eleito, sob o fogo, Manuel Ribeiro, o Geral confirmou-o no commando, e para substituir o João Borralho, nomeou Fernão Rebello—«capitão velho na India e mui valente soldado».

Querendo, porém, que o Borralho fosse sepultado com as honras que os seus serviços e o seu posto mereciam, mandou metter-lhe o cadaver n'uma pipa de sal, para o conservar até Ormuz.

Logo de madrugada, ao tiro de leva da Capitanea, desferrou a esquadra a procurar os inglezes, que lhe vinham, já, ao encontro, soberbamente empavezados.

Approximava-se, por barlavento, a *London,* já equilibrada; mas quando o *S. Pedro* arribava sobre ella, fez-se inesperadamente na volta do mar, imitando-a as outras, com as vélas cheias pela viração fresca da terra, pelo—«terrenho»,—como se dizia a bordo.

Ficaram os nossos surpresos, e mais quando viram os inglezes voltar de novo no rumo da terra, e de novo dar-nos as pôpas.

De bordo de uma das naus, atirára-se ao mar um homem que nadando em direcção ao *S. Pedro* foi recolhido por elle.

Era um portuguez, dos aprisionados com a nau de Mascate, que deu interessantes informações a Ruy Freire.

Fôra grande o destroço dos inglezes. Morrêra-lhes—«o General»,—o famoso capitão Shilling, mais tres capitães das naus, o piloto e o contramestre da Capitanea, da *London.*

Em summa, tinham tido setenta mortos e cento e vinte feridos.

Mas eram muitos; com basta artilheria; damnados pelo empenho de não perder as sedas, a primeira e consideravel factura por aquelle novo caminho, tão laboriosamente aberto, expedida de Ispahan, do interior.

Que diria o Xá?

Que diria a Companhia, o Rei Jayme, a Inglaterra?

Tentariam de noite, ardilosamente, ladeando ou illudindo o cruzeiro portuguez, entrar no porto, receber os fardos. Ou então rompel-o-íam desesperadamente; queimariam o ultimo cartuxo; poriam um ultimo esforço em nos metter no fundo.

Tinham reforçado as duas naus maiores com a melhor artilheria das outras, e em quanto estas procurassem divertir-nos e dispersar-nos, lançar-se-íam ellas atravez do bloqueio, destruindo os galeões.

Fallava verdade o foragido.

Shilling fôra morto.

O piloto, que o fôra, tambem, não era Baffin, o illustre e valente maniaco da passagem do Nordeste, que aliás uma bala portugueza havia de mandar, pouco depois, para a Eternidade, a ajustar com os nossos Cortereaes e Fagundes a descoberta do golfo americano, que conserva, impropriamente, o seu nome.

O destroço dos inglezes era grande, mas a cubiça das sedas damnava-os.

Ruy Freire podia, sem levantar ancora, offerecer-lhes de longe, commodamente, em rolos de fumarada, a lição da contingencia das humanas riquezas.

Podia até deitar a mão ao feitor inglez, ou a alguns vassallos do Xá, seus fieis amigos, e pendural-os, tranquillamente, nas gaveas.

Estaria na rasão e no direito... da guerra e do tempo.

Muito provavelmente as naus deixal-o-íam em paz, recolhendo ao covil de Surrate.

Não o fez.

Durante doze dias se repetiu a scena: — avançavam os inglezes; íam-lhes na caça, os nossos; faziam-se elles na volta do mar, para arribar logo e fugirem de novo, cançando-nos a gente com levar e lançar ferros; tomar e largar vélas; arrumar e desarrumar a artilheria.

Os escriptores britannicos, apesar de terem nos seus archivos documentos insuspeitos, que confirmam a verdade da nossa tradição, geralmente desconhecem ou falseiam o episodio.

Até o meu amigo, podemos dizer: o nosso amigo Danvers, no seu bello *Report: Persia and Persian gulf records,* suppõe que a armada de Ruy Freire fôra refazer-se a Ormuz e voltára a Jasques: — *to Jask Roads,* — a travar novo combate.

Seria excusada a volta.

Os inglezes teriam recebido as sedas e ter-se-íam retirado.

Não queriam elles outra cousa.

Ruy Freire não commetteu esse erro.

Commetteu outro, maior.

Comprehendendo o jogo dos inglezes, acabou por se deixar ficar ancorado, recommendou a Francisco de Brito, um valente de Evora, que vigiasse e guardasse a costa e a bocca do rio para que elles não communicassem com a terra, e dispoz os navios para pelejar sobre ferro, contra o parecer do Mestre e do Condestavel, que se fartaram de prégar que a peleja, quando tivesse de havel-a, era fatal, fosse sob véla.

E aggravando a desastrosa idéa, fez amarrar as embarcações, atando dois viradores nas ancoras, recolhendo-os dentro pelas escotilhas das pôpas, passando logo amarra de navio a navio.

—«E d'este modo», — como diz o Chronista — «se enfeixaram, ficando o Almirante na rectaguarda.»

Era uma especie de molhe, de muralha fluctuante, de que o *S. Pedro,* n'um extremo, e o *S. Martinho* no outro, constituiam como que dois baluartes.

Fechava o porto, mas não podia mover-se, multiplicar-se, investir contra o mar.

Impacientes, os inglezes ensaiaram, em 7 de janeiro, —«ao saír do sol» — o derradeiro exforço.

—«Com vento tão brando que o mar se não bolia»,— avançaram as duas maiores naus inglezas.

A *London* surgiu tão perto do *S. Pedro,* que quando quiz virar deu com a pôpa na prôa da nossa Capitanea.

Do outro lado, atacou esta, outra nau ingleza, talvez a *Eagle.*

Jogava furiosamente a artilheria, mas o *S. Pedro,* cortadas pelos balasios inimigos as amarras, caíu sobre o *S. Lourenço,* e a urca, que podendo desenvencilhar-se, com a falta de vento, só podia jogar com as peças de prôa, ao passo que na rectaguarda o *S. Martinho,* immobilisado, não podia empregar uma só bombardada, porque a empregaria nos companheiros.

E—«sem um bafo de vento»—que permittisse desfazer aquella trapalhada, por todo o dia se prolongou a desigual peleja, soffrendo grossas avarias os nossos. Mas defendendo-se valorosamente, ao caír a noite, conseguiu desatracar-se a armada, e sobrevindo tempo fresco, tomou outro aspecto a lucta, indo corridos para o mar todos os combatentes.

Esfuracados pelas bombardadas a que haviam estado, todo o dia, expostos, os nossos navios faziam muita agua e foi violenta a faina da instante e provisoria reparação.

Tiveramos cento e sessenta mortos e duzentos feridos.

Mais grave era ter ficado desamparado o porto; mas se os inglezes surgissem n'elle, encontrar-nos-íam, no dia seguinte, a embaraçar-lhes a saída.

Começára, porém, com a noite a desencadear-se um temporal medonho, que, durante cinco dias, fez correr-nos á matroca os navios, aggravando-lhes o destroço e extenuando a gente.

Era naturalmente um d'aquelles noroestes,—o *shimaul,* como lhe chamam os arabes,—que de outubro a julho revolvem rijamente o Golfo persico e o mar de Oman.

Quando abonançou o tempo, a nossa esquadra voltou sobre o Cabo de Jasques, mas os inglezes, tinham desapparecido, recolhendo açodadamente as suas ricas sedas, e enterrando, proximo da pequena povoação persa, o cadaver de Shilling.

No *Indian office,* ha nota de um documento que não tive tempo nem occasião de ver, dirigido de Jasques á Companhia, em 13 de janeiro de 1621, por Richard Blyth, Robert Swan, Christopher Brown e *William Baffin.*

Deveria ser o relatorio do combate, e os quatro os que assumiram o commando dos navios.

Richard Blyth é que tomaria o commando supremo.

Apparece-nos no anno seguinte, ali perto, como agente, mas no anno anterior encontrâmol-o na esquadra de Shil-

ling e não tardará que o encontremos de novo, commandando contra nós mais numerosa esquadra.

Ruy Freire não soffrêra, propriamente, uma derrota, mas o cruzeiro estava mallogrado e perdido, por aquelle anno.

A esquadra reentrou em Ormuz, tristemente, sem salvas, por mostra de sentimento pela morte do Almirante, o João Borralho, indo o respectivo galeão, o *S. Martinho,* empavezado e embandeirado de negro.

O cadaver do prestigioso capitão foi solemnemente levado — «ao Carmo», — á igreja principal, e lá enterrado.

Os feridos distribuiram-se por casas particulares de — «casados da terra», — e pelo Hospital — «que era o de maior limpeza, provimento e piedade que havia em toda a India», — diz a Chronica.

Mas que tem tudo isto com o nosso documento?

Tem tudo.

O — «negocio» — de Jasques foi apenas o desenfadado *levantar do panno* da grande, da estrondosa tragedia.

Os persas, como os potentados da India, sabiam aproveitar-se excellentemente das brigas dos europeus.

Comprehendendo o aperto dos inglezes, o Khan de Xirás, ou como diziam os nossos: o *Cão* de Xirás (á ingleza: *Schiras)* retivera a cafila das sedas, quando atravessava o Moghistan, acabando por embargar formalmente o embarque em Jasques, sem que primeiro, por expressa convenção, os inglezes se obrigassem a ajudar os persas a expulsar-nos de Ormuz.

Os escriptores britannicos, — e ainda, o nosso illustre amigo Sr. Danvers, — passando rapidamente por este episodio, — que aliás não havia de ser unico no genero, — disfarçam-n'o e attenuam-n'o, naturalmente.

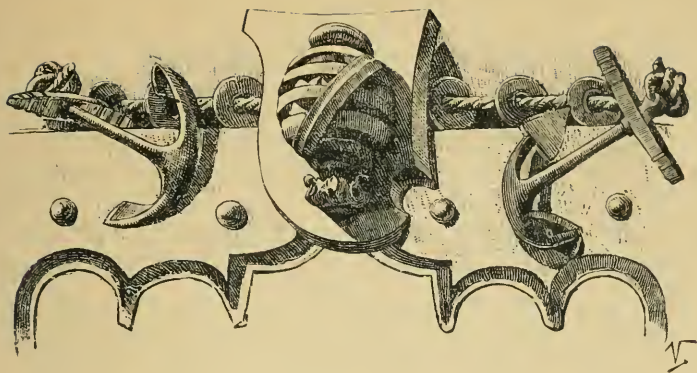
Fazem-n'o, por certo, de boa fé, n'um sentimento generoso, pudico.

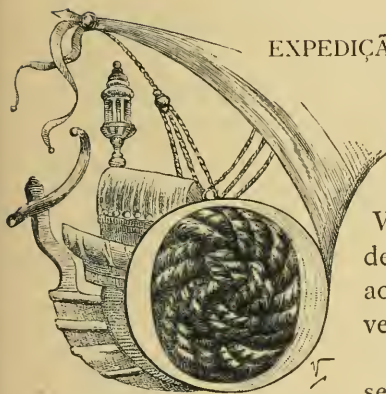
Mas fazem mal.

A triste convenção, — triste ou immunda, — pois que é um verdadeiro assalariamento a dinheiro, uma conjuração de rapina, produziu effeitos que ficaram assignalados, fortemente, na Historia.

E existe.

Com prazer o digo: á imparcialidade e á gentileza britannica devo poder hoje provar, com o proprio documento na mão, que disseram a verdade, nua e crua, os nossos chronistas nesciamente malsinados, tantas vezes, de exaggerados ou suspeitos.

Sempre me parecêra!

IV

EXPEDIÇÃO A QUEIXOME

O Vice-Rei D. João Coutinho, Conde do Redondo, fallecêra em Goa, ao terminar o seu triennio de governo.

Succedêra-lhe, interinamente, segundo determinavam as—«vias de successão»,—Fernão de Albuquerque, que tomára posse, dois dias depois, em 12 de novembro de 1619.

Fernão de Albuquerque era um velho fidalgo, com muitos annos de serviço e de residencia na India.

Era filho de um Estevão de Brito, Commendador de Panoyas e de Faro, cujo pae, matrimoniando-se, em segundas nupcias, com uma filha bastarda de outro Estevão de Brito, Alcaide Mór de Beja, D. Violante de Brito, fundíra as prosapias do duplicado appellido, sendo elle proprio filho do famoso Fernão Gomes *da Mina,* o do

contrato do descobrimento da costa norte-occidental da Africa.

Estevão de Brito tivera cinco filhos, que procuraram fortuna na Africa e na India.

Fernão de Albuquerque, que não sei bem por que, adoptára, excepcionalmente, este appellido, nascêra[1] por meado do seculo XVI, talvez em 1549, e distinguíra-se muito no verão de 1574, como capitão de uma fusta, no cruzeiro do Norte, de que era, então, Capitão Mór Fernão Telles.

Pelejára denodadamente com cinco navios malabares carregados de presas; tomára-os, e, trazendo-os á toa, apresára ainda, com grande briga e matança, uma nau de Meca, regressando a Goa, em 18 de abril, para voltar ao mesmo cruzeiro em igual dia de setembro d'esse anno, sob o mando de D. João da Costa, e sempre capitaneando uma fusta.

Em 1575 batêra-se em Gaipar, junto de Bracelor, e estivera depois na entrada do rio de Chale e na destruição de Perapangulem, contra o Samorim.

Era duro de carnadura e de animo; intelligente, brioso e honrado.

Deixára as aventuras guerreiras, e ahi por 1579 casára com D. Maria de Miranda, filha de Marcos Rodrigues de Varcas, Commendador das Filippinas, e de D. Ignez de Miranda de Azevedo, fidalgo casal europeu, que possuia e disfructava uma regular propriedade de varias aldeias e terras indianas[2].

---

[1] Estevão, o pae de Fernão de Albuquerque, casára com D. Guiomar de Castro, filha de Jorge Barreto. Tiveram estes filhos: Jorge de Brito, Lourenço de Brito da Mina, que foi duas vezes Capitão de Sofala, e morreu doido, por lhe sequestrarem os bens, Arthur de Brito, que morreu na India, João de Brito e Fernão de Albuquerque.

[2] Fernão de Albuquerque teve estes filhos:

— Jorge de Albuquerque, o dos nossos documentos, que casou duas vezes, a primeira com D. Izabel de Sousa, filha de Pedro Lo-

Não podia ser mais deploravel e oppressiva a herança administrativa do Conde do Redondo.

Não havia dinheiro; os rendimentos da Alfandega de Goa estavam hypothecados aos negociantes, que os cobravam por avultados emprestimos ao ultimo governo; os das outras falhavam ou decresciam consideravelmente; os cruzeiros ou estações navaes ordinarias haviam ficado por armar; apenas a esquadra do Canará se achava prestes, estando por fazer as armadas do Norte, do Malabar e do Cabo Camorim.

Inglezes e hollandezes corriam impunemente as costas; os potentados indigenas cresciam em insolente insubordinação; de todas as partes se pedia soccorro; andavam atrazados os soldos das guarnições; faltava gente fresca e de confiança; não vinham navios do Reino ou vinham minguados e destroçados.

A armada de 1618 composta de tres naus e duas urcas, sob o commando de D. Christovam de Noronha, navegando derramada, caíra no meio de uma forte esquadra ingleza, que, começando por se apoderar da urca *S. Sebastião,* capitaneada por Manuel Ribeiro, havia arrancado ao Noronha quanto dinheiro levava, para o deixar seguir até Goa, onde fôra processado e preso pela vergonhosa transacção.

Das quatro naus commandadas por D. Francisco de Lima, que haviam saído de Lisboa, em 1619, quatro

---

pes de Sousa, Capitão de Malaca e Geral de Ceilão, e de sua mulher D. Brites de Athayde; a segunda vez, por escriptura de 6 de junho de 1627, com D. Anna de Noronha, filha de D. Estevão de Athayde, Capitão de Chaul e de Sofala, e de D. Maria de Noronha;

—Fr. Diogo, religioso de S. Francisco;

—Soror Guiomar da Apresentação, religiosa—«de muita virtude»,—no Convento de Santa Monica de Goa (*Hist. da fund. do conv. de Santa Mon.*, por Fr. Agost. de Santa Maria, liv. 4, cap. 20).

Soror Maria do Sacramento, religiosa—«de grande virtude»—no mesmo Convento (*Id.*, liv. 4, cap. 21).

Manso de Lima, Ms. da Bibl. Nac.

dias depois de Ruy Freire, a *Paraizo* arribára logo, com um mastro rendido, a *Guia* invernava em Moçambique, e as outras tarde chegariam, se chegassem.

Fernão de Albuquerque começou por trancar a — «grande desordem e devassidão», — do descaminho das fazendas e dos direitos Reaes; procurou desembaraçar os rendimentos da Alfandega, que, em fevereiro de 1620, deixavam de ser absorvidos pelos agiotistas; mandou partir a armada do Canará; fez, e successivamente expediu, as outras; enviou soccorro a Malaca, e um dos seus primeiros cuidados foi reforçar Ormuz, mandando governal-a D. Francisco de Sousa, velho e experiente capitão, com noventa e nove soldados frescos e algum material de guerra.

Com Abbás I, feito imperador em 1584, entrára definitivamente a Persia n'um periodo de séria reconstituição unitaria; mas os turcos por um lado e os tartaros por outro, longa e absorventemente haviam distrahido os impetos do moço e intrepido *sophi*.

Abdallah-kan, o chefe prestigioso e valente dos Usbek, — á nossa moda: Usbeques — disputára-lhe rijamente o Korassan, e ao norte os turcos, em successivas invasões, por muito tempo lhe haviam embaraçado a consolidação do seu poder.

Vimos já, que não era só no Oriente, mas na propria Metropole, que apprehensivamente se considerava a importancia capital d'estas diversões, para o nosso dominio no Golpho persico.

Já n'uma Carta Regia expedida de Lisboa em 18 de fevereiro de 1595, recommendando-se ao Vice-Rei, que avisasse como o Xá — «ficou da guerra que tem com os Usbeques, e se duram ainda as treguas que tem feito com o Turco por este respeito», — francamente se accentuava — «a importancia que é conservar-se a amizade d'este Rei para o ir persuadindo e incitando a ter guerra com o Turco e il-o divertindo por essas partes *para se não empregar n'estas...*»

Mas a situação mudára inteiramente.

Abbás, o *Grande,* impozera a paz aos turcos; expulsára e subordinára os tartaros; firmára fortemente o seu poder unificador; abandonára a velha capital de Teheran, e transferindo-a para Ispahan,—para *Aspão,* como nós diziamos,—approximára-se estrategicamente dos seus mal seguros e cerceados dominios meridionaes.

Ormuz, nas mãos dos portuguezes, era como Tauris ao norte, em quanto Abbás não conseguíra arrancal-a aos turcos.

Dos varios vassallos ou *kans,*—á nossa moda: *cãos,*—que senhoreavam as margens e a costa, mais ou menos constrangidamente submissos e transigentes com a nossa influencia e suzerania tradicional, nenhum pensaria, decerto, em contrariar a politica triumphante do grande *Sophi,* com a unica excepção do de Ormuz, cuja secular tradição de independencia, não só politica, mas ethnographica, se amparava no nosso dominio.

Todos, como o proprio *Sophi,* mais ou menos andavam já intrigados e açulados pelos nossos competidores europeus; e um d'elles, principalmente, o mais poderoso e atrevido talvez, o *Kan* ou o *Cão* de Xirás estava naturalmente destinado a impôr-se á politica de Abbás, o *Grande,* ou a ser escolhido por ella para seu principal agente, n'um recalcado e interesseiro empenho de nos expulsar d'ali.

Xirás,—á ingleza Shiras,—a *Séde da Sciencia,* a vizinha e successora da velha e classica Persepolis, a patria de Hafiz, o Anacreonte persa, era já a segunda côrte e cidade da Persia, capital do *Fars* ou do Farsistan, a mais formosa e rica provincia do Imperio, que se alongava pelo Golpho para o sul, fronteirando ou abrangendo Queixome e avançando sobre o Cabo de Jasques e a costa.

A grande fraqueza dos persas, gente rija e aguerrida, era, e é, a sua ingenita repugnancia ao mar.

Os seus terraquins, que nas nossas mãos intimidavam cidades e fortalezas, não podiam disputar o dominio do extenso golpho ás nossas modestas galeotas, e as chaves d'esse golpho e da costa, isto é, de todo o commercio persico pelo Mar indico, tinhamol-as nós em Ormuz, em Soar, em Mascate, nos nossos postos habilmente distribuidos.

Comprehendendo e recommendando quanto importava evitar um rompimento, que, á parte a deficiencia actual de recursos, teria logo por primeira e desastrosa consequencia, suspender-nos e estancar-nos os que nos provinham ainda do trafico de Ormuz e do Golpho, Fernão de Albuquerque via bem que era indispensavel e urgente acautelar e reforçar a situação de Ormuz, até para intimidar os vizinhos e reprimir-lhes as velleidades d'esse rompimento.

A breve trecho da partida de Francisco de Sousa, enviava-lhe novos e importantes reforços de gente, de provisões e de material de guerra, por Vicente Fernandes e Francisco Ribeiro, capitães de confiança, e fazia preparar maior soccorro, que haviam de levar dois fortes galeões, no começo do anno seguinte.

Comtudo, as noticias do novo governador de Ormuz, ainda depois da chegada de Ruy Freire e do incidente de Jasques, eram relativamente satisfactorias.

A chegada successiva dos reforços produzíra a impressão desejada; o *kan* de Xirás,—«o Soldão da outra banda»,—satisfizera promptamente uma reclamação de D. Francisco de Sousa, restituindo uma somma de —«50 timões que havia tomado violentamente a um casado de Ormuz, pelo deixar vir para sua casa»;— o commercio corria—«como d'antes, e com tanto numero de mercadores, que é necessario mandar-se-lhes que despejem»;—em summa: a Fortaleza estava —«em muita paz e boa correspondencia com os vizinhos».

Mas não haviam de crear-se illusões.

Era necessario enviar mais gente para — «se reformar a que morreu e a muita que ha de fugir sem lhe podermos valer».

E depois, tendo a que havia, de embarcar e de seguir com Ruy Freire, os vizinhos, ostensivamente quietos e mansos, podiam — «intentar alguma maldade sobre o saco d'esta povoação, que tanto desejam, que bastará, o que Deus não permitta, para esta Fortaleza não erguer cabeça muitos annos».

Antes de francamente se atrever comnosco, esses vizinhos aproveitariam o primeiro ensejo, — nem sería a primeira vez, — de ajustar contas com os que se nos haviam submettido e entregue: — com o Rei de Ormuz, com a sua gente, com a opulenta povoação á nossa sombra mantida.

Mas Ruy Freire chegára.

Segundo as instrucções que trazia, só ao Governador Geral teria de obedecer, e uma d'essas instrucções mandava-lhe que occupasse e fortificasse Queixome.

D. Francisco de Sousa conseguíra desvial-o do primeiro impeto, com o cruzeiro de Jasques.

Fernão de Albuquerque, recebendo quasi simultaneamente a noticia da chegada e a do mallogro desastroso do cruzeiro, não se demorára em consolar o moço Geral e em prevenir a nova aventura, aconselhando-o a que viesse a Goa receber os dois galeões que lhe preparava de reforço, e que receiava arriscar, isolados, para voltar á desforra, e até para accudir ás naus do Reino, que viriam em caminho com o novo Vice-Rei.

A occupação de Queixome, n'aquella conjunctura, seria uma grande imprudencia.

Com a maior semceremonia do mundo os — «Ministros de Madrid», — decretavam estas cousas, porque não as viam nem previam de perto, mas ainda assim, o Rei só mandava fazer fortaleza em Queixome se as circumstancias dessem para isso logar.

E não davam.

Eram as mais apertadas e difficeis.

Fazer a Fortaleza de que serviria, se não havia com que a sustentar e conservar?

Serviria, apenas, para dar aos persas o pretexto de um rompimento formal; e não nos podendo sustentar em Queixome, sobre a nossa retirada viriam elles atacar Ormuz, tendo nós começado, com essa guerra, por estancar os melhores recursos de que, evitando-a, dispunhamos, ainda, para accudir áquella Fortaleza, e ás mais, na situação presente do Estado.

Devia sobrestar-se no assumpto; expôr as cousas para Lisboa; aguardar o novo Vice-Rei; assegurar a chegada d'este, porque a armada em que viria, poderia, derramada ou destroçada, caír nas mãos dos — «inimigos da Europa».

Principalmente importava perseguir e combater esses inimigos; intimidar a insubordinação dos potentados indigenas; proteger a navegação e o commercio do Estado.

«E lembro — dizia o velho Governador, escrevendo tudo isto a Ruy Freire, em 30 de março de 1621 — «e lembro, que não convém, que *por nossa parte* se rompa a guerra com o Xá, porque d'aqui não ha que esperar nenhum soccorro de dinheiro com que ella se haja de sustentar, e tanto que a houver, está certo fecharem-se os portos da Persia e seccar o commercio e o rendimento d'essa Alfandega, com que tudo perecesse».

Mas apprehensivo com o successo de Jasques e com a situação de Ormuz; receando já, talvez, que as suas recommendações sensatas e praticas não fossem attendidas pelos brios impetuosos de Ruy Freire, que aquelle successo naturalmente excitára; Fernão de Albuquerque, sabendo que a esquadra ingleza recolhêra a Surrate, fez partir os dois galeões, que á custa de desesperados esforços conseguíra armar e abastecer, com algumas centenas de soldados, cincoenta e seis peças de artilheria, trezentos setenta e cinco quintaes de polvora,

— «tres mil quinhentos e cincoenta pelouros de ferro, quinhentos e cincoenta de cadeia e quatrocentos e noventa de pedra», — e muito outro material de guerra e de reparação.

Para o commando d'estes galeões teve de chamar um fidalgo que andava homisiado, e de tirar outro da prisão, — «do tronco», — por serem dois capitães valentes e experimentados, e porque — «está isto em estado que eu não vi outra pessoa de que podesse lançar mão e se accommodasse a servir n'este logar».

Eram D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira.

Contra este ultimo, e seu sogro João Cayado de Gamboa, se expedíra, em 1 de fevereiro de 1618, uma Carta Regia, mandando que — «sejam presos em ferros em qualquer parte em que se acharem, e trazidos a Goa... pelas culpas que commetteram contra o Bispo d'aquella cidade».

Gamboa estava servindo de capitão de Malaca, o que não impediu que o Conde do Redondo, recebida a ordem, mandasse ao Ouvidor d'aquella praça, o Licenceado Sebastião Soares Paes, que logo o prendesse — «em ferros» — e o enviasse ao — «tronco» — da capital.

Das culpas que haviam feito homisiar D. Manuel de Azevedo, não sei, nem vale a pena indagar agora.

Commandava este a expedição, no galeão *Todolos Santos,* indo provido na vaga de Almirante da armada de «alto bordo», e chamava-se *Victoria* o outro galeão, capitaneado por D. João da Silveira.

Parece, e isto se observou contra a memoria de Fernão de Albuquerque, no processo posthumo, que entre Ruy Freire e o Azevedo houvera anteriormente qualquer rixa, — «algum dissabor» — como escrevia o proprio Fernão de Albuquerque annunciando ao primeiro a nomeação do segundo.

Mas, além de que essa circumstancia se não apurou, nem realmente parece ter influido nos successos futuros, o Governador previne dignamente que — «estando o

serviço de Sua Magestade de permeio» — tal circumstancia se annulla, tendo, ao mesmo tempo, esta expansão desoladoramente expressiva:

> — «E quando Vossa Mercê souber o que aqui se passou e se padeceu sobre a gente da guerra para estes galeões e o que fizeram os fidalgos, que eram os que costumavam buscar semelhantes occasiões com tanto fervor, que era muitas vezes necessario desvial-os d'ellas, entenderá isto melhor...»

Quando os galeões chegaram, em maio, a Ormuz, a expedição a Queixome estava resolvida, e Ruy Freire não pensou em recuar.

Logo que chegára de Jasques desapparelhára a armada, para concerto, e reclamára a reunião solemne de um conselho a que assistisse o Rei de Ormuz, para se resolver sobre a occupação de Queixome.

Conserváramos aquella, como outras Realezas indigenas, rodeada de toda a ostentação symbolica do direito e do poder magestatico, fazendo-a exercer-se, em nossa segurança e proveito, na plena tradição da sua auctoridade e origem.

O Rei de Ormuz era um homem intelligente e valente, perfeitamente compenetrado de que os perigos que nos ameaçavam, por igual, ou mais, ainda, impendiam sobre elle, que seria expoliado e destruido, irremissivelmente, se lhe faltasse o nosso amparo.

Nem o salvaria uma traição que nós facilmente lhe truncariamos com a cabeça, ou que, ainda quando triumphante, o entregaria, impotente e exauctorado, aos rancores dos *kans* vizinhos e ao desprezo e castigo do Poder persa.

Accudiu, pois, pressuroso e magnifico, á convocação, dirigindo-se á Fortaleza.

Vinha adiante um camello ricamente ajaezado, em que um mouro tangia rijamente dois grandes atabales de

cobre dourado, e logo outro em que eram tangidos quatro atabales mais pequenos.

Quatro mouros, em bellos cavallos do paiz, empunhavam dois guiões de tafetá verde franjados e estrellados de ouro, com meias luas de prata, ao centro, e dois bastões, — «insignias de justiça».

Seguiam-se dois ternos — «de instrumentos, como charamellas,» — quatro trombetas bastardas, e um troço de pagens palacianos.

O Rei montava um cavallo ruço, arabe, rodado, com sella e guarnições de bordadura de ouro, sendo d'este metal — «o freio, os cascaveis e a mais ferragem», — e tendo — «cabo e coma tomados com rosas de listões varios, e na testeira grande copia de pennachos encarnados».

O nominal Senhor vestia — «uma marlota de melique encarnada, verde e ouro, com meias mangas, gibão de córte de Filippinas, calções de veludo encarnado, com sapatos, meias e ligas á Portugueza».

Cingia-o um panno branco, de prata; na cinta trazia um alfange guarnecido de ouro e pedraria, e cobria-lhe a cabeça um turbante persa, de seda encarnada e ouro.

Um deslumbramento!

Á esquerda, segundo a moda da terra, o logar de honra, cavalgava o Principe Real, e á direita o Guazil, especie de primeiro Ministro ou Governador, que era, ás vezes, o verdadeiro Rei, como tem succedido e succede em outros paizes e tempos do nosso conhecimento.

Fechava a imponente procissão a cavallaria Regia e a famulagem da Côrte.

A recepção fez-se tambem com solemne ceremonial.

Rufaram os tambores na Fortaleza, e uma companhia de soldados veio estender-se na ponte levadiça.

Apeou-se o Rei — «para não dar logar ao Capitão que lhe tivesse o estribo, conforme seus estatutos», — e avançou o Alferes portuguez a meio da ponte, abatendo cinco vezes a bandeira, pelo que havia de re-

ceber do illustre Senhor o bello emolumento de 100 patacas.

Á primeira porta estava o Capitão, o D. Francisco de Sousa, e o vereador mais velho, que tendo duas chaves n'uma salva de prata, e, pondo um joelho em terra, as offereceu ao Regio visitante.

Pegou-lhes este, dando-as ao Capitão que, passando-as ao Alcaide Mór, se collocou ao lado do Rei, — « hombro por hombro », — e seguiu com elle até á sala do Conselho.

Reunida e aberta a sessão teve a palavra Ruy Freire.

Foi breve e incisivo o discurso.

Desabotoando a roupeta, e tirando d'ella o Regimento que trouxera do Reino, e uma carta que de lá recebêra ultimamente, o Geral expoz, que, tendo-lhe sido encarregado defender no Cabo de Jasques aos inglezes o porto e as sedas, e fazer com toda a brevidade possivel a Fortaleza de Queixome — « dando logar as cousas d'aquelles estreitos », — cumpríra o primeiro encargo — « com tão valorosa gente », — como se víra, e estava prompto e prestes a cumprir o segundo — « pelo grande serviço que se faz a Sua Magestade n'esta obra e pela utilidade que d'ella a esta Fortaleza e Reino de Ormuz se segue ».

E, beijando o Regimento e a carta, entregou-a ao Rei, que a passou a D. Francisco de Sousa.

Este fel-a ler em voz alta, e — « propoz seu parecer », — abrindo a discussão.

Perfeitamente identificado com o pensamento do Governador Geral, D. Francisco de Sousa, reivindicando a auctoridade propria do seu longo conhecimento e experiencia de velho soldado da India, declarou peremptoriamente que — « como Christão e leal vassallo » — entendia que não se devia dar execução a tal obra, nem pol-a em effeito — « porque ainda que a esterilidade d'esta ilha, até com notavel falta de agua, lhe impossibilita o sustento, e de termos em Queixome a fortaleza ... se

lhe siga todo o provimento necessario, em se começando a obra se acaba a amizade do Persa, e temos mais n'este poderoso inimigo a guerra muito apertada, em tempo que o Estado da India está tão attenuado».

Propunha, pois, que se sobrestivesse na idéa, representando superiormente a inconveniencia e inopportunidade d'ella, mas que ninguem lhe malsinasse o voto sincero e leal, porque—«os filhos, a vida e a fazenda offerecia logo ao serviço de Sua Magestade n'esta obra»,—se ella tivesse de ir por diante.

Seguiu-se a fallar o Rei de Ormuz.

Fallou emphatica e imaginosamente como cumpria a um oriental.

Sabia bem que—«a conservação da paz é a alma dos imperios»,—mas—«todas as fraldas do mar de que o Persa está de posse»—eram d'elle, Rei de Ormuz, e Queixome, além de ser d'elle—«a vendeu El-Rei de Persia a El-Rei de Portugal».

Que—«quando a tyrannia ecclipse tanto a rasão que o Persa se opponha»—elle Rei de Ormuz tinha gente e dinheiro—«para lh'a defender por El-Rei de Portugal a todo o poder do mundo».

O que não podia ser era que o xeque de Comorão —«com dois negros»,—podesse vexar Ormuz—«pela necessidade que tem de seus mantimentos».

Não póde levar-se a mal esta calorosa disposição do Rei:—sem prejuizo da sua sincera dedicação por nós, advogava e promovia o proprio interesse,—um interesse capital e tradicional da sua ephemera Realeza.

Tempo houvera em que Queixome fôra para os Reis de Ormuz, transferindo-se para ali, um meio de se emanciparem da dominação portugueza e de ameaçal-a de inanição.

Os portuguezes os haviam trazido, esforçadamente, á sombra da Fortaleza.

Construindo esta, o grande Albuquerque dispozera-a por maneira a poder dispensar o abastecimento de Quei-

xome, onde o nosso estabelecimento menos seguro e dominador ficaria, por mais accessivel á competencia e á invasão dos persas do lado da terra, por menos desafogado e imponente do lado do mar.

Mas a prudencia e a experiencia dos dois velhos soldados da India, do que defendia Ormuz e do que transitoriamente governava em Goa, tinham de ceder e curvar-se á influencia prestigiosa, á palavra quente, enthusiastica, á acção aventurosa e intrepida do moço General recemchegado da Côrte, que fallava em nome do Rei, e trazia d'elle, directamente, o poder e as instrucções.

O conselho votou pela empreza de Queixome.

Começaram logo os bandos para o alliciamento de voluntarios; fizeram-se as pagas á soldadesca; activaram-se os aprestos da expedição; e quando chegaram de Goa os galeões, os dois capitães D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira receberam ordem de se encorporarem immediatamente n'ella, com toda a sua gente, deixando apenas a indispensavel á guarda dos navios.

Ficava desfeita ou immobilisada aquella bella armada «de alto bordo», que, reparada e accrescida, á custa de tantos esforços, podéra ainda intimidar seriamente o corso e o trafico dos inglezes e hollandezes.

A 7 de maio de 1621 largava de Ormuz a expedição, em trinta galeotas, uma galé, uma urca: a *Conceição,* e um patacho: o *S. Lourenço.*

Commandava-a o proprio Ruy Freire de Andrade, e compunham-n'a dois mil soldados portuguezes, — dos mais experimentados e melhores, — e mil — «mouros» — Ormuzianos fornecidos pelo Rei.

Como na aventura de Cesar, Ruy Freire podéra dizer ao atravessar as tres leguas de mar, que separavam Ormuz, de Queixome: — *alea jacta est.*

Declarava a guerra á Persia.

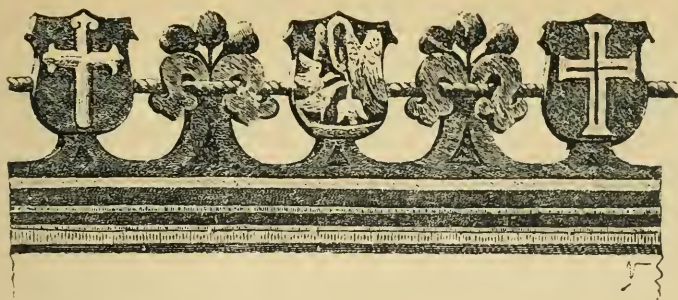
Que, rigorosamente, apenas, e por pouco, se antecedia a esta.

Certamente, Fernão de Albuquerque tinha rasão.

Era uma perigosissima aventura.

Mas, tambem, aberto o Comorão e Jasques aos inglezes; desconsiderada e desfeiteada mais ou menos ostensivamente a nossa tradicional suzerania; desviado e sangrado crescentemente o commercio, Ormuz, ir-se-ía despovoando e empobrecendo, ficando, um dia, reduzido a inutil espantalho de impotente dominio.

A guerra podia perdel-o, de vez; cahiria, ao menos, nobremente, como o gladiador antigo, honrando e revigorando a tradição do nosso prestigio e da nossa força.

Mas podia, tambem, fazer recuar por largos annos, dissolver e recalcar, por todo o golphão arabio e hindustanico, a conjuração da soberbia mussulmana e da cubiça europêa.

V

COM AS ARMAS Á MÃO

ISHM, Keichm, Kishmish,—em persa arrevezado de inglezes,—ou Broct, Vroet, e até Djessen,—nos laivos de erudição geographica dos hollandezes;—em summa, a nossa Queixome, é uma tira de terra que se alonga n'uma extensão de vinte leguas, approximadamente, por duas a tres de largo,—«da outra banda»—de Ormuz, separada da terra firme pelo estreito braço de mar que os inglezes caprichosamente chamam *Clarence straits.*

Jezirat at tauilla, ou—«ilha longa,»—a appellidam os persas, e não se esquecem os eruditos de lembrar que é a antiga *Oaracta.*

Ao contrario de Ormuz e de outras pequenas ilhas semeadas no Golpho:—como Larack, a nossa Laraca, Mamet, Suri, que parece um hiate, Sheik-Suaib, velho ninho de piratas, as proprias Bahrein, tão conhecidas

pelas suas perolas; — Queixome é uma terra rica, agricultada, bastante povoada, ou, como diz o nosso principal guia: — «fertilissima, abundante, fresca, e por extremo viçosa de pão, gados, fructas de todas as sortes e excellentissimas aguas, habitada de lavradores ormuzianos e persas».

Um appetite!... n'aquellas paragens.

Na ponta oriental tem o seu mais seguro accesso: um porto baixo, de areia, para pequenos navios apenas, onde se faz a melhor aguada do golpho: — o *Congo,* nome que costuma mystificar um pouco os que começam a ler as nossas Chronicas orientaes, e que deriva, naturalmente, de *Kongon,* importante povoação proxima, na terra firme.

Comprehende-se que fosse este Congo um dos aperitivos da empreza de Ruy Freire.

Queixome tem tres povoações: uma que lhe dá ou d'ella recebeu o nome; outra, Laft, salvo seja, — á nossa moda: Lafetá, — ao norte, e Basidoh, na extremidade oeste, que mais de um geographo entende que será corruptella da palavra portugueza: *embaixador,* observando encontrarem-se ali, ainda, ruinas portuguezas.

É talvez uma lembrança de Andrade.

Em frente, do outro lado, depois de larga facha palustre, a terra eleva-se em serrania, e no sopé de um monte: doentia, secca, hoje quasi deserta, fica Gombroon, o nosso Comorão, o Bander Abassi ou porto de Abbás, uma das vanguardas de Abbas *o Grande* contra nós.

Ao tempo da nossa historia, Queixome devia ser, muito approximadamente, o que é hoje.

Vencendo, em poucas horas, a pequena distancia de Ormuz a Queixome, a expedição de Ruy Freire, viu que guardava a praia uma consideravel força persa, parte a cavallo, computada em tres mil homens, armados de espingardas, — «em seus valos e trincheiras».

Eram, pois, os persas que rompiam a paz, invadindo e occupando a ilha que se considerava nossa, e que,

pelo menos, se considerára sempre do nosso vassallo de Ormuz.

Ancoraram as nossas embarcações a distancia; passou-se a noite na preparação do desembarque, e de madrugada Ruy Freire, tendo feito confessar-se e commungar a gente, mandou avançar as galeotas que vinham á toa do patacho e da urca, e que foram surgir em 6 braças de fundo, para operar e cobrir o desembarque, um pouco adiante, n'uma bella praia de areia.

Um milheiro de cavalleiros persas correu a impedir a manobra, mas a artilheria de bordo fel-os recuar, destroçados, ao mesmo tempo que varejava os valos e as trincheiras.

Desembarcaram, pois, rapidamente, mil arcabuzeiros e quinhentos mosqueteiros portuguezes e os mil «mouros» do Rei de Ormuz, ordenando-se logo a batalha.

Da vanguarda tomou conta Ruy Freire, confiando a rectaguarda a D. Manuel de Azevedo, e nomeando Mestre de Campo, D. João da Silveira, os capitães dos dois galeões, recemchegados de Goa.

Continuavam as embarcações a alvejar os persas, e contra estes marchou, ao longo da praia, a força, que a pequena distancia estacou para que as galeotas pozessem — «as proas em terra», — reforçando e guardando o assalto.

Não foi, porém, necessaria a operação, porque os persas se apressaram em fugir.

Occuparam os nossos o campo abandonado, e começou, expedito, n'esse dia e nos seguintes, o trabalho de fortificação.

Com as vélas fizeram-se tendas, e com pipas, que se entulhavam de areia e terra, fez-se uma trincheira seguida, — «de mar a mar».

Grandes mastros e pranchas de taboado, que não esquecêra trazer nas embarcações, serviram de carcaça á construcção de quatro baluartes — «muito fortes e repregados» — que se entulharam até 4 braças de altura,

com paredes de 8 palmos de largo, feitas de pedra e de um barro azul — «mui fino que liava como cal».

Revestidas as faces, de pedra e cal, cavalgaram-se, em cada baluarte, tres peças de artilheria — «de 24 libras».

Seguindo a primeira trincheira de pipas entulhadas, levantou-se a linha da muralha geral, com pedra e com barro, revestida a pedra grossa e cal, n'uma espessura de 5 palmos, — «com suas andainas e seteiras, e uma cava que tinha 4 braças de fundo até á nascença da agua e 20 palmos de largo».

Tudo isto se fez em dias, n'uma faina rija e apressada, em que os capitães trabalhavam como os soldados, carretando pedras e entulhos, com as armas á mão, sob um calor de rachar e a imminencia de um formidavel ataque.

Lá diz, por exemplo, uma certidão de Manuel Borges de Sousa, Védor da Fazenda em Ormuz, que D. João da Silveira, o fidalgo capitão arrancado do — «tronco» — de Goa para o commando do galeão *Victoria,* em Queixome — «assistiu, emquanto se entrechavam, onde me affirmaram que se dera no trabalho, a muitos, carretando muito mato para se encherem as pipas das tranqueiras».

Simultaneamente faziam-se os alojamentos, as casas, — «as officinas convenientes», — e estando a obra n'este adeantamento, soube Ruy Freire, pelos seus espias, que se approximava uma força persa de seis mil homens sob o commando de um general de nome, que os nossos appellidam, euphonicamente, de «Abadulação», de Abd'Ullah-Hassan, decerto[1].

---

[1] Apesar da singular fidelidade euphonica dos nossos chronistas, na tradição dos nomes orientaes, são difficeis, ás vezes, as identificações. Suggeriu-me esta, o encontro, na obra de Lycklama *(Voy. en Russie, au Caucase et en Perse),* de um governador de Xiras, quando ali esteve aquelle viajante (1865-1868), chamado: Hassan-Abd'Ullah.

Baptisando os baluartes, o Geral repartiu os capitães e a gente.

No *Madre de Deus,* o primeiro, do lado do mar, ficou elle; o do *Espirito Santo,* que se lhe seguia para a banda da terra, confiou-o ao commando de Diogo Pereira de Macedo; o terceiro, ou de *Santiago,* deu-o a Sebastião Pereira de Macedo; e o quarto, o do outro extremo, para o lado do mar, o *Santo Antonio,* ficou a Balthazar de Chaves, um dos officiaes em quem Ruy Freire teve sempre, e com rasão, a maior confiança, transmontano intelligente e bravo que é tempo de incluir entre os mais heroicos Capitães da India.

Poz ainda a—«Casa da polvora»,—o paiol, a cargo de Manuel Cabaço; o terraço da Fortaleza, ao de Fernão de Barros, e os tres lanços intermedios da muralha, ao de—«tres capitães de honrada satisfação».

Podia começar a tragedia.

Um dia voltaram os espias annunciando que os persas vinham a duas leguas, e horas depois appareceram elles a descer e cobrir uma serra fronteira.

Começou a comprimental-os a artilheria dos baluartes, e como parecessem pouco dispostos a approximar-se, enviou-lhes Ruy Freire, ao encontro, até—«ao Palmarinho»,—a quinhentos passos da Fortaleza, um forte esquadrão, com tambores á frente, rufando, n'um desafio atrevido e ironico.

Recolheu á noite o piquete, sem ter conseguido pôr-se em contacto com o inimigo, e saudando a Fortaleza com uma alegre salva de mosquetaria.

Ruy Freire, pouco tranquillo, ainda assim, escreveu para Ormuz, e os persas aproveitando a noite, avançaram até um palmar, a noroeste quinhentos passos, entrincheirando-se fortemente, com valos, até ao tal Palmarinho que os nossos tinham explorado horas antes.

De manhã romperam em viva arcabuzaria, acompanhada de grande alarido; mas a artilheria dos baluartes arrasou-lhes a fortificação, matando muitos.

Para os desalojar, de vez, organisou-se, um dia, uma sortida de mil portuguezes e quatrocentos ormuzianos, em duas columnas.

Como os trajes dos ultimos se confundiam com os dos persas, tiveram de distinguir-se por divisas brancas nos braços.

Commandava uma das columnas Balthazar de Chaves, que devia seguir, pela calada da noite, a praia e atacar, pelo flanco, a posição do Palmarinho.

Capitaneava a outra, Sebastião Pereira de Macedo, que iria pelo lado de umas pedreiras, a nordeste, atacar os valos em que o inimigo se abrigava, mas cautelosamente, porque estavam abertos esses valos — «á flor da terra».

A um toque de trombeta bastarda e um tiro no baluarte do *Espirito Santo,* deviam recolher as columnas, que levavam ordem de não poupar vidas ao inimigo.

Precisavamos impôr-lhe um grande terror.

Foi completo o exito da sortida.

Pereira de Macedo chegou, sem ser sentido, aos valos; matou seiscentos persas e afugentou, apavorados, os outros, d'aquelle lado.

Balthazar de Chaves fez o mesmo no Palmarinho.

Cortaram as cabeças a quantos puderam e trouxeram muitas.

Encarniçados na matança, foi necessario repetir o signal convencionado para que recolhessem.

A surpreza dos persas fôra tal, que as nossas perdas limitaram-se a dois lascarins de Ormuz, mortos por engano, e na columna do Pereira a um portuguez morto e tres feridos.

Ruy Freire mandou pendurar fóra da cava as cabeças, em paus dos remos das galeotas.

Mas o terrivel desastre e esta ostentação sangrenta, em vez de intimidar os persas, fel-os avançar, a descoberto, com denodada furia, em successivos ataques.

Resolveu-se, em conselho, uma nova e mais vigorosa sortida.

Organisou-se esta em tres esquadrões, com dois mil e duzentos homens:—mil e seiscentos portuguezes, e seiscentos lascarins dirigidos pelo capitão de guerra do Rei de Ormuz, Hali Camal.

Confessaram-se os portuguezes, acabando de commungar á meia noite, e ás tres horas, poz-se em marcha a expedição—«com as caixas caladas e as armas na mão».

Commandava a vanguarda D. Manuel de Azevedo, levando comsigo os capitães João Pereira de Macedo, Manuel Cabaço, Fernão de Barros, Braz Rodrigues Banha, Pedro Alvares, e a gente de Ormuz.

Na rectaguarda ía o proprio Capitão Mór Ruy Freire, com D. João da Silveira, Balthazar de Chaves, Diogo Pereira de Macedo, Jeronymo Tavares, Lourenço Alvares Chamorro, D. Manuel de Sousa, Fernão Rebello, Pero Gomes de Azevedo e Miguel Botelho, sargento mór de Ormuz.

O inimigo afastára-se, e, já de manhã, soube-se pelos espias, que estava para além do primeiro campo, a pouco mais de meia legua, ao abrigo de um monte.

Rompêra já o sol, estariam os nossos fatigados, mas venceu-se a distancia e o monte, e deu-se de cara com os persas, que na força de tres mil infantes e oitocentos cavallos avançavam em boa ordem.

—«Abrazava o sol n'aquelle sitio, e estavam os nossos com a calma, desvêlo da noite e cançaço do caminho, impossibilitados para o jogo que se lhes offerecia.»

D'esta vez,—caso extraordinario!—foi Ruy Freire que se intimidou, arrependido, decerto, de ter avançado tanto, e vendo arriscada a obra que tamanho esforço lhe custára.

Ordenou a retirada, que se fez, sem desastre maior, sem impeto dos persas, sendo muito castigada a sua

cavallaria em duas vezes que carregou sobre a nossa rectaguarda.

Seguiu-se um periodo de relativo descanço, que Ruy Freire aproveitou para levantar mais o lanço dos muros da fortaleza, tendo avisos de que da terra firme vinham passando muitos reforços ao inimigo.

Havia ordem rigorosa de ninguem saír da Fortaleza, sob pena de morte; mas como — «eram intensissimas as calmas, e como não havia mais estancias que tendas de cotunia e o Nordeste chamado n'aquella costa Ferim, abrazava, porque é fogo, quando venta» — tres soldados aventureiros, sendo um, Filippe de Affonseca, dos mais estimados pelo Capitão Mór, permittiram-se, um dia, ir gosar o fresco das pedreiras proximas, onde vieram ter com elles dois «mouros» carregados de — «uvas, figos, damascos, melões e melancias».

A inesperada e deliciosa merenda fez-lhes naturalmente repetir a infracção, mas Ruy Freire teve rebate d'esta, e saíndo com alguns capitães — «a correr o campo», — surprehendeu os delinquentes.

Ruy Freire era inflexivel.

Posto estimasse o Affonseca, e por isso mesmo, dispoz-se a executar n'elle a pena da infracção, — «para escarmento de outros», — mas desarmou-o um gracejo do moço soldado, — «que lhe lembrava que Adão quebrára a lei de Deus por um pomo em um paraiso onde gosava quanto o gosto podia appetecer, e que elles quebraram o bando n'aquella hora que tinham desoccupada, por tantos e tão diversos», — como os que o Capitão via ainda nos destroços da fresca refeição.

E mais, seguramente, do que o gracejo, lhe reprimiu a rigidez da disciplina, a idéa de apanhar os dois — «mouros» — das fructas que poderiam dar-lhe informações preciosas do que se passava no campo inimigo.

Gratificou, pois, os aventureiros, com — «dez patacas», — impondo-lhes a condição de lhe levarem os suppostos vendilhões, quando voltassem.

Assim succedeu. Voltaram, não dois, mas quatro «mouros» com fructas, deixando-se facilmente convencer a ir vendel-as á Fortaleza.

Interrogou-os Ruy Freire, suspeitando-os e ameaçando-os por espiões.

Como nada confessassem, mas—«sabendo-se decerto serem espias»,—mandou cortar a cabeça a tres, o que moveu o quarto, o mais velho, a falar, dizendo ser capitão de dois mil homens de cavallo, que com aquelles disfarces procurava realmente ver a Fortaleza e conhecer a situação dos nossos.

A melhor informação que deu foi que o *Kan* de Xirás reunira em Lar,—«Lara»—vinte e cinco mil homens para reforçar o Abadulação, que era seu sobrinho, e que este tinha já em Queixome oito mil «escopeteiros», aguardando-se a lua nova para a passagem do grande reforço.

O pequeno episodio, o incidente, a anedocta, é um elemento precioso de historia, muito erradamente desdenhado, quasi sempre, pelos que fazem esta.

Melhor, e mais viva e seguramente do que as mais cuidadas descripções, dá, muitas vezes, a comprehensão nitida, do meio, das circumstancias, dos caracteres.

Por isso me demoro n'esta, como me demorarei em outras.

Porque hei de apressar-me?

Entregando o supposto ou real espião ao Chefe dos lascarins, Ruy Freire avisou Ormuz da gravidade da situação, e tratou de guarnecer, de paredes, a cava—«em que consistia a força da Fortaleza porque os persas são grandes mestres de minas e engenheiros, em que excedem a toda outra nação».

Pouco, depois, via-se privado de dois dos seus mais prestigiosos auxiliares: um o D. João da Silveira, enfermando gravemente no esforço do novo trabalho teve de ser mandado para Ormuz, com a sua gente combalida;—o outro, o D. Manuel de Azevedo, aban-

donava-o, insubordinado, n'um impeto de despeitada prosapia.

Dois soldados, tendo acutilado o seu Alferes, refugiaram-se na estancia confiada ao commando de D. Manuel de Azevedo.

Foi Ruy Freire ali, prendeu os discolos, e—«lhes mandou pregar as mãos na porta da Fortaleza».

Emproado na sua fidalguia e entendendo que o Capitão Mór lhe devia ter mais respeito, porque fôra seu soldado quando elle era Capitão de Chaul, o impetuoso personagem mandando buscar algumas terradas,—especie de lanchas de carga,—embarcou n'ellas com os soldados da sua companhia e partiu para Ormuz.

Mas Ruy Freire não afrouxou na sua energica actividade.

Engrossando a miuda armada de que dispunha, expediu vinte e cinco galeotas e alguns terranquins, a impedir, a ferro e fogo, a passagem dos persas, da terra firme.

A expedição deveria postar-se na ponta de Lafetá, estendidas em comprida linha as galeotas, a tiro de peça, uma da outra, guardando os terranquins no meio.

Commandava-a Miguel Botelho, tendo por officiaes alguns dos mais distinctos da campanha:—Jeronymo Tavares, Sebastião Pereira de Macedo, Antonio Palha, Lourenço Alvares Chamorro, Luiz Martins, Braz Rodrigues Banha, Pedro Gomes de Azevedo, Manuel Cabaço, Luiz Serrão, João de Andrada da Gama, Manuel de Sousa, Pedro Alvares de Castello Branco, Diogo de Macedo, Gaspar Pereira Paes, Francisco d'Affonseca, Antonio Leitão, etc.

Dá gosto desempoeirar estes nomes, tão portuguezes, todos, que lá andavam n'estas façanhas, continuando o do velho e glorioso Portugal, emquanto aqui, na Europa, outros, tão outros, o traziam arrastado e vilipendiado na servidão hespanhola.

Como dispozesse ainda de seis galeotas, dois patachos, uma galé e dez terranquins,—«e porque as fraldas do mar se não tivessem por isentas»,—Ruy Freire expediu João Ferrão de Castello Branco, «um casado» de Ormuz, com seis galeotas, levando duzentos soldados velhos portuguezes, e os terranquins carregados da gente de Ormuz sob o mando de Hali Camal, para atacar e destruir—«a cidade do Congo»,—a *Kongon,* de que já falámos.

Convirá dizer, de passagem, que este Hali Camal,—que por má tradição do nome, não perca,—era um persa, importante e valente, que se bandeára para o Rei de Ormuz, no proposito de vingar-se terrivelmente do Xá que lhe matára o pae e dois irmãos.

Ah! como prevíra o velho Fernão de Albuquerque, que a occupação de Queixome era o rompimento com o Persa?!

O soberbo *kan* de Xirás, e o proprio Abbás *o Grande* desvanecido com as suas victorias sobre o Turco e os Tartaros, faziam a guerra aos portuguezes, e propunham-se a correl-os do Golpho?!...

Pois Ruy Freire acceitava a situação e o repto: atacava francamente a Persia, e ía encher de fogo e de sangue esse golpho, a golpes de prodigiosa audacia.

Kongon, a traficante cidade, foi a primeira victima e não havia de ser a unica.

Aportando ali, de noite, João Ferrão lançou em terra cento e cincoenta portuguezes e outros tantos lascarins com o seu Capitão Camal, fazendo incendiar e saquear grande parte da cidade, e pondo fogo, no porto, a tres grossas galeotas e a mais de trezentas terradas.

Surprehendidos e apavorados, os persas, só pensaram em fugir.

Em Queixome, os trabalhos continuaram activissimos.

Do baluarte de *Santo Antonio* até ao mar, construiu-se um muro, para defender melhor a desembarcação, de tres braças de altura por cinco palmos de largo, in-

flectido para sudoeste, terminando na agua por um novo baluarte.

No outro extremo, do baluarte do Capitão Mór, lançou-se um muro igual no mesmo sentido, e acompanhando um e o outro, a cava,—«ficava a Fortaleza feita ilha».

Ao revez dos baluartes de *Santo Antonio* e do Capitão Mór, abriram-se nos lanços do muro duas portas com—«suas escadas fundas»,—e externamente uma parede de anteparo que as disfarçava, por baixo da qual se descia á cava que assim poderia servir de caminho a coberto.

Levantou-se ainda um grande baluarte Cavalleiro, pegado com o de *Santo Antonio,* para defeza do porto, e montaram-se mais oito peças de bronze—«de 30 libras».

Mas os cuidados d'esta espantosa faina, não absorviam inteiramente Ruy Freire.

Mandando pedir a Ormuz duas terradas bem equipadas e providas para dois mezes, Ruy expedia-as capitaneadas por Filippe de Affonseca e Gaspar Pereira Paes, incumbindo-os de lhe trazer noticias da costa da Arabia, ou d'Oman, verificando se Jalufar, terra então importante d'aquelle lado, estava levantada contra o Rei de Ormuz, a quem era sujeita.

Com grande surpreza, os veleiros barcos estavam de volta em quatro dias.

Atravessando rapidamente o golpho, tinham ido até ao Cabo Mussendom,—o nosso Mosandão,—correndo a costa, verificado que não só Jalufar, mas Rames estavam revoltas, e capturando duas grandes embarcações em que os Xeques d'aquellas povoações se dirigiam á Persia para se submetter ao Xá, offerecendo-lhe os seus serviços.

Ruy Freire premeiou o Affonseca, dando-lhe a sua terrada com os despojos obtidos; entregou os Xeques, a «Miragonadim», outro Capitão do Rei de Ormuz, que lhes impoz 120:000 patacas de resgate, e armando tres

galeotas, regressadas do cruzeiro de Lafetá, com quatro peças dos galeões, cada uma, — «de 30 libras», — enviou-as sob o commando de Jeronymo Tavares, a submetter Jalufar, reforçadas por dez terraquins de gente de Ormuz.

Aportando ali a pequena expedição, Tavares intimou o governador insurrecto, que era sobrinho do Rei de Ormuz, a entregar-lhe a Fortaleza em vinte e quatro horas, e como elle lhe respondesse insolente, desembarcaram os nossos, queimando a povoação e occupando a mesquita, d'onde começaram a bater a Fortaleza. Esta, porém, rendeu-se, e Tavares entregando-a ao Capitão ormuziano Hali Camal, com duzentos soldados, voltou a Queixome com o governador submettido e muitos persas prisioneiros, que ficaram servindo os portuguezes sob a direcção d'aquelle.

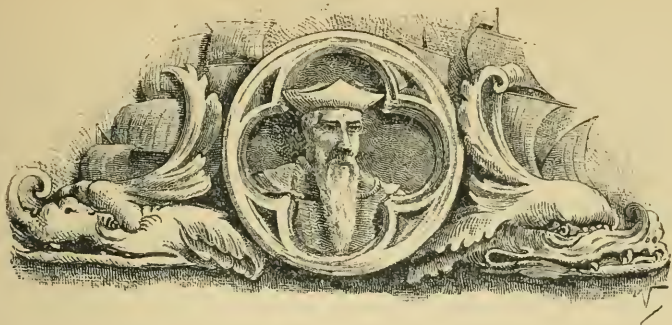
Seguidamente, e como para experimentar essa gente, mandou-a Ruy Freire n'outra expedição commandada por Sebastião de Macedo, arrazar e incendiar Bramy, porto persa defronte de Ormuz.

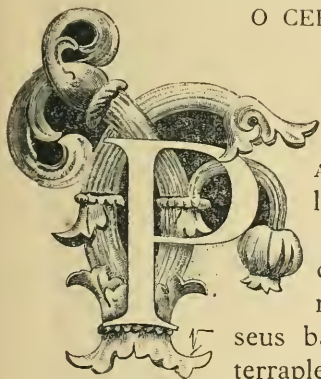
Por este tempo veiu a Queixome o Védor Manuel Borges de Sousa pagar os soldos, acompanhado de Amaro Rodrigues que Fernão de Albuquerque mandava governar Soar. Era um velho capitão, cheio de serviços, que ía, certamente, encontrar-se em bem arriscada situação na sua pequena Fortaleza, entre Mascate e a entrada do Golpho, e ao qual Ruy Freire sómente pôde dar uma galeota e dez soldados de auxilio.

Apesar de todas as diversões ensaiadas, sabia-se que os persas engrossavam o seu exercito, e todos os dias se contava com elles.

Finalmente em 15 de junho de 1621, um espia annunciou que o famoso Abadulação se approximava, com vinte e cinco mil homens.

Áquella nova, o Capitão Mór deu transporte para Ormuz e para a costa da Arabia a quatrocentos casaes de lavradores da ilha, com seus gados e utensilios — «por-

que não participassem dos descontos da guerra por fieis aos portuguezes»,—e finalmente em 20 d'aquelle mez appareceu o exercito persa, n'uma arrogante ostentação de força, avançando para a Fortaleza até um quarto de legua d'ella, cercando-a de mar a mar.

VI

O CERCO DE QUEIXOME

PARECIA uma grande festa, um simulacro alegre de combate.

A fortaleza empavezada de bandeiras, como os galeões em Jasques, recortando o aspecto petulante dos seus baluartes e bombardeiras no largo terrapleno assoalhado e deserto da praia. Cá em baixo a funda multidão dos persas, avançando, luxuosa e soberba, com um grande ruído penetrante de atabales e trombetas, largos ao vento os estandartes multicores, e á frente o famoso general de Xirás, reluzente de metaes e pedraria, destacando, imponente, de uma cavalgada enorme.

Ao fundo, os frescos palmares, o cataclysmo cyclopico das pedreiras, os campos saudosos da lavoura abandonada.

A um quarto de legua da Fortaleza, o general, fincando no chão a lança, estacou, e a multidão desenrolou-se rapidamente n'um largo crescente a topetar com as aguas scintilantes da enseada, onde as galeotas e as terradas pareciam pasmadas e immoveis[1].

De subito, o crescente ondeante deslocou-se e contrahiu-se, precipitando-se sobre a Fortaleza, envolto na fumarada da mosquetaria, n'uma berraria infernal, e as peças dos baluartes e os arcabuzes das seteiras começaram a vomitar a Morte n'aquella seára humana que se refazia e avançava sempre.

Chegaram até á cava, os persas; firmes e denodados sustentaram todo o resto do dia o ataque.

Mas o estrago soffrido n'esta primeira arremettida era grande: — tres mil mortos e feridos, diz a Chronica, — e caíndo a noite retiraram para a linha que mezes antes tinham occupado, abrigando-se nas pedreiras, e restabelecendo e ampliando os antigos valos e trincheiras, até ao Palmarinho.

Ao abrigo dos muros perdêramos, apenas, tres portuguezes e cinco lascarins.

O general persa promettêra ao tio, ao *Cão* de Xirás, — «a segunda pessoa no grande Reino da Persia», — que em dez dias renderia a Fortaleza, e o poderoso regulo, estimulado nos brios pela presença importuna dos inglezes, na vizinhança, desejaria naturalmente mostrar-lhes que, se precisava dos seus navios para atacar Ormuz, lhe sobejava gente intrepida e valente para nos correr de Queixome.

---

[1] A descripção de Craesbeeck fez-me lembrar, naturalmente a de Miguel Ferreira, o enviado de Affonso de Albuquerque, ao Xá, quando encontra junto de Xirás, — «um senhor d'aquella terra que andava na guerra com sua gente»: — «Sendo a gente perto do caminho, o Capitão alevantou a lança que tinha um guião e a afincou no chão, com que toda a gente esteve quêda». (Gasp. Correia, *Lend.)*

O famoso—«Abadulação»—trazia duas peças grossas de artilheria, um mimo, talvez, dos amigos inglezes, e com ellas e com a numerosa mosquetaria de que dispunha começou na manhã seguinte a surriar-nos vivamente, matando-nos, pelas bombardeiras, oito soldados e ferindo-nos vinte e cinco.

Á noite deu-nos um assalto rijissimo.

Chegaram os persas até ao parapeito da cava que trezentos lascarins defenderam valorosamente.

Toda a noite durou a terrivel scena, illuminada pelas fulgurações sinistras das alcanzias que rebentavam na multidão dos turbantes, pelo relampejar constante da artilheria, pela fuzilação fantastica dos mosquetes e arcabuzes.

Já manhã, retiraram os assaltantes, deixando setecentos cadaveres no campo, e contavamos nós trinta e oito mortos e oitenta feridos, o que bem mostra quanto fôra desesperada a refrega.

Pediu e obteve o Persa uma tregua para recolher os mortos, e Ruy Freire expediu um correio a Ormuz pedindo gente e munições.

D. Francisco de Sousa enviou-lhe, prestes, trezentos portuguezes, quinhentos ormuzianos, duzentos barris de polvora e quatro mil alcanzias.

Por seu lado, os inimigos recebiam novos contingentes, punham a cavallaria ao abrigo da serra proxima, e levantavam imponentes trincheiras no Palmarinho.

Evidentemente, o cerco estava para durar.

Cerrava-nos apertadamente a terra, e quando não saiam a descoberto, os persas incommodavam-nos presistentemente com as duas peças que haviam montado em posição vantajosa.

Ruy Freire resolveu fazer uma sortida.

Escolheu quatrocentos portuguezes e outros tantos lascarins; armou os primeiros com bacamartes e os segundos, de espada e rodella: dividindo-os em dois esquadrões deu o commando de um a Balthazar de Cha-

ves e o de outro a Sebastião Pereira de Macedo, para simultaneamente atacarem os persas pelos flancos.

A dois soldados de confiança, Pedro Gomes e Filippe de Affonseca encarregou, especialmente, de inutilisar as peças inimigas: — a que batia a Fortaleza, do lado das pedreiras, o primeiro; a que roncava do lado do Palmarinho, o segundo.

Elle proprio entregou a cada um, com as suas instrucções, quatro pregos de aço e um martello.

Comprehende-se facilmente a operação rudimentar: — os valentes rapazes cuidariam só de metter os pregos nos busis, batendo forte, encravando.

Já agora vamos sempre illustrando a pallida narrativa com as lições tão vivamente impressionistas da Chronica.

> —«São os bacamartes», — explica ella — «armas de fogo uzadas em toda a India. Teem tres palmos de cano, fechos de pedreneira, e jogam duas ou tres onças de bala. Atacam-se com cincoenta dados e um pelouro de fôrma, *e não são menos na bocca de uma rua, em um tropel de gente, que um pedreiro.*»

Imagina-se o que seriam, despejando sobre a massa confusa dos persas adormecidos nos valos.

Como da outra vez, uma das columnas caíu, pela calada da noite, do lado das pedreiras, a outra da banda do Palmarinho.

Fizeram uma enorme matança.

Acudiu ao medonho reboliço um forte troço ordenado de persas, mas uma descarga cerrada dos bacamartes, quasi á queima-roupa, destroçou-o miseravelmente, permittindo a salvação dos nossos que se retiraram com seis feridos, apenas, tendo deixado mortos, aos montões, mil e quatrocentos inimigos, segundo os calculos.

Ainda quando exagerados, esses calculos traduzem, naturalmente, a impressão funda, actual, de uma grande

carnificina, facil de acreditar dada a surpreza, a imprevidencia soberba, a multidão dos persas.

O Azevedo e o Affonseca desempenharam-se primorosamente da commissão: no meio da sangrenta balburdia, as duas peças haviam ficado encravadas.

De manhã os persas levantaram uma bandeira branca, e sendo correspondido na Fortaleza o signal classico de parlamentario, vieram até á cava dois emissarios, que Ruy Freire mandou entrar e recebeu em conselho de capitães.

Pediam em nome do seu General que lhes mostrassem

> —«uma mulher que a noite passada traziam n'aquelle assalto, tão cheia de luz que os cegava com a sua vista, pondo-os em tanta admiração que nem acertavam a tomar as armas nem se podiam mover, e que a acompanhava um homem a cavallo saltando por entre os valos com notavel estrago da gente que se lhe oppunha, sendo que um homem a pé e de dia, por aquelle logar, não podia andar seguro pelas muitas covas e aspereza do sitio.»

Respondeu-lhes Ruy Freire que—«o medo lhes devia representar o que diziam se não era disfarce de algum intento»,—e como elles insistissem e protestassem, com a sua costumada galhardia mandou que—«até as cavas se lhes mostrassem para se desenganarem»—de que não havia mulheres nem cavallos na Fortaleza, chegando os dois sujeitos a desavir-se, porque um mostrasse demasiado assombro—«pelo Deus dos Christãos».

Passando os mensageiros a cava, arrearam-se as bandeiras e recomeçou o tiroteio.

Inventou o Chronista, o episodio?

Não posso crel-o.

O Chronista é contemporaneo, e se não foi testemunha presencial dos acontecimentos, como mais de uma

vez parece, escreve sobre testemunhos documentaes directos, não só porque o diz, mas porque irrecusavelmente se percebe.

E escreve, tambem, n'uma intenção manifesta de reivindicar a verdade da historia, rehabilitando a memoria de Ruy Freire.

Por outro lado, esses acontecimentos, que não estavam ainda muito distantes, haviam envolvido muita gente, feito um grande ruido, e sobre elles não passára sequer toda uma geração.

Porventura a explicação é extremamente simples.

Bastará procurar a mais natural.

O facto da vinda dos parlamentarios deve ser verdadeiro e nada tem de extraordinario.

O fim, a missão d'elles é que seria, é que seguramente era, outra, que por não convir que transpirasse, Ruy Freire e os Capitães disfarçariam na versão devota.

Seria talvez a de persuadir e convidar á paz e á rendição mais prompta; a de intimidar-nos com a franca exposição de como não poderiamos vencer, e acabariamos por ser esmagados, por mais vigorosa e longa que fosse a resistencia.

Seria talvez, até, a noticia do pacto feito com os inglezes, e de que haviamos de ser, proxima e simultaneamente, atacados por elles, poisque decerto não agradaria nem conviria ao habil Kan de Xirás e á propria politica de Abbás o *Grande* que os inglezes se substituissem inteiramente a nós, ensoberbecidos com serem elles que livrassem dos portuguezes o Golpho, o Kan, o Xá e a Persia.

Haviam, então, de querer impôr-se pesadamente; haviam de fazer-se pagar mais caros.

Poderiam querer que lhes ficasse Queixome, preparando-se para guardar Ormuz.

Consequentemente, todo o esforço, todo o empenho do Persa seria convencer-nos a largar Queixome, antes que os inglezes viessem, ou sem que elles viessem.

Perfeitamente natural, previdente, pratico, ou se querem: — perfeitamente oriental.

De resto: sabe-se que realmente Abbás se recusou depois a qualquer occupação definitiva dos inglezes, e que estes, se não perderam, por completo, o tempo e a intriga, tiveram de resignar-se ao papel indecente de assalariados e participantes do infiel e parricida Xá na obra de destruição e de rapina que havia de substituir a bandeira da civilisação européa e christã pelo Crescente de Mafoma, na bocca do Golpho persico.

Ao mesmo tempo, pois, que, por habitual impulso da sua briosa intrepidez, Ruy Freire franqueava a Fortaleza, querendo naturalmente mostrar aos persas como estava preparado, e disposto a não lhes largar Queixome, — nem que os inglezes viessem, — elle e os capitães, sentindo já, talvez, annunciar-se na guarnição o desalento insubordinado, a desesperança imminente, teriam querido evitar, calando as novas, que os animos se quebrantassem de vez, e até retemperal-os e estimulal-os mais, pela piedosa insinuação de um directo auxilio e protecção divina.

E assim teremos aquietado as alvoroçadas susceptibilidades de algum espirito desabusado de milagreiras lendas.

Com relativa segurança, e sem prejuizo da historia, podemos entender que se qualquer feminil imagem se offereceu ao espirito e aos olhos dos persas extremunhados, quando os portuguezes os andavam ceifando nos valos, seria, antes, a de alguma formosa de Xirás, terra privilegiada de mulheres deliciosas, apesar do proloquio, com injuria dos poetas, lhe preferir o vinho: — *Comer pão de Khast, beber vinho de Xirás, nos braços de uma moça de Yezd, é o supremo deleite.*

Sem grande esforço, poderá ver-se confirmada esta explicação do episodio, nos successos immediatos.

Mas não era sómente n'aquellas curtas sortidas que Ruy Freire castigava terrivelmente a soberbia persa.

Tendo-a ali, impotente e divertida, diante da pequena e isolada fortaleza, organisava e expedia as mais aventurosas expedições, que levavam, longinquamente, o terror e a morte ás povoações tranquillas e ás fortalezas repousadas do Xá.

Um dia mandou Balthazar de Chaves atacar o porto de Costaque, — o Kuhstak, das cartas inglezas, — que um milheiro de soldados persas guarneciam em fortificações imponentes.

Formou a expedição com trezentos portuguezes e quatrocentos — «escopeteiros» — lascarins, sob o commando, estes ultimos, de um Mamude Xá, capitão do Rei de Ormuz.

Tomaram parte na diversão João de Andrade da Gama, Francisco Galvão, Manuel de Affonseca, Antonio Mourão, um piloto Furtado, que, com muitos outros, e tendo por exemplar o bravo Capitão transmontano, fizeram extraordinarias proezas.

Defenderam-se os persas — «valerosissimamente», — mas ficou-lhes arrasado o ninho, e as terradas e terraquins da expedição entraram em Queixome, arrastando desprezivelmente na agua as bandeiras do grande Xá, perante a turba furiosa dos sitiantes.

Ordenou Ruy Freire que se fizesse partilha dos despojos trazidos, incluindo n'ella os mortos, — cinco portuguezes e nove lascarins, — dando a parte d'aquelles aos padres para que lhes suffragassem as almas, e destinando a dos segundos aos parentes que tivessem deixado.

Comtudo, os persas apertavam de mais em mais o cerco; estavam a 70 passos da cava, — «sendo necessario aos nossos terem de dia e de noite os arcabuzes no rosto»; — dormia-se pouco, trabalhava-se muito, era escasso o alimento, e a calma asphyxiava.

Os persas, excellentes atiradores, matavam-nos muita gente pelas seteiras, que tiveram de ser fechadas, revestindo-se internamente os muros com fortes madeiramentos.

O tempo corrêra rapido, n'este combate, mais ou menos renhido, de todos os dias, e quando chegado Outubro, — «monção de virem naus para Gôa», — Ruy Freire, por via de Ormuz, escrevêra a Fernão de Albuquerque pedindo-lhe soccorros.

Por não dar rasão ás advertencias e prognosticos do velho e experiente Governador, disfarçava, sacudida e arrogantemente, o aperto e os perigos da situação n'estes termos que retratam aquelle indomavel e impetuoso caracter:

> — «Tenho feito n'esta ilha de Queixome a Fortaleza, como Sua Magestade me ordenou. Tenho tomados os portos, queimadas as cidades e arrazadas as Fortalezas das fraldas do mar da Persia, e assim impedidas as cafilas, e isempta a agua á Fortaleza de Ormuz. Teem-me cercado com vinte e cinco mil homens, *que são para estes poucos soldados o mesmo que se não foram.* Comtudo Vossa Senhoria me mande a mais gente que podér, polvora, balas e bastimentos *porque o Xá, em Aspão se não tenha por seguro*».

Authentico e homerico.

Era bem a guerra com a Persia; com Abbás o *Grande.*

Ruy Freire sabia-o; confessava-o; queria-o.

Profundamente sincero, não era fanfarrão, e póde dizer-se que as suas bravatas tinham este singular merecimento: — não chegavam a attingir as suas audacias.

Os nossos documentos salvaram-nos a resposta do velho Governador, que desenha, tambem, nitidamente, um homem.

Posto que antecipando-me aos acontecimentos, não resisto a extractal-a aqui, n'um confronto immediato, flagrante.

Relembrando quanto procurára evitar aquella perigosissima aventura; — como recommendára e ordenára que, em vez de se lançar n'ella, Ruy Freire viesse á

barra de Gôa reforçar a armada de «alto bordo», e com esta proseguisse e se occupasse na perseguição dos inglezes, no cruzeiro dos portos e no soccorro das naus que viriam, derramadas, do Reino, Fernão de Albuquerque reprehendia, mais triste do que irado, mais paternal do que aspero, os insubordinados brios do moço General, e menos despeitado do que compungido, resumia a ralhação n'esta phrase, — que não inventariam litteratos, — e que deveria ferir fundo a alma cavalleirosa de Ruy Freire:

> —«E tudo eu antevi e adverti a Vossa Mercê, e fôra justo e devido que o considerara antes de pôr mão n'aquella obra, *e não fiar tanto de si, com os seus trinta annos que não sonhavam de vir ao mundo quando eu tinha muitos de experiencia e do serviço de Sua Magestade n'estas partes, que se persuadissem,* como me dá a entender, *que podia emendar o que os meus setenta lhe escreviam e advertiam* em materia tão grave e tão occasionada aos grandes trabalhos e riscos a que está exposta essa Fortaleza e tudo o mais d'esse Estreito».

Mas agora o que havia de tratar-se era do — «remedio do que está feito e o conservar como, já agora, a nosso credito e reputação convém».

N'isto se empenhava, sem hesitação nem descanço, fazendo das fraquezas, forças; ficando já armando uma forte expedição de dez navios, — «ainda que com o risco de deixar isto de cá, desguarnecido e exposto», — e estimulando os fidalgos a ir occupar os seus logares na guerra; — e accumulando um grande abastecimento de munições e viveres, n'um bello galeão que chegára do Reino, mal artilhado, mas que havia de guarnecer-se melhor, como podesse ser.

Não valia, pois, desanimar; podia contar com elle: — «que eu confio em Nosso Senhor que nos hade dar

muitas victorias *d'elles*»,—dos inimigos todos, dos persas e dos inglezes, conjurados.

Mascula e fidalga prosa portugueza, que atravessavas, séria e limpida, a deleteria athmosphera da Usurpação hespanhola, como rebrilhas e te elevas, gloriosamente, sobre a geringonça francelha de hoje, que te desconhece e te affronta na ebria ostentação dos seus guisos e chocalhos de funambula!...

Só esta carta daria ao nosso documento um grandissimo valor.

Voltemos, porém, a Queixome.

Occupando-nos e fatigando-nos, com successivas arremettidas, os persas íam ensaiando, a valer, os seus trabalhos de sapa, em que, no dizer do Chronista, eram especialmente engenhosos e peritos.

Uma longa mina avançava rapidamente para o lanço de muralha que ligava os dois baluartes do *Espirito Santo* e *Santiago*.

Presentindo-a, e contando com outras, Ruy Freire tratou de reforçar, como pôde, a Fortaleza.

Fez um muro de pedra e cal, de 4 palmos de largo, ao longo, a 10 palmos, do muro velho, atravessando os dois com outros e entulhando os vãos; levantou mais 9 palmos o muro velho abrindo-lhe seteiras enviezadas —«com fortes bogios fechados por todas as partes e abertos pela de baixo, de modo que pela abertura se podia lançar uma alcanzia».

Fortificou a cava, e mandou que a guarnecessem cada dia, no lanço entre os dois baluartes ameaçados pela mina, quatro companhias—«que estivessem sempre com as mechas caladas e os ouvidos na parede que ficava para a banda do campo».

Mas como esta guarda era violentissima e precaria, mandou Ruy Freire limpar a cava—«e fazer do pé do muro á parede do campo uma abobada, ficando o vão de 8 palmos de largo, e tanto que se fechava, se ía entulhando e igualando com o campo, semeando-lhe espes-

sos e agudos abrolhos encravados em pranchas onde ficavam seguros».

Na parede da cava romperam-se novas seteiras de 6 palmos de altura, exteriormente, e fizeram-se quatro serventias subterraneas para as companhias de vigia poderem estar recolhidas na Fortaleza e accudir rapidamente ao fosso.

Não contente com isto, o extraordinario Capitão Mór ensaiou uma nova diversão, audaciosissima.

Ordenou a Miguel Botelho, o que guardava, com as galeotas, o passo da terra, do lado do Rio de Lafetá, que fosse surprehender e tomar a Fortaleza de Seramião,—talvez Ban der Hamairan, porto fronteiro á extremidade interior da ilha,—onde os persas tinham confiadamente os seus depositos da campanha.

Fazendo conselho com os seus officiaes, Miguel Botelho largou do cruzeiro com as suas trinta galeotas e dez terranquins, e já á vista da guarnição do Forte, que descobrindo a frota saía a campo descoberto, conseguiu pôr em terra dois terços: um de quatrocentos portuguezes, sob o seu proprio commando, outro de cento e cincoenta portuguezes e trezentos ormuzianos, derigido por Antonio Palha, alem de uma força de trezentos marinheiros armados de machados, e levando vinte escadas tão largas que por cada uma podiam subir quatro homens, a par.

Foi impetuosa e sanguinolenta a refrega.

Destroçaram os persas; foi tomada a Fortaleza; arrazaram-se e queimaram-se as hortas e casas; e o despojo abarrotou vinte galeotas que Botelho enviou a Ruy Freire e este mandou para Ormuz.

Não esquecendo, porém, os inglezes, e porventura por desejar ferir, d'aquelle lado tambem, as esperanças dos assaltantes, Ruy Freire, chegada a monção em que os primeiros iriam a Jasques receber as sedas, mandou lá Balthazar de Chaves, o seu Capitão dilecto, com esta instrucção summaria:—«que era honra d'esta Co-

rôa não ficar pedra sobre pedra n'aquella cidade e feitoria».

A feitoria, — *the fort,* como dizem os inglezes,— era a que estes tinham obtido licença dos persas para estabelecer ali, em 1619, procurando disfarçadamente uma occupação real que não haviam conseguido ainda[1].

Compunha-se a expedição de oito galeotas e vinte terranquins, capitaneadas, as primeiras, por Pedro Gomes, Diogo Pereira de Macedo, o Camara, Braz Rodrigues, o Andrade da Gama, Francisco Gonçalves, Francisco Antunes, alem de Balthazar de Chaves, e levando trezentos portuguezes; os terranquins conduziam quatrocentos ormuzianos.

Pois que os inglezes preferiam esconder-se atraz dos persas, açulando-os contra nós e fazendo tranquillamente o seu negocio, ao abrigo do nosso aperto, annunciava-se-lhes por aquella avançada, dispondo-se a ir breve conversar com elles, em pessoa.

Balthazar de Chaves chegou ao rio de Jasques pelas onze horas da noite, e fez, caladamente, desembarcar parte da gente a meia legua da povoação, servindo-lhe de guias os de Ormuz.

Em seguida mandou ás galeotas que fossem surgir no porto e varejassem rijamente a terra com a artilheria, suspendendo o tiroteio, ao signal de—«uma lança de fogo»,—para não embaraçar o segundo acto da pequena tragedia.

Ás primeiras bombardadas das galeotas a população, accordando estremunhada, só pensou em fugir, indo esbarrar nos nossos.

---

[1] In 1619 the Company was permitted to settle a factory and build a fort at Jasques... *Rep. on the misc. old records* (India office), 1890, ps. 211.

Up to this time the English Company had not any portion ot territory in sovereign right in the Indies, excepting the island of Lantore or Great Banda». *Ib.,* ps. 212.

Balthazar de Chaves mandou então rufar as caixas e avançar e accommetter, rapido, não perdoando—«a sexo nem a idade».

Povoação e feitoria foram saqueadas e queimadas —«sem ficar cousa que se não tornasse cinza».

Não satisfeito, o terrivel Capitão, fez desembarcar quatrocentos marinheiros, com machados, e lançou-os em redor a arrasar os palmares e as hortas, recolhendo muito gado.

Jasques contava cinco mil habitantes, e calculou-se que não escapassem quinhentos.

Por este tempo, succedia em Queixome um curioso episodio.

N'uma segunda feira, em 21 de dezembro, pozeram os persas uma bandeira branca, do lado do Palmarinho —«e se levantaram sobre os vallos»—como preparando-se para assistir a um espectaculo novo, pacifico.

Desconfiado, Ruy Freire, recommendando a maior vigilancia, dirigiu-se ao baluarte Santiago e mandou corresponder ao signal.

Saíu, então, do entrincheiramento—«um mouro mui bem disposto, armado de umas laminas que lhe davam pelos joelhos, cingido com uma touca azul e oiro, na cabeça um murrião oitavado de oiro e negro que ainda que enlaçado com o turbante se deixava bem mostrar».

Trazia—«um escudo tauxiado com uma ramagem de oiro e em uma bainha de veludo verde um alfange guarnecido de prata sobre doirada».

Evidentemente, não era um parlamentario.

Avançou direito á cava e proximo d'ella bradou para a Fortaleza:—«que era muito parente do seu propheta Mafoma e que de dentro de Aspão o trazia a fama com que o valor dos portuguezes no mundo se celebrava, para n'aquelle campo, com as armas que trazia provar se se enganava a qualquer que saisse».

—«E que o premio do vencedor seriam as armas e a cabeça do vencido».

Um collega extraviado dos da Tabula Redonda.

Não faltou logo, entre os nossos quem se offerecesse á extranha aventura, sendo um, Filippe da Affonseca —«mancebo de dezoito annos, natural de Lisboa»,— especie de pupillo do Capitão Mór, a quem instantemente pediu—« que lhe desse licença para tomar aquelle desafio á sua conta, a qual elle se obrigava a dar como Portuguez».

Ruy Freire não consentiu.

Desconfiado da diversão, não confiaria muito, tambem, das forças do rapaz.

Mas este, surrateiramente, foi ao quarto do Capitão, —«cuja entrada se lhe não difficultava»—e vestindo sob o fato uma excellente malha, e tomando uma rodella e um estoque, teve artes de saír ao campo, com maguada surpreza de Ruy Freire.

Travou-se, rijo, o duello.

Conseguindo alcançar com um bote vigoroso a garganta do solido adversario, o atrevido moço arrancou-lhe agilmente o alfange, e decepou-lhe, n'um golpe, d'elle, a cabeça.

Com esta e com as armas do reluzente personagem recolheu tranquillamente, decerto sob os applausos enthusiastas dos companheiros e as imprecações e lastimas dos inimigos.

Esperava-o, á bôca da cava, o proprio Capitão Mór, a quem se apressou a pedir perdão, dizendo-lhe que á virtude das armas, que eram d'elle, devia só a victoria.

Ruy Freire felicitou-o, abraçou-o, e conduzindo-o triumphantemente—«á sua estancia»,—mandou chamar o Meirinho da Fortaleza para que o prendesse, o Capellão para que o confessasse, e Sebastião Pereira de Macedo, que servia de Sargento Mór, para que o levasse á sua galeota—«e o enforcasse em uma ponta da entena, porque não houvesse outro que rompesse as postas e decretos que inviolavelmente se deviam de observar».

Capitães e soldados tiveram um grande trabalho em demover da resolução Ruy Freire, que acabou por perdoar e soltar o moço, depois de uma severa reprimenda, e por armal-o cavalleiro, dando-lhe as armas de que se servíra.

Uma horrivel nova chegou a Queixome, por aquelles dias.

Os persas de Kongon, — á nossa moda: Congo, — tinham apresado um terranquim, que vinha de Ormuz com dez pobres lascarins, mortos estes, e postos os cadaveres — «no talho, a peso, com pregão de que viessem comprar a carne d'aquelles traidores e vingar-se n'elles dos portuguezes».

Ruy Freire enviou, prompto, um capitão do Rei de Ormuz com quatrocentos lascarins, em vinte terranquins, a Miguel Botelho, o do cruzeiro, para que fosse castigar o caso, enviando-lhe, tambem, mil e quinhentos machados — «para que não ficasse palmar nem horta».

Miguel Botelho, expedito e valente, não hesitou.

N'uma proxima madrugada surgia em frente de Kongon, desembarcava a sua gente, apesar da forte resistencia de tres mil persas, que guarneciam a Fortaleza, e escalava esta, com trinta escadas de que ía prevenido.

Foge, afinal, a guarnição por uma porta que Sebastião Pereira de Macedo investe e passa com um forte troço dos nossos, fazendo uma grande carnificina.

O incendio completa a obra; os palmares são arrazados, e por vindicta, os lascarins, cortam e distribuem entre si os cadaveres dos persas.

Mas porque o Congo e Jasques ficavam destruidos, não deixariam os inglezes de voltar a este ultimo ponto receber as sedas que lhe trariam as cafilas, na monção propria, que era aquella.

Mandou Ruy Freire espional-os ao Cabo por Domingos Pires Vieira e André Coutinho, em dois ligeiros terranquins, providos para dois mezes, e devendo todas as

manhãs fazer-se na volta do mar, para avisar da approximação das naus de Surrate.

Ao mesmo tempo, no pensamento de ir lá aguardal-as, o Capitão Mór resolveu vir a Ormuz refazer a sua armada de alto bordo.

Festivamente recebido, fez activar o concerto e armamento dos galeões, e — «pela grande fabrica e apparelho que havia na Fortaleza de Ormuz», — poz-se a reorganisar rapidamente a esquadra de «alto bordo», com o *S. Pedro,* destinando-o a Balthazar de Chaves, que deixára a substituil-o em Queixome; — o *Todos os Santos,* com as suas sessenta peças grossas de bronze, de que fez Capitanea, porque o fôra já no ataque de Surrate, no tempo do Vice-Rei D. Jeronymo de Azevedo; — a nau *Victoria,* — «que era uma torre inexpugnavel», — com as sessenta e quatro peças de bronze; — o *S. Martinho,* que deu a Manuel de Sousa; — a urca *Conceição,* que confiou de Diogo Pereira de Macedo; — o *S. Lourenço,* o patacho, que entregou a Fernão de Barros.

Iam ter com que se entreter, seriamente, os inglezes.

N'esta faina, chegaram de Gòa dois navios — «de particulares», — com o correio official, e n'elle a famosa carta de Fernão de Albuquerque a que atrás alludi.

D'esta vez, Ruy Freire pareceu conformar-se com as idéas do velho Governador, e poz conscienciosamente a questão em Conselho, observando que, destruidos os inglezes, os persas, intimidados, recolheriam as garras.

Mas o Rei de Ormuz, — «cujo voto por de grande talento tinha o primeiro logar, de mais de sua preferencia», — por um lado, atemorisado com a contingencia de ver-se desamparado do grosso das forças portuguezas, por outro, melhor informado, naturalmente, sustentou com grande calor o parecer contrario á expedição: — que o proprio Kan de Xirás se dispunha a vir sobre Queixome, e não haveria galeotas para lhe defender a passagem, e que alem de que os inglezes levavam tranquillamente as sedas, haviam já dez annos, não va-

lendo a pena impedir-lh'o n'esta occasião, poderiam muito bem caír sobre Queixome e Ormuz sentindo as duas praças enfraquecidas.

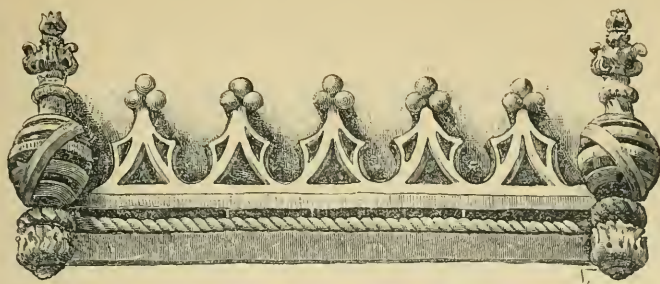
O panico é communicativo e começava a toldar os animos.

Venceu, pois, a idéa de que Ruy Freire voltasse para Queixome, e voltou, exigindo e obtendo de Ormuz—«todos os soldados portuguezes»—que se lhe podessem enviar.

Logo, por assombrar os persas com uma nova audacia, ameaçando-os seriamente nos fornecimentos, o intrepido Capitão expediu Balthazar de Chaves com oitocentos portuguezes, em vinte galeotas, e o antigo sobrinho, insurrecto, do Rei de Ormuz,—o Miragonadim,—com setecentos ormuzianos, em trinta terranquins, sobre a Fortaleza de Lafetá,—o arsenal e deposito dos inimigos.

Teve, ainda, um exito completo, glorioso, a nova aventura.

Lafetá,—naturalmente a Laft, da propria ilha de Queixome,—foi surprehendida, queimada, arrasada; e para festejar o regresso dos bravos, uma sortida em massa sangrou, abundantemente o exercito do famoso—«Abudalação»,—já então computado em trinta mil homens.

Outro incidente auspicioso veiu coroar a festa.

VII

O CONVENIO ANGLO-PERSA

N'UMA bella manhã de dezembro, uma multidão de vélas assomou no horisonte, do lado do Estreito, e horas depois a soberba esquadra annunciada por Fernão de Albuquerque, que saíra de Gôa, em 24 do mez anterior, alongava-se em frente da Fortaleza, embandeirando, e salvando, alegremente, á terra.

Compunham-n'a dez navios de vario porte, trazendo quinhentos soldados, — «a mais e melhor gente que se pôde haver», — á força de pregões, de salvo-conductos, de prisões, até, alem de um abastecimento de carne, de arroz, de outras munições de bôca, em que não esquecêra a doçaria e a boticaria para os enfermos; seiscentos barris de polvora, muitas balas, chumbo, artilheria, diversos petrechos de reparação e de guerra.

Commandava a expedição Simão de Mello Pereira, antigo Capitão de Diu e do Malabar, galho illustre, naturalmente, da numerosa prole dos Mellos e dos Pereiras, alcaides de Castello de Vide e de Villa Viçosa, em todo o caso, fidalgo—«de boa natureza»,—de quem o velho Governador fiava que seria—«bom companheiro e ajudador»—de Ruy Freire, ás ordens do qual o punha.

Espontaneamente se offerecêra Simão de Mello, —«para se ir, achar e servir n'esta guerra»,—sacrificando a commissão do Norte, e contrastando com a canalha dos fidalgos moços que não quizera abandonar a vida airada de Goa, por mais que Fernão de Albuquerque os chamasse ao Dever e á Honra.

Um d'elles, veiu, annos depois, bisbilhotar no processo da Devassa, o seu rancor contra o pobre Albuquerque, morto, dizendo que só por doença se escondêra em casa, mas que diligenciára, antes e debalde, que lhe dessem a Capitania de Ormuz.

O que elle quizéra fôra que o dispensassem de pagal-a e de correr-lhe os riscos em quanto a Fortaleza estivesse—«em guerra»,—guardando-se para lhe comer os proventos quando não aventurasse o corpo.

Encarregaram-se os nossos documentos de transmittir-lhe o nome na moldura da sua cobardia intrigante e sordida: chamava-se absurdamente Diogo de Sousa de Menezes esta vergonha dos Menezes e dos Sousas.

Quantos outros arrevezados descendentes das melhores prosapias da nossa velha epopéa andavam por lá, injuriando-as e chafurdando-as, assim!...

Mas como Simão de Mello, alguns prestigiosos nomes se haviam offerecido e vinham, entre os quaes, por Almirante, Luiz de Brito, sobrinho do Governador, e filho de um grande desgraçado que tendo sido duas vezes Capitão de Sofala, e sendo expoliado de quanto possuia á ordem do Rei hespanhol, endoidecêra;—Francisco Moniz da Silva,—«um bom cavalleiro»;—Gonçalo da Silveira, o antigo e casual Almirante da «armada de alto

bordo», que esquecendo as desavenças com Ruy Freire havia de jogar desesperadamente a vida por salval-o, nos mais temerosos lances.

Desembarcou Simão de Mello a conferenciar com o Capitão Mór, entregando-lhe as cartas de Fernão de Albuquerque, e annunciando-lhe que outro reforço se ficára organisando em Goa sob o commando de Constantino de Eça.

Mas tendo avisado já em 22 de outubro que haviam chegado da Europa quatro naus de inglezes, e que estes pareciam querer juntar as suas forças navaes, para algum movimento de arremettida, Fernão de Albuquerque prevenia que por via de Damão sabia que em Surrate estavam nove naus e tres patachos em disposições de partir para o estreito de Ormuz, convindo, pois, que Ruy Freire não desamparasse os galeões e procurasse ganhar tempo até á chegada da nova expedição.

Ruy Freire recebeu cem barris de polvora e algumas provisões, ordenando a Simão de Mello que seguisse logo para Ormuz a varar os navios e a reparal-os dos estragos da travessia, certamente na idéa de que teria tempo de reconstituir a esquadra.

A sorte, porém, só parecia sorrir-nos para nos animar a novas e mais asperas provações.

Mal a esquadra de Simão de Mello aportára a Ormuz, chegava a Queixome Domingos Pires Vieira, que andava vigiando o mar até Jasques, com a nova de que os inglezes vinham correndo a costa, em força de nove naus, sendo cinco de mais de sessenta peças e quatro de vinte e seis, e trinta.

Pareciam demandar Ormuz, e passavam já o ilhéu de Bombarca,—o Bombarec ou Salamaua Banataha,—para dentro.

Ruy Freire avisou, immediatamente, Dom Francisco de Sousa, mandando ordem a Luiz de Brito, o novo Almirante, para que logo que avistasse a esquadra ingleza lhe fizesse signal,—«que logo seria com elle».

As naus inglezas eram a *London*, a *Jonas*, a *Whale*, a *Dolphim*, e a *Lion* que, em 1614-1615, levára Sir Thomas Roe, o embaixador de Jayme I ao Grão Mogol, na esquadra de Peyton. Acompanhavam-n'as quatro *pinaces*[1] ou patachos: o *Shilling*, o *Rose*, que fôra na viagem de Benjamin Joseph, em 1615-1616, o *Robert*, o *Richard*, além de uma multidão de terradas e terranquins, que, á ordem do Kan de Xirás vomitavam incessantemente os rios e pequenos portos do litoral, de Jasques para dentro.

Blithe e Weddell eram os capitães principaes, fazendo parte da expedição o celebre William Baffin.

Em Ormuz, ao primeiro aviso de Ruy Freire, reunira-se o Conselho.

O Rei propozera a concentração de todas as forças navaes sob o commando de Ruy, para destruir os inglezes, observando vivamente — «que, se o contrario fizessem, tivessem a Queixome por perdida, e rogassem a Deus que se lembrasse de Ormuz».

Mas era, simultaneamente necessario fortificar melhor Ormuz, sem demora de um momento.

A situação e a proposta eram facilmente comprehensiveis.

Approvado por todos o parecer, D. Francisco de Sousa entregou-se esforçadamente ao trabalho da melhor fortificação da praça, contando com o cerco imminente.

Mas velho e doente, ao cabo de cinco dias de faina, o brioso Capitão expirava, — «levantando-se com sua morte, em todo o povo, um rumor mysterioso, dizendo por uma bôca, assim os meninos como os velhos (cujos discursos parecem-nos acertados vaticinios)»:

«*Morreu o Capitão, perdeu-se Ormuz!*»

---

[1] *Pinaces*, dizem os inglezes, e muito antes diziamos nós: *pinaças*, mas os nossos documentos dizem patachos, o que vem a dar no mesmo.

O panico começava a fazer disparates, talvez auxiliado já pela intriga e pela traição.

A inepcia faria o resto.

Em 27 de janeiro (1622), um novo Conselho, — que estas formalidades parlamentares foram sempre a nossa desgraça! — tratou de prover a capitania, abrindo — «as vias de successão», — que tinham vindo de Goa.

O primeiro indigitado era o Diogo de Sousa de Menezes, e que ficára lá.

Levantou-se Simão de Mello, e disse:

> «Senhores, o Governador da India, em nome de Sua Magestade, por virtude d'esta Provisão, me promoveu na successão d'esta Fortaleza, levando Deus a D. Francisco de Sousa: eu lhe tenho dado homenagem d'ella, pelo que se me deve dar a posse.»

E exhibiu a Provisão, beijando-a.

Concordaram todos, muito contentes.

Era um fidalgo conhecido, afamado.

Servíra diversas commissões importantes, — «com muita satisfação», — dissera Fernão de Albuquerque.

Contava-se, que, sendo Capitão de Mombaça, dera cabo de tres — «reis mouros», — com grande arreganho.

Enterrou-se o D. Francisco de Sousa, no Carmo, muito chorado por todos, e como deixára viuva, o novo Capitão accommodou-se, espalhafatosamente, na Sé, no baluarte de S. Pedro.

Simão de Mello escreveu logo — «com grandes demonstrações» — a Ruy Freire, e não cuidou mais nas obras de fortificação da Cidade.

Quando lhe fallavam n'isso observava, tolamente:

> «que os não apertasse tanto o medo, porque todo o poder do Mundo não podia olhar com olhos direitos a Fortaleza de Ormuz, quanto mais o Persa de quem podiam estar descançados e seguros.»

Estupido.

A 3o de janeiro os inglezes estavam á vista de Ormuz, fazendo Luiz de Brito, errado, o signal, que se não percebeu em Queixome.

Mas André Coutinho, que andava cruzando n'um terranquim, com o do Vieira, para o lado de Jasques, veiu de noite, apesar do tempo grosso que fazia, a Queixome, e, atirando-se a nado, foi bater açodadamente ás portas da Fortaleza, que as sentinellas hesitaram em abrir.

Accudiu ao escarcéu o proprio Ruy Freire, que, fazendo-o entrar, recebeu d'elle a nova de que viera acompanhando as naus inglezas — «que eram todas da mesma força, posto que quatro com menos artilheria, e que vinham saíndo com ellas muitas terradas e terranquins de todos aquelles rios».

Ruy Freire, proferindo a fanfarronada hespanhola: — *mas moros, mas ganancia,* — pozera-se a passear, calado e pensativo.

Cercado por uma enorme multidão de persas aguerridos e municiados, não teria a quem entregar a Fortaleza para tomar o commando dos galeões, poisque os melhores capitães não eram de mais para estes. Se não embarcasse, ver-se-ía, dentro em pouco, encerrado do lado do mar pelos inglezes; indo-se, havia de considerar perdida a Fortaleza.

Nem esta poderia resistir á numerosa artilheria das naus.

Escreveu, rapidamente, para Ormuz, pedindo resolução immediata, e recommendou ao Coutinho que, a todo o transe, lhe trouxesse, sem demora, a resposta.

O intrepido soldado disse-lhe:

— Senhor, a ida será logo, mas a tornada impossivel, pelas muitas embarcações, que, em companhia das naus, coalham o estreito.

E adivinhando-lhe as apprehensões, e pedindo-lhe que perdoasse a impertinencia de um conselho pratico, André Coutinho observou-lhe que mais acertado sería — «metter-se n'aquelle terranquim e deixar o bastão enterrado no meio da Fortaleza, porque os portuguezes eram tão valentes e leaes, que, á sombra d'aquella insignia, morreriam em defeza da Fé e da Fortaleza, e que, em estando na Armada, podia soccorrer Queixome».

— «Que lhe lembrava, que tinha tempo para se embarcar, e que depois podia ser que quizesse e não podesse.»

Era o Bom Senso que fallava.

Naturalmente, Ruy Freire reconheceu-o, mas nada querendo fazer sem Conselho em Ormuz, expediu Coutinho, que a nado se foi metter no terranquim e partiu.

De manhã, approximou-se a esquadra ingleza, rodeada de mais de seiscentas terradas; — «tocando muitas trombetas bastardas, toda empavezada de vermelho».

A tiro de mosquete da Fortaleza, deitou ferro, salvando-a — «a Capitanea com tres peças sem pelouro, a Almirante com cinco e cada uma das mais com sete».

Mandou Ruy Freire corresponder aos comprimentos com toda a artilheria d'aquelle lado, galhardamente embandeirada, tambem, a Fortaleza, — «e ahi se continuou o cerco, por mar com as baterias das nove naus e terradas, e por terra com nuvens de setas, pelouros e outros tiros de arremesso».

Interrompeu estes preludios a noite, vendo-se durante ella, na Fortaleza de Ormuz — «muitos pharoes de espingardas, panellas de polvora e lanças de fogo».

Tardiamente chamavam Ruy Freire.

Quando o Coutinho chegando lá, entregára a carta a Simão de Mello, este, perdendo a fraca cabeça, e — «botando o chapéu no chão», — exclamára, aterrado:

— «*Ormuz é perdido!*»

Assomado e pomposo, sempre, dissera ao valente marinheiro:

> — «Eu vos dou o habito de Christo, com 100 cruzados de tença na Alfandega de Goa, e em nome de Sua Magestade vos hei as provanças por feitas, seja qual for a vossa qualidade, para que vos lance logo, com tanto que vades á Fortaleza de Queixome e n'esse terranquim tragaes o Capitão Mór, para o que escolhei todos os soldados e marinheiros, e levae todas as munições e artificios de fogo, que vos forem necessarios.»

Era uma aventura de morte, disparatada e inutil, mas o bravo rapaz não hesitára.

Ás cinco horas da tarde, mettia-se de novo no seu rijo terranquim, e partia.

Um troço de terradas envolveu-o.

Luctou furiosamente, desenvencilhou-se; mas era tal — «o poder que estava no mar» — que não pôde romper, e teve de arribar a Ormuz, onde se ouvia já, incessante e sinistro, o tiroteio de Queixome.

Em Ormuz reinava a perplexidade, o espanto.

Simão de Mello, reunindo o Conselho, tinha, apenas, estas duas idéas, confusas e teimosas:

> — «que visto o descuido com que o Capitão Mór Ruy Freire se quizera perder e a Fortaleza de Queixome, e pôr aquella de Ormuz em tanto risco, lhe parecia, por serviço de Sua Magestade, *que os galeões se recolhessem debaixo da artilheria e a gente na Fortaleza.*»

Foi-lhe á mão, intelligente e energico, o Rei de Ormuz, observando — «que se espantava de um Capitão

velho, tão visto e entendido na guerra, votar um tão grande desconcerto».

Recolhendo e immobilisando a esquadra, como soccorrer Queixome e evitar o desembarque em Ormuz?

O que urgia era appellidar, sob pena de morte, toda a gente portugueza, — casados e solteiros, — a embarcar prestes, mandando a esquadra a soccorrer Queixome; abrir, logo, a cava, junto do baluarte de Santiago, de maneira que o mar passasse de lado a lado; concluir, sem demora de um momento, a trincheira que D. Francisco começára.

> «E que depois não se lançasse a culpa ao Capitão Mór Ruy Freire, pois nenhum havia mais esforçado, nem mais prudente, e que bem se via o risco com que temerariamente estava defendendo a tão poderosos inimigos, por honra de Portugal, quatro paredes de barro.»

Certo, o persa amigo defendia a propria causa; mas defendia-a sincera e denodadamente, mostrando-se identificado com a nossa; desfazendo e cortando pelos meios de salvação que poderiam restar-lhe, ainda, junto dos seus e nossos inimigos.

Esta questão da abertura da cava é muito fallada no processo da Devassa, e ha de reapparecer-nos ainda.

Houve retrahimento, oscilações, e nada parece ter ficado definitivamente decidido.

A idéa de recolher os galeões para terra; de poupar ou de não afastar os recursos navaes, aliás relativamente importantes; de concentrar, em summa, toda a defeza na Fortaleza, abandonando mesmo a Cidade, pareceu tornar-se a idéa fixa, absorvente, de Simão de Mello.

Dias depois, ainda, quando mais crítica se tornára a situação, em 7 de fevereiro, escrevia elle para Goa, a Fernão de Albuquerque, que não accreditava que os

inglezes viessem atacar Ormuz, porque lhe diziam que tinham as sedas a bordo e estariam impacientes por se irem com ellas.

Custa realmente a crer, que, sómente por estupida e orgulhosa obsessão procedesse; e o que é evidente é que, em volta d'elle, começára logo a formar-se uma atmosphera, senão de suspeita: de incerteza, de desconfiança nas suas aptidões e no seu criterio, que perturbava e desmoralisava os animos.

Por iniciativa propria, Gonçalo da Silveira, ensaiou uma d'estas aventuras atrevidas, que são vulgares na nossa epopéa Oriental, para ir entender-se com Ruy Freire, que era o verdadeiro Capitão Mór do Mar, soccorrêl-o, receber-lhe as instrucções, convencêl-o a abandonar Queixome auctorisando um movimento da armada, que lhe permittisse embarcar n'ella com a guarnição.

Metteu-se ao mar — «n'uma embarcação ligeira», — com um só companheiro, por não caberem mais, atravessou por entre as terradas persas e as naus inglezas, e entrou em Queixome com quatro barris de polvora e algumas munições mais.

Confirmou-lhe Ruy Freire, que a defeza não poderia sustentar-se, mas exigiu documento, — «assento do Conselho» — para o abandono d'ella.

O projecto proposto não lhe pareceu viavel, preferindo o embarque sómente em embarcações pequenas, em galeotas e terranquins, e despediu Gonçalo da Silveira, com recommendação de que Simão de Mello lhe transmittisse o documento e enviasse embaixada aos inglezes, procurando desligal-os da contenda.

Elle proprio o fizera já, mandando-lhes — «requerer por vezes não quizessem favorecer o Xá e ajudal-o n'aquella guerra em que entraram por liga».

Contaria seduzil-os com menos custosa e precaria ganancia, e em todo o caso quereria ganhar tempo, na esperança do novo soccorro de Goa.

Simão de Mello furioso por não ter querido Ruy Freire saír de Queixome, não lhe satisfez o recado.

Em Queixome a situação era positivamente desesperada.

Uma noite os inglezes poderam desembarcar dezeseis peças — «de 24 até 40 libras de bala», — cavalgando-as em tres baterias: do lado das pedreiras, no Palmarinho, e da banda da terra.

Com ellas nos arrasavam de dia os parapeitos que fadigosamente refaziamos á noite.

Alem, pois, dos milhares de mosquetes persas e inglezes, a pequena Fortaleza, meio-feita de adobe, estava agora rijamente apertada n'um cinto de duzentas e tantas peças de artilheria.

Impacientes por se antecipar aos inglezes, e suspeitosos de que elles acabassem por negociar comnosco, os persas ameudavam os assaltos em massa, que a nossa artilheria, carregada com balas de arcabuzes e fuzis, metralhava furiosamente.

Mas não menos impacientes e mais habeis, os inglezes, uma vez entrados no arriscado jogo, não se descuidavam de reservar para si os lances que lhes podessem dar maior prestigio e direitos.

A malicia oriental e a cubiça europêa!

O archivo do *Indian Office* revela bem que desde o começo do anno os feitores e agentes da Companhia rondavam assiduamente a região, trocando activa correspondencia com Ispahan e Surrate.

Em 7 de fevereiro, William Bell, John Haward e Christovão Rosson estavam em Gombroon, de onde escreviam aos commandantes da esquadra: — *To the Commanders of our Fleet.*

Dez dias depois andavam tambem n'aquelle caminho, — *Gombroon Roads,* — Richard Blythe, o proprio successor do Capitão Shilling, John Weddell, o activo Edward Monox, e Nicholas Woodcocks, que informavam, n'essa data, os feitores de Surrate.

E antes de terminar o mez, Bell e os companheiros escreviam, da propria Xirás, a Barker e Thompson, os agentes em Ispahan, junto do Xá.

Com o proprio Bell que lá fôra, rapidamente, Barker e Thompson expediam mensagem sobre mensagem, em 12 e 18 de março e em 28 de abril, aos commandantes navaes: — *To the commanders,* etc.

Um dia de manhã, os inglezes, arvorando uma bandeira branca, enviaram um tambor com uma carta para Ruy Freire.

Lida — «em publico», — diz o Chronista, ou, mais naturalmente, lida em Conselho, era esta a sua versão:

> — Ao General Senhor D. Ruy Freire de Andrade, cercado na Fortaleza.
>
> Senhor D. Ruy Freire, General de Mar e terra de Ormuz e seus estreitos e Mar Roxo. —Vossa Senhoria bem vê o estado em que está essa Fortaleza, a falta de soccorro e a impossibilidade de remedio, e defenderem-se com alguma esperança era valor, e morrerem sem ella desatino, em poder dos Persas, que estão esperando o fim d'este successo para se cevarem em sangue portuguez. Pelo que se Vossa Senhoria se quizer entregar a nós, a partido, lhe daremos passagem franca para Ormuz ou para onde Vossa Senhoria quizer, e a não acceitar Vossa Senhoria este partido o fará ámanhã a mil inglezes e quatro mil persas com a espada: vinte e quatro horas lhe damos para tomarem seu conselho.

O desalento minára os animos mais tersos, e a oscilação manifestou-se nos pareceres.

Indignado, querendo talvez segurar ainda a disciplina e a coragem á guarnição combalida, Ruy Freire fez-lhe esta allocução, que é possivel e natural que o Chronista tenha polido um pouco, embora não o fizesse a outros trechos documentaes, que transmitte, mas que

em todo o caso parece vibrar ainda, quente e acerada, na inspiração do momento:

> — Senhores: em que questões e contingencias pondes a honra, que ha nove mezes sustentaes n'este cerco com o valor de vossos braços, amplificando o terror de vossos nomes immortaes? Agora reparaes na evidencia do perigo e na estimação da vida? Foram até agora de outra massa e de outra tempera os pelouros e espadas a que offereceis as vidas? Foi nunca terrivel a morte a quem, gloriando-se com ella, se determinou? Digam-o o inglez na Europa e o persa na Asia, e acabemos como valorosos, e não como cobardes e fementidos nos rendâmos e entreguemos. E, pois, dizem que não cabemos no mundo, saiâmos d'esta Fortaleza e façam as espadas o partido.

N'um arremeço heroico, atando um murrião e embraçando a rodella, rompeu direito á porta da Fortaleza, e com elle capitães e soldados n'um movimento impetuoso de enthusiasmo e de furia.

Dos documentos parece perceber-se, que a idéa era embarcar nas terradas e galeotas que Ruy Freire teria disposto, e, rompendo o cerco do mar, retirar para Ormuz.

Mas atravessaram-se no caminho os padres, berrando que — «da parte de Jesus Christo se detivessem, que íam todos morrer desesperadamente».

Foi a scentelha da insubordinação geral.

Á voz dos estupidos santões, — tão diversos dos que n'outro tempo íam com a Cruz n'uma mão e a espada na outra, na vanguarda dos soldados de Christo, — a turba estacou, oscillou, e os mais poltrões, senão alguns vendidos, aproveitaram o ensejo para aconselhar que se considerasse a possibilidade de uma negociação rasoavel.

Temos carta de um dos padres.

Raciocinando com irritante fleugma sobre o caso, louva a revolta, apostrophando de loucura o impeto heroico do Capitão.

Ruy Freire, porém, não se dobrou, recusando-se intransigentemente a auctorisar a negociação.

Escreveu-se, então, esta resposta, levando-a um soldado que os persas injuriavam do seu campo e os inglezes festejavam das suas baterias:

> — Nós, os soldados d'esta Fortaleza, respondemos á carta de Vossa Senhoria, cousa em que o nosso Capitão Mór não quer vir, e dizemos que se esta Fortaleza não tem muros ou esses que tem arruinados, não faltam os peitos dos portuguezes que estão dentro para os reedificarem e se defenderem dez annos. O partido que ámanhã se ha de fazer á espada, o faça logo Vossa Senhoria com dobrado poder, porque o acceitâmos, que no mais se as condições não forem mui largas, ás armas nos reportâmos.

Voltou o mensageiro com a resposta ingleza, e quiz entregal-a ao Capitão Mór, que andava entre todos.

Ruy Freire não quiz recebel-a, e puchando por um punhal arremessou-se ao soldado, apostrophando-o de traidor.

Contiveram-n'o, e, lidas em voz alta as condições apertadas que os inglezes impunham, Ruy Freire, que as ouvia, levantou os olhos ao Céu, exclamando fortemente:

> — Ah, Senhor, não ha raios que abrasem estes traidores, afronta da lealdade portugueza?!

Amotinou-se a turba, bramando que não eram traidores; que lhe désse Fortaleza e mantimentos, e os veria

defendel-a como até então; mas que não havia Fortaleza, nem com que a reparar, e não haviam de morrer — «como obstinados brutos».

Crescia insolentemente a revolta, e Ruy Freire pegando disfarçadamente n'um morrão acceso, dirigiu-se ao paiol.

Percebido por alguns soldados, levaram-n'o para os seus aposentos, onde o conservaram, guardado á vista, até o fim das capitulações.

As propostas dos inglezes não foram ainda acceites.

Eram a rendição, pura e simples, com umas apparencias de decoro e de honra.

> «Não estamos por ellas — responderam — nem tão opprimidos que as acceitemos, pois estamos senhores da Fortaleza, servidos de todo o necessario para dez annos, e polvora para a defender, até morrer abrasados n'ella...»

E contrapunham outras, arrogantemente.

Tratava-se, primeiro, dos padres, que, tendo sido os que haviam soltado a revolta, seriam naturalmente os que guardassem para si a direcção diplomatica do negocio.

Haviam de saír, immunes, com as imagens — «e mais cousas tocantes ao culto divino».

O Capitão Mór saíria armado de todas as suas armas — «bastão na mão», — sendo lançado em Ormuz — com todos os soldados portuguezes, tambem armados — «mechas accesas, balas em bôca», — tambores á frente, rufando, e os alferes, com suas bandeiras, e os sargentos, com as alabardas, e tudo o que cada qual podesse levar ás costas.

Acompanhariam a tropa os escravos christãos e os lascarins; estes, tambem com as suas armas e o mais que lhes pertencesse, sendo lançados em Ormuz ou onde elles quizessem.

Os inglezes dariam refens e forneceriam transportes.

N'esta altura, porém, Gaspar de Affonseca que estava no rio de Lafetá, com trinta galeotas e vinte terranquins, sabendo, por Ormuz, o que se passava em Queixome, veiu açodadamente com toda essa armada, empavezada, investir os navios inglezes.

Era audaciosamente simples a aventura.

Cada nau havia de ser abordada por tres galeotas e dois terranquins, — «com regimento aberto que ou queimassem as naus ou as galeotas com ellas, que mais valia morrerem todos com os inglezes, que não perder-se aquella Fortaleza».

A voga arrancada, Affonseca lançou-se, com quatro galeotas, sobre a Capitanea, — a *London*, — e Sebastião Pereira de Macedo, com cinco, investiu a Almiranta.

Mas uma bala dando pelos peitos no intrepido Capitão, despedaçou-o, e a sua galeota, afastando-se, cobriu o pharol, — «signal de Capitão Mór morto», — o que, vendo as mais, arribaram sobre ella, indo-se todas na volta de Ormuz, onde em poucas horas chegaram.

Em Ormuz succediam-se os Conselhos.

Simão de Mello, barafustando contra Ruy Freire, bramava, impertinente, que bem sabia o que devia fazer, mas que — «não queria errar».

— «Fixando o turbante na cabeça», — o Rei, indignado apostrophava-o: — que não querendo errar, por seu erro, e por não accudir, podendo, se estava perdendo a Fortaleza de Queixome e arriscando Ormuz.

Que fosse, pois, com os galeões e com todos os portuguezes soccorrer Ruy Freire, que elle, só, com a sua gente, tomava á sua conta fortificar e guardar Ormuz.

Retorquia-lhe Simão de Mello, que a elle cumpria guarnecer a Fortaleza, e a Ruy Freire tratar dos galeões; que era melhor assegurar estes, — «mettendo-os para dentro», — e poupar a gente para o que succedesse, avisando o Governador da India, e nem os galeões ha-

viam de saír, sem que o Governador mandasse capitão que os commandasse.

Esgotados todos os argumentos, vendo repudiadas as suas diligencias e propostas, o Rei voltára-se para o Conselho, exclamando:

> «Senhores: Ormuz é perdido, pois o veiu governar um Capitão tão fraco e cobarde. Vossas Mercês tratem de si, que eu me vou para os meus Paços, pois chegou o tempo de fenecer minha Corôa. E assim me despido d'este Conselho para em quanto durar a guerra e Vossa Mercê, Senhor Simão de Mello, for Capitão d'esta Fortaleza.»

Atrapalhado, Simão de Mello, quiz acalmar o sujeito, mas este—«pondo a mão na adaga, lhe disse, que não fallava a quem era traidor a El-Rei de Portugal seu irmão».

E voltando-lhe as costas, saíu, deixando os do Conselho pasmados e confusos.

Simão de Mello parece ter-se acobardado diante da fulminante accusação, que, porventura, presentíra já em muitos.

Resolveu-se que se deitasse bando para que todos os portuguezes válidos embarcassem até ás duas horas da tarde nos navios, e que estes fossem, confiados ao commando de D. Gonçalo da Silveira,—«surgir perto do forte, junto ás naus inglezas, para tomar a gente com que o Capitão Mór saísse do forte para entre os navios, por ser assim mais credito nosso, que entregar-se aos inglezes, conforme ao que o Capitão Mór escreve se tratava».

São as palavras do proprio Regimento que Simão de Mello deu ao valente fidalgo, em 5 de fevereiro, outro documento, salvo por certidão, com os agora adquiridos para a Sociedade de Geographia.

Vê-se d'elle que Ruy Freire avisára da insubordinação e das negociações pendentes, indicando mesmo, que

Queixome não podia sustentar-se mais que até essa noite.

Eram dez os navios, que, acompanhados pelas embarcações miudas, haviam de constituir a expedição.

Os navios deveriam procurar surgir em duas braças de fundo, protegendo os barcos, que, ao mando de Ignacio Homem, aproariam a terra, recolhendo — «toda a gente que podesse ser».

Sabendo d'estas resoluções, e ouvindo o arruido do bando, o Rei de Ormuz, mandou tocar os atabales, reunindo a sua gente, montou, com os seus officiaes, a cavallo, e mandou ao seu Guazil, que fosse pôr á disposição de Simão de Mello e do Veador da Fazenda, Manuel Borges, — «todo o dinheiro e ajuda», — que podessem precisar, em quanto elle ordenava os trabalhos da fortificação da cidade.

Mas a empreza mallogrou-se, ficando em projecto, e segundo o attestado passado pelo proprio Ruy Freire a Gonçalo da Silveira, mezes depois, em 16 de julho, não foi por culpa dos dois.

Espalhára-se o panico pela população, e os moradores portuguezes — «tendo-se por perdidos começaram a recolher na Fortaleza toda a fazenda».

Por outro lado, os inglezes estavam impacientes.

Tinham tambem soffrido muitos estragos e perdido muita gente, entre a qual o celebre William Baffin[1].

Queixome estava irremissivelmente perdida, mas alem de que não queriam abandonar, perante os persas, as vantagens de terem sido os que a rendessem, e o exaspero da guarnição poderia fazer-lhes pagar caro a rendição, naturalmente receiariam a vinda dos galeões por-

---

[1] «... Baffin died on the 23rd. of january 1621–1622 of a wound received at the seige of a Portuguese fort on the island of Kishim, where he lies buried, a few miles due south of the island of Ormuz. *Report on the misc. old records, etc.*, 1890, ps. 50.

tuguezes e uma arremettida do lado de Ormuz, não contando com a inepcia de Simão de Mello.

Pediram, pois, que alguns officiaes de Queixome fossem tratar definitivamente das capitulações.

Foram quatro capitães, com uma especie de mandato imperativo; assentaram em que a guarnição saíria livre e armada, dando-lhe os inglezes transporte para Ormuz.

Ruy Freire, pois, que não se prestava a capitular, foi indecentemente abandonado.

Na manhã seguinte, que devia ser a 7 ou a 8 de fevereiro, o commandante inglez, á frente de cinco companhias — «com suas bandeiras e atambores» — veiu postar-se junto da derrocada Fortaleza, ao passo que as forças persas se afastavam para mais de quatrocentos passos d'ella.

Abriram-se as portas, estando toda a guarnição, portuguezes e lascarins, — «com suas armas, e mechas accesas».

Um dos capitães dos concertos avançou para o official inglez — «com as chaves n'uma salva e lh'as entregou».

> «Saíndo o Capitão Mór, vestido de negro, espada na cinta, *mas sem bastão,* o General inglez se chegou a elle e com grande respeito e cortezia lhe disse: que as adversidades da fortuna não desfaziam na opinião de tão grande Capitão. Que lhe désse a mão, e se fosse com elle para a sua nau Capitanea, que n'ella teria o logar que merecia tão valente portuguez, e na demais armada.»

Ruy Freire não respondeu palavra.

Seguiu-o.

Não se entregava.

Entregavam-n'o.

Entraram então os inglezes e trahiram infamemente os ajustes.

Fazendo saír, a dois de fundo, os portuguezes, á medida que os apanhavam fóra, desarmavam-n'os e expoliavam-n'os do que conduziam.

Mais cruenta traição reservavam aos lascarins.

Retendo-os dentro, illudindo-os com o pretexto de os embarcar em seguida aos portuguezes, foram-n'os desarmando, e, embarcados aquelles,

> —«fizeram signal aos persas, que vieram como lobos famintos aos valentes lascarins ... e os mataram a todos, que foram oitocentos, não sendo tanto a seu salvo que não matassem os lascarins trezentos persas.»

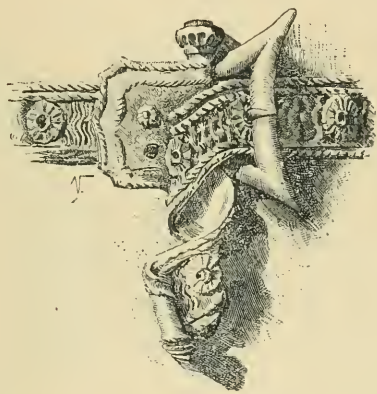
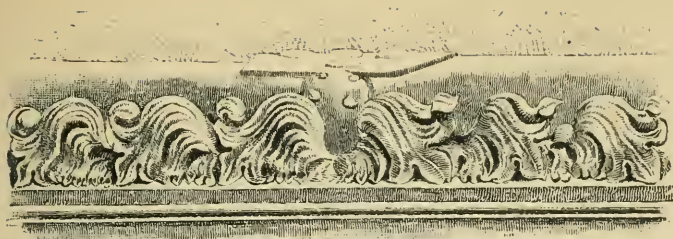
N'esta orgia de sangue dissolviam os inglezes o ciume irritado dos que os haviam tomado a soldo, vingando-se simultaneamente da confiança leal e affectuosa que nunca poderam, como nós, inspirar aos indigenas.

Por André Coutinho, o valente marinheiro que conseguíra chegar a Queixome, e que trabalhosamente voltára a Ormuz, Ruy Freire escreveu a Simão de Mello este simples bilhete, que era, ao mesmo tempo, uma sentença de morte e um aviso de salvação:

> «Da perda de Queixome e minha desgraça dará Vossa Mercê conta a Deus e a Sua Magestade, Sr. Simão de Mello. O poder d'estes inimigos está confederado sobre essa Fortaleza. Lea Vossa Mercê o lettreiro que diz: *Se inimigos da Europa n'esta barra vires surgir*, ABRE A CAVA *e deita-te a dormir*, de uma tarja que está aos pés do grande Affonso de Albuquerque. Tome seu conselho, pois tão mal nos vae com o nosso.—*Ruy Freire de Andrade.*»

O estupido ou o traidor não abriu a cava, mas não accordou, tambem.

A cava fôra traçada por Affonso de Albuquerque, que deixára — « um lettreiro » — de pedra com aquella recommendação de a abrirem em caso de investida, poisque, insulando então a Fortaleza, permittiria que esta aguardasse, immune, o soccorro.

Por mais que muitos lembrassem isto, Simão de Mello não mandou abrir o fosso.

VIII

CERCO DE ORMUZ

M Ormuz, o Conselho estava como em sessão permanente.

Perdida a auctoridade do mando, cada qual se arrogava tel-a no parecer, e disparatavam os alvitres na sem-cerimonia com que a incompetencia se attribue sempre o direito de ter opinião e de querer impôl-a.

Entrando na sala, André Coutinho annunciou:

> —«Senhores, a Fortaleza fica perdida e o Capitão preso e os soldados que escaparam vêem ahi em tres terradas, tirando dois que em companhia do Capitão ficaram, o qual me deu este escripto para Vossa Mercê.»

Tirando do seio o bilhete de Ruy Freire, deu-o a Simão de Mello, que lendo-o em voz alta, começou

— « a dar trincos », — exclamando, desaforadamente, n'uma expansão brutal de vaidade:

> — « Se Ruy Freire perdeu a Fortaleza de Queixome, Simão de Mello não ha de entregar a de Ormuz, porque tem procedido em todas as occasiões melhor do que elle.»

Um dos presentes, indignado, observou-lhe, duramente:

> — « Senhor Simão de Mello não cuspamos para o Céu, pois que ainda estamos em jogo, que Ruy Freire tem medido a espada muitas vezes com Mouros com o valor que se sabe, o que não sabemos de quem não póde falar e da sua perdição tem sido causa.»

Estava moralmente exautorado o fanfarrão.

Nada se resolveu, porém, n'esse dia, e Simão de Mello dormiu a noite — «tão descançado como se tivesse o animo em muita prosperidade».

No dia seguinte voltou ao Rei, com grande acompanhamento e espalhafato.

O intelligente Principe interpellou-o, sacudidamente:

> — « Estamos esperando o inimigo para lhe entregarmos esta cidade e Fortaleza ou para as defendermos? Se para a defendermos, como se não abriu a cava que está entupida ao pé do baluarte de Santiago? E se não manda recolher a grande copia de madeira que está nos Armazens da Alfandega e Feitoria e Hospital e outras casas? Porque se não acabam as fortificações que o Capitão D. Francisco de Sousa começou, e se recolhe o trigo, arroz, vinhos, manteigas e outros bastimentos de que estão cheias as lojas dos mercadores, bastantes para sustentar muita gente dez annos?... »

E assim, por diante: um libello.

Simão de Mello respondia que sim, que se faria tudo, —«que a cava do pé do baluarte a todo o tempo se podia abrir, por ser dentro na mesma cava»,— que os galeões se recolhessem para debaixo da Fortaleza, e a gente d'elles desembarcasse para defender melhor a desembarcação aos inimigos.

Tinha até um projecto: reforçar as galeotas com cincoenta soldados cada uma, e lançal-as contra — «a armada persa», — as terradas.

Debalde lhe objectavam que os inimigos viriam já na ponta de Caurú; que se os galeões,— os mais rijos e artilhados que até então tinham vindo a Ormuz,— não saíssem a investir os inglezes, seriam queimados á sombra das muralhas; que uma galeota bastaria para bater as terradas.

Os galeões foram mettidos entre o baluarte S. Pedro e o do Mar, em cinco braças de fundo: —«logar e sitio aonde mais representavam embarcações de mercadores que galeões de armadas portuguezas, temor e assombro de todo o Oriente».

Uma vergonha.

E o Rei recolhendo os seus thesouros na Fortaleza, exclamava:

> — «Ah, Fortaleza! meus antepassados te ajudaram a fazer, e eu te não posso ser bom por o mau governo de um Capitão que te perde.»

Aos 21 de Fevereiro, dobravam a ponta de Caurú, para dentro, os navios inglezes, rebocados, sob uma grande calma.

Vinha com elles a multidão das terradas persas; cento e cincoenta, e mais dois navios maiores, diz Simão de Mello n'uma certidão passada a Gonçalo da Silveira.

Investido este ultimo no commando das galeotas, ou como se dizia então, da—«armada de remo»,— foi com ellas postar-se,—«as pranchas em terra e as prôas para

o mar»,—no ponto em que pareceu que ía ser tentado o desembarque.

Guardavam, ainda, a praia, d'esse lado, seiscentos mosqueteiros e duzentos homens de cavallo,—«armados todos de peitos, espaldares, morriões e suas lanças»,—estando com elles o Rei.

Como do lado do Comorão avançasse uma forte divisão de terradas, D. Gonçalo,—«mandou tirar peça de leva»,—e a voga rija, ao som de tambores e trombetas, saíu-lhes intrepidamente ao encontro.

Formaram os barcos persas em meia lua; debaixo de rapidas bombardadas, envolveram as galeotas—«e se começou, de parte a parte, a peleja, com singular esforço, e se ateou com tanto impeto que foi um dos mais bem pelejados conflictos que houve nas partes da India».

Como não levasse a melhor, esta avançada inimiga, retirou ordenadamente, mas logo vieram á carga as terradas que acompanhavam e rebocavam os navios inglezes, e sem se fazer esperar, contra ellas arremetteu D. Gonçalo.

Seria um espectaculo imponente.

As naus inglezas, soltas as vélas, faziam bordo, derramadas—«cada uma para sua parte por o pouco vento que fazia»,—e se Ruy Freire, tivesse podido assistir á scena, sentir-se-ía furioso pela estupida inacção a que tinham sido condemnadas as nossas melhores forças navaes; mas os inglezes tinham-se apressado em leval-o a Surrate, na idéa de o remetter triumphantemente para Inglaterra.

Na Fortaleza, Simão de Mello, affectando um grande medo de que as galeotas se perdessem, mandou fazer-lhes signal que retirassem.

Gritava o Rei de Ormuz que as deixassem proseguir na começada victoria; mas Simão, depois de secundar com um novo tiro a ordem, fel-a repetir terceira vez —«com pelouro!»—observando que os inglezes, refres-

cando o tempo, esmagariam a intrepida «armada de remo».

Balthazar de Chaves, objectou-lhe, ainda, indignado:

> —«Senhor, cada galeota d'aquellas não tem cincoenta remos e um mastro, com um formoso bastardo, e artilheria e portuguezes dentro? As naus têem remos ou são passaros que de vôo se hão de metter nas galeotas? O caso é que por nossos peccados nos perdemos, que não por força nem poder que o inimigo tenha.»

Só ao terceiro signal, obedeceu D. Gonçalo, voltando ás tres horas da tarde para o seu posto, na ponta de Caurú—«sem perder nem um só soldado dos seus»,—e recebendo, á noite, o desgosto de uma ordem para ír varar debaixo do baluarte de Santiago.

Percebendo que os persas intentavam desembarcar, D. Gonçalo faz ainda alguns tiros, mas a ordem de retirar repetiu-se.

Dirigindo-se, então, ao Capitão, disse-lhe, resoluto:

> —«Senhor Simão de Mello, eu não vim a Ormuz a deshonrar-me. Vossa Mercê me tem roubado minha honra, e tem sido causa de o inimigo a que eu tenho posto em fugida, estar dentro da cidade. Bem má testemunha serei eu para as cousas de Vossa Mercê, e conta que tem de dar a Sua Magestade. Pelo que, disponha da armada e não me occupe, salvo no officio de soldado que vim fazer a este Estado.»

E voltando-lhe as costas, foi-se para—«a estancia»,—o posto, de Balthazar de Chaves—«que estava na bôca de Careca»,—com Diogo Pereira de Macedo, Jeronymo Tavares, Fernão de Barros, Manuel Cabaço e mais trezentos soldados portuguezes.

Cuidando que os outros pontos accessiveis estariam igualmente guardados, este troço de bravos ía sendo surprehendido e esmagado.

Os persas, desembarcando, invadiam a cidade, chegando já ao Bazar e approximando-se da Fortaleza.

Ameaçado na retirada, Balthazar de Chaves, o expedito e rijo capitão do cêrco de Queixome, bradou á sua gente:

> —«Senhores, hoje é o dia em que nossos braços nos dão a vida e a conhecer aos infieis o que valem.»

E abalou, com ella, pela Rua Larga abaixo, rompendo até á porta dos Paços do Rei.

Ficavam os Paços n'uma praça, onde havia tambem uma Mesquita, e que estava já, como as ruas visinhas, atulhada de persas.

Surriados estes com algumas descargas, D. Gonçalo, que á frente estimulava o troço, apanhou uma espingardada pelas pernas, podendo ainda, com os mais recolher-se á Fortaleza, e escrever um bilhete a Luiz de Brito, o Almirante dos galeões, para que fosse com elles na alheta das naus inimigas que—«íam levadas, correndo a ilha, para a Ponta de Tuembaque».

Braz Rodrigues que com cincoenta soldados fôra guardar a Alfandega e a casa do Védor da Fazenda, sentiu que os persas entrando pelo Hospital, que ficava contiguo, nas lojas, íam irremissivelmente colhel-o, como n'uma ratoeira.

Mas um soldado, Antonio Mendes Raposo, lançando um barril de polvora sobre os inimigos, fez voar o pavimento, conseguindo, comtudo, salvar-se, posto que muito ferido, com outros.

A onda dos persas alastrava medonhamente pela povoação, que fugia desordenada e afflicta sem acertar com salvação possivel.

O Rei de Ormuz com a sua Casa podéra, ainda, escondidamente, vir acolher-se na Fortaleza, querendo combater como simples soldado.

Uma quéda que déra do cavallo fôra considerada como sinistro presagio, e outros, mais, acrescentavam o panico.

Uma rapariga moura viera bater ao baluarte de S. Pedro, instando por que a fizessem baptisar.

Admittida pelo postigo, vaticinára castigos do Céu, e mal um padre lhe lançára o Sacramento, caíra morta: —«prodigio que causou grande pavor a todos».

Mas o peior fermento de terror e de desalento era a inepcia do Capitão, a falta de confiança n'elle.

Debalde o matraqueavam ainda com a abertura da cava, dizendo-lhe o Rei que o Kan de Xirás se dirigia, em pessoa, ao cerco—«com excessivo poder de gente mui lusida e a melhor e mais dextra e exercitada na guerra»,—na idéa de entrar a Fortaleza pela cava, do lado do baluarte Santiago.

De feito, do lado do Comorão chegavam incessantes reforços, e o cerco organisava-se e apertava-se rapidamente.

O inimigo tapava as bôcas das ruas que davam para o terreiro da Fortaleza, artilhando e derrocando as casas, montando baterias, abrindo longas fiadas de setteiras.

Na Alfandega fazia uma plataforma guarnecida de dez peças de 24 a 40 libras, e atulhando a sala—«aonde estava a mesa do Despacho»,—cavalgava-lhe, por traz de grosso parapeito, outra bateria de doze peças que visavam o baluarte S. Pedro e as casas do Capitão Mór.

Da Alfandega até á Igreja da Misericordia corria, dentro em pouco, uma forte tranqueira de madeira, de 3 braças de altura.

Occupado o Hospital e o Convento de Santo Agostinho, n'um caes de 3 braças de largo, pegado á Capella Mór, foi estabelecida outra bateria de oito peças que se batia rijamente com os meio-abandonados galeões.

Pretextando que estes ultimos poderiam ser mettidos a pique, Simão de Mello teve esta nova estupidez que conseguiu fazer acceitar pelo Conselho, estonteado: —«que elles se envasassem»,— do lado do baluarte do Espirito Santo.

Tres d'elles já Simão de Mello fizera varar na praia do postigo da Traição, ficando, ainda, os outros quatro encostados á terra.

Seriam estes, com a propria «armada de remo», que se envasassem, — «ficando para sempre sepultados com grande magua e sentimento de se verem destruidos vasos tão poderosos».

Reagiu a matalotagem de um, do velho e glorioso galeão *S. Pedro,* a Capitanea da travessia oceanica e da batalha de Jasques.

Approximando-se os inglezes, desaffrontados d'aquellas baterias fluctuantes, o *S. Pedro,* durante sete dias lhes resistiu com fortes cargas de artilheria, castigando por tal fórma, a Capitanea inimiga, como já succedêra em Jasques, que teve de ser rebocada para o mar.

Esgotadas as munições, os bravos marinheiros pegando fogo ao galeão, metteram-se n'um batel e recolheram á Fortaleza, onde Simão de Mello os mandou prender a todos, e quiz enforcar alguns, mais despeitado talvez por aquella heroica lição, do que pela desobediencia á cobardia ou á traição propria.

Manuel Borges, o velho Védor da Fazenda, n'uma carta a Fernão de Albuquerque, em 28 de abril, conta, com ligeiras variantes, este caso dos galeões, procurando attenual-o, e dizendo que os inglezes, de noite, em lanchas, vieram pôr — «artificio de fogo» — ao *S. Pedro.*

— «Chegando o fogo ás amarras, cortando-as, se foi com a corrente, para a banda do Comorão, com seis peças de bronze e outras tantas de ferro que não foi possivel poderem-se-lhe tirar.»

Este Védor da Fazenda valia tanto como o Simão de Mello, com o qual se mostra perfeitamente associado, até uma parcialidade manifesta.

É claro que uma vez chegado ao cerco de Ormuz, hei de ceder a palavra aos documentos que, a bem dizer, estou simplesmente prefaciando.

Mas é claro, tambem, que esses documentos, ou o principal d'elles, até pelo seu especial caracter, não prescinde inteiramente de uma certa concatenação geral de referencias que permittam ao espirito desprevenido do leitor ligar e ordenar os acontecimentos, alguns, até, mais nitida e desenvolvidamente explicados n'outros documentos, cuja publicação integral tenho de demorar, ainda.

Continuemos, pois.

Proseguindo, imponentemente, as fortificações do inimigo no sentido de apertar o cerco e de attenuar os estragos da nossa artilheria, os alliados íam contrapondo á Fortaleza, uma outra, dispondo de enormes recursos, n'uma resolução teimosamente definida de não desistir do intento de expulsar-nos de Ormuz.

Das casas de dois moradores portuguezes, — Luiz de Magalhães e Gil do Prado, — fizeram como dois reductos avançados.

Com uma grossa trincheira de vigas e entulho taparam a Rua do Bazar Grande, cobrindo-se do nosso fogo, d'aquelle lado, e — «nas casas do Estribeiro que ficavam junto á estrebaria do Capitão», — levantaram um baluarte muito forte que guarneceram com a melhor artilheria e gente, protegendo, especialmente, o ataque do baluarte Santiago, que desde o começo, com singular insistencia, visavam.

Resolveu-se Simão de Mello, a ensaiar uma sortida, não, comprehende-se, uma d'aquellas formidaveis sortidas de Ruy Freire, embora para taes lhe não faltassem habeis e rijos capitães: — os de Queixome, até.

Francisco de Brito de Evora, com cincoenta portuguezes, armados — «de espadas e rodellas, pistolas na

cinta, e bacamartes», — acompanhado, mais, de vinte lascarins — «com suas lanças e coxins de fogo, alcanzias e outros artificios», — escoou-se, uma noite — «pelo escuro da ramada e sombra das galeotas» — direito á antiga Xabandaria da cidade, a surprehender o baluarte que saía da Alfandega para a praia.

Saltaram rijamente os portuguezes n'aquelle posto, fazendo um sangrento reboliço na guarnição.

Os lascarins queimavam, no entanto, as casas da Xabandaria, e de passagem, no regresso, as galeotas.

Mas a par das fortificações visiveis, exercia-se subterraneamente a esforçada pericia dos persas no trabalho das minas e dos fornilhos, principalmente em direcção ao baluarte de Santiago, approximando-se, com vallos e cestões, da cava, da famosa cava que Simão de Mello, inexplicavelmente teimava em não abrir e innundar.

Assim foram correndo os dias, as semanas, os mezes, n'uma indecisão e n'um combate incessante.

Desembaraçados no mar, os persas recebiam numerosos reforços do lado de Xiras, e o proprio Kan, o prestigioso logar-tenente do Xá, passára a Ormuz.

IX

SORTIDAS E MINAS

Com o rigor das calmas, — corrompiam-se os mantimentos nos armazens da Fortaleza, escaceando já muitos, e enfermando todos os dias muita gente da guarnição.

Em fins de abril, dizia o Védor da Fazenda para o Governador, que só de arroz é que a Fortaleza podia considerar-se regularmente sortida.

Simão de Mello escrevêra para Goa, basofiando ainda, mas instando pelo soccorro, e mandára Filippe de Affonseca a Mascate, n'um terranquim ligeiro, com 6:000 patacas para que lhe trouxesse medicamentos e refrescos.

Fez-se nova sortida.

Commandava-a d'esta vez, um dos heroes de Queixome, Balthazar de Chaves — «um dos melhores capi-

tães e de mais esforço e disposição de armas, que houve n'estes nossos tempos», — levando trezentos homens em seis companhias, uma por elle proprio dirigida, e as outras por Sebastião Pereira de Macedo, Antonio Mourão de Oliveira, Domingos Pires Vieira, Manuel Cabaço e Antonio Palha.

Tinha por objectivo a bateria inimiga da Misericordia.

Simão de Mello fez aos expedicionarios uma — «animosa exhortação» — e encarregou Simão Gomes, Vicente Carrasco, Diogo Lopes e Thomé de Caceres, — «com instrumentos que lhes deu para esse effeito, encravassem toda a artilheria d'essa plataforma».

Ás onze horas da noite, pozeram-se a caminho — «em boa ordem, com os morrões escondidos», — n'uma grande calada. O trajecto era curto e a vontade boa. Posto que na melhor hypothese o resultado não parecesse poder ser importante, na guerra, e especialmente n'estas guerras orientaes, a aventura dava, ás vezes, inesperados exitos.

Surprehendidos nos primeiros vallos, os persas fugiram, sob as nossas descargas, para a plataforma, d'onde logo começou a jogar a artilheria.

Com elles, avançaram, de roldão, os portuguezes, mas — «os inglezes e mouros pelejaram na defensão d'ella com estranho valor, que não foi, comtudo, bastante a resistir ao animo e brio dos nossos que a entraram á força de suas armas, fazendo despenhar os inimigos dos parapeitos».

A artilheria foi encravada, e a expedição retirou excellentemente.

Um incidente, porém, veiu aguar a alegria de Simão de Mello por este pequeno triumpho.

Voltára de Mascate, Filippe de Affonseca, trazendo o seu terranquim e mais dois, carregados de trigo, gallinhas e carneiros, — «jarras de ovos em azeite», — laranjas, tamaras, etc., e sendo portador de algumas cartas do Governador da India para Simão de Mello, Rui Freire e Védor da Fazenda.

Na carta ao primeiro, recommendava-lhe Fernão de Albuquerque:

> — «que em caso que os inglezes entrassem o Estreito lhes saísse a nossa armada, e que faltando Capitão Mór para ella, elle proprio, entregando a Fortaleza a El-Rei de Ormuz, se mettesse nos galeões e pelejasse com as naus, e quando se visse destituido de todo o remedio e o inimigo vencedor *as abrazasse e se queimasse com ellas, porque queimando-se todos ficavamos com a gloria de consumirmos o inimigo.*»

Exactamente o contrario do que Simão de Mello ineptamente fizera, apesar de todas as advertencias e conselhos.

Ficou, pois, apprehensivo, macambusio, ralado pela suspeita de que fizera, realmente, uma grande tolice, já agora irremediavel.

A Fortaleza ía resistindo bem; era fortemente construida; os baluartes, roqueiros, e as muralhas e parapeitos grossos, não soffriam muito com o temporal persistente da artilheria ingleza.

Mas os persas vinham furando e avançando subterraneamente, na direcção do baluarte de Santiago.

Atravessando a cava — «que inadvertida e obstinadamente se não abriu», — e estava até, d'aquelle lado entulhada, conseguiram, encostados ao mar — «com a agua pelos joelhos» — levar a mina até meio do baluarte.

> — «em que metteram uma pipa de polvora e o mais taparam de pedra e cal, com grande repuxo para que a força da polvora não voltasse atrás, deixando escorva para lhe darem fogo.»

N'uma manhã, appareceram os reductos e trincheiras inimigas, empavezados de muitas bandeiras e guiões, em ar de festa, ao som de atabales e trombetas.

O Rei de Ormuz, que avisado, subíra — «ao baluarte do Sino», — observando que só as trincheiras proximas do baluarte Santiago é que não tinham bandeiras — «nem havia n'ellas rumor algum de instrumentos», — começou a dar alarme.

> — «Sobre uma coura que trazia, que lhe dava pelo joelho, vestiu um peito e espaldar de prova, e pondo na cabeça um murrião com uma corôa de oiro esmaltada em que estavam engastadas muitas pedras preciosas, e embraçando um escudo de aço, disse, tirando da bainha o alfange: — Ah, leões portuguezes, *governados por um capitão ovelha,* isto é mina no baluarte de Santiago. Retire-se toda a gente d'elle para os lanços do muro e lancem todos mão das armas, que hoje é dia em que vossos valerosos braços hão de fazer o que sempre fizeram.»

Felizmente, foi, de prompto, attendido o conselho, e pouco depois, ás dez horas, rebentava a mina — «fazendo tão grande terremoto e abalo o tremor dos muros, que com estarem os soldados deitados não estavam seguros, porque o estrondo era grande que parecia vir-se o mundo abaixo ou acabar-se».

Foi consideravel o estrago no baluarte, um bom pedaço do qual inteiramente ruiu, e para os persas, um pouco contraproducente, o resultado immediato da sua enorme faina.

Encontrando menos resistencia na parede com que a haviam vedado do seu lado, a mina — «rebentou por ella voando algumas vigas sobre os inimigos de que morreram mais de seiscentos».

Mais entulhada ficára, porém, a cava, e os persas derivando uma galeria para o entulho, foram saír n'este,

> — «amanhecendo um dia encostados aos muros, á mão esquerda da mina que levou a polvora, com suas mantas sobre vigas muito

> grossas feitas de pranchas tão fortes e repregadas que lançando-lhes de cima uma peça grande e grossa de ferro que tinha rebentado lhes não fez abalo algum. E as cobriram de pastas de ferro com que ficavam seguras do fogo que lhes lançavam e pelas ilhargas as repairaram por que os revezes da nossa artilheria lhes não fizessem damno.»

Recresceu, impaciente, a furia do inimigo cujas baterias sustentavam tiroteio seguido todos os dias, das cinco ás nove horas da manhã, e desde as tres ás sete da tarde,

> —«e assim se batia todos os dias oito horas e já com tanto damno nosso que o baluarte S. Pedro e do Sino e todo o lanço de muro que corria de um ao outro estavam com a maior parte dos parapeitos no chão, causando-lhe, comtudo, a nossa artilheria tanta perda que se deliberou a entrar a Fortaleza pela ruina do baluarte de Santiago.»

Parecêra ser este o principal objectivo do ataque, e por ali fizeram, os persas, dias depois da explosão da mina, uma formidavel escalada, um pouco de surpreza.

Varridos pela artilheria do S. Pedro, chegaram, comtudo, a apossar-se do arruinado e mal reparado baluarte.

A principio, — « baralhando-se todos, os nossos portuguezes começaram a lançar muitas panellas de polvora, lanças de fogo e bacamartes », — mas reparando que no apertado da peleja, com estas mesmas armas nos prejudicavamos, tambem, á espada furiosamente nos esforçavamos por expulsar os inimigos — « fazendo tão raras façanhas e estando a briga tão travada e cruel que de uma e outra parte não havia logar mais que sobre corpos mortos ».

Constantemente reforçados, porém, os assaltantes, D. Gonçalo da Silveira, gritando aos seus que o seguissem e se armassem, de novo, com panellas de pol-

vora, rompeu bravamente, com Miguel Pereira Borralho, Fernão de Barros e outros, até aos escombros, e secundados pela artilheria do S. Pedro e pelo fogo vivo dos mosqueteiros — «mataram tantos dos persas que ao pé do baluarte faziam tranqueira aos vivos», — interrompendo a corrente caudalosa da invasão.

Foi desesperada, e podéra ter sido decisiva a refrega, em que fizeram primores de valentia o proprio Rei de Ormuz, Simão de Mello, Balthazar de Chaves, — «os dois valerosos irmãos» — Diogo Pereira e Sebastião Pereira de Macedo, Francisco Gonçalves, Lourenço Alves Chamorro, Domingos da Camara, Antonio Leitão, Francisco Tavares, Thomé de Caceres, João de Andrade da Gama, Manuel Cabaço, Antonio Mourão de Oliveira, Braz Rodrigues Banha, Belchior Lobo, João Soares, Antonio Delgado, — «e outros a que a immortalidade do nome portuguez supprirá a falta de noticia de seus nomes proprios».

Cincoenta dos nossos ficaram mortos, e não menos de quatrocentos dos assaltantes.

D. Gonçalo da Silveira, a quem Simão de Mello confessa que entregára o commando d'este baluarte — «por ser o mais perigoso logar», — praticára heroismos, ficando terrivelmente — «abrasado» — nos pés e nas mãos.

O baluarte foi de novo minado em tres direcções, e mal podendo suster-se, D. Gonçalo foi, dias depois, — «fazer um forte nas minas», — contraminar duas sapas dos persas, e por traz de uma simples trincheira de saccos de terra, sustentar a defeza.

Presentindo-se que nova mina se approximava, foi Francisco de Affonseca incumbido de contraminal-a, trabalho que não pôde proseguir-se, por se reconhecer que mais se enfraqueceria o combalido baluarte.

Novo aviso procurou Simão de Mello fazer chegar a Goa, por via de Mascate, encarregando de ir ali Pedro Gomes.

Mas o capitão da pequena praça, fretando expressamente um navio para levar o aviso a Goa e preparando duas naus de mantimentos, não pôde fazel-as vencer o bloqueio de Ormuz.

Era forçoso e urgente conhecer e contrariar os trabalhos de sapa do inimigo, e d'esta commissão arriscada se incumbiu Balthazar de Chaves, começando por estudar se na vasante poderia passar-se — « pelo pé do baluarte dando tempo a todos passarem até preamar ».

Como era — « homem bem proporcionado », — fez-se elle proprio estalão, mettendo-se á agua.

> — « Em baixamar lhe dava a agua pelas verilhas e na preamar lhe passava acima do pescoço. »

Estava na conta.

Escolheu-lhe Simão de Mello duzentos homens — « dos de maior valor », — dando-lhe mais dois capitães, D. Gonçalo da Silveira e o Borralho.

Confessados e commungados, armaram-se de espadas, rodellas, pistolas, bacamartes, panellas de polvora,

> — « e alguns dardos de nove palmos de hastea e quatro de ferro, tão agudos nas pontas e de tão excellente tempera que contra o tiro d'elles não ha defeza impenetravel mais que só a de um peito de prova. »

Saíram no quarto de alva, quando começava a vasante, — « com immenso trabalho e com a agua pela cinta ».

Em quanto caladamente marchavam, direitos ás primeiras trincheiras, do lado de onde deviam começar as minas, todos os baluartes romperam n'um fogo continuo para entreter o inimigo e disfarçar a sortida.

Os persas não contavam com ella por aquelle lado.

Estavam desprevenidos, sem vigias, e em quanto os que se salvavam, davam o alarme, pelos caminhos subter-

raneos, as bôcas d'estes eram rapidamente atravancadas com as vigas e os cestões encontrados pelos nossos, de maneira que acudindo algumas companhias de — «turcos Gazeis baixos que é a gente de maior esforço e opinião que ha na Persia» — a nossa gente espingardeava-os rijamente, matando-lhes mais de trezentos — «sem difficuldade alguma».

Entraram os portuguezes na mina — «que era tão larga que desembaraçadamente cabia uma carreta, e notaram que já ía passando do entulho da cava, e que teriam entrado a mais do meio do baluarte, posto que não tinham ainda feito o caixão para metterem a polvora».

Torneando-nos pela praia os taes turcos Gazeis, íam cortar-nos a retirada, quando o baluarte da Casa da Polvora, começou a fulminal-os, pelos revezes, com tantas cargas de artilheria e de mosquetaria que os dizimava terrivelmente.

Mas insistindo em avançar, e crescendo sob esta chuva de ferro e de chumbo, estando devassada a mina, D. Gonçalo da Silveira mandou tocar a recolher, o que se fez, pelo mesmo caminho, em boa ordem, atravez, já, de — «duas mangas de turcos» — que deixaram n'este ultimo recontro mais de cento e quarenta cadaveres.

Por que fôra, porém, que D. Gonçalo assumíra o commando?

Porque Balthazar de Chaves, o rijo capitão de tantas heroicas aventuras, — «empenhando-se temerariamente pelas minas para a parte dos inimigos», — com mais oito portuguezes, apenas, fôra envolvido e acabára por ser trucidado pela multidão dos persas.

Só esta vida, representava um preço elevadissimo da brilhante empreza tão intelligentemente planeada.

Não havia um minuto a perder.

A maré subíra; — «era cheia e com tão grande mareta e tão grossa» — que era impossivel poder ganhar a pé, a Fortaleza.

Teve de se fazer o transbordo em terranquins.

No dia seguinte, como em seguida a outra formidavel sortida succedêra em Queixome, os persas assomando dos vallos e nas tranqueiras, içaram muitas bandeiras brancas.

Simão de Mello, reunindo logo o Conselho, convidou para elle o Rei de Ormuz, que recusando comparecer, aconselhava, como experimentado conhecedor das perfidias persas — « que em quanto os inimigos estavam a descoberto lhes assentassem toda a artilheria e mosquetaria que houvesse na Fortaleza ».

Todos tiveram a mesma apprehensão suspeitosa que determinava este conselho pratico, mas Simão de Mello quiz acceitar o convite de parlamentar, e mandou corresponder com uma bandeira branca no baluarte de S. Pedro.

D'ali a pouco, approximavam-se da Fortaleza dois persas, trazendo uma carta do Kan de Xirás.

N'esse papel o poderoso regulo propunha nada menos do que tratar-se — « das pazes, com muita conveniencia, pedindo quatro portuguezes por outros tantos turcos, em refens », — até á conclusão das negociações.

Na situação relativa das cousas, parecia natural que só a estupidez de Simão de Mello não percebesse uma velhacaria na proposta inesperada.

Pois concordou a maioria em acceital-a, e foi mandado Francisco de Brito[1] com a resposta, devendo ficar, e Vicente Carrasco, João Gonçalves, e Jeronymo Tavares, em refens por troca com os do inimigo, que real-

---

[1] Francisco de Brito, diz a Chronica de Craesbeck, mas creio que é lapso, e que o enviado seria Luiz de Brito, o inactivo e um tanto obscuro almirante que viera com Simão de Mello, por isso que encontrámos Francisco de Brito, pouco depois, morrendo valerosamente no ataque dos escombros do baluarte de Santiago, e nas negociações para a rendição, vemos que os refens se haviam conservado no campo persa.

mente mandou outros tantos figurantes, recebendo e agasalhando primorosamente os nossos, mas acautelando-se de que elles vissem o que se passava no seu campo.

Não tardou a proposta definitiva.

Veiu logo no outro dia, escripta em persa e — «continha uns apontamentos muito disparatados só afim de na dilação que houvesse sobre a concordancia» — se proverem, os persas e os inglezes, de polvora que lhes escaceava já, e poder continuar socegadamente com os seus trabalhos de sapa.

Pedia o Kan metade do rendimento de Ormuz e Mascate; a renovação do fôro antigo que pagavam os Reis de Ormuz ao Xá — «antes que Affonso de Albuquerque fundasse aquella Fortaleza»; — a entrega de Jalufar, com todas as suas rendas; — «e dez laques, que fazem a somma de quinhentas mil patacas, logo em dinheiro, para os gastos da guerra» — pela cedencia que os persas faziam dos seus suppostos direitos sobre a ilha de Queixome.

Um disparate, realmente, que não podia deixar de abrir, um pouco, os olhos a Simão de Mello e á maioria do Conselho.

Traduzida e lida a proposta, ficaram todos furiosos, e Simão de Mello, propondo-se, então, a abrir a cava e a fazer contraminas, respondeu que se o *Cão* queria a paz, haviam de ficar — «perdas por perdas»; — despejar immediatamente a Cidade, e fazer correr as cafilas do commercio segundo as antigas convenções.

Mas o inimigo queria, apenas, ganhar tempo, posto que talvez não deixasse de receiar que protrahindo-se a luta, apparecesse, um bello dia, alguma esquadra portugueza que fizesse mudar inteiramente a situação das cousas.

Alem de que é mais do que provavel que os persas, como em Queixome, preferissem anticipar-se aos inglezes, cujo auxilio sentiriam já quanto pesava.

Em todo o caso, o Kan illudiu habilmente o rompante de Simão de Mello, mandando-lhe dizer que precisando consultar o Xá, deveriam as treguas continuar por mais vinte dias, aguardando a resolução de Abbas o *Grande*.

Parecia rasoavel, e Simão de Mello e os do Conselho — «vistas as meiguices d'esta carta, deram a guerra por acabada e as pazes por seguras».

Mas correndo o prazo, um soldado que guardava uma das bôcas das contraminas, veiu dizer alvoroçado, ao Capitão Mór:

> — «Senhor, estando fazendo vigia no meu quarto senti trabalhar os mouros nas suas minas, fortemente.»

Atrapalhado, Simão de Mello pediu-lhe todo o segredo, recommendando-lhe que na noite seguinte — «se ratificasse mais».

Outro soldado, porém, veiu dizer o mesmo, e avisado o Rei, foi este ao sitio, verificou a verdade da informação, e chamando logo Simão de Mello e os capitães, observou-lhes que pelo que via — «se não obrava por parte d'elles mais que quererem entregar aquella Fortaleza, de El-Rei seu irmão», — e que deviam estar já concertados com o inimigo — «pois tudo era conversar e fazer conselhos e mais conselhos» — sem resolução certa e decisiva.

Terminou por annunciar-lhes que antes de dois dias o baluarte Santiago seria inteiramente destruido pelas minas.

Chegaram, n'esta occasião, precisamente, dois enviados persas — «tangendo charamellas e atabales, com suas bandeiras brancas».

Quiz retirar-se o Rei, mas cedendo ás instancias do Capitão, ficou.

Traziam nova carta do Kan — «com grandes demonstrações de amisade», — e dizendo que instando muito com o Xá, por fazer a paz, este lhe mandára que afas-

tasse o arraial, da Cidade, o que estava já fazendo, e ficasse certo, Simão de Mello, que as pazes em breves dias se fariam.

Houve alegria geral.

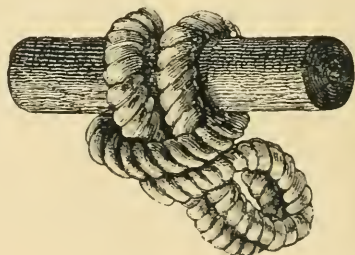
Estavam todos cançados da guerra e das provações, e suppozeram que o estariam tambem os inimigos.

Apenas o Rei de Ormuz — «pegando do mouro» — que trouxera aquella missiva de amor, lhe fez, alto e desdenhoso, esta observação:

> — «Diz ao Cão de Xirás que eu estou melhor que elle proprio nas entranhas de seus extratagemas, *e que me não engana a mim, como a estes meninos.*»

E foi-se, respondendo seccamente ás instancias de Simão de Mello para que ficasse auxiliando a resolução a tomar, que dissesse aos mensageiros que voltassem no dia seguinte pela resposta.

Fez-se isto.

Os persas tinham-se já afastado dos vallos e trincheiras, por conveniencia propria, como vae ver-se, e por animar e tranquillisar, velhacamente, a nossa gente, fatigada e aborrecida da luta.

X

ULTIMAS BOMBARDADAS

O dia seguinte era o da Paschoa, e, amanhecendo, começou a ouvir-se no arraial persa o tocar de muitos instrumentos, — «entre elles um atabale grande».

Ou por que tivesse uma excellente espionagem, como parece, ou por que, naturalmente, conhecesse bem os signaes militares dos seus compatriotas e inimigos, o Rei de Ormuz armou-se, e com os seus familiares, igualmente armados, dirigiu-se á sala grande da Fortaleza.

Veiu Simão de Mello comprimental-o, exclamando:

— «Senhor, que novidade é esta?»

E elle retorquiu-lhe, agastado:

— «Venho responder a seu amigo de Vossa Mercê, o Cam de Xirás. Mande Vossa Mercê que tomem todos as armas e se ponham em suas estancias, ficando de fóra duas companhias para o que succeder. E que não fique ninguem no baluarte de S. Thiago, porque o inimigo, sem duvida, dá fogo á mina d'elle.»

Simão de Mello, ensaiou acalmal-o.

Ha certos homens, — deve o leitor conhecer algum, — que, metade por temperamento, metade por educação, têem o irritante geito, inconscientemente revelado em quanto fazem e dizem, de uma superioridade fatua de criterio, que nem a intelligencia nem o conhecimento das cousas, lhes abona e auctorisa.

Póde dizer-se, que a vaidade, cegando-lhes aquella, e não lhes deixando adquirir o segundo, inteiramente os domina e move.

Admiram-se, e quanto mais occultam, por instincto ou por affectada cortezia, o seu soberbo desdem pelo criterio alheio, mais indispõem e impertinentam as intelligencias claras e os corações generosos.

Crêem-se os espertos, por excellencia; mais espertos, mais sabedores, mais experientes que todos, e são geralmente os mais desastrados, os mais ignorantes, os mais illudidos.

A cada passo, lhes surgem as difficuldades que não previram; a cada momento lhes cáem em cima, ou sobre os que d'elles confiaram, os males que não souberam evitar; levam uma vida de mallogros, têem uma existencia de disparates, ninguem os entende ou ninguem

se entende com elles; perfeitamente inaptos para organisar, completamente inuteis para produzir alguma cousa séria, estavel, pratica, continuam, saturados da sua vaidade, a considerar-se a gente mais pratica e rasoavel, atravessando o mundo com o seu olhar ou com o seu sorriso de superior esperteza, que não é mais, geralmente, que uma estupidez phenomenal.

Devia ser d'estes taes o nosso Simão de Mello.

Riu-se, decerto, interiormente, do alvoroço do Rei, das suas apprehensões, do seu vaticinio.

Mas o Rei, muito seriamente, intimou-o, em nome do Rei de Portugal, a pôr em armas a guarnição, e a tomar as precauções que indicava.

Fez-lhe a vontade.

Precisava d'elle, e lembrou-se, talvez, das ultimas instrucções de Fernão de Albuquerque, recommendando-lhe que entregasse a Fortaleza á guarda do Rei, e fosse para o mar bater-se com os inglezes, em vez de se encurralar ali, como parvamente fizera.

Evacuou-se o baluarte de Santiago, e retiraram-se d'elle, para os lanços vizinhos, quatro peças das mais grossas, carregando-se com balas de arcabuzes e mosquetes, para metralhar a possivel escalada.

Tudo isto se passára, decerto, rapidamente, poisque ás dez horas da manhã explosia a mina

> —«com tão horrivel tremor, que, como um trovão, arrebentou em fórma que em todo aquelle circuito não havia quem se désse por seguro, e o baluarte se arrasou por terra, e do chuveiro dos pedaços, que, ligados uns a outros ou em pedras soltas íam voando, encheu a praça da Fortaleza.»

Correram furiosamente os persas, e quando os portuguezes, desprendendo-se da primeira impressão do panico, accudiram, denodados, encontraram os escombros cobertos de inimigos.

Tal fôra o desmoronamento,—«que com facilidade subiriam cavallos por elle».

Seis vezes foram os assaltantes repellidos e expulsos, voltando, intrepidos, em massas promptamente refeitas e crescentes.

De uma vez, tentando pôr fogo á Casa da Polvora, cuja porta estava aberta, por bem pouco o não conseguiram.

Mas conseguiram ficar nos escombros.

Bateu-se valentemente o Rei, até que Simão de Mello conseguiu fazel-o retirar, e de Gonçalo da Silveira e de outros, diz a Chronica, que produziram—«tão monstruosos feitos de armas, que excediam aos maiores do mundo».

A noite interrompeu a peleja, que durára, contínua e intensa, onze horas; das 10 da manhã ás 9, achando-se —«pela lista da resenha do inimigo, que lhe morreram oitocentos persas, inglezes e turcos, da mais luzida gente».

Dos nossos contaram-se oitenta e cinco mortos, e de cem feridos, o maior numero veiu, breve, a morrer.

Não foi de descanço, a noite.

Tratou o inimigo de fortificar-se nos escombros, fazendo um parapeito para a banda de dentro da Fortaleza, e Simão de Mello mandou construir em cada lanço de muro uma trincheira terraplanada—«de toda a altura que podesse ser»,—para fazer face áquella posição e batel-a.

Logo pela manhã, n'um impulso, pelo menos, ostensivamente, talvez mesmo sinceramente generoso, foi o Capitão Mór com todos os officiaes, desculpar-se para com o Rei de Ormuz, por não ter considerado e seguido as suas advertencias e conselhos.

Pareceu, então, resolvido a resgatar as culpas da sua inercia, da sua imprevidencia, da sua vaidade.

Mandando metter os refens persas na enxovia, entregou-se activamente á construcção de novas fortificações.

Continuou as duas fortes trincheiras, uma no lanço do baluarte do Sino, a outra na Casa da Polvora, guarnecendo cada uma com dois canhões de 40 libras, para varrer as ruinas do Santiago; levantou parapeitos no Espirito Santo, e organisou, simultaneamente, uma investida que expulsasse o inimigo.

D. Gonçalo da Silveira, com cem homens escolhidos, avançou rapidamente pelo lanço do muro do baluarte do Sino, ao passo que fazia o mesmo pelo lanço da Casa da Polvora, Miguel Pereira Borralho, com outros cem portuguezes.

Impetuoso e rijo foi o ataque, e levados á beira dos escombros íam ser precipitados d'elles os inimigos, quando lhes accudiu — «um valente capitão turco», — com mil homens frescos e intrepidos de reforço, sustentando a posição.

D. Gonçalo, com cincoenta soldados, concentrou-se, fortificando-se nas casas proximas, e Miguel Pereira ficou guardando e defendendo a da Polvora.

N'esta medonha refrega perdemos muitos dos nossos melhores soldados, entre os quaes Francisco de Brito, de Evora, Pedro Alves e Pero Gomes.

Estava-se em meado de abril.

Se na Fortaleza lavrava o desalento, tendo-se perdido mil e quatrocentos homens em combate e de doenças, escaceando os mantimentos, e estando já á ração a agua, no campo inimigo crescia a impaciencia de uma solução definitiva, com o receio da chegada de soccorros de Goa, e sob a pressão de uma perda consideravel de gente, que da parte dos alliados se elevava a muitos milheiros: — «30:000» — diz a Chronica.

Aos trabalhos de sapa recorreram de novo os persas.

Fortificando com fortes bastiões os destroços da mina que fizera ruir o baluarte de Santiago, abriram n'ella tres novas galerias uma pelo lanço da muralha direita ao baluarte do Sino, outra em direcção á Casa da Polvora, a terceira visando a chamada cisterna do Rei, o

grande deposito da agua que começaram a sangrar — «com canos que lhe abriram».

Ao mesmo tempo, avançavam as trincheiras, estreitando-nos de mais em mais n'um cinto de fogo, e varejando a maior parte da Fortaleza.

N'um quarto de alva, Simão de Mello fez dar um assalto.

Os invasores foram, no primeiro impeto, impellidos, como da outra vez, até á beira do baluarte de Santiago, mas fortemente reforçados, conseguiram levar-nos, de roldão, até á Casa da Polvora, tendo em seguida de retirar para os seus parapeitos.

Crespa e longa foi a peleja, durando desde a uma hora da noite até ás Ave Marias do dia seguinte.

Voltaram os inimigos, n'esse dia, a arvorar bandeiras brancas, pedindo tregoa com o pretexto de recolher os mortos; e pouco depois um persa assomou ás ultimas fortificações dos escombros, acenando com uma d'essas bandeiras, e pedindo para vir entregar ao Capitão Mór uma carta do Cão de Xirás.

Não lh'o consentiram os nossos, dizendo-lhe que dissesse de lá, verbalmente, o recado.

Intimava-nos o Cão, a rendição immediata, fazendo-nos — «mercê das vidas» — e ameaçando-nos de vir no seguinte dia exterminar-nos.

Mandámol-o bugiar.

A idéa da resistencia extrema, até o ultimo cartucho e á ultima folha de espada, dominava, ainda.

Os proprios feridos e doentes, accumulados no baluarte do Sino, empregavam-se em fuzilar d'ali o inimigo.

N'essa noite confessou-se e commungou toda a gente, e, entrado o quarto de alva, comeu-se — «um pouco de arroz podre», — e aguardou-se, animosamente, que o Cão cumprisse a ameaça.

Soaram — «os atabales dos persas e os tambores dos inglezes», — e Simão de Mello, vestido de — «armas de

prova» — escudo embraçado, e espada nua, na mão, veiu ao meio da gente fazer-lhe um pequeno discurso:

> — «Valerosos defensores da fé de Nosso Senhor Jesus Christo: antes que estes inimigos d'ella e nossos sáiam de suas trincheiras, os vamos buscar a ellas. Exalcem vossos invenciveis braços a gloria de vosso nome, ficando o dos Portuguezes immortal, por todo o Oriente.»

Nem precisou dizer mais.

Atiraram-se os nossos ás trincheiras, que os inimigos haviam já avançado nos lanços dos muros, — «e, passando por ellas, rompendo e destroçando, entraram no baluarte de S. Thiago», — apoderando-se, por momentos d'elle, apezar da vigorosa resistencia dos contrarios.

Succedeu, porém, como das outras vezes.

A multidão persa, refazia-se, incessantemente, e ás dez horas da noite, cançados os combatentes, recolheram ás suas primeiras posições.

Á meia noite perceberam os nossos vigias, que uma embarcação se approximava caladamente do lado do Comorão, vindo dar fundo na praia, junto á Fortaleza.

Pouco depois batia ao postigo um desempenado rapaz, dizendo, que avisassem o Capitão Mór de que estava ali D. Manuel de Sousa.

Era elle proprio, o filho do fallecido Capitão de Ormuz, D. Francisco de Sousa.

Recebido na sala do Conselho, que logo se encheu de gente, entregou as cartas que trazia ao Governador Geral, e, satisfazendo a anciedade geral, contou que partíra de Goa n'uma armada de vinte galeotas, que, sob o commando de Constantino de Eça de Noronha, — «muito bem providas e com a melhor gente que havia na India», —vinha em soccorro de Ormuz e não podia tardar.

Um temporal o afastára da conserva; trazia seiscentos fardos de arroz — «d'El-Rei», — duzentas arrobas de

manteiga; trinta barris de polvora, cincoenta soldados, e vinha buscar a mãe, viuva do velho Capitão.

Em quanto foi abraçar esta, leram-se as cartas.

Fernão de Albuquerque soubera muito tarde da perda de Queixome, e logo veremos por que.

Mandára já duas naus abarrotadas de arroz, de manteiga, de mil barris de polvora, de milhares de panellas para se encherem de polvora, de muitos outros aprestos.

Vinha, agora, Constantino de Eça, com vinte galeotas, mil soldados, seiscentos fardos de arroz, quatrocentos candís de trigo, duzentas pipas de carne, e em cada barco vinte barris de polvora.

Se não bastasse, viria elle proprio, o velho Governador, — «com todo o poder d'aquelle Estado».

Encarando, triste, Simão de Mello, o Rei não se conteve que lhe não dissesse:

> — «Ah, Senhor Capitão! que conta ha de Vossa Mercê dar a Deus e a Sua Magestade, da perdição de suas Fortalezas, tendo leões que lh'as defendiam.»

E voltando-se para a turba, entre absorta e alegre:

> — «Vossas Mercês e os mais que aqui acabaram e acabarão, não perderão a gloria que mereciam com a perda de Queixome e de Ormuz. Perdêl-a-ha quem tão mal os governou, pois até em lhe obedecer fizeram o que deviam.»

Não se illudia; não alimentava esperanças, o intelligente Principe.

N'essa mesma noite, se expediu Filippe de Affonseca, n'um terranquim ligeiro, com dez soldados, para que fosse a Mascate apressar Constantino de Eça, seguindo rapidamente para Goa com cartas a Fernão de Albuquerque, informando-o da situação desesperada.

Longamente conferenciou D. Manuel de Sousa com o Rei de Ormuz, que depois de lhe descrever a situação, lhe entregou duas cartas e dando-lhe um collar de diamantes que usava, lhe disse:

> — «Estas cartas dareis, uma ao Governador da India, e outra ao Arcebispo, nas quaes lhes não peço soccorro; só lhes lembro meu filho, que aqui está, e haveis de levar comvosco, para quem peço a Sua Magestade a apresentação n'este Reino de que é principe e herdeiro legitimo. Lembro-vos que fui grande amigo de vosso pae, e que a este respeito lhe façaes companhia. E aquelles quatro caixões mandareis levar em vosso nome, porque o principe se ha de embarcar occultamente.»

E tirando de si, e dando-lhe, ainda, um annel, accrescentou:

> — «Tomae este annel em lembrança de quão grande amigo fui de vosso pae, e que levaes em vossa companhia o Principe de Ormuz. E tornae-me a abraçar, *porque nos não havemos de ver mais.*»

Cumprindo os desejos de Simão de Mello, que eram, seguramente, os proprios de D. Manuel de Sousa, embarcou este, logo na noite seguinte, levando o mãe, com a sua casa, — «e outras donas e donzellas com suas fazendas e alguns capitães doentes», — bem como quanto o Rei lhe incumbíra.

Dirigiu-se a voga arrancada para a margem persica, e só quando não podia ser alcançado pelo inimigo, largou o bastardo para correr costa abaixo em direcção a Goa.

Foi, decerto, o primeiro rebate que Fernão de Albuquerque teve de que se perderia Ormuz, mas era entrado o mez de maio — «com ameaços de grande invernada com que se impede a viagem para aquellas

partes», — e tinham-se esgotado os recursos de um immediato soccorro com o ultimo, que era natural confiar que tivesse chegado a tempo.

Fôra, sómente, — «em quarta feira de Cinza», — ou, mais precisamente, em 23 de março, que chegára a Goa a nova da perdição de Queixome e do cerco imminente de Ormuz.

Porque tardára tanto a noticia, e quatro mezes estivera o governador sem receber cartas do Golpho Persico?

Soubera-o Filippe de Affonseca, o ultimo enviado, em Mascate, e é extraordinario que não viesse isto a lume no processo de 1624.

Os dois navios fretados e expedidos, successivamente, pelo capitão de Mascate, haviam sido apresados, pouco adiante, pelos Malabares.

Fernão de Albuquerque aprestava esforçadamente a nova esquadra de soccorro, tendo já, em 9 d'aquelle mez, sido apregoados os bandos de chamamento — «a todo o soldado e cavalleiro» — que estivesse no serviço, e — «a todo o soldado homisiado», — que andasse — «na armada dos aventureiros».

Muito longe de desanimar com as desastrosas noticias, o velho Governador redobrou de energica actividade, não recuando, mesmo, diante dos processos mais violentos, por obter e reunir recursos de gente e de dinheiro.

A esquadra havia de partir em dias.

Aquella instituição um pouco obscura da — «armada dos aventureiros» — importa um dos themas mais interessantes da nossa politica e administração oriental, em tempos já de decadencia e de ruina, em que havia, comtudo, ainda, administração e politica ultramarina, as duas cousas que mais nos têem faltado, n'estes tempos de hoje, de muita cousa que usurpa e frue, aliás, estes nomes.

Por agora bastará dizer que — «a armada dos aventureiros» — era uma especie de guerrilha naval organisada com homisiados que um salvo-conducto eximia á acção da justiça, em quanto andassem n'esse corpo e

no mar, em troca do serviço de cruzeiro e de guerra, que se obrigavam a fazer.

Como o valoroso appello não désse gente de sobejo, Fernão de Albuquerque fez mover as Justiças a despertar o patriotismo e o dever dos cidadãos, obrigando-os a embarcar; e não tendo dinheiros nos cofres Reaes, para o completo aprovisionamento e immediata expedição da armada, convidou, em persuasiva e commovente exposição, o Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericordia de Goa, a fazer dos seus importantes depositos o emprestimo ao Estado, da — «quantia necessaria para n'esta occasião e aperto tão grande se accudir e não deixar perder, por falta do soccorro, o em que a todo o Estado vae tanto».

Recusou-se, porém, aquella santa e desalmada gente, encastellando-se na prosapia dos seus direitos e das suas consciencias.

Mas o velho Governador, dando por mal empregadas as ceremonias, mandou-lhe no dia seguinte, em 11 de março, o Dr. Bento de Baena Sanches, Ouvidor Geral do Civil, com os seus officiaes, intimar a responsabilidade, collectiva e individual, de — «tão notavel deserviço, quando não mudarem de parecer, e deixarem de cumprir com a obrigação que os bons e leaes vassallos têem nas semelhantes occasiões».

E, em summa: fez-lhes abrir as arcas[1].

---

1 Parece que foram 100:000 cruzados os que Fernão de Albuquerque levantou da Misericordia. É a somma indicada n'uma Carta Regia, de Lisboa, em 17 de abril de 1626, ao Conde Vice-Rei, referida a uma conta e relação de Pedro Nunes Salgado, naturalmente o thesoureiro, então. A intriga contra o fallecido Governador, não se dera, ainda, por vencida, poisque essa Carta Regia, diz o seguinte: — «E porque na vossa carta dizeis *se vos tinha dito* não faltaram desordens na despeza d'elles (os 100:000 cruzados), vos encarrego declareis as desordens que n'isto houve, porquanto *pela relação não consta d'ellas...*» *Arch. Orient.*, fasc. 2.º doc. n.º 91.

Finalmente, em 2 de abril, saia a nova expedição composta de dezesete navios, bem municiados, levando quatrocentos quarenta e sete soldados.

A differença para os numeros indicados pela Chronica, irrecusavelmente contemporanea e fiel, deve corresponder, em relação aos navios, aos pequenos barcos ou — «sanguiceis», — levados á toa, e que se perderam ou arribaram por não aguentar o mar, e pelo que respeita á gente: á matalotagem ou guarnição dos navios.

Não fôra facil obter um commandante de confiança e de nome.

Quizera sêl-o o proprio Fernão de Albuquerque, dizendo, em Conselho, que valetudinario e enfermo, como estava, sentado n'uma cadeira, no convés de um dos navios, sáberia, ainda, dirigir a esquadra.

Fôra escolhido Constantino de Eça de Noronha, fidalgo que a esta imponente recommendação dos appellidos genealogicos, juntava serviços e provanças, que abonavam a escolha.

Devendo contar-se com os bellos galeões que estavam em Ormuz, — poisque nem parecêra crivel, quando se soubera, que Simão de Mello brutamente os inutilisára, — natural era uma relativa confiança no resultado final da empreza.

Alem de que Ormuz, segundo informavam o Capitão e o Védor da Fazenda, estava, ainda, provida, e haveria lá entre mil e mil e trezentos soldados portuguezes curtidos n'estas refregas.

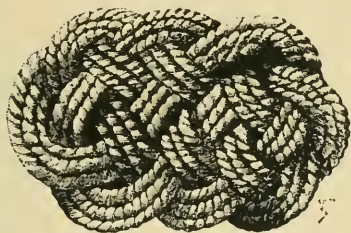
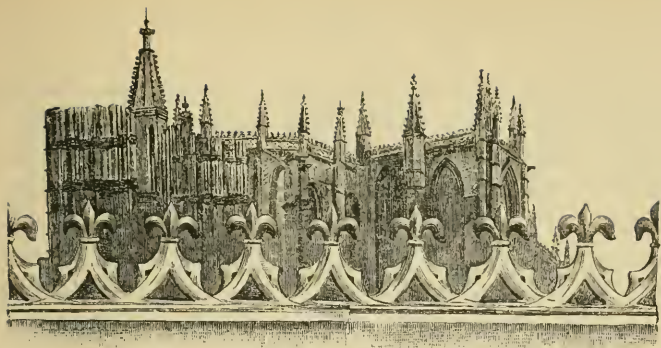
Devia bastar, e chegar a tempo, o reforço.

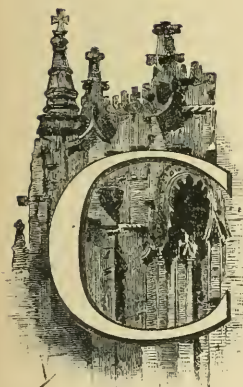
O tempo não era muito de feição, a precipitação da partida obrigaria a delongas de viagem, e, em todo o caso, Constantino de Eça não se mostrára extremamente apressado, demorando-se dois dias na Ribeira de Goa, — «indo sempre amainando com os traquetes», — e descançando oito dias em Mascate, á espera dos retardatarios.

Comtudo, chegou lá, em trinta e tres dias, viagem regular, e, com mais seis ou sete, venceria as sessenta leguas d'ali a Ormuz.

Foi o tempo sufficiente para que Ormuz se perdesse.

Saíndo de Mascate, Constantino de Eça, a dois dias de mar, encontrou duas navetas em que vinham os soldados e officiaes da guarnição de Ormuz, que os inglezes tinham deixado livres.

Ormuz capitulára, mais exactamente, entregára-se, em 12 de maio de 1622.

XI

RENDIÇÃO DE ORMUZ

Como succedêra isto?

Temos tres versões contemporaneas[1], presenceaes, alem das do processo, que se completam umas ás outras, e completam as d'elle.

A escacez de agua era a oppressão maior, tanto mais que a calma, o alimento salgado e deteriorado, o excesso do trabalho, açulavam a sêde.

---

[1] As da chronica de Craeskech e as de Simão de Mello e Manuel Borges, em certidões incluidas n'uma Carta de serviços de Gonçalo da Silveira, outro precioso documento da Sociedade de Geographia, cuja publicação preparo.

A *Press list* do *India Office,* accusa a existencia do seguinte documento de que infelizmente, pelo mau estado e inintelligi-

Uma tarde, — «na maior força com que de uma e outra parte jogava a artilheria sem cessar», — appareceu n'uma das trincheiras inimigas, na — «que estava no lanço do muro do baluarte do Sino», — uma bandeira branca — «e um inglez com outra na mão».

Interrompeu-se o fogo, e o inglez bradou — «que em rasão de cortezia lhe viesse fallar algum portuguez».

Convem seguir attentamente a narrativa do Chronista.

Mandou Simão de Mello ao parlamentario, Francisco Cardoso Pessoa, — «homem *para elle* de muita confiança por ser muito do seu seio, *e de muito pouca nas materias de fé em quanto á presumpção do povo*».

Cardoso esteve fallando com o inglez — «mais de uma hora» — e, voltando, disse:

> — «que o Inglez era catholico e Almirante da armada ingleza, e que mandava dizer *a todos em geral*», —

que no arraial inimigo se conhecia excellentemente o estado da Fortaleza e da guarnição; a approximação do soccorro e a insignificancia d'elle, para as forças de que dispunham os inglezes e os persas; a impossibilidade de outro reforço, de Goa, durante o inverno que começava.

Que deitassem, pois, os sitiados, as suas contas, á situação desesperada em que se achavam; que os persas nem queriam mais combatel-os de frente, porque contavam que a fome, o frio e as minas lh'os entregariam irremissivelmente; — «que nas mãos dos portuguezes *e do capitão* estava o não quererem ver suas mulheres e filhos em infame captiveiro dos persas».

Entregassem-se, pois, aos inglezes — «com todos os partidos honrados que quizessem», — que elle, o tal

---

bilidade em que se acha, não póde ser-me fornecida a copia que pedi: — «*Journal of Edward Monox, agent in Persia with a History at large of the taking of Ormuz Castle.*»

Almirante, — «*como catholico e filho de mãe portugueza*», — se obrigava a resolver tudo pelo melhor[1].

Na situação duramente afflictiva, desesperada, até, da Fortaleza, não podia ser mais acariciadora e dissolvente a proposta.

Em todo o caso, e pondo mesmo de parte certos rebates de suspeita, que nos dão, alem da Chronica, os depoimentos do Processo de 1624, não póde deixar de extranhar-se a precipitação das negociações, quando se havia de contar, que de um para outro momento, apparecesse o soccorro e a esquadra de Constantino de Eça.

— «Córou», — Francisco Cardoso, tanto a proposta, em Conselho, — «postoque El-Rei, o Védor da Fazenda Manuel Borges de Sousa e os soldados protestavam que antes morressem todos», — lembrando, mesmo, a perfidia de Queixome, que, — «não obstante, tudo se ordenou, *que o mesmo Francisco Cardoso* fosse», — com os portuguezes que estavam, ainda, em refens no campo inimigo, tratar das condições da entrega.

Fez-se rapidamente o ajuste.

Como em Queixome, os persas recuariam para mais longe, para o interior da cidade.

O Rei de Ormuz, os principes, o Guasil, saíriam com todos os seus, embarcando para onde quizessem, e igualmente o fariam os Padres — «com todas as imagens e ornamentos da igreja».

— «Mulheres brancas, meninos e meninas, saíriam cobertas, sem serem vistas nem olhadas», — certamente para não estimular a lascivia oriental.

Embarcariam, tambem, livremente, os portuguezes com quanto podessem levar, acautelados e guardados pelos inglezes, e o mesmo succederia ao Capitão Mór — «com suas armas, creados, creadas e escravos, e todo

---

1 Seria Blithe ou seria Weddell, este filho de uma portugueza, e quem seria ella? Não pude verifical-o, mas Blithe é que parece ter sido o principal commandante da esquadra ingleza.

seu fato e seis caixões, sem lhe porem mão, e lhe dariam um navio que o lançasse em Mascate *ou aonde elle quizesse*».

Em summa: toda a gente debandaria para onde preferisse, garantindo os inimigos transporte até Mascate, como em Queixome o haviam garantido para Ormuz.

Grossa e renhida discussão soffreram estas capitulações entre os sitiados.

Combateram-nas, viva e intransigentemente, D. Gonçalo da Silveira, Miguel Pereira Borralho, Manuel Borges de Sousa, Gil do Prado, e outros, os melhores e mais briosos valentes, recusando-se a firmar a convenção.

Como quizessem forçal-o a isso, Gil do Prado, observou, desdenhosamente, — «que, pois, uma só andorinha não fazia verão», — passassem sem o seu signal, que não conseguiriam arrancar-lh'o.

Assignaram-n'o outros.

Assignou-o, certamente, Simão de Mello e Francisco Cardoso; o seu agente e amigo voltava dois dias depois com o ajuste firmado, tambem pelo Cão e pelos inglezes, que viriam no dia seguinte receber a Fortaleza.

N'esse dia, — «Simão de Mello abriu as portas», — que estavam cerradas de pedra e cal, e ás nove horas da manhã veiu o Kan de Xirás — «com o General e o Almirante inglez e mais capitães e quatro companhias de mosqueteiros inglezes, e dos mouros muitos capitães e fidalgos».

Recebeu-os Simão de Mello na praça de armas — «com outros de sua parcialidade», — e elle proprio, o desgraçado! entregou as chaves ao — «General inglez, o qual as tomou, e, com muitas cortezias as entregou ao Cão».

Sobre uma grande alcatifa sentaram-se o Persa, os dirigentes inglezes, o proprio Simão de Mello, este em seguida ao Rei de Ormuz, que, apparecendo com o seu Guasil, o Kan, — «com grandes cortezias, tomando-o pela mão e chegando-lhe um coxim de veludo», — fez sentar á sua direita.

Á côrte Ormuziana e aos nossos capitães convidou o triumphante regulo a acceitar a sua hospedagem até que no dia seguinte tivesse promptos dois navios e as terradas necessarias para o transporte a Mascate.

Graciosamente, porém, reivindicou para si essa honra o Inglez, em relação aos portuguezes, — «pois a elle lhe cabia *por serem todos da Europa e terem o titulo de Christãos*».

Percebe-se.

Como em Queixome, os pobres indigenas eram perfidamente entregues á ferocidade dos persas.

Sómente Simão de Mello — «e os da sua parcialidade», — acceitaram o favor.

No outro dia começou o embarque dos portuguezes, sem grandes vexames, a principio.

Avisado, porém, o Persa, de que a nossa gente levava muitas perolas e brilhantes, ordenou uma previa e rigorosa busca, de que — «principalmente as mulheres padeceram algumas descomposturas».

Todas as attenções as reservava elle para Simão de Mello, que, junto de si demorou para lhe dar transporte separado e commodo, recusando-se a dal-o ao Rei de Ormuz e aos seus, com o pretexto de que o Xá lhe ordenára que o levasse a Ispahan.

Não se demorou a liquidação do espolio.

— «Com seus escrivães», — o Kan e os Inglezes procederam ao inventario e á convencionada partilha, — «e por relação que, depois se houve na India, constou achar o Persiano na Fortaleza em dinheiro, fazenda, artilheria e mais cousas, passando de setenta milhões, afóra o muito que furtaram os mouros e inglezes».

O baluarte de Santiago foi promptamente reparado, *abriu-se a cava*, e deixando setenta peças de artilheria grossa e — «um capitão turco com mil soldados persas» — de guarnição, o Kan de Xirás, impaciente por levar a Abbas *o Grande*, o testemunho da sua habilidade e do seu poder, poz-se a caminho de Ispahan, — Aspão,

á nossa moda, — com toda a mais artilheria apprehendida — «que foram quatrocentas peças de colher, dos galeões, e navios, afóra falcões», — com os prisioneiros Ormuzianos, com o opulento espolio, em summa.

De passagem por Lara, mandou matar o Guasil de Ormuz a pretexto de que tentava fugir, sendo a verdadeira causa — «o temor do Cam de que elle descobrisse os furtos que tinha feito em Ormuz ao Xá».

Digamos, já agora, o destino do pobre e intelligente Rei de Ormuz, que tão leal e dedicado nos fôra.

Mandou-o o Xá metter n'uma gaiola de ferro — «aonde se sustentava de esmolas»; — mais tarde, porém, soltou-o e deu-lhe, até, casa e situação relativamente desafogada, cedendo a quaesquer influencias, talvez até a quaesquer calculos de possivel reconciliação comnosco.

Esta é a narrativa da Chronica: singela, minuciosa, comprehensivel.

Uma carta de 30 de junho, de um padre que assistíra á scena, Frei João da Conceição, conta summariamente que um dia os sitiados haviam arvorado uma bandeira branca, que logo se tinham feito — «concertos» — com os inglezes, e que n'outro dia se tinham aberto as portas e entregue a Fortaleza em troca das vidas e d'aquelle miseravel transporte para Mascate.

Os proprios inglezes tinham dito injurias ao Capitão Mór, ao Simão de Mello, e ao velho Védor da Fazenda Manuel Borges de Sousa, chamando-lhes traidores ao seu dever e ao seu Rei.

Não contariam, naturalmente, com o aprovisionamento que haviam encontrado, ainda.

Tinham deixado que o avariado Capitão e o Védor fossem livremente para Mascate, e dividido, a meias, com os persas, o espolio: — os candis de prata e de aljofares, — «infindo ouro», — etc.

Manda, porém, a justiça ouvir o maior culpado, e, felizmente, os documentos salvos agora, — não o Processo, mas os mais, — guardaram-nos esse testemunho interessante.

Simão de Mello denuncia uma insubordinação, alguma cousa semelhante á que succedêra em Queixome.

Houvera um — «levantamento» — contra elle, e tanto que D. Gonçalo — «estando muito mal ferido» — se lhe viera offerecer para sustentar a sua auctoridade,

> — «e pelo eu ver n'aquelle estado *o mandei recolher*».

Este incidente parece trahir a insinuação de um estado de coacção séria.

Fôra assim:

Os inimigos — «tinham ganho o baluarte de Santiago, por falta de gente, por ser muita morta de doenças e consumida com a guerra».

Ficando sobranceiros ao resto da Fortaleza:

> — «matavam a gente que andava n'ella, assim nos muros, como por baixo, não tendo já, mais que uma tranqueira debaixo das proprias casas do baluarte, de sacos de areia, com que nos defendiamos, e um arco tapado para ficarmos defendendo-n'os n'elle, em nos ganhando a tranqueira».

Alem de duas minas postas — «ao baluarte Cavalleiro» — tinham mettido uma na cisterna, e outra por baixo da propria tranqueira dos sacos.

> — «N'este estado se amotinaram os soldados e casados contra mim, e *me prenderam, estando eu ferido* de duas feridas perigosas na cabeça, que havia poucos dias me tinham dado os mouros, e sem poder mandar o braço direito, *e todos juntos a entregaram* (a Fortaleza) *aos inglezes* por lhes darem as vidas, *o que os mouros não houveram de fazer*».

E o Cardoso? quem o escolhêra e quem o mandára? E as chaves? quem as entregára ao Inglez?

E quem não quizera abrir a cava?

E quem mandára — «envasar» — os galeões?

E porque se não contára com o soccorro e a esquadra de Constantino de Eça, que, positivamente, se sabia que vinha proximo?

Evidentemente, espelha-se n'aquelle documento casual, — simples attestado de serviço, pedido por D. Gonçalo da Silveira, — uma consciencia acabrunhada, tortuosa, incongruente.

Este depoimento, faltou, é claro, ao Processo de 1624.

Simão de Mello teve o cuidado de não esperar que lhe pedissem contas, e de não vir dal-as a Goa.

Fugiu, internando-se no Malabar.

Desappareceu para sempre.

E muito provavelmente tem de ficar para sempre insoluto sobre a sua memoria, este dilemma fatal da perdição de Ormuz: — estupidez ou traição?

Tinham, pois, os inglezes ganho honradamente o seu salario; segundo os nossos Chronistas: — 600:000 rupias ou 300:000 patacas, uns duzentos e tantos contos de réis de hoje, pagos em duas prestações, uma desde logo, em bom metal sonante, a outra, um anno depois, em sedas, que facilmente triplicariam na Europa o valor, alem, é claro, das participações futuras nos reditos das alfandegas persicas; — segundo os escriptores inglezes: 50 por cento do espolio total, pagando d'elle 10:000 libras ou 50 contos, ao seu glorioso Rei James I, e outro tanto ao muito illustre Senhor Duque de Buckingham, alem de certos privilegios e immunidades — «incluindo a posse do Castello de Ormuz, e 50 por cento dos direitos fiscaes de Gombroon[1]», — do Comorão, — para onde andavam já a desviar o commercio.

---

[1] «The English, in return for their assistance in expelling the Portuguese, received half of the booty (of which they were afterwards obliged to pay 10,000 l. to King James the First and 10,000 l. to the Duke of Buckingham), as well as certain immunities, in-

A posse do — «Castello de Ormuz», — é que é demais.

Abbas *o Grande,* não lhes cedeu um palmo de terra.

Serviam-lhe para auxiliares, mas não para occupantes.

Em todo o caso podemos hoje acertar melhor estas velhas contas.

Como ficou dito, no *Indian office* existe a copia contemporanea dos — «artigos accordados com o *Chaune* de Xirás, traduzidos no inglez», — ou, como diz a *Press List,* moderna, do Archivo: — *Agreement between the English and the Khan of Shiraz for the capture of Ormuz.*

Aquelle extravagante *Chaune* era a resultante dos esforços linguisticos que os inglezes tinham de fazer para pronunciar a nossa palavra *Cão:* — «Cão de Xirás».

Não tinham, ainda, atinado com a fórma convencionalmente erudita de *Kan* ou *Khan.*

O documento não tem data, e a *Press List* attribuelhe, interrogativamente, a de — «*1622? jan*».

Vimos já que o ajuste fôra feito em seguida á batalha de Jasques, no anno anterior, mas é possivel que em frente de Ormuz é que fosse reduzido á fórma actual, que conservarei adiante, na sua integridade orthographica, sob mais de um aspecto interessante.

Segundo estes artigos, — «dando Deus» — aos inglezes e aos persas, confederados, — «tal victoria que podessem expulsar d'este paiz e cidade de Ormuz» — os portuguezes, — *our enemies,* — de quanto fosse encontrado na Cidade, nas casas e no «Castello», metade ficaria aos persas, — *to us,* — a outra metade aos inglezes, e a mesma divisão se faria das rendas da Alfandega.

---

cluding the possession of the castle of Ormuz, together with half the customs of Gombroon, to which place the commerce of Ormuz was now removed.» *Rep. on the Ind. off. records, etc.,* by F. C. Danvers.

Tomado o «Castello», a força que o occuparia seria metade de persas e a outra metade de inglezes, nenhuma das partes podendo dispor d'elle sem o accordo da outra, até que o Kan escrevesse ao Rei, — «*till such time as I shall wright unto the Kinge*», — para o entregar todo nas mãos dos inglezes.

N'isto é que estes foram logrados pela diplomacia dilatoria do Persa.

As mercadorias que os inglezes trouxessem, nos navios do seu Rei ou *Cão, — y.e Kinge or Chaune,* — e, em geral, os navios e mercadorias inglezas, ficavam absolutamente isentas de quaesquer direitos; não assim, porém, as mercadorias de outros mercadores, embora carregadas em navios inglezes, que pagariam esses direitos, sendo metade para os inglezes e metade para os persas.

Não tem variado muito, na pratica, o bello apostolado do livre cambismo.

As duas partes não receberiam nem protegeriam os escravos ou moços, — *slaves or boyes,* — que de uma para outra fugissem, de uma para se fazerem christãos, da d'estes, para se fazerem mouros, — «*shall not entertaine them, etc.*» — o que não impedia, é claro, que os mercantões da Companhia ostentassem a Cruz nas suas bandeiras, e que a Inglaterra viesse, gloriosamente, a ser a terra classica do missionarismo evangelista.

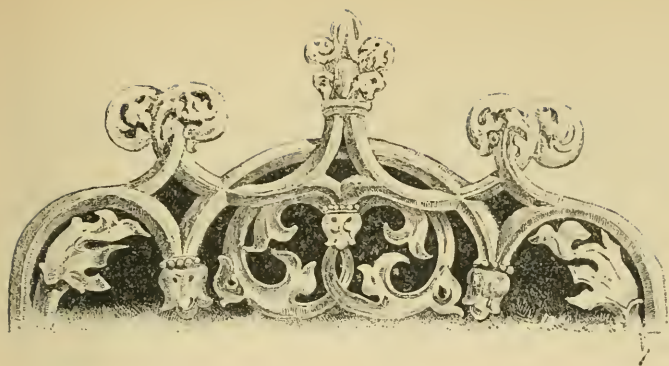
Conseguindo-se expulsar os portuguezes de todos os portos ou de todas as portas que serviam o commercio da India — *all the Portes to India,* — como Mascate e os mais na costa do mar, a partilha far-se-ía a meias, como n'este ajuste; igualmente a meias correria toda a despeza dos navios e municiamento dos inglezes n'estas guerras, e, terminadas ellas, ainda a despeza dos navios necessarios para o serviço da defeza.

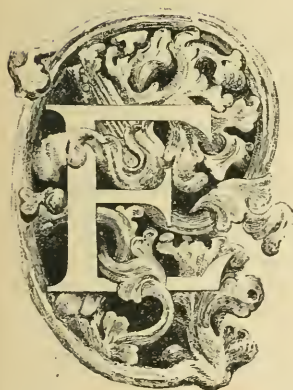
Este é que foi, rigorosa e authenticamente o preço por que uma Companhia de agiotistas e mercantões, em nome e sob a bandeira de uma nação europeia e chris-

tã, entregou ás hordas semi-selvagens e mussulmanas, de um Tyranno traidor e parricida, os dominios de outro povo da mesma Raça e da mesma Fé, que eram os postos avançados da civilisação christã e europeia á custa de tanto heroismo por elle, primeiro e só, estabelecidos no Golpho Persico.

Muito melhor pago o serviço, evidentemente, do que a entrega de Christo por trinta dinheiros, ainda descontando a differença dos tempos e dos cambios.

Que nem parece muito grande a differença, poisque ainda, agora, estamos vendo como os vendilhões escorraçados do Templo pelo latego luminoso do Justo, mercadejam e trapaceam, sob a mesma fórma de grandes Companhias, os direitos e os deveres dos Estados, protegidos por uns e expoliando os outros.

É ver o que se tem passado, o que se está passando em Africa: — a aventura bandoleira de Cecil Rhodes, de um lado; o embuste diplomatico do Estado do Congo, do outro.

XII

PASCHOA PORTUGUEZA

ENCONTRANDO — « os perdidos de Ormuz », — Constantino de Eça entendeu que o melhor que tinha a fazer era voltar com elles para Mascate, aguardando novas ordens.

Nas mãos de Rui Freire, aquella esquadra bem artilhada e provida, com muitas centenas de homens folgados, a maioria dos quaes naturalmente experimentados nas aventuras guerreiras do Oriente, teria, talvez, caído sobre os fatigados vencedores, entregues ao saque e ás desprevenções do triumpho.

Porventura, Queixome e Ormuz teriam sido vingadas de um só golpe.

E que singular coincidencia!

Rui Freire reapparecia proximo.

Navegando no mar de Oman, duas ou tres galeotas commandadas por Jorge de Sousa, das de contrabando ou de homisiados — « a que na India chamam vulgarmente pimenteiros por tratarem em pimenta e outras cousas da India para a Persia », — encontraram, por meados de maio, o glorioso Capitão Geral, o prisioneiro de Queixome, n'um pequeno navio, com dez ou doze dos seus capitães, trazendo a prôa e o fito em Ormuz!

Rui Freire apenhou — « os pimenteiros » — a seguil-o, garantindo-lhes que nada soffreriam, e navegando de conserva, aportaram todos a Mascate.

Houve um espanto alegre na pequena povoação.

Veiu recebel-o — « o Governo da praça com todos os moradores e religiosos, á praia, e com repiques de sinos o levaram á Igreja de Nossa Senhora do Rosario e d'ali a Santo Agostinho aonde se agasalhou ».

Uma grande onda de desespero e de tristeza deveria encher a alma d'aquelle intrepido homem, no meio d'estas saudações festivas, sabendo então que Ormuz se perdêra, e vendo chegar, vexados, abatidos, andrajosos, os seus valentes de poucos mezes atrás.

Como se salvára, elle?

É simples e profundamente caracteristica a historia.

Immediatamente á perdição de Queixome, os inglezes tinham enviado Rui Freire para Surrate, com recommendação de que o mandassem a Inglaterra, nas primeiras naus a partir.

Que soberbo reclamo para a Empreza! — como diriamos hoje.

Quantos novos duques e condes e doutores em leis e em canones e « viuvas e donzellas » — *widows and virgins,* — correriam a lançar as suas disponibilidades ou as suas economias nos balcões da *East India House!*...

Como alguns annos depois, a grande Companhia, com os seus aventureiros — *adventurers* — á frente ouviria piedosamente em Santo André de Baixo, — *St. Andrew*

Undershaf, — a pregação jubilosa de algum Doutor Reynolds, muito cheia de erudita uncção pelas bençóes que o Céu, ligeiramente auxiliado pelos infieis e pelos traidores, se resolvêra a derramar sobre o negocio das sedas[1].

Lá dizia o mote do formoso brazão da Empreza, sob a figuração da esphera celestial, entre os leões marinhos — *blue sea lions*, — e os estandartes do Senhor S. Jorge: *Deus indicat.*

Mas, á ultima hora, o Céu tivera o capricho de resolver outra cousa.

As naus tinham partido já, quando a que conduzia Rui Freire chegára a Surrate.

O prisioneiro fôra conservado a bordo, excellentemente tratado, posto que muito vigiado, tambem — «que até a sombra lhe acompanhavam».

Affeiçoára-se-lhe o commandante inglez, affeiçoára-se-lhe toda a gente da tripulação, e até o cosinheiro e dois mulatos que o serviam, alem dos dois soldados portuguezes que o haviam acompanhado, se esmeravam em lhe ser agradaveis, suavisando-lhe o captiveiro.

Chegada a Paschoa, estando um dia com o Capitão e os officiaes da nau, disse-lhes alegremente Rui Freire:

> — «Senhores, domingo é a nossa Paschoa da Resurreição. Vossas Mercês, com licença do Senhor Capitão, me hão acceitar um jantar como em Portugal costumâmos n'este dia.»

Acharam todos graciosa a idéa; auctorisou o Capitão o banquete; fizeram-se muitos convites, e Rui Freire pediu e obteve mandar um dos dois creados mulatos a Damão para que lhe trouxesse — «vinho de Portugal,

[1] Evelyn, *Diary*, cit. *Rep. on the old rec.*

azeitonas, doces, etc., pois havia de ser ao nosso modo» — a festa.

Rui Freire fixára-se n'um plano extraordinario, audacioso, quasi absurdo, mas os inglezes não tiveram a menor suspeita.

Escreveu, elle, ao Capitão e aos Vereadores de Damão, expondo-lhes o compromisso que tomára, e pedindo-lhes que o ajudassem a honral-o, enviando-lhe vinho e iguarias para sessenta convivas.

Ao mulato — «que era fidelissimo e de grande confiança», — disse escondidamente, — «que o vinho viesse bem cheio de *dutro*», — ou *dutoró*.

> — «É dutro uma herva que ha na India, a qual lança de si uns pomos que embebedam muito, e tanto, que a pessoa a que se dá, ou em vinho ou em agua ou no comer, por espaço de vinte e quatro horas se não levanta, nem está em seu accordo.»

No sabbado, voltava o mulato com dois barcos carregados de comestiveis e de ricos vinhos portuguezes, trazendo um signal qualquer as vazilhas do que vinha saturado de dutoró.

No domingo de Paschoa, — exactamente o dia em que rebentou a mina no baluarte de Santiago, em Ormuz, — reunidos o Capitão inglez, os officiaes da nau, os mais convivas, realisou-se o banquete, n'uma grande mesa, armada á ré, ficando no convez uma pipa de vinho — «bem carregado d'aquella herva» — que generosamente offerecia á matalotagem, Rui Freire.

Como era este o amphytrião, serviam o vinho á mesa os dois soldados portuguezes, — «com suas toalhas ao hombro, trazendo cada qual a sua caneca, uma de vinho preparado e outra d'elle por adubar».

O cosinheiro da nau, que posto fosse inglez — «era fidelissimo a Rui Freire, e lhe fazia muitos regalos na sua prisão», — foi o unico poupado á applicação do du-

toró, talvez não por simples generosidade, ou por que estivesse no segredo, mas por evitar que este prematuramente se descobrisse na preparação do serviço.

Começára a festa com grande ruído de salvas e trombetas, e — «foram-se enfrascando tanto os convidados que antes das sete horas da tarde os podiam atar a todos sem se sentirem».

Marinheiros e soldados tinham adormecido tambem.

Rui Freire mandou, então os mulatos deitar uma escada de corda na varanda e metterem-se por ella no batel —«bem negoceado de remos».

No momento propicio, despediu-se dos companheiros, desceu ao barco e fez remar fortemente para a costa.

Mas nas outras naus, estranhado o silencio que succedêra ao ruido da festa, fôra percebida a manobra, e suspeitando a fuga, começaram a atirar ao batel, lançando algumas lanchas a perseguil-o.

Se não estivesse desarmado, Rui Freire estaria naturalmente perdido, porque não era homem para fugir, com armas.

Deitou-se, porém, ao mar, seguido pelos mulatos, um dos quaes se afogou, e nadando desesperadamente, chegou, com o outro, a terra, escondendo-se, e seguindo logo, ao abrigo da noite, na direcção de Damão, sem um momento de descanço.

Ao amanhecer estavam em terras dominadas por aquella Praça, onde entravam ás dez horas, no meio de calorosas saudações.

Mallograda a perseguição pelo mar, os inglezes, tinham obtido do governador indigena de Surrate duzentos homens de cavallo, fazendo bater os caminhos e lançar pregões pelas aldeias.

Em nome da cidade, os vereadores de Damão offereceram a Rui Freire 4:000 cruzados, e elle, dispensando as festas, passou rapidamente a Baçaim, onde comprou e artilhou uma galeota, embarcando n'ella com cincoenta soldados que lhe forneceu a Feitoria.

A sua idéa era chegar a Ormuz, que previa achar-se fortemente atacada.

Que dor que havia de sentir se tivesse ido encontrar envasados ou perdidos os seus bellos galeões e as suas rijas urcas, com que partíra de Lisboa e se batêra em Jasques!

Em todo o caso, mais alguns dias de resistencia, menos alguns disparates de Simão de Mello, e bem differentemente se teriam passado as cousas, com Rui Freire na Fortaleza e Constantino de Eça no mar.

Quebrado pelo tragico mallogro, Rui Freire teve uma interrupção relativamente longa na sua prodigiosa e valente actividade.

Aneurosthenico, começou a remoer a idéa de se fazer frade, de tomar o habito Agostinho.

Pensou, ainda, parece, em tentar, sem demora, a recuperação de Ormuz.

Não o havia de abandonar, até á morte, este pensamento.

Elle era, ainda, seguramente, o Capitão Mór do Mar, o Geral encarregado directamente pelo Rei, do cruzeiro e das operações — «no mar arabio» — e no golpho persico.

Como tal lhe deviam obediencia as forças maritimas que encontrava reunidas em Mascate.

Em seis ou sete dias a esquadra portugueza e os «pimenteiros» de Jorge de Sousa, estariam em Ormuz.

Mas Jorge de Sousa retrahiu-se, e D. Constantino de Eça declarou, — «resolutamente que não havia de passar de Mascate, porque não trazia ordem» — do Governador da India».

Isto não diz a Chronica, mas dil-o a carta de 3 de junho, de Frei João da Conceição, a Fernão de Albuquerque, accrescentando desoladamente:

— «Assim, que com esperar novas ordens, se perde tudo!»

Constantino de Eça conservou-se em Mascate, até agosto, e em 9 d'este mez, não se contentando com appellidar-se: — «Capitão Mór de soccorro de Ormuz», — mas accrescentando-se soberbamente com o titulo de — «Capitão Mór dos galeões e da armada de remo e *Geral dos Estreitos de Ormuz*» — nomeava: — «Capitão Mór da Armada de remo» — D. Gonçalo da Silveira — «até ordem do Senhor Vice-Rei» — para que ali ficasse, e guardasse aquelles mares e costas, poisque elle partia para a India a dar conta — «do successo de Ormuz e do modo que se deve ter na guerra d'estes mares e da fortificação d'esta Fortaleza».

Tendo chegado para governar Mascate o Capitão Martim Affonso de Mello, parece que D. Constantino de Eça lhe entregára o resto da armada, por conselho de Rui Freire, partindo com este n'um patacho para Chaul e seguindo d'ali para Goa.

Partiu tambem Simão de Mello com a sua camarilha — «porém, com differente intento, porque, como os estimulos da sua consciencia lhe davam a conhecer bem o que podiam esperar, se passaram para terras do Dialcão, não se dando por seguros nas nossas».

Chegando a Goa, Rui Freire, festejado por uns e mal recebido pelo velho Governador, foi-se metter no Convento de Santo Agostinho, sempre na idéa de fazer-se frade, e requereu que se lhe abrisse devassa ao seu procedimento.

Nomearam-se juizes: — «Gonçalo Pinto da Fonseca, Chanceller Mór do Estado, e o Doutor Antonio Barreto, Ouvidor Geral».

Mas o processo, correndo lentamente, nunca chegou a julgamento e a sentença final, que o impediu, segundo a Chronica, o Governador, emquanto vivo, não querendo que Rui Freire alijasse a responsabilidade de um emprehendimento, — o de Queixome, — que contra as suas idéas e as suas ordens fizera.

Como castigo, não prejudica muito, decerto, a generosidade do velho.

Mas chegára, finalmente, a Goa, e assumíra o governo, em 19 de dezembro de 1622, um novo Vice-Rei, D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira.

Alguem havia de pagar a perda de Ormuz.

Aquelle enorme desastre pedia mais sangue.

Fernão de Albuquerque não pôde resistir por muito tempo ás terriveis commoções do seu governo.

Deve ter morrido em 1622, ainda.

Simão de Mello homisiára-se, como ficou dito.

Um desgraçado que o acompanhára a Ormuz, mas cujo nome singularmente se occulta em todos os episodios da longa tragedia, um sobrinho do proprio Fernão de Albuquerque, o Luiz de Brito da Mina, que elle enviára por Almirante na esquadra de Simão de Mello, parece ter sido a victima escolhida para expiar as culpas d'este, se falla verdade um Genealogista que diz ter Luiz de Brito sido — «degolado» — pela entrega de Ormuz — «contra vontade do Capitão».

Verdade seja que esse Genealogista tão pouco sabia do caso que errando a data da rendição, suppõe que foram os hollandezes que a obtiveram, e revelando que regista, apenas, rumores de má lingua, accrescenta:

> — «Outros dizem que o Conde da Vidigueira mandára fazer esta execução, estando innocente (o Luiz), por se dizer que elle no Reino déra uma cutilada pela cara de seu genro o Conde de Castanheira.»

E Rui Freire?

Foi vel-o o Vice-Rei, reprehendeu-lhe a idéa de se metter a frade, quando o seu braço valeroso era mais do que nunca necessario ao Rei e á India, e mandou-o com seis galeotas muito bem artilhadas assumir o commando das forças navaes de Constantino de Eça, e retomar o posto de Capitão Geral do Mar — «arabio» — e dos Estreitos.

Partiu em abril de 1623.

Os persas continuando o plano de nos expulsar das suas costas, tinham-se apossado de Soar.

Mascate, mesmo, não estava seguro.

Mas ao simples annuncio da chegada de Rui Freire, abandonaram as occupações na costa da Arabia e concentraram-se em — «Corofação, Dobba, Lima, Cassapo, Ranuz e Julufar».

Os proprios inglezes retrahiram-se.

Rui Freire desencadeia, então, uma tempestade de fogo e de ferro na costa, nos estreitos, no golpho adentro.

Cerca apertadamente Ormuz, que já não vale a pena retomar; devasta o Comorão, faz alfandega no Congo, — nas barbas dos inglezes, — manda forças a Bassorá, com as quaes D. Gonçalo da Silveira se mette pelo Eufrates acima, annunciando-se em Babylonia!

É um turbilhão de terror, de aventura, de gloria, o resto da sua existencia.

O seu nome emparelha com o de Albuquerque e Sequeira por sobre as ondas do Oceano Indico: é o ultimo estrondo da nossa epopêa oriental.

Morre em Mascate, n'um dia de setembro de 1633, e lá existirão talvez, ainda, os restos da sua rija ossada sob uma lagea em que não houve mão amiga que escrevesse, ao menos:

Aqui jaz um homem.

DOCUMENTOS

PRIMEIRO DOCUMENTO

Traslado do feito que o procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade trouxe contra Jorge de Albuquerque, herdeiro do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado, sobre as perdas da Fortaleza de Ormuz, que vae trasladado nos termos em que está, com prova a elle dada e papeis juntos, em virtude do despacho do chanceller d'este Estado e portaria do Senhor Conde, que vae ás folhas 71 v., 72.=Escrivão, *Diogo Dias Lobo.*

O Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade, contra Jorge de Albuquerque, sobre as perdas da Fortaleza de Ormuz

---

Escrivão—Diogo Dias Lobo.
Procurador do réu—o Licenciado Manuel da Veiga.

PETIÇÃO

O Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade: — que elle quer citar e demandar a Jorge de Albuquerque, filho e herdeiro do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado, pelas perdas e damnos que recebeu a Fazenda Real em ser tomada a Fortaleza de Ormuz pelos inimigos, por resultar contra elle culpa na devassa que se tirou da perdição da dita Fortaleza.

Pede a Vossa Magestade mande passar provisão para o poder fazer.

E receberá mercê.

DESPACHO

Passe-se a provisão, na fórma que pede.—Goa, 19 de fevereiro de 624 annos.=*O Conde*=*Thobar*=*Vinha,* o fiz.=*Mergulhão.*

PROVISÃO

D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, do Conselho de Estado de Sua Magestade, Seu gentilhomem da Camara, Almirante Viso-Rei e Capitão Geral da India, etc.

Faço saber aos que esta Provisão virem, que havendo respeito ao que o Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade diz

na sua petição atrás, e ao assento que sobre ella se tomou em Conselho da Fazenda pelos Ministros deputados d'ella, em minha presença, hei por bem e me praz de lhe conceder licença para poder citar e demandar a Jorge de Albuquerque, filho e herdeiro do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado, pelas perdas e damnos que a Fazenda Real recebeu em ser tomada a Fortaleza de Ormuz pelos inimigos, por resultar contra elle culpa na devassa que se tirou da perdição da dita Fortaleza. Notifico-o assim ao Vedor da Fazenda, Geral Juiz dos feitos, mais officiaes e pessoas a que o conhecimento d'esta pertencer, e lhes mando que assim o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir a guardar, como n'esta se contém, sem duvida nem embargo algum.—Paulo Ferrão a fez em Goa, a 22 de fevereiro de 624.—Juze de Cabreira, o fiz escrever. = *O Conde Almirante.*

Provisão com parecer dos Ministros do Conselho da Fazenda que Vossa Excellencia manda passar ao Procurador da Corôa, para citar e demandar a Jorge de Albuquerque, filho herdeiro do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado, pelas perdas que a Fazenda Real recebeu, pela maneira acima. Para Vossa Excellencia ver. = *Thobar.*

Registada no Livro 3.º dos Registos das Provisões, folhas 221 verso.—*Juze de Cabreira* = *Antonio Barreto da Silva.*

Pagou: nada, por ser do serviço de Sua Magestade. = *Braz Brochado.*

Registado na Chancellaria, no Livro 13, a folhas 69. = *Matheus Rangel* = *Cabe Lobo,* a 17 de fevereiro 624. = *Pereira.*

CITAÇÃO

A JORGE DE ALBUQUERQUE

Aos 2 de março de 624, n'esta cidade de Goa, nas pousadas de Jorge de Albuquerque, sendo elle presente, a requerimento do Procurador da Corôa, o citei pelo conteúdo na Provisão atrás, e lendo-lh'a toda, de *verbo ad verbum,* e para a primeira audiencia do Juiz dos feitos, e por elle me foi respondido que se dava por citado. Do que fiz este termo. Diogo Dias Lobo o escrevi. = *Diogo Dias Lobo.*

CONTINUAÇÃO DA CITAÇÃO

Aos 5 de março de 624, n'esta cidade de Goa, na audiencia que pelo Juiz dos feitos fazia o Dezembargador dos aggravos Gonçalo Mendes Homem, n'ella disse o solicitador de El-Rei, que vinha citado Jorge de Albuquerque pelo conteúdo na Provisão junta e pelas perdas que o Governador Fernão de Albuquerque dera a Sua Magestade em não soccorrer a Fortaleza de Ormuz. Pedia, que, apregoado e havido por citado, lhe dessem vista para libello. E o dito Juiz mandou apregoar o Réu pelo naique do Juizo que o apregoou; por não apparecer por si nem outrem por elle, á sua revelía o houve por citado para a causa, termos e autos d'ella, e mandou dar vista ao Procurador da Corôa para libello. = *Diogo Dias Lobo,* o escrevi.

VISTA AO PROCURADOR REGIO

Vista ao Procurador da Corôa para libello. Em 6 de março de 624.

APRESENTAÇÃO DE LIBELLO

Aos 23 de abril de 624, n'esta cidade de Goa, na audiencia, que pelo Juiz dos feitos fazia o Dezembargador dos Aggravos, Pedralves Pereira, n'ella se deu o libello avante e o dito Juiz o recebeu, quanto era de receber, e mandou que fosse vista á parte para contrariar. = *Diogo Dias Lobo,* o escrevi.

LIBELLO

O Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade, contra Jorge de Albuquerque.

E comprindo:

Provará, que sendo o defunto Fernão de Albuquerque, pae do Réu, Governador d'este Estado, e obrigado a defendel-o, soccorrendo as Fortalezas d'elle com armadas e provimentos necessarios, o não fez á Fortaleza de Ormuz, mandando galeões em outubro e novembro de 620, como lh'os tinha pedidos Ruy Freire de Andrade, Geral do Estreito do dito Ormuz, avisando-lhe da necessidade que tinha d'elles, e podendo-lh'os mandar pelos haver e a cidade se lhe offerecer para os aprestar e aviar do necessario, que se lh'os mandára então, foram de grande effeito, e tivera o dito Ruy Freire melhor successo na briga que teve com os inimigos de Europa em Jasques, e não tomariam a seda nem voltariam o anno seguinte sobre o dito Ruy Freire, nem brigariam em Queixome, nem succedêra a perda de Ormuz.

Provará, que os dois galeões que mandou o dito Governador o anno seguinte, que a cidade aprestou, alem de mandar já tarde e fóra do tempo, mandou n'elles por Capitães a D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, inimigos do dito Ruy Freire, de inimizade notoria e sabida, e assim não convinha ao serviço de Sua Magestade tal eleição, como bem mostrou o dito D. Manuel, por que se veiu do dito Ormuz, deixando lá o galeão, em tempo de tanto aperto e necessidade.

Provará, que vindo nova e recado ao dito Governador do aperto grande em que estava a dita Fortaleza em oito ou nove de março, não fez logo a diligencia que convinha e a necessidade pedia para mandar soccorrer a dita Fortaleza, fazendo-lhe a cidade lembrança para isso, e assim partiu a armada de soccorro, em que mandou Constantino de Eça de Noronha, a 2 de abril, podendo ir muito mais cedo, por estar na barra, quando veiu o dito recado, uma armada de sanguiceis, que não quiz mandar o dito Governador, offerecendo-lhe o Capitão Mór d'ella para ir a Ormuz, antes a mandou desesquipar, a qual, se fôra, achára ainda a dita Fortaleza por nós e fóra de effeito, que não foi a do dito Constantino d'Eça por ser já tomada a dita Fortaleza antes da sua chegada.

Pelo que, como o dito Governador foi causa total da perdição d'ella, está obrigado a pagar os damnos e perdas que recebeu a Fazenda de Sua Magestade e seus vassallos, que se liquidará na execução da Sentença.

Provará, que o Réu é filho legitimo do dito defunto Governador e seu herdeiro universal, pelo que tem obrigação de pagar as ditas perdas e damnos, e assim se deve julgar.

É publica voz e fama.

P. *admiti ejus titulos complementus or meliori modo juris eum expencis* (sic), dou a devassa em prova.=*Mergulhão.*

PROCURAÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Faço meu advogado em todas as causas, juizos e instancias ao Senhor Licenciado Manuel da Veiga, a quem dou os poderes necessarios em direito. Hoje, 5 de março de 1624.=*Jorge de Albuquerque.*

VISTA AO ADVOGADO

Vista ao Licenciado Manuel da Veiga, em 24 de abril de 624, para contrariar o libello.

APRESENTAÇÃO DA CONTRARIEDADE

Aos 14 de maio de 624, n'esta cidade de Goa, na audiencia que pelo Juiz dos feitos fazia o dezembargador dos Aggravos, Gonçalo Mendes Homem, n'ella deu o Licenciado Manuel da Veiga este feito com a excepção ávante, requerendo que ficasse o feito em dez dias de dilação, e o dito Juiz mandou que ficasse o feito em dez dias de dilação e citei os advogados para ver jurar testemunhas.= *Diogo Dias Lobo,* o escrevi.

EMBARGO DE EXCEPÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Por excepção peremptoria faz-se declarar não ter o auctor a acção que intenta nem poder ser elle, excipiente, demandado pela materia de Ormuz, crime nem civelmente, e ao procedimento do libello, e como em direito melhor ser possa, diz o Réu Jorge de Albuquerque que:

E cumprindo:

Provará, que a acção intentada n'este libello descende do crime e da chamada culpa, que dizem cometter Fernão de Albuquerque contra a obrigação do seu cargo em tempo que serviu de Governador d'este Estado, e por elle não ser em sua vida demandado em Juizo, nem a causa ser contestada com elle, nem, outrosim, do dito caso resultar proveito, nem vir cousa alguma a seus bens ou herança, não tem ora acção nenhuma para poderem demandar em Juizo a elle Jorge de Albuquerque, como filho e herdeiro que dizem ser seu, conforme o direito, e assim deve julgar-se.

Provará, ser tanto assim, que, ainda que n'este caso se não trate contra o dito defunto criminalmente nem direitamente por delicto, mas só pelas perdas e damnos que Sua Magestade disse recebeu na dita sua Fortaleza de Ormuz, esta acção, que assim se intenta contra elle Réu, por respeito do dito Governador, seu pae, e como seu herdeiro, é penal, e as acções penaes, conforme o direito, não passam a herdeiros, salvo quando a lide se contesta com o defunto, pelo que, como n'este caso se não contestou a lide com o dito seu pae defunto, nem da perda da dita Fortaleza veiu a elle embargante proveito algum, não se póde proceder pelo dito libello, nem fazer obra por elle contra elle Jorge de Albuquerque *querque ex pcinte* (sic).

É publica voz e fama.

Pede recebimento na melhor via, modo e fórma que ser possa em direito *in omnibus et singulis integ. j. complementus cum exp.* (sic). = *Veiga.*

Dez dias de dilação começam em 15 de maio 624. Requerido. = *Mergulhão.*

CONCLUSÃO DO FEITO

Aos 13 de agosto de seiscentos vinte e quatro, n'esta cidade de Goa, na audiencia, que pelo Juiz de feitos fazia o Dezembargador dos Aggravos, Pedralves Pereira, n'ella disse o Licenciado Manuel da Veiga, que era passada a dilação d'este feito, pedia que fosse concluso, e o dito juiz, com a fé de mim escrivão, o Licenciado Sebastião Rodrigues Cardoso, deferiu a causa por o dito juiz ser suspeito, mandou que os autos fossem conclusos. = *Diogo Dias Lobo,* o escrevi.

ACCORDÃO DA RELAÇÃO

Accordam em Relação, etc., que, sem embargo da excepção do Réu excipiente, que não recebem, visto sua materia, contrarie o Réu o libello, e poder-se-ha ajudar da materia da sua excepção em sua contrariedade. — Em Goa e agosto 30 de 624. = *Vinha* = *Barreto* = *Pinto* = *Gonçalo Mendes Homem.*

PUBLICAÇÃO DO ACCORDÃO

Aos 30 de agosto de 624, n'esta cidade de Goa, na audiencia, que, pelo Juiz dos Feitos, fazia o dezembargador dos Aggravos, Gonçalo Mendes Homem, n'ella publicou o despacho acima e mandou que fosse vista á parte para contrariar. = *Diogo Dias.*

VISTA AO ADVOGADO

Vista ao Licenciado Manuel da Veiga para contrariar o libello, em 31 de agosto 624.

APRESENTAÇÃO DA CONTRARIEDADE

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Aos 10 de setembro de 624, n'esta cidade de Goa, na audiencia, que, pelo Juiz dos Feitos fazia o Dezembargador dos Aggravos, Gonçalo Mendes Homem, n'ella se deu pelo Licenceado Manuel da Veiga, este feito com a contrariedade ávante, e papeis juntos, e o dito Juiz a recebeu quanto era de receber; mandou dar vista ao procurador da Corôa para réplica. = *Diogo Dias Lobo,* o escrevi.

CONTRARIEDADE

Offerece o Réu os artigos da excepção, folhas 7, para por elles serem as testemunhas perguntadas conforme a declaração do dezembargador;

E, acrescentando, diz, que, cumprindo:

Provará, que Fernão de Albuquerque tomou posse do governo d'este Estado, em 12 de novembro de 619, tempo em que estava todo o Estado da India e os rendimentos d'ella e tudo o mais pertencente á Fazenda Real, em extremas necessidades, faltando em todas as Alfandegas e partes os rendimentos ordinarios, e que em todo o tempo atrás costumava haver, mórmente os rendimentos da Alfandega de Goa, que é maior, por rasão do Conde do Redondo, Vice-Rei, a quem elle succedeu, a deixar empenhada para os homens de negocio, a quem se devia muito de emprestimos feitos para as necessidades communs do Estado, e poderem cobrar do dito seu rendimento melhoria de 20:000 xerafins, como em effeito cobraram tudo o que a dita Alfandega rendia té fevereiro de 620.

Provará, que, outrosim, ao tempo que elle Fernão de Albuquerque succedeu no governo, estavam as armadas ordinarias do dito anno por fazer, salvo a do Canará que elle inda despediu, e com ser assim, com sua prudencia e industria grande fez e pagou todo o necessario para ellas; despedindo a do Norte no principio de dezembro, e do Malabar e Cabo de Camorim, mandando, outrosim, soccorro á Fortaleza de Malaca e á de Ormuz, estando ainda de paz e com pouca ou nenhuma necessidade, como se vê da carta junta, do capitão d'ella D. Francisco de Sousa, que se offerece justificada;

Provará, que, em todos os mais annos de seu governo, fez o dito Fernão de Albuquerque, na mesma fórma, todas as armadas ordinarias d'este Estado, e o mais necessario e que convinha ao bom governo d'elle, com faltarem em todos os annos de seu governo naus do Reino, sem para isso se valer de fintas ou outros meios d'esta qualidade, que, com menos occasiões, se costumam fazer aos vassallos de Sua Magestade, quando cumpre a seu Real serviço:

Provará, que, tendo elle Fernão de Albuquerque, o anno seguinte, prestes dois galeões e mui bem providos de artilheria, munições e provimentos, para bem de reforçar a armada de Ruy Freire, postoque por faltarem as naus do Reino e com ellas a gente soldadesca e do mar, teve aviso certo das naus inglezas que chegaram a Surate em outubro do dito anno, e partiram em novembro seguinte para Jasques, aonde, em dezembro seguinte, brigaram com a dita armada de Ruy Freire, e assim que por esta occasião, quando então fossem os ditos galeões íam mui arriscados

a serem tomados das ditas naus inimigas, e assim lhes ficar com elles mór poder para brigarem com a nossa armada, e lhe fazerem muito damno, quando a não destruissem de todo;

Provará, que, passada a dita occasião, e tendo o dito Governador recado certo das ditas naus inglezas serem recolhidas a Surrate, logo tratou de aprestar e despedir os ditos dois galeões que partiram d'esta Cidade para Ormuz, a 6 de abril de 621, e com muitos provimentos, petrechos e artilharia para a dita Fortaleza, e se reformar a dita armada de Ruy Freire, que se podéra, ainda, valer, e metter n'elles e com os mais que tinha, ir segunda vez no dezembro seguinte de 621 brigar com as naus inglezas, como o dito governador o avisou e mandou por cartas, dos mesmos galeões;

Provará, que, nos mesmos galeões escreveu e mandou a ordem que veiu de Sua Magestade por causa do que lhe mandava se fizesse, e, em primeiro logar, lhe encommendava particularmente isto como d'ellas se póde ver, o que elle Ruy Freire não quiz cumprir, antes contra a dita ordem se foi metter em Queixome, largando a sua armada, de que procedeu a perda que depois houve de Ormuz e sua Fortaleza, como o mesmo Governador, pessoa experta e antiga no serviço, já então lhe prognosticou e poz diante dos olhos, para assim o mover mais a não se desviar em nada da dita ordem, e tudo podéra bem fazer por onde não esteve, como tambem é notorio, por outra cousa a dita perda de Ormuz, e não por falta dos galeões, que foram a tempo para tudo, e poder o dito Ruy Freire brigar segunda vez com as ditas naus inglezas, e defender-lhes a cidade, e assim o affirmaram pessoas que se acharam presentes então, nas ditas partes de Ormuz e outras, que souberam em certo dos ditos termos, e passar tudo assim na verdade;

Provará, que, para o dito Governador negocear os ditos galeões, por rasão da grande falta que n'este Estado havia de tudo, se valeu das Justiças, que andaram pelas casas prendendo soldados e officiaes e gente do mar, para elles, e se lançaram bandos offerecendo perdões aos homisiados, e tirando-os da terra firme e do tronco, tudo por respeito de faltarem naus, e não vir no dito anno mais que a nau *Penha de França*, a 14 de dezembro, com a mais da gente morta. E a cidade de Goa entrou n'isto sómente com o dinheiro dos dois por cento, cujo rendimento, desde sua origem, está applicado para os taes galeões e armadas necessarias para a exclusão dos ditos inimigos da Europa;

Provará que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, que foram por capitães dos ditos galeões eram pessoas mui benemeritas para o dito logar, por seu grande valor e muitos serviços, e,

ainda, para móres logares, e, por ser assim, em mesa do Paço, se lhes concedeu perdão de suas culpas, dando-lhes por degredo irem servir ao dito Ormuz, um d'elles por Almirante e outro no galeão, assistindo em companhia do dito Ruy Freire;

Provará, que, o dito D. Manuel de Azevedo se veiu do dito Ormuz, por estar sua vida mui arriscada, e assim o resolverem os medicos, e que havia de morrer totalmente se mais estava no dito Ormuz, por ter uma fonte aberta no peito e ser a terra calida, em extremo, e lhe sobrevir a esse respeito doença grave de que chegou a termos de morrer. E assim, quando chegaram a Ormuz, acharam o dito Ruy Freire fazendo-se prestes para (ir) a Queixome, deixando por cabeça da armada, nos galeões, ao dito D. Manuel e por Almirante d'ella, e o dito D. João occupou em o ajudar nas obras do dito forte, e do trabalho que n'isso teve adoeceu e morreu;

Provará, que, em todo o tempo que o dito D. Manuel e D. João da Silveira estiveram no dito Ormuz, correram em amizade e conformidade com o dito Ruy Freire, e, em caso negado, que outra cousa occorrêra, que não houve nem se viu, entre pessoas tão calificadas e nobres se não impede nunca, por esse respeito, o serviço de Sua Magestade, e é notorio que não por causa de inimizade que houvesse entre elles se viesse o dito D. Manuel, senão pela dita occasião;

Provará, que trazia o dito Governador tanto cuidado, sentido e vigilancia em soccorrer e prover Ormuz, que, com não ter dinheiro nem haver rendimento ou fazenda de Sua Magestade com que o podesse fazer, e estar de todo impossibilitado do necessario e haver pouco tempo que tinha despedido os ditos galeões e seus capitães, tanto que soube de Ruy Freire ter deixado a sua armada de alto bordo, e se ter mettido em Queixome, a fazer n'elle o forte, logo poz em effeito mandar-lhe outro soccorro de navios de remos, com gente e provimentos para sustentação e defensão do dito forte;

Provará, que, para bem de se resolver isto, fez conselho e n'elle foi eleito para levar este soccorro, que tambem se resolveu seria de effeito, a Simão de Mello Pereira, que o anno atrás servíra de Capitão Mór de Malabar, com muita satisfação, e no mesmo anno estava já eleito para o mesmo logar, o qual levou ordem e regimento para entregar todo o dito soccorro a Ruy Freire, e ficar depois por subdito na Fortaleza de Ormuz, e partiu d'esta Cidade com dez navios de remos, e n'elles duzentos noventa e nove soldados, em 24 de novembro de 621. E se entregou o dito soccorro a elle Ruy Freire.

Provará, que, estando o dito Ruy Freire, ainda, em Queixome, sem aperto nenhum, e assim mais mandou dois navios de remos,

com sessenta soldados, que no mesmo tempo mandou o Governador ao Capitão de Diu, Rui Dias de Sampaio, e ao Védor da Fazenda, João Vaz Cascão, os aprestassem e mandassem bem providos, assim como fez aos mais Capitães e Cidades das Fortalezas do Norte;

Provará, que na mesma companhia de Simão de Mello, mandou mais o dito Governador a Diogo de Sousa de Menezes, n'um navio, fidalgo provido por Sua Magestade, da Capitania da Fortaleza de Ormuz, em que lhe cabia entrar, apoz o dito D. Francisco de Sousa, sem haver na India outro provido d'ella, diante, e a esse respeito nas vias que fez da successão de Capitão da Fortaleza de Ormuz, poz a elle Diogo de Sousa na primeira; o qual Diogo de Sousa de Menezes deixou de ir na dita companhia, por ficar doente, e por morte do dito D. Francisco de Sousa se abriu a dita via em que o acharam nomeado, e por não ser achado nem estar em Ormuz, se abriu a segunda, em que sahiu o dito Simão de Mello Pereira;

Provará: o aviso e nova que veiu ao dito Governador, em 9 de março, ou 8, como se diz no libello, foi sómente de como Queixome estava em aperto e cercado, e, com ser assim, poz o dito Governador em conselho o soccorro que se havia de mandar, e n'elle se elegeu a Constantino d'Eça, sem se tratar de irem sanguiceis por serem embarcações mui pequenas e incapazes para n'aquella monção poderem passar a Ormuz, atravessando o golphão, como é necessario, por serem os norestes mui rijos então, emtanto que té os galeões vão com trabalho, como se viu nos quatro que deram ao dito Constantino d'Eça, para bem de andarem no estreito e servirem de avisos por serem ligeiros, e a esse respeito só servem na costa da India para seguirem os paros, dos quaes dois arribaram com levarem um traquete, sem provimento, e seis portuguezes e alguns marinheiros, e os que lá passaram, foi por irem á toa dos patachos, como vão os bateis das naus.

Provará, que,. por assim ser, não podia ter effeito o ir o dito soccorro de sanguiceis e toda a armada d'elles, por rasão de não haver tantos patachos como elles eram, que lhes dessem toa, e era fazer a viagem muito mais comprida, e por todos estes respeitos, com se tratar no dito conselho, se poderiam ir os ditos sanguiceis a Ormuz então, se assentou no mesmo conselho fazer-se outra armada, e, por isso mandou o dito Governador que entrassem para dentro os sanguiceis para os soldados d'ella receberem para Ormuz, e os mais, como foi Sancho de Thobar, que andava por capitão de um sanguicel, e foi com os mais de seus soldados e marinheiros, por capitão de um navio, com o dito Constantino d'Eça.

Provará, que tanto não podia ser passar a armada dos sanguiceis na dita monção de abril a Ormuz, em fórma de armada, com marinheiros, soldados e provimentos para elles, que, da armada com que o dito Constantino d'Eça, que partiu então, arribaram duas galeotas mui possantes: uma de Julio Moniz, á barra d'esta cidade, e outra de João da Costa de Menezes, a Chaul, por não poderem abolinar e soffrer a força dos norestes, o que muito menos, sem comparação, poderiam fazer os sanguiceis que são cascas de nozes, em comparação dos outros navios, e mui differentes e de muito menos porte.

Provará, que a nova certa da perdição de Queixome e da Fortaleza de Ormuz estar cercada, veiu a 23 de março, estando-se já aprestando o dito Constantino d'Eça com a dita armada e navios, e assim, com a dita nova se lhe acrescentaram mais navios e pessoas particulares para logares, e se deu tanta pressa, que, com haver mui grande falta de todo o necessario, comtudo partiu o mesmo soccorro a 2 de abril, nove dias depois de ser chegada a dita nova, que é o mais breve tempo e dias que podiam ser, e a Fortaleza de Ormuz se entregou aos persas e inglezes, a 2 ou 3 de maio.

Provará, que a dita Fortaleza de Ormuz se não tomou por faltar n'ella gente, munições ou mantimentos, porque havia n'ella, ao tempo do cerco, melhoria de mil portuguezes, alem de outra muita gente e muito arroz, em abundancia e para muito tempo, biscoito, agua e mais mantimentos, vinhos, carnes e muitos doces.

Provará, que se não defendeu, como podiam fazer, a desembarcação aos ditos inimigos, quando vieram ao dito Ormuz, nem se fizeram as mais prevenções ordinarias e necessarias em similhantes cercos de cidades ou fortalezas, e havendo-se n'isto tão remissa e descuidadamente, que deixára de abrir a cava, com ter a entrada da Fortaleza, desde o tempo que a conquistou e tomou Affonso de Albuquerque um letreiro seu, que já de então avisava por elle, que, havendo algum cerco, abrissem, em todo o caso, a dita cava, o que, se se fizera, com muita difficuldade ou nunca chegaram ao pé do muro da Fortaleza, nem a cercaram de cerco tão apertado.

Provará, que os ditos persas e inglezes entraram a dita Fortaleza de Ormuz por consertos que houve de parte a parte e pelas proprias portas d'ella, que lhes abriram, sem a entrarem pelas roturas dos muros;

Provará, que o dito Governador mandou á Fortaleza de Ormuz, por vezes, no tempo de seu governo os soccorros seguintes:

Em março de 620, quatro navios, em companhia de D. Francisco de Sousa e indo

entrar por capitão d'aquella Fortaleza, com noventa e nove soldados, em que se despenderam 942 xerafins;

em 20 de abril seguinte, mandou a Francisco Ribeiro n'um patacho com mais tres navios, e n'elles cento setenta e sete pessoas em que entravam homens do mar, e se despendeu com elles 241 xerafins; e

em 6 de abril de 621 os dois galeões em que foram por capitães D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira, com duzentas e setenta pessoas, em que entravam homens do mar, portuguezes.

Provará, que, em 24 de novembro do dito anno, partiu o dito Simão de Mello Pereira, com dez navios em que foram duzentas noventa e nove pessoas, e se despendeu com ellas 6:409 xerafins, e em 2 de abril partiu o dito Constantino d'Eça com treze navios em que iam quatrocentas quarenta e sete pessoas, e se despendeu com ellas 9:795 xerafins, e de Diu, por ordem do mesmo governador, se mandaram de soccorro á dita Fortaleza dois navios com sessenta soldados, e alem de tudo isto mandou mui grande quantidade de munições, mantimentos de arroz, biscoito, carnes, vinhos, doces, boticas e tudo o mais necessario, e que se costuma mandar em similhantes soccorros em muita abundancia, sem haver no dito Governador, em quanto o foi, descuido, negligencia nem vagar em enviar tudo a seu tempo, e de estar gravemente enfermo o mais do tempo de seu governo, e, comtudo, sempre se houve n'isto com particular cuidado, e vigilancia, sem faltar em cousa alguma nem jamais haver dolo ou culpa que a elle se possa imputar, antes em tudo se houve cautamente, cumprindo inteiramente com sua obrigação, e seguindo as ordens de Sua Magestade e o que em seu conselho de Estado e Guerra se assentava e resolvia, sem em nada se desviar dos ditos assentos, nem fazer nenhuma cousa por seu conselho particular.

É publica voz e fama.

Pede recebimento na melhor via, modo e fórma que ser possa em direito, com custas. = *Veiga.*

CARTA DO CAPITÃO DE ORMUZ

D. LUIZ DE SOUSA

Sobre me parecer que o navio que fico aprestando, por ordem de Sua Magestade ha de chegar a Goa tão cedo como se cuida

d'este de Jeronymo de Araujo, que está em Mascate, faço esta á cautela obrigado do desemparo em que ficou a casa do Ouvidor, que Deus tem, Domingos Vieira Soares, porque, acontecendo chegar primeiro não haja quem se antecipe a estorvar sua obra tão santa e boa como será ordenar Vossa Senhoria com que se confirme em Domingos de Sousa esta vara, pois, á conta d'ella, se fez pae de dez filhos e filhas, que ficaram n'aquella casa, pela qual rasão e por o casarmos com a mais velha puz n'elle a serventia, esquecendo-me de muitos, muito pobres, da obrigação d'esta casa, por me lembrar do desemparo da viuva em que Vossa Senhoria, por quem é, deve pôr os olhos, porque com esta vara fica remediando a outra familia toda a que se ha de dar d'ella a metade, porque com todas estas condições se tem feito este casamento. E eu de minha parte (faço) o que devo em o lembrar a Vossa Senhoria, que sei que se não negou nunca para similhantes obras.

A Fortaleza está em muita paz e boa correspondencia com os vizinhos, nem se podia esperar menos quando Vossa Senhoria, tão fóra do tempo lhe accode com tudo, o que podia ser; de que dou a Vossa Senhoria as graças muitas vezes, pela parte do credito, que me coube como capitão d'esta Fortaleza, e não menos por nos mandar companheiro como Francisco Ribeiro, em quem Sua Magestade e Vossa Senhoria tem honrado servidor. Deseja cumprir a ordem que Vossa Senhoria lhe deu; porém, não sei se poderá ser contra petição de Ruy Freire, que chegou aqui em 16 de junho, que Sua Magestade manda, que n'esta Fortaleza se reforme, porém como vem subordinado sómente a Vossa Senhoria, só Vossa Senhoria póde ordenar o que n'isto lhe parecer que cumpre mais ao serviço do dito Senhor, e por que fico escrevendo das cousas com largueza o não faço agora. Nosso Senhor guarde a pessoa de Vossa Senhoria muitos annos.—Ormuz, ao derradeiro de julho de 620.=*D. Francisco de Sousa.*

JUSTIFICAÇÃO

O Doutor Bento de Baena Sanches, do Desembargo de El-Rei Nosso Senhor, e seu Desembargador da Relação de Goa, e Ouvidor Geral do Civil com alçada, e Juiz das Justificações em estas partes da India, etc. Faço saber aos que esta minha Certidão de Justificação virem que o signal atrás, que está ao pé da carta é de D. Francisco de Sousa, Capitão que foi da Fortaleza de Ormuz, segundo me constou da fé do Escrivão, que esta subscreveu, pelo que hei por justificada, e para firmeza d'ello se passou a presente, dada em Goa, por mim assignada e sellada com o sêllo das Armas

Reaes, aos 15 de fevereiro de 623 annos. — D'esta 20 réis, e de assignar 4 réis. — Manuel Preto, o fiz escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo, *ex causa.* = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

CARTAS

DE FERNÃO DE ALBUQUERQUE

Traslado de cartas do Senhor Governador para Ruy Freire de Andrade.

Estando por momentos esperando aviso de Vossa Mercê, do successo das naus inglezas, que eram passadas a esse estreito, e espantado da tardança d'elle, chegou hontem, 7 do presente, uma nau de Mascate, em que o Capitão d'aquella Fortaleza me escreveu as novas que ali havia de Vossa Mercê ter brigado duas vezes com as naus, e se haver levado do porto, com força de um grande temporal, sem se terem ali mais novas suas, e que os Inglezes eram idos e tinham levado a seda, o que tudo me tem posto em muito grande cuidado, e em particular faltar-me recado de Vossa Mercê, e não saber o estado em que se acha, que eu confio em Deus, que será de haver guardado a Vossa Mercê, porque com isto espero que se restaure tudo.

Aos dois galeões que lhe escrevi estava aprestando para lh'os enviar ou Vossa Mercê os vir tomar aqui, se dá toda a pressa possivel, de maneira que em chegando o aviso de Vossa Mercê, que por momentos espero, estarão a ponto, para conforme a isso dispôr d'elles, porque entretanto não vejo como o possa fazer, nem o que em particular é necessario prover; porém, em chegando o aviso se fará, e com toda a brevidade, sem perder uma só hora de tempo. Nosso Senhor, etc. — De Goa, a 8 de março de 1621.

Recebi as cartas de Vossa Mercê, de 18 do mez passado, em que me diz que em outras me tem escripto o succedido em Jasques, e estado em que ficou a armada, as quaes não são até agora chegadas, e por estar de partida este navio não quiz que fosse sem esta minha carta para Vossa Mercê, e dizer-lhe por ella o muito que senti este successo, e o cuidado com que fico aprestando dois galeões que já tinha na barra, bem artilhados, nos quaes tenho dado ordem para se embarcar toda a sorte de madeira e mais cousas necessarias para esses de lá se concertarem e reformarem, e ancoras e amarras e munições, e hão de partir por todo este

mez, sem falta, postoque receio a baixa de gente pelo muito que, com a nova d'este successo se desanimaram, de maneira que não ha quem se queira embarcar, mas de todo o modo hão de ir.

Navios de remo não ha, de presente, aqui, por ter, quando a carta de Vossa Mercê me chegou, despedidas as armadas para o Malabar, Canará e Norte.

E creia Vossa Mercê, que, com tudo que podér o hei de soccorrer, mas tambem entenda que ... e as faltas e necessidades são sem comparação maiores as que se padecem aqui de tudo.

E porque, por outro navio de Jeronymo de Araujo, que fica para partir, e pelos galeões hei de escrever largo, deixo para então o mais. Nosso Senhor, etc.—De Goa, a 12 de março de 1621.

A 23 do presente recebi a carta de Vossa Mercê, de 8 do mez passado, em que me dá conta do succedido em Jasques e sobre eu o haver sentido quanto é rasão, se me offerece sómente dizer a Vossa Mercê, que os successos da guerra Deus os dá como é servido, e da parte dos homens se cumpre comtestando com sua obrigação, como Vossa Mercê o tem feito, e assim o que importa é esperar com bom animo outra occasião e hora melhor que Nosso Senhor dará, e fazer para isso toda a prevenção que houver logar.

Quando a dita carta de Vossa Mercê me chegou, havia eu já recebido outras duas, breves, que depois d'ella me escreveu; e pelo que d'ellas entendi, e assim de outras do capitão d'essa Fortaleza fiz logo dar pressa ao apresto d'estes dois galeões, para lh'os enviar, porque ainda que tinha escripto a Vossa Mercê que os acharia aqui aparelhados, vindo a esta barra na fórma e para o effeito que lhe ordenava, comtudo, entendendo pelo estado em que a armada ficou, que não estava por ora capaz de fazer nova jornada, e por outras considerações, que não podiam deixar de ser presentes a Vossa Mercê, me persuadi que se não ausentaria n'este tempo d'ahi.

A gente para estes galeões me deu muito trabalho, como Vossa Mercê por ella verá, que os mais são homisiados, que andavam por terras de mouros, a que perdoei para que se embarcassem, e outros diversos, por todos os mais se ausentarem, tanto que se desenganaram, que haviam os galeões de ir.

Creia Vossa Mercê, que tambem lh'os houvera mandado em outubro, se a falta de gente o não impossibilitára, porque nem me podia faltar desejo para isso, nem experiencia para alcançar o effeito de que podiam ser; porém, n'aquella monção em que as naus da Europa andavam por esta costa, nenhuma boa rasão admittia que os galeões sahissem d'aqui senão mui bem providos de

gente, que os defendesse, e se agora vão com menos, é porque não correm já esse perigo, que, a o haver, nem agora os mandára, que eu não hei de dar achegas ao inimigo com que se melhore e faça mais poderoso.

Levam os galeões sessenta peças de artilheria de bronze, toda mui boa e reforçada, e o provimento, de que se envia lista, de madeira, ancoras, amarras, breu, pregadura, cairo e outras cousas para concerto dos que lá estão, e polvora, munições e arroz, e tudo isto na maior quantidade que se pôde negociar, e cuido que bastante, por ora, para a armada ficar bem provida e percebida, para o que se offerecer.

Fico com cuidado de ter prestes para setembro outros dois galeões, que Vossa Mercê me pede para se mudar a elles, os quaes serão o de Damão, que estou por horas esperando aqui, e outro que fez Manuel de Andrade, em Baçaim, que ambos são, assim no porte como na fortaleza, e em serem novos, avantajados d'estes, e se lhes metterá a artilheria, que Vossa Mercê aponta, e assim não trate de se mudar para os que ora vão.

Navios de remo não foi possivel, dizem, agora, por andarem fóra as armadas, e me não achar aqui mais que com quatro que estou negociando, para levarem soccorro a Malaca; porém ordenei ao Capitão d'essa Fortaleza, que, sendo necessarios, lançasse mão dos de particulares, que lá passaram n'esta monção, que são seis e todos muito bem esquipados, porque, com elles e a galé e os mais que ali ha, de Sua Magestade, se poderá accudir aonde cumprir.

E lembro, que não convem, que, por nossa parte, se rompa a guerra com o Xá, porque d'aqui não ha que esperar nenhum soccorro de dinheiro com que ella se haja de sustentar, e tanto que a houver, está certo fecharem-se os portos da Persia e seccar o commercio e o rendimento d'essa Alfandega, com que tudo perecerá, e Sua Magestade, postoque manda que se faça o forte de Queixome, diz, todavia, que se tenha n'isso consideração ao estado das cousas, e ellas estão no que Vossa Mercê deve ter entendido, e aqui lhe aponto. E convem, que, conforme a isso, se regule o que se houver de emprehender.

D. Manuel de Azevedo vae por Capitão de um dos galeões, e para servir de Almirante da armada, e do outro encarreguei a D. João da Silveira, na capitania do que vagou por João Borcalho (sic), e na da urca proveja Vossa Mercê as pessoas que lhe parecer que o melhor farão.

Porquanto, achando-se em Ormuz a gente d'essa armada juntamente com a do presidio da Fortaleza, podem succeder brigas, como é ordinario, e outras desordens e roubos, que a gente de guerra costuma commetter nos basares e casas dos mercadores,

e é de inconveniente para haver castigo e demonstração que estes casos requerem, estar a jurisdicção dividida, ordeno que a gente da armada que delinquir em terra, será presa pelo Ouvidor e mais justiças d'ella, e o Capitão da Fortaleza com o Ouvidor os sentenceie e castigue, ficando em tudo o mais sujeitos ás ordens de Vossa Mercê, como seu Capitão Mór, que é, e isto em caso que Vossa Mercê não tenha outra alguma ordem de Sua Magestade em contrario, porque, tendo-a, essa se cumprirá, de que me pareceu avisar a Vossa Mercê, para que o tenha entendido e a consideração que tive para assim o ordenar.

Sou informado que são excessivos os gastos que a armada tem feito, e que só em agua e lenha é uma muito grande quantidade o que se tem despendido, e que, de escravos, pagens e outros servidores, ha outra tanta gente como a de obrigação da armada, de que me pareceu advertir a Vossa Mercê, porque, ainda, quando as necessidades e aperto em que a Fazenda de Sua Magestade se acha, não foram tão grandes como se sabe, e Vossa Mercê ahi experimenta, em todo o tempo é a providencia mui necessaria, e conforme a isto deve Vossa Mercê dispôr as cousas de modo que se evitem as despezas que se poderem escusar, porque assim poderá haver com que se accuda ás que forem necessarias, e que, em particular, se alivie a armada o mais que for possivel de escravos e pagens, que não servem mais que de embaraço e gasto.

Amaro Rodrigues vae entrar na sua mercê de Soar, e nunca tive tenção de lh'a impedir, mas sómente que sobrestivesse a respeito da obra d'aquella Fortaleza que tinha encommendado ao Capitão que ali está, e, comtudo, pela instancia que me fez, ordenei que fosse entrar, e lhe deferi tambem ao requerimento, que, por parte de Vossa Mercê, me fez sobre o pagamento do ordinario, caixas de liberdade e moradia, que lhe Sua Magestade manda pagar n'essa Fortaleza ou na de Diu, como Vossa Mercê verá da provisão que lhe passei para isso.

Nosso Senhor, etc. — De Goa, a 30 de março de 1621.

Escrevi a Vossa Mercê em carta de 27 de janeiro, movido das considerações que n'ella apontava, que não tendo Vossa Mercê ordem de Sua Magestade, que o encontrasse, e dando a isso logar as cousas d'esse estreito, se viesse aqui com a armada n'esta monção a tempo que podesse passar com ella a costa de Choromandel para gastar lá o verão nos effeitos de que avisava a Vossa Mercê, e, voltando a esta costa em setembro, para assegurar as naus que

então veem do Reino, se tornaria ao estreito na mesma conjuncção em que os inglezes lá passam, e postoque pelo estado em que a armada ficou do recontro que teve em Jasques, se impossibilitou para vir ora aqui, e para os ditos effeitos que se poderam com ella conseguir na costa de Choromandel, todavia para os que n'esta póde fazer, tem ainda logar, e assim considerando eu a continuação com que é demandada e frequentada dos inglezes e o vagar e confiança com que na monção passada andaram discorrendo por toda ella, do que não sómente resulta ao Estado descredito para com estes Reis vizinhos, mas póde tambem succeder que lhes venham as naus do Reino cair nas mãos, e como chegam, de ordinario, com a gente enferma, e cada uma de per si, lhes seria facil tomal-as e a um Viso-Rei que póde vir em alguma d'ellas, o que convem muito atalhar por este ser o maior damno que nos poderiam causar, e com que totalmente nos impossibilitariam, e elles ficariam com o cabedal de dinheiro e artilharia, que se deixa entender, com esta consideração, e por isto concorrer em tempo que não impede os mais effeitos d'essa armada, antes póde então com mais commodidade, e melhor provida, accudir d'aqui a todas as partes que cumpre, me pareceu dizer a Vossa Mercê e ordenar-lhe, como faço, que, não havendo ordem de Sua Magestade, que o impida, e dando a isso logar o estado em que as cousas de Ormuz se acharem, trate logo, em chegando estes galeões, de concertar, com o provimento, que, para isso levam, os que lá tem, e se venha invernar a Teve ou Mascate para de qualquer d'estas partes, que para isso eleger, poder vir aqui em setembro, o que não poderá ser se houver de partir de Ormuz.

E, como lhe hei de ter prestes outros dois galeões, ficará com uma armada mui bastante, não só para assegurar as nossas naus, mas para poder tomar as dos inimigos ou afugentar, e nos pôr em credito com estes vizinhos, e, alem das cousas e gente, de que se aqui poderá prover, lhe terei prestes dinheiro, ainda que seja tomando-o emprestado para fazer uma paga á armada, e, feito isto, em que não será necessario gastar mais tempo que o em que as naus do Reino costumam vir, poderá voltar ao estreito em seguimento dos inglezes, que lá passarão na mesma conjuncção e tempo em que o elles fazem.

E eu escrevo ao Capitão d'essa Fortaleza, que, vindo Vossa Mercê não carregue os navios de particulares até irem de cá outros, que hei de mandar em setembro, porque com elles e os que lá ha, de Sua Magestade, e a galé, e ficando esta armada de remo a cargo de Gaspar da Fonseca, que tenho provido por Capitão Mór d'ella, se poderá lá isso remediar até que Vossa Mercê torne.

E a Sua Magestade dou conta d'esta ordem, que envio a Vossa Mercê, e das considerações que para isso tive, de que entendo se ha de haver por bem servido.

E todo o maior segredo em que isto se podér ter até se pôr em effeito, será de muita importancia, e assim o encommendo a Vossa Mercê, e o encarrego tambem a D. Francisco de Sousa, a quem sómente escrevo sobre isso. Nosso Senhor, etc.—De Goa, a 30 de março 1621.

Em outra carta, que vae com esta, respondo ás que tenho recebido de Vossa Mercê, e n'esta me pareceu dizer-lhe como D. Manuel de Azevedo leva estes dois galeões, e vae para servir de Almirante d'essa armada, de que se lhe passou provisão, e para isso o tirei da terra firme, onde estava homisiado, e lhe perdoei, com obrigação de se occupar n'este serviço, porque, alem da experiencia e pratica que tem da guerra, está isto em estado que eu não vi outra pessoa de que podesse lançar mão e se accommodasse a servir n'este logar, ficando elle provido como convem, e quando Vossa Mercê souber o que aqui passou e se padeceu sobre a gente da guerra para estes galeões, e o que fizeram os fidalgos que eram os que costumavam buscar semelhantes occasiões com tanto fervor que era muitas vezes necessario desvial-os d'ellas, entenderá isto melhor, de que tudo quiz advertir a Vossa Mercê para que conforme a isso e ao muito que importa trazer a gente, e em particular os capitães, contentes, e a boa ajuda que em D. Manuel poderá ter, se haja com elle de maneira que se em outro tempo houve entre Vossa Mercê e elle algum dissabor, cesse agora de todo, pois estando o serviço de Sua Magestade de permeio, de que Vossa Mercê é tão zeloso, n'elle só se deve occupar todo o cuidado e lembrança, como eu de Vossa Mercê e do seu bom entendimento e animo confio.

Vae por Capitão do outro galeão D. João da Silveira, que tambem para isso tirei da prisão em que estava, e o hei da mesma maneira por encommendado a Vossa Mercê, e lhe affirmo que tambem a mim me tem lá, porque em Vossa Mercê e n'essa armada trago de contínuo o cuidado todo, e tenho mui certa confiança em Nosso Senhor, que ha de dar a Vossa Mercê muitas victorias, com ella, pelas quaes lhe deverá Sua Magestade fazer muitas mercês e acrescentamento. Nosso Senhor, etc.—De Goa ao 1.º de abril de 1621.

Estando carregados e despedidos para partir para essa Fortaleza estes dois navios de particulares, me foi dada a carta de Vossa

Mercê, de 14 de agosto, em que me avisa do estado em que as cousas d'essas partes ficaram com a occasião do forte que foi fazer a Queixome.

O Capitão D. Francisco de Sousa e o Védor da Fazenda me escreveram o mesmo, e tudo eu antevi e adverti a Vossa Mercê, e fora justo e divido que o considerára antes de pôr mão n'aquella obra, e não fiar tanto de si, com os seus trinta annos que não sonhavam de vir ao mundo quando eu tinha muitos de experiencia e do serviço de Sua Magestade n'estas partes, que se persuadissem, como me dá a entender, que podia emendar o que os meus setenta lhe escreviam e advertiam em materia tão grave e tão occasionada, aos grandes trabalhos e riscos a que está exposta essa Fortaleza, e tudo o mais d'esse estreito, mórmente quando a ordem de Sua Magestade, ao menos na carta que depois de haver partido essa armada, do Reino, escreveu sobre a dita obra, dava logar para na execução d'ella se ter consideração ao tempo e estado das cousas.

E ainda quando o não dera, nem por isso ficavamos desobrigados de a ter e de proceder como ellas mostrassem que mais convinha ao serviço de Sua Magestade, e tudo Vossa Mercê quiz tomar sobre si, não suppondo, como devêra fazer que não estava a substancia na fundação do Forte, senão na conservação d'elle, e que não convinha empenharmo-nos em o fazer sem estar prevenidos, e certo o que se requeriria para o sustentar, e a Ormuz, no trabalho em que estava certo que com isso se havia de ver, o que lhe escrevi, e a grande falta que aqui se padecia de gente, e os muitos meios com que procurei havel-a para os galeões, e por elles não bastarem me valí dos homisiados que foram n'elles, como se faz tambem no Reino, onde é mui differente e mais facil remediar esta falta, tirando-os dos troncos para se accudir ao serviço de Sua Magestade, e que de dinheiro e tudo o mais era a impossibilidade e falta maior do que se podia encarecer, e no ponto em que a obra do Forte se começasse, havia de cessar o commercio da Persia, e faltar o rendimento d'essa Alfandega, que de cá se não podia supprir, pois ainda para as armadas ordinarias d'esta costa é necessario andar mendigando por não faltar de todo esse pouco rendimento que as cáfilas trazem a esta Alfandega de Goa. E a obrigação do officio que Vossa Mercê tem, consideração de tudo isto, se havia de exercitar em primeiro logar, ainda que lh'o eu não tivera advertido, porque de outra maneira só acaso se póde ter algum bom successo, e os ruins, de que Deus nos livre, estão mais certos.

Alem d'isto escrevi a Vossa Mercê, em janeiro passado, que se viesse aqui com a armada em abril para passar n'aquella monção

á costa de Choromandel, d'onde era avisado que andavam tres naus de Dinamarca, mui destroçadas e faltas de gente, as quaes seria facil tomar, e com seguir n'aquella costa outros effeitos de muito serviço de Sua Magestade, escoltaria aqui, no tempo em que costumam vir, as naus do Reino, para as assegurar dos inglezes, que vem na mesma conjuncção.

E ainda que ficou destroçado dos com que pelejou em Jasques pudera vir-se cá concertar e apparelhar, e melhor que em Ormuz.

E depois lhe tornei a escrever que viesse invernar a Mascate ou Teve para em setembro poder ser n'esta costa para o mesmo effeito de assegurar as nossas naus que costumavam vir uma e uma, e a um Viso Rei, que podia vir, como ora vem, n'ellas, e pelejar com os inimigos, e pôr-nos em reputação com os vizinhos, e tornar ao estreito no mesmo tempo em que os inglezes o fazem, offerecendo-lhe eu que acharia aqui mais dois galeões para acrescentar a sua armada e um d'elles para sua pessoa, e paga para toda a armada, ainda que para isso me empenhasse.

E nada d'isto lhe pareceu fazer, podendo d'isso resultar muito bons effeitos, pois lhe não podiam escapar estas naus inglezas, que em Teve e na ...... invernaram, e tomar-lhes a presa, que fizeram na galeota que vinha de Mombaça, e pelejar com as mais que n'esta monção vieram e se me avisa do Norte, que passaram para Surrate.

E vendo eu isto, e que reprova Vossa Mercê mandar-lhe galeões, e assim na monção passada como na carta que ora me escreve me faz tanta instancia por que lhe envie navios de remo, sendo assim que Sua Magestade não mandou a Vossa Mercê para andar n'elles, senão na armada de alto bordo, e ella é a com que se ha de dispor e pelejar com os inimigos da Europa, persuado-me que não quer servir n'ella, e busca modos para a desfazer e se desobrigar, pois é certo que no ponto que se passar aos navios de remo e desamparar os galeões, se hão elles por hi desapparelhar e perder, que é o maior mal que ao serviço de Sua Magestade se póde, n'este tempo, causar.

E, todavia, pondo isto de parte, e tratando do remedio do que está feito, e de o conservar como já agora a nosso credito e reputação convem, fico negociando, ainda que com risco de deixar isto de cá desguarnecido e exposto, ao que o tempo póde occasionar, dez navios dos que tinha para a armada do Malabar para os despedir com toda a maior brevidade possivel e o melhor providos de gente, que puder ser, de que alguns o estão já, postoque do mar e bombardeiros é grande a falta que ha.

E tambem hei de procurar que vão alguns fidalgos para occuparem os logares da guerra, e chamar os que me parecerem mais

aproposito para isso, se a necessidade presente, e significar-lhes eu a obrigação que tem de accudirem a ella bastar para que o façam.

Ficam tambem negociando-se provimentos de biscouto, vinhos da terra, polvora, munições e alguma artilheria, e por não serem os navios de remo capazes de os levar, se assentou que vão em um galeão que tem chegado do Reino, e me dizem que é mui bom navio e novo, postoque não vem bem artilhado; porém, remediar-se-ha aqui esta falta o melhor que houver logar, e determino que parta mui brevemente, por se entender, que, fazendo assim, poderá ir demandar a costa da Arabia, e, arrimando-se a ella, desviar-se dos inglezes, alem de se haver tambem que inda não serão passados ao estreito, por os que de novo vieram se haverem primeiro de concertar e aparelhar em Surrate.

Em como embora chegar o Viso Rei, com os galeões, gente e dinheiro, que traz, deve ir logo outro soccorro mui avantajado, pelo que Vossa Mercê, com o seu grande valor e zêlo do serviço de Sua Magestade, ajudando-se do Capitão da Fortaleza e de tudo o que o tempo der logar se opponha aos inimigos, se houverem ntentado alguma cousa, até o soccorro chegar, que eu confio em Nosso Senhor nos ha de dar muitas victorias d'elles.

Os navios que envio vão a cargo de Simão de Mello Pereira, por assim se assentar e elle se offerecer para se ir achar e servir n'essa guerra, estando nomeado para Capitão Mór do Malabar, onde já o anno passado serviu com grande satisfação.

E eu vim n'isso assim, porque, tirando-se da sua armada os ditos navios, ha de ser necessario prover na guarda da costa do Malabar em differente fórma, e ficar elle de vago, como por ser um fidalgo de tão boa natureza, e que, para tudo o que é servir a Sua Magestade, se dispõe com muita facilidade, como Vossa Mercê deve ter entendido, e em quem me affirmo, que ha de achar mui bom companheiro e ajudador para tudo o que se offerecer, em quanto a necessidade durar.

Os navios vão a seu cargo, até os entregar a Vossa Mercê, a cuja ordem ha tudo de ficar como Capitão Mór que é, e esteja certo que uma só hora se não ha de perder no apresto e breve partida d'este soccorro.

As naus que vieram de novo e são passadas a Surrate, conforme ao que o Capitão de Chaul me tem escripto, são quatro, e, alem d'estas, andam outras tres n'estas costas, que são das quatro com que Vossa Mercê pelejou em Jasques, duas das quaes se vieram pôr defronte da barra de Chaul e outra em Dabul, e esta me escreveu o Feitor d'ali, que era sahida, e se entendia que, em busca das quatro, que vieram de novo, e o mesmo devem fazer as outras duas, de que me pareceu avisar a Vossa Mercê, e dizer-lhe que

em caso que lá vão todas juntas, antes de se achar com soccorro em fórma, com que as possa demandar com mui seguro partido, o não faça de nenhuma maneira, e trate só, em quanto o dito soccorro não for, de se defender e conservar.—Nosso Senhor, etc. De Goa, a 22 de outubro de 1621.

Escrevi a Vossa Mercê por dois navios, que d'aqui partiram em fim do mez passado, respondendo á sua carta de 15 de agosto, e dizendo-lhe como ficam negociando o soccorro que me pediu, o qual vae n'estes navios.

E em dez d'elles, que são tirados da armada do Malabar vae a mais e melhor gente que aqui se póde haver, e os mais em que tambem vae gente, levam provimentos de biscoutos e munições, e estes negociou a cidade, e fez o biscouto, do dinheiro do Consulado.

E vão todos a cargo de Simão de Mello Pereira, que, estando nomeado para Capitão Mór do Malabar se me offereceu para ir n'este soccorro na fórma que lhe ordenasse, pelo que me pareceu encarregal-o de o levar, com ordem para tanto que ahi chegar ficarem os navios e gente d'elles ás ordens de Vossa Mercê. E posto que estava assentado que o galeão que veiu do Reino fosse com os provimentos, todavia, pareceu depois que não convinha que fosse parte, e haver que elle e os provimentos iam arriscados a caír nas mãos dos inimigos, e assim vão nos ditos navios, e convem muito poupal-os quanto for possivel, ao menos em quanto não chegam as naus e galeões que se esperam, em que se diz que vem dinheiro para soccorro do Estado, porque, para poder agora acabar de saír este, foi necessario valermo-nos do dinheiro que o dito galeão trouxe.

O Capitão de Damão, por carta sua, de 20 do mez passado, que escrevia ao Viso Rei, entendendo ser chegado, diz que tinha por novas ficarem em Surrate dez naus vindas este anno da Europa, fóra as quatro que pelejaram com Vossa Mercê, e por outra carta da mesma data escripta tambem de Damão, entendi que eram doze embarcações: nove naus e tres patachos, e as seis vindas d'este anno; e ambas as cartas conformam em que se faziam prestes para passar a esse estreito, de que aviso a Vossa Mercê, para conforme a isso se prevenir e estar em toda boa ordem para que se não possa receber d'elles damno, se lá passarem com todas estas naus; e postoque em caso que assim o façam, não fica a nossa armada de alto bordo tendo partido com ellas, nem convem que se emprehenda cousa em que se não tenha probabilidade de bom suc-

cesso, comtudo me pareceu advertir a Vossa Mercê, como faço, que não deve desamparar os galeões, de modo que fiquem expostos a se perder, antes conserval-os até embora chegar o Viso Rei com os que traz, com os quaes, e os que aqui estão, se poderá ajuntar uma poderosa armada, e faltando esses, tudo se descomporá por falta de poder.

Procurei, que os fidalgos mancebos, que aqui se acham, e os mais que n'esta occasião podiam servir, o fossem fazer, demandando-os para isso, e lembrando-lhes a obrigação que tinham e o que seus antepassados fizeram em occasiões similhantes, e pelos poucos que vão, verá Vossa Mercê o que isto montou.

Muito senti viesse D. Manuel de Azevedo, ficando a guerra aberta, e se eu o puder haver ás mãos, elle sentirá, muito á sua custa, a desordem que fez.

E por Luiz de Brito, meu sobrinho, se me offerecer para ir servir n'essa armada, e elle ser achado em occasiões de guerra e provado bem n'ella, o encarreguei de Capitão do galeão em que o dito D. Manuel foi, em caso que Vossa Mercê se não tenha passado a elle; havendo-o feito, o fosse do outro galeão em que foi D. João da Silveira, que Deus perdoe, e o provi juntamente de Almirante da armada, de que espero que dê boa conta, porque tem valor para isso, e de outro galeão provi a Francisco Moniz da Silva por ser mui bom cavalleiro, e que saberá dar mui boa conta d'elle.

Não tenho que particularisar a Vossa Mercê o que n'esta occasião deve fazer, porque, conforme ao poder com que lá passarem os inimigos e o que se entender de seus desenhos, fará o que mais convier, fazendo conselho com o Capitão da Fortaleza, Védor da Fazenda e as mais pessoas praticas e de experiencia, e assim para isso como para tudo o mais será mui bom companheiro Simão de Mello e se accommodará a tudo o que cumprir o serviço de Sua Magestade, pelo muito grande zêlo que d'elle tem, e facilidade com que se dispõe a servir.—Nosso Senhor, etc. De Goa, a 20 de novembro de 1621.

Por carta de Simão de Mello Pereira, que succedeu ao Capitão D. Francisco de Sousa, que Deus tem, sube do grande aperto em que Vossa Mercê ficava em Queixome, que senti quanto era rasão que o fizesse, porém com Vossa Mercê haver saído d'este trabalho com vida, como confio em Nosso Senhor, que saíria, espero que tudo se restaure, e que por meio de Vossa Mercê e de seu grande valor nos ha de dar satisfação da insolencia com que andam esses inimigos, pelo que Vossa Mercê esteja de mui bom animo, e não

se perturbe, nem o inquiete nenhum successo passado, porque aos bons e maus estão expostas as cousas da guerra.

Fico negociando a toda a pressa o maior soccorro possivel, assim de gente como de dinheiro, mantimentos e munições, e visto ser a necessidade tão grande, de tudo me procuro valer para o poder remediar, e tenho ordenado que de Chaul e Baçaim se faça o mesmo, e ora vae uma nau carregada de arroz, que envio em direitura a Mascate, e um navio de mantimentos, que ficou aqui, dos da Companhia de Simão de Mello e outros tres do soccorro, que se aprestam para ir com gente. E assim ...... com o Capitão Mór que tenho nomeado, sempre hão de chegar a dezeseis ou mais navios, de que me pareceu avisar por estes a Vossa Mercê, para que o tenha entendido e vá, conforme a isso, dispondo as cousas e avisando do mais que se offerecer.—Nosso Senhor, etc. De Goa, a 14 de março de 1622.

Estes traslados de cartas para Ruy Freire de Andrade, se tirou do Registo da Secretaria, por ordem do Senhor Governador para se dar, a s.=*Affonso Rodrigues de Guenara.*

TRASLADO DA CARTA

Nosso Senhor dê a Vossa Senhoria boas festas e paschoas com muita saude para sua pessoa, e bons successos para o Estado.

Não se entristeça Vossa Senhoria, nem tome paixão com o successo de Queixome, porque não podia elle ter outro fim, pois se levantou aquella Fortaleza tão fóra de tempo, como sempre praticámos, e os Senhores do Conselho de Castella querem saber d'elle mais do que nós cá entendemos e vemos.

Nem tenho o feito dos soldados, segundo cá me contou o Irmão Mezanha, por culpavel, porquanto o que queria fazer Ruy Freire era mais acto de barbaro que de christão, mais de temerario que de forte, porque cada dia vemos largarem-se sitios e retirarem-se exercitos sem affronta, e maior prudencia foi concertarem-se com os inglezes, que morrerem barbaramente tantos soldados, sendo certo que mais nos importam a nós vinte soldados, que ao Xá dez mil, e ainda o caso succeder melhor do que eu cuidei.

Vossa Senhoria não tem faltado em nada a Ormuz e em tudo fez o que pôde com muita prudencia, nem o tempo deu logar para mais.

A Fortaleza está segura, e Vossa Senhoria manda bom Capitão para a armada, e da reformação de Queixome não ha que tratar,

nem agora, nem nunca, porque, tendo nós poder no mar, nunca nos podem impedir fazermos agua em ilha tão grande, e não o tendo, o successo tem mostrado que a Fortaleza sempre será de mais prejuizo que de proveito.

E ainda que todas estas cousas sejam mui presentes a Vossa Senhoria, quiz eu que entendesse Vossa Senhoria que estava eu do seu parecer, como sempre n'esta materia estive, e a culpa de tudo teve-a Ruy Freire, que, pela gloria de fazer uma Fortaleza, empobreceu o Estado, e por a querer defender, desemparou a sua armada.

Sua Magestade devia de fiar muito de nós que cá estamos, e não tanto dos ministros de Madrid, que não podem saber tanto d'estas partes como nós.

As minhas sesões, ainda que vão sendo mais toleraveis, comtudo eu vou enfraquecendo cada vez mais e tendo maior fastio, e confio do Senhor que me ha de dar vida e saude para o servir, e tambem para não faltar no serviço e amizade de Vossa Senhoria, a quem Nosso Senhor guarde como desejo ...... Sabbado, 5.

O Doutor Bento de Baena Sanches, do Desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu desembargador da Relação de Goa, e Ouvidor Geral do Civil com alçada, e juiz das justificações em estas partes da India, etc. Faço saber a quantos esta minha Certidão de justificação virem que o signal acima ao pé da carta é de D. Frei Christovão de Lisboa, Arcebispo Primaz que foi d'este Estado da India, segundo me constou da fé do escrivão que esta subscreveu, polo que o hei por justificado e para certeza dello se passou a presente. Dada em Goa por mim assignada e sellada com o sello das Armas Reas, aos 29 dias do mez de dezembro de 622 annos. Pagou d'este, com papel, 25 réis e de assignar, 4 réis. — Manuel Preto, o fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo, ex-causa. = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

A qual carta vae aqui trasladada da propria, bem e fielmente, na verdade, sem accrescentar nem diminuir cousa que duvida faça, que foi tornada á parte a que me reporto. E este traslado vae concertado com outro official abaixo assignado no concerto. Goa,

hoje, aos 30 de dezembro de 1622. Pagou d'este, com papel, 45 réis, etc. — Manuel Preto, o fez escrever. = *Manuel Preto, Francisco de Azevedo.*

PETIÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Jorge de Albuquerque que a elle para descargo do governador Fernão de Albuquerque, seu Pae, lhe é necessario o capitulo de nma carta de Simão de Mello escripta ao mesmo governador, em que lhe dizia que até chegar o soccorro estava provido para poder defender a Fortaleza de Ormuz. Pede a Vossa Excellencia mande que da Chancellaria onde a dita Carta hade estar se lhe dê copia authentica do dito Capitulo. E receberá mercê.

DESPACHO

Dê-lho o Secretario, do que constar. Goa, a 24 de abril de 624. = *O Conde.*

CERTIDÃO DE UMA CARTA

DE SIMÃO DE MELLO

Affonso Rodrigues de Guenara, Escrivão da Camara de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado da India: Certifico que em uma das cartas que Simão de Mello Pereira, Capitão que foi da Fortaleza de Ormuz, escreveu d'aquella Fortaleza ao Governador Fernão de Albuquerque, em 7 de fevereiro de 1622, ha um capitulo do theor seguinte:

> Detive o navio em que mandava esta carta até hontem que foram 6 do mez, em que tive uma carta de Ruy Freire, cujo traslado mando a Vossa Senhoria, e da outra carta que me tinha escripto, do estado em que estava o Forte, e tendo D. Gonçalo da Silveira posto dez navios com quinze embarcações pequenas junto ao Forte, e das naus, quanto póde ser, de S. Pedro a essa fortaleza, se não quiz embarcar sem se lhe mandar o assento feito d'isso, de que tambem mando o traslado a Vossa Senhoria, tendo

por sem duvida que na fórma que o Capitão Mór ordenou embarcar-se não podéra ser senão com se afogarem a mor parte de soldados, e quando isto não seja hão se de entregar a partido aos inglezes.

Mandou-me pedir mais, que mandasse uma embaixada ao Inglez, ao que eu não quiz vir, por entender não convinha. Do que mais succeder avisarei a Vossa Senhoria, por navios que aqui ficam para irem uns após outros, e posto que Ruy Freire diga nas suas cartas, para tambem eu ter trabalho com os inimigos que hão de vir a esta Fortaleza, eu me apercebi para isso, tendo recolhido n'ella tudo o que foi possivel, mas não entendo assim, antes, pelas vigias que tenho, me affirmo terem a seda dentro nas naus e a lavrada estão carregando no Comorão.

Sobretudo Vossa Senhoria proveja, como lhe parecer que é necessario, para as faltas que esta Fortaleza tem, não lhe dando pena alguma o perigo d'ella, nem ainda, confio em Deus, ponham pés n'esta Ilha, persas nem inglezes. Elle guarde a Vossa Senhoria, etc. Ormuz, 7 de fevereiro de 1622.=*Simão de Mello Pereira.*

A qual carta está n'esta Secretaria e d'ella se trasladou aqui o dito capitulo, por o Senhor Conde Almirante, Vice-Rei o mandar pelo seu despacho atrás escripto, em cuja virtude lho dei, e á dita carta me reporto.—Salvador Gonçalves a fez, em Goa, a 27 de abril de 1624.—Diz a entrelinha atrás «digo».=*Affonso Rodrigues de Guenara.*

ROL DOS PAPEIS, CERTIDÕES, CARTAS SOBRE ORMUZ

Uma certidão de Manuel Coelho Netto, da conta do Almoxarife Antonio Rodrigues Victoria;

Uma certidão de Antonio Saraiva, escrivão da matricula geral;

Uma certidão do Secretario;

Um mandado sobre a gente para os galeões, de pregão, outro pregão, mais outro pregão mais.

Carta:

Uma de D. Francisco de Sousa, justificada;

Outro traslado da Secretaría, de seis cartas que o governador mandou a Ruy Freire sobre não se metter em Queixome;

Uma carta do Arcebispo, justificada;

Um traslado de uma carta de Simão de Mello;

Outras cartas:

Uma carta de Manuel Borges de Sousa: não está justificada;

Uma carta do Védor da Fazenda: não está justificada;

Uma carta ou... de um frade por nome Frei João da Conceição: não está justificada.

CARTAS

DO VÉDOR DA FAZENDA DE ORMUZ

Não serei comprido pelo ter feito muitas vezes, e não haver de novo mais que o que se tem relatado a Vossa Senhoria.

Ficamos a pique com o edificio que Sua Magestade manda se faça em Queixome, e só se esperou partissem estas embarcações para se lhe tomarem alguns marinheiros, e tambem rendesse a Alfandega, e parece nol-o mostra o Senhor por cousa milagrosa virem embarcações para se poder effectuar um bem tão grande como será este, e Ormuz desopressando do jugo que padecia.

E os persianos ficarão tambem desenganados, vendo feito o edificio.

Entendo será facil tornar-lhe, depois d'elle feito, a ganhar Arabia por não estar da banda da Persia, onde lhe fôra mais facil ser soccorrido dos persianos que hoje a senhoream, pela pouca força que tem mettido n'ella.

Estão feitos onze navios e um terranquim que levará quinze soldados. O Capitão da Fortaleza e o capitão mór pretendem mais navios que entendo não será possivel.

Leva mais a galé e os dois galeões mais pequenos, a saber: o que Vossa Senhoria mandou em maio de 620, e a urca *Conceição* que trouxe Pero de Mesquita que Deus perdoe, e para terra quatro estancias, a saber: os capitães dos quatro galeões, o Capitão Mór Balthazar de Chaves, Gaspar Pita de Almeida, Fernão Rebello, com melhoria de trezentos soldados para defensão dos que fabricarem o edificio.

E, ... será necessario muito para a grande despeza, mas o Senhor nos tem mostrado grande animo, e juntamente haver bom rendimento n'estes mezes de março e abril.

E, assim, se pagou o quartel que acabou por fim do anno, n'este mez de março, a mil e duzentos homens, que despendeu um bom pedaço, e o mesmo despendêra este que se acabou por fim de março para se embarcar a gente; e não me valha o Senhor

se um só mez que se deva de mantimentos ao mais triste coitado se não motinam logo todos, como antigamente costumavam fazer os tudescos. Não passo avante n'esta materia, que é necessario muito de Deus para soffrer tão grande jugo.

Provi os almazens de muitas cousas, principalmente muito arroz que achei em bom preço para os muitos marinheiros, que ordinariamente andam oito, dez navios, fóra os galeões.

O navio que Vossa Senhoria mandou em abril da era passada, de soccorro, que foi dar no Simde, mandei trazer e desempenhar por cousa de 400 pardaos de larims, que fez de gastos, porque estava empenhado, aqui como digo, o tenho; a Mascate e a Soar mando agora, n'esta companhia, 3:000 de larims, 2:000 a Mascate e 1:000 a Soar consume esta Fortaleza, e assim se acudiu ás ordinarias, posto que não todas por emcheo de todos os que as tem, entendo *(sic)*...

Trazendo Deus a nau de Dabul e outra dos mouros de Chaul, que se diz virão, será o anno de mais rendimento que os passados, e em verdade tenho visto por cousa milagrosa como atrás digo, e assim entendo se fará o que pretendemos, com o favor de Deus.

Depois de ter esta feita, indo para lhe dar fim, amanheceu na bahia o navio de João Rodrigues de Faria e me deu a de Vossa Senhoria, feita em 12 de março; e diante de Deus que havia dois dias tinha dado o dinheiro a André Coelho e a Gaspar Vogado, debaixo de todo segredo como o tinha escripto a Vossa Senhoria.

Se o Senhor João de Brito, que Deus tem, fôra vivo, me accreditára com Vossa Senhoria, porque me fez Deus mercê de me fazer pontual e não saber mentir; pelo que se cem mil mortes se me offereceram, todas me pareceram pouco em comparação de sustentar pontualidade e verdade.

E, assim, poderão dizer estes dois homens como tinham já o dinheiro, um, havia tres dias, e outro, dois; e a de Vossa Senhoria amanheceu hoje 20 de abril.

N'ella me diz Vossa Senhoria, apresta dois galeões; verdadeiramente que não fiquei homem, sendo assim que tenho escripto a Vossa Senhoria que se paga melhoria de mil e duzentos homens cada quartel, e que não é possivel um só mez ficarem sem se lhe darem mantimentos e quarteis como tenho feito do dia que puz os pés n'esta terra até o presente, não faltando mez ou quartel, e é o menos que as despezas d'esta fortaleza, obras, hospitaes, ribeira, e tanto que me forro de o dizer.

E vindo os dois galeões que de presente não são de nenhum effeito porque para o edificio sobeja a gente que ha na terra, que nos doze navios ha melhoria de trezentos homens e em terra

esteja para guarda dos fundidores outros tantos, e cousa de cincoenta nos patachos e galé que hão de assistir na paragem onde se hão de abrir os alicerces, *ergo* ficam ainda n'esta Fortaleza de quatrocentos e cincoenta para quinhentos, e os navios que hão de accudir a uma parte e a outra, que os galeões que passaram em outubro podiam servir para impedirem aos rebeldes o commerciarem, mas hoje que é estarem aqui maio até novembro, dezembro, que é o tempo em que os rebeldes que passam como tem feito depois que n'esta terra estou, haja Vossa Senhoria que impossibilitarão esta Fortaleza e ainda o estado que cá passaram alguns navios a respeito mais das esquipações que da gente da guerra fôra difficil, posto que nos fez Deus tanta mercê que parece é servido se faça, como atrás digo, o edificio.

Ha marinheiros para os onze navios e o terranquim que digo, e outro que se arma para levar o dinheiro dos mercadores ao Simde por um requerimento que o Capitão me mandou fazer e assim com estas naus se preparam de marinheiros.

Tenho escripto comprei dois mastros grandes e verga grande de duas naus que se perderam, e outras antenas e assim estão os galeões para fazerem viagem, e o patacho que Vossa Senhoria mandou aventicado *(sic)* de melhores mastros.

A capitania entendo não tem calses tambem como convém; um que na terra havia, comprei; e mandei, como tenho escripto, tirar cinco ancoras que me trouxeram de oito ou nove que haviam largado em Jasques, na occasião da briga, e ainda tenho esperanças de tirar as quatro.

Madeira de teca é mais barata n'esta Fortaleza que em Baçaim, a 6 larins compro a tábua de 10 covados, e a 4 larins tinha comprado outra partida, de um homem de Gaspar Pereira, capitão de Baçaim, a quem as comprei a 6 larins.

E estas que digo que podiam ser perto de duzentas tábuas tinha comprado a 4 larins cada uma, e ...... as tinha o Feitor na Ribeira, as tomou o Capitão da Fortaleza para suas embarcações, de modo que a 6 larins não faltam na terra.

Algumas antenas e quantidade de bambus para arcos de pipas, e duzentas corjas de cotinias, serão as cousas de que hoje poderemos ter mais necessidade, posto tenho comprado cousa de cem corjas com que se remediaram os galeões quando foram para Jasques e as que vem todas tomo porque tendas, traquetes, vélas de correr e outras cousas semelhantes despendem muitas.

Os dois galeões, capitania e almirante, que são galeões possantes e bons, fui de parecer os mandassem a essa côrte por entender receberiam muito damno, estando o Capitão Mór em Jasques e elles n'esta bahia onde cada momento tenho cem mil

sobresaltos, que foi o mais tormentoso anno este de que se accordam os antigos haver em Ormuz.

E, assim, caíu a alfandega toda e muitas casas, e me areceo que tanto que o não virem *(sic)* desapareçam todos os que tem a cargo, e venham dar consigo em terra. Não vê o Capitão Mór isto, dizendo-me Sua Magestade o mandára assistisse n'esta Fortaleza e estreitos d'ella, não podia fazer nada de si sem especial ordem de Vossa Senhoria, e assim me aquietei como tambem pelas idades sua e minha serem tão deseguaes, contemporisando em quanto meus pecados me tiverem d'esta banda, pois não é Vossa Senhoria servido de ouvir minha petição.

Fez-se na canella que ficou, que eram seiscentos e quarenta e quatro fardos, 9:066 pardaos de larins pela maneira seguinte:

Venderam-se seiscentos e vinte e seis fardos á rasão de 72 pardaos de larins o bar, e de dezoito fardos, que foram os derradeiros, a 80 pardaos.

Fizeram-se bares, em todos, seiscentos e quarenta e quatro cento e vinte, e cinco bares e meio e seis mãos, de que se pagou ao corretor ou a corretores, a um por 196 pardaos e ao juiz do peso 35 pardaos, e 10 pardaos com que comprou um caixão em que se metteu este dinheiro, e aos a mais que a levaram ao peso e enfardeladores que a tornaram a enfardar, e esteiras e cordas, porque veio sem esteiras, como a tomaram os marinheiros, fizeram dos fardos o que quizeram, n'estes gastos 31 pardaos. Ficaram liquidos, fóra de gastos de que faço menção, 8:894 pardaos de larins que tantos mando em dois navios, os melhores que no porto estão: um de Antonio de Almeida entregue a seu genro, em cinco sacos, 4:894 pardaos de larins, e no navio em que vae André Coelho da Costa, enteado de D. Diogo de Vasconcellos, quatro sacos em que vão 4:000 pardaos de larins que fazem a dita quantia de 8:894 pardaos de larins a entregar a Duarte Borges Picôto, meu primo, para que os va carregar em receita por ordem de Vossa Senhoria sobre o Thesoureiro Luiz Simões ou quem seu cargo servir, e passe conhecimento em fórma para a todo tempo se saber d'elles e Vossa Senhoria dispor como lhe parecer.

Digo que eram ao todo oitocentos e vinte e cinco fardos os que vinham carregados na carga da nau e os mesmos se contaram quando se metteram na Alfandega, onde estiveram fechados com tres chaves, uma tive eu, e outra o feitor e outra o escrivão da Fazenda.

D'esta quantia vendeu o Dr. Antonio Barreto da Silva, cento e oitenta e um fardos de que levou 1:900 pardaos que entregou ao thesoureiro d'essa côrte.

E não se abriu nunca as lojas em que estava sem se acharem presentes o escrivão e o lingua da Alfandega de quem tenho bom

conceito, de muita idade e rico, a quem encarreguei corresse com a minha chave, abrindo e fechando e vendo o peso e trazendo-me ...... o dinheiro que arrecadava, como melhor se verá d'essa certidão que mando dos officiaes que correram com ella e se cresceu tanto o dinheiro haja Vossa Senhoria foi pola mór vigia que nunca se teve em Fazenda Real, e em verdade me jacto de o poder assim affirmar. — De Ormuz, em 20 de abril de 621. = *Manuel Borges de Sousa.*

A Fernão de Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade e seu Capitão Geral e Governador do Estado da India, etc. — 2.ª via do Védor da Fazenda de Ormuz.

Se Vossa Senhoria não viu carta minha ha muitos dias, me não attribua a culpa, que certo a não tenho por o Capitão me nada fazer saber dos portadores que levassem as suas, e assim escrevi uma, em 21 de fevereiro, a qual tornei a duplicar por duas vezes mandando a Mascate n'um terranquim que foi tomado dos piratas, de mais do infinito trabalho e pouco gosto que o tempo tem causado por meus grandes peccados.

Em 20 de fevereiro, segundo domingo da quaresma, se apossaram os vassallos do Xá e o inglez, da cidade de Ormuz sem lhe custar sangue.

Pondo os pés em terra, se lhe largou, recolhendo-se todos para a Fortaleza, e logo vieram cavando o chão em direitura da Fortaleza até chegarem aos muros, onde os começaram a picar pelo baluarte Santiago, onde metteram polvora por vezes, e deram com elle em terra.

E hoje se tem apossado d'elle no segundo commettimento que fizeram com poder, com mortes de parte a parte, que para nós foi o matarem-nos e ferirem a mor parte da gente.

E não satisfeitos, fizeram outra mina no baluarte S. Pedro, com que tambem deram com parte d'elle em baixo.

O que têem feito, dirão os que ouviram o perigo em que fica por falta de gente, por ser morta em tanta quantidade que me não atrevo a dizel-o.

A barra, os que vão dirão o estado em que fica.

No derradeiro de fevereiro começaram a bater os galeões com peças que botaram em terra, de que foram passados e destroçados de arvores, cascos, enxarcias, vindo lanchas, de noite, com artificio de fogo que puzeram ao galeão *S. Pedro.*

Chegando o fogo ás amarras, cortando-as, se foi com a corrente para a banda de Comarão, com seis peças de bronze e outras tantas de ferro que não foi possivel poderem-se-lhe tirar; estando-

lhe tirando a artilheria, chegaram as lanchas, que da Fortaleza nem galeões o poderam estorvar por não haver navios que lho estorvassem por serem idos seis a levar as gentes, humildes e doentes, a Soar, tendo o tempo mostrado, por meus peccados, se armar com tanto impeto.

Depois de dois dias recolhidos n'esta Fortaleza, chegando os navios a ella se fizessem todos em pedaços, e se fez assento pelos ajuntos capitão, capitães dos galeões, mestres, pilotos, se estavam os galeões capazes de fazer viagem para essa côrte, jurando todos no Missal não estarem para isso assim pela falta de officiaes, como tambem pelo destroço que n'elles havia.

E assentada a determinação que o capitão deve mandar-me, dispuz a tirar a artilheria com a maior pressa que foi possivel. Tinha tirado do galeão *S. Pedro* tres peças de bronze e dez ou onze de ferro, e do galeão *S. Martinho* tirei desanove de bronze, ficando-lhe só uma, e quatro ou cinco de ferro, que estando-lhe tirando foi mettido no fundo pelo muito damno que tinha recebido, e do galeão *Todos os Santos* em que havia vindo D. Manuel de Azevedo, tirei trinta e oito peças de bronze, e do galeão *Victoria* vinte e sete de bronze, e tendo estes dois galeões pegados com terra parecendo-me poderão servir, posto que com muito concerto, vindo uma espia dos inglezes saber se estava gente n'estes dois galeões que estavam em parte d'onde os não podessem levar os piratas, quando se dispuzessem como tinham feito ao galeão *S. Pedro* os não levassem a corrente.

E, logo, com esta nova por se dizer que os inglezes determinavam vir queimal-os, e os vassallos de Xá, com muitas esquadras, quando tomasse a mina fogo, nos commetterem por todas as partes, feitas as diligencias que pareceu, se tornou a fazer junta, se mettesse os dois galeões que haviam vindo d'essa côrte, *Santos* e *Victoria,* no fundo, no mais perto da praia que fosse possivel para que nos aproveitassemos da madeira d'elles, como tambem por se entender eram valhacouto de muitos que não pareciam, como se depois viu, mettidos no fundo.

Recolhida a gente, assim soldadesca como do mar, se foi continuando com o seu provimento que ao tal tempo era muita, e uma morreu e outra muita fugiu.

Folgára ter tempo para o mais declarar, que esta faço com estar lidando com o inimigo, e rebates cada hora. Um Francisco da Silva, filho do escrivão da Fazenda de Diu, andando armado e saindo, em 26 de janeiro, por dois mezes, desapareceu ou fugiu com vinte e cinco soldados; em 22 de fevereiro tambem o fez um Lourenço Alvares Chamorro que andou armado a mor parte do tempo que o Capitão D. Francisco de Sousa serviu,

posto que se desarmou, sendo acabada a armação, e assim foram muitos.

A artilheria que ha n'esta Fortaleza não ha repairo que espere quatro vezes por ser muito grossa e furiosa, e serem os baluartes empedrados, onde rebentam, assim as rodas como tabuões e eixos, e de verdade havia vinte e oito tabuões de angelim mui largos e de 7 e 8 covados, os quaes todos foram poucos para o muito que a artilheria tem jogado, e o que peior é, que os pannos dos muros não têem a fuga n'elles para o repuxo d'ella, e assim se não corre com ella n'elles, e nos baluartes acontece o mesmo, que como são peças furiosas vem parar tanto no ultimo d'elles que não tão sómente desfazem as paredes, mas ainda quebram e se fazem em pedaços e alguns caíram em baixo.

Rodas para as peças que digo e tabuões, serão mui necessarios, se Deus, por sua divina misericordia, por meus peccados o não desemparar, que a gente é pouca e mui attemorisada, e se a armada tardar porá-nos em grande aperto.

Tenho dito n'outras, exgotára tudo.

Só de arroz está a Fortaleza provida, porque até o presunto, do que havia, se tem gastado e vae gastando, e o capitão D. Francisco tinha quantidade, recolhido n'esta Fortaleza, e como se esperava ser a monção a que acostumavam, na entrada do anno, onde tudo vinha, que hoje tem faltado manteiga, carnes, peixe salgado que se manda buscar fóra, e isto mata a gente, pelo que de tudo ha falta.

Biscoito, metteram-se cincoenta pipas nos cinco galeões para o mez de janeiro e fevereiro, assim para a gente de guerra como do mar, e desde que foram a Queixome, e nas armações dos navios se despenderam cousa de vinte, e quarenta que ficaram como se pagou quartel do dinheiro que se tomou na Misericordia, no deposito. Pareceu ora bem se guardasse o biscoito para os doentes que ordinariamente não diziam de oitenta e hoje affirmarei passarem de trezentas. Deus, por sua divina misericordia, nos não desempare. Tambem se foi dando o mez de março, digo parte d'elle, ás estancias, e haverá ao presente cousa de vinte pipas, ainda que se despendem cada dia para a gente nos baluartes, uma pipa com quatro pipas de orraca que comprei n'este navio por preço tão excessivo, que direi, que se vende a canada de tres que larguei de sete que eram, a 5 larins, digo de sete eram a 5 larins. Uma gallinha se vende por 3 pardaos, quando se acha, o mais deixo para os que vão, que como digo não sei se tive tempo para me estender tanto.

Bem sei que quando Deus Nosso Senhor nos sustente, até chegar a armada, minha vida se concluirá que não tão sómente ser o

trabalho e labarinto, como tambem o pouco commodo que ha na terra para quem tem tanta idade.

Vossa Senhoria determine de mandar quem exercer hade o logar que sem duvida estou certo acabarei a vida. Guarde Deus a Vossa Senhoria como póde. De Ormuz, em 28 de abril de 622.= *Manuel Borges de Sousa.*

A Fernão de Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Capitão Geral e Governador da India Oriental, etc.—Do Védor da Fazenda.

CARTA

SOBRE A RENDIÇÃO DE ORMUZ

Louvado seja o Santissimo Sacramento.

Illustrissimo Senhor.—Tenho escripto a Vossa Senhoria, já por tres ou quatro vezes, de minha perdição e outras que lá averá.

E porque tudo o que a mim toca são mercês de Deus, não fallarei agora mais que na de Ormuz, que é mais para sentir e chorar que todas perdas do mundo.

E faço-o porque me temo que como já tudo que é portuguez é falta e descuido, assim não haverá quem queira avisar da verdade.

Ormuz foi despejado de todos os casados por sua livre vontade, sem ninguem os lançar de suas casas.

A Fortaleza foi quebrada com minas de polvora que lhes deixaram passagem para ella, aos 12 de maio, e foi entrada sem nenhuma resistencia, com muita infamia dos que n'ella estavam, pois não se quizeram queimar e lhe puzeram bandeira branca, de que muito se espantaram os inglezes, dizendo muitas deshonras ao Védor da Fazenda e a Simão de Mello, chamando-lhes traidores a seu Rei, os quaes estão em Mascate.

Acharam na Fortaleza quarenta e tantos candis de prata um candil de aljofares, infinito oiro, infinitas fazendas de seda e algodão, drogas e mantimentos, o que tudo partiram irmãmente inglezes e persas.

Ficam quatro naus em Ormuz; as duas foram-se; a gente que escapou mandaram em duas navetas para Mascate.

Isto nos contou, n'este Sinde, um homem que andou com elles toda a monção da guerra, em um navio dos dois pimenteiros que elles tomaram o anno passado em Niquila, o qual homem foi lançado nas monaras d'este porto com cartas que logo foram mandadas por o Mogor.

Aqui tambem vieram ter, este junho, tres navios de Jorge de Sousa, o qual se encontrou n'esse mar arabio com Ruy Freire que fugiu dos inglezes em Surrate e vinha em um navio esquipado com dez ou doze dos seus capitães, o qual obrigou este Jorge de Sousa que o acompanhasse para ir a Ormuz, o que elle fez de boa vontade, mas como em Mascate achou as negras novas, largou-o.

Disseram que ficava elle e Constantino d'Eça, sem se determinarem o que fariam, e Constantino d'Eça dizia resolutamente que não havia de passar de Mascate, porque não trazia ordem de Vossa Senhoria, assim que com esperar novas ordens se perde tudo.

Seja Deus louvado, elle guarde a Vossa Senhoria como lhe peço ...... em Ormuz, 3 de junho de 622. — O ...... de Vossa Senhoria, Frei *João da Conceição.*

Ao Senhor Governador da India que Deus guarde.

CERTIDÕES DOS SOCCORROS ENVIADOS

Ordeno ao Contador de Sua Magestade, Manuel Coelho Netto, que toma a conta ao Almoxarife que foi da Ribeira do dito Senhor, Antonio Rodrigues Victoria, passe certidão de todos os provimentos que constar pelos livros do dito Almoxarife, mandarem-se no tempo do meu governo para provimento e soccorro da Fortaleza de Ormuz, convem a saber quando foi entrar na dita Fortaleza por Capitão D. Francisco de Sousa, em fevereiro ou março de 620, e em abril seguinte por Francisco Ribeiro, e em março e abril de 621, em 2 galeões de que foi por capitão de um, D. João da Silveira, e por capitão mór no outro, D. Manuel de Azevedo, e em novembro seguinte na armada de que foi por capitão mór Simão de Mello Pereira, e em março de 622 na armada em que foi por capitão mór Constantino d'Eça de Noronha; tudo que dos ditos livros constar declaro por sua certidão distincta e declaradamente em modo que faça fé. — Goa, 12 de outubro de 1622. = *O Governador.*

Certifico eu Manuel Coelho Netto, Contador de Sua Magestade, prover os papeis da despeza da conta de Antonio Rodrigues Victoria, Almoxarife da Ribeira grande, e por elles consta mandar o Governador que foi d'este Estado, Fernão de Albuquerque, em tempo de seu governo de soccorro á Fortaleza de Ormuz, dois patachos de que foi por capitão mór Francisco Ribeiro, e assim dois galeões de que foram por capitães D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira e assim mais dez navios da armada de que foi

por Capitão Mór Simão de Mello Pereira, como tudo consta dos ditos papeis e despezas: de que passei a presente por bem do mandado acima.—Goa, 13 de outubro de 622.=*Manuel Coelho Netto.*

Certifico eu Antonio Saraiva de Lucena, escrivão da matricula geral, proverem-se os cadernos da paga e os alardos das armadas do tempo do Governador d'este Estado, Fernão de Albuquerque, e por elles se mostra fazer as armadas que mandou á Fortaleza de Ormuz, de soccorro, pela maneira seguinte:

Em março de 620, partiram quatro navios para a dita Fortaleza em companhia de D. Francisco de Sousa, que foi entrar n'ella com noventa e nove pessoas, em que se dispensaram 942 xerafins, 1 tanga e 40 réis.

E, em 20 de abril de 620, partiu para a dita Fortaleza Francisco Ribeiro, em um patacho com tres navios com cento e setenta e sete pessoas, em que entram os officiaes e homens do mar, em que se despenderam 2.401 xerafins, 1 tanga e 20 réis.

E, em 6 de abril de 621, partiu para a dita Fortaleza D. Manuel de Azevedo, capitão mór, em dois galeões, pagos pela cidade, com duzentas e setenta e oito pessoas, em que tambem entram os officiaes e homens do mar, em que se despenderam 6.753 xerafins, 1 tanga e 40 réis.

E, em 24 de novembro de 621, partiu Simão de Mello, por capitão mór, para a dita Fortaleza com duzentas e noventa e nove pessoas, em dez navios, em que se gastaram 6.409 xerafins, 1 tanga e 20 réis.

E, em 2 de abril de 622, partiu Constantino d'Eça de Noronha, por capitão mór, com quatrocentas e quarenta e sete pessoas, em dezesete navios, em que se despenderam 9.795 xerafins, 3 tangas e 20 réis

E por me ser pedida esta, a passei em Goa, a 23 de setembro de 622.—Francisco Vaz, a fez.=*Antonio Saraiva de Lucena.*

O Doutor Bento de Baena Sanches, Desembargador da Relação de Goa e Ouvidor Geral do Civil com alçada, e Juiz das justificações em estas partes da India, etc. Faço saber aos que esta minha Certidão de justificação virem, que o signal atrás que está ao pé da Certidão, é de Antonio Saraiva de Lucena, Escrivão da Matricula Geral d'este Estado da India, segundo me constou da fé

do Escrivão que esta subscreveu, pelo que o hei por justificado, e para certeza d'elle se passou a presente. Dada em Goa, por mim assignada, e sellada com o sêllo das Armas Reaes, aos 3 de janeiro de 623 annos. Pagou d'esta 20 réis e de assignar 4.—Manuel Preto, a fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.*— Sem sêllo ex-causa. = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

CARTA TESTEMUNHAVEL

SOBRE AS PROVIDENCIAS TOMADAS

D. Filippe, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

A todos os meus corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas de meus Reinos e Senhorios, a que esta minha carta testemunhavel for apresentada e o conhecimento d'ella com direito pertencer: faço saber que a mim e ao meu Ouvidor geral do civil, que, com alçada, e juiz das justificações em estas partes da India tenho, enviou dizer por sua petição Fradique Lopes de Sousa, que a elle lhe era necessario o traslado de uma sua petição e certidão que offerecia, justificada, pedindo-me lhe mandasse dar em Carta testemunhavel por vias, e visto por mim seu dizer e pedir, mandei que lhe fosse passado, e o traslado de tudo de verbo ad verbum é o seguinte:

Diz Fradique Lopes de Sousa, que para bem da justiça dos herdeiros do Governador que foi d'este Estado, Fernão de Albuquerque, lhe é necessario saber-se em que tempo, mez e dia chegou ao dito Governador, carta de Simão de Mello Pereira, capitão da Fortaleza de Ormuz, em como os persas tinham tomado Queixome a Ruy Freire, e o conselho que o dito Governador fez, e em que dia e o que n'elle se assentou sobre o soccorro que se devia mandar á Fortaleza de Ormuz, conforme as posses que o Estado tinha n'aquel e tempo.

Pede a Vossa Excellencia lhe faça mercê mandar ao Secretario de Estado que de tudo o que d'estas cousas constar, e do soccorro que foi, e em que tempo o despediu d'aqui, conforme a data do Requerimento e mais papeis que se deram ao Capitão Mór do dito soccorro, lhe passe Certidão authentica em modo que faça

fé onde cumprir á justiça dos ditos herdeiros. E receberá justiça e mercê.

O Secretario do Estado lhe passe do que constar. Goa, a 2 de setembro de 623. = *O Conde.*

Em cumprimento do despacho atrás escripto do Senhor Conde Almirante, Vice-Rei d'este Estado: certifico eu Affonso Rodrigues de Guenara, escrivão da Camara de Sua Magestade e seu Secretario do dito Estado, que o aviso que de Ormuz se teve de ter tomado o Queixome e os persas haverem entrado a ilha de Ormuz chegou ao Governador Fernão de Albuquerque em 23 de março, e posto que já então se estava aprestando o soccorro para aquella Fortaleza, com o aviso que se havia tido do aperto em que Queixome ficava, comtudo, então, como de ser perdido, e a ilha de Ormuz entrada, se lhe deu mais calor e se lhe acrescentaram mais alguns provimentos, assim de pessoas e officiaes de experiencia, como de embarcações ligeiras que se d'ella pediam, e o dito soccorro partiu a 2 de abril.

Do que, em conformidade do dito despacho passei esta Certidão. — Belchior da Silva, a fez em Goa, a 5 de setembro de 1623. = *Affonso Rodrigues de Guenara.*

O Doutor Bento de Baena Sanches, do Desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu Desembargador da Relação de Goa, e ouvidor geral do Civil, com alçada, e Juiz das justificações em estas partes da India, etc. Faço saber, aos que esta minha certidão de justificação virem, que o signal acima que está ao pé da certidão é de Affonso Rodrigues de Guenara, Secretario que ora é d'este Estado da India, segundo me constou da fé do escrivão que esta subscreveu, pelo que o hei por justificado e para certeza d'elle se passou a presente, dada em Goa, por mim assignada e sellada com o sêllo das Armas Reaes, aos 12 de setembro de 623. Pagou d'esta, 20 réis e de assignar, 4 réis. — Manuel Preto, a fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo ex-causa. — *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

A qual petição e o mais aqui encorporado, vae tudo trasladado do proprio, bem e fielmente, sem acrescentar nem diminuir cousa que duvida faça, que foi tomado á parte. E este traslado vae concertado pelos officiaes ao diante assignados no concertò. Pelo que mando ás sobreditas minhas justiças lhe dêem inteira fé e credito, em juizo e fóra d'elle, e quanto com direito se lhe póde e deve dar, como se daria ao proprio, se apresentado fosse. E esta vae por duas vias: uma só haverá effeito e se cumprirá sómente. Dada em esta minha cidade de Goa, sob meu sêllo das Armas Reaes da Corôa de Portugal, aos 12 dias do mez de setembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1623 annos. El-Rei Nosso Senhor o mandou pelo Doutor Bento de Baena Sanches, do seu Desembargo e seu Desembargador da Relação de Goa e Ouvidor Geral do Civil com alçada, e Juiz das justificações em estas partes da India, etc.

Pagou d'esta com papel, 111 réis e de assignar, 20 réis. — Manuel Preto, o fez escrever = *Bento de Baena Sanches.* — Gonçalo Pinto da Fonseca.

Pagou nada, por ter pago por outra via, e do sêllo, 20 réis. = *Braz Brochado.* No concerto, Manuel Preto. = *Diogo Dias Lobo.*

Somma o salario do Escrivão d'este traslado, a saber: da rasa e papel, 111 réis, d'esta conta, 18 réis. Feita por mim, contador da *Côrte.* Em Goa, 13 de setembro de 623. = *Jeronymo de Frias.*

BANDOS

Ouvi o mandado do Senhor Capitão Mór e Governador da India: Que todos os homisiados de qualquer homisio que seja, excepto sodomia, moeda falsa e heresia, que andarem em terras de mouros ou em qualquer outra parte, lhes dou seguro que possam vir receber quartel para se embarcarem nos galeões que vão para Ormuz a juntar-se com a armada de alto bordo de Ruy Freire de Andrade, com obrigação que do dia que chegarem a esta cidade a tres dias receberão, aliás lhes não valerá o seguro, e do dia e hora que chegarem farão ponto perante o ouvidor geral do crime, e com isto as justiças de Sua Magestade não entenderão com os ditos homisiados, aos quaes se terá respeito em seus livramentos, conforme aos merecimentos de cada um, do successo que tiverem na dita armada. E este bando fará lançar o Meirinho da Côrte pelas ruas publicas d'esta Cidade e se registará na Secretaria e na Relação, para a todo o tempo se saber. — Goa, 13 de março de 1621. = *O Governador.*

Aos 13 de março de 621 annos, por virtude do mandado acima, do Senhor Governador, o Meirinho Domingos Gil Argulho e com elle, eu Domingos de Sequeira, escrivão das execuções, e o porteiro Braz Fernandes, lançámos o pregão nas ruas publicas e acostumadas, conforme o dito mandado, lendo eu dito Escrivão e apregoando pelo porteiro, em altas vozes. E de como lançámos o dito pregão, se fez este termo em que se assignaram o dito Meirinho e o Porteiro, commigo escrivão, de que dou minha fé, que o escrevi. = *Domingos Gil Argulho* = *Domingos de Sequeira* = *Braz Frz.*

Registado. — Affonso Rodrigues de Guenara, no livro terceiro dos Alvarás, a folhas 144, e pagou nada por ser do serviço de Sua Magestade. = *Manuel Leitão.* — Fica registado o pregão atrás, no livro de velludo verde dos Registos e assentos da Relação, a folhas 77.

Ouvi o mandado do Senhor Capitão Mór e Governador da India: que todo o soldado e cavalleiro que anda no serviço, venham logo receber a matricula para se embarcarem para Ormuz, em companhia de Constantino de Sá de Noronha que vae por capitão mór do soccorro, e se lhes pagará a dois quarteis, sob pena divida o que não for e se deixar ficar em terra, e mando a qualquer meirinho d'esta Cidade que lance este bando pelos logares publicos e acostumados d'esta Cidade. — Goa, 9 de março de 1622. = *O Governador.*

Foi publicado o mandado acima do Senhor Governador na fórma acostumada pelos logares acostumados e publicos pelo porteiro Bastião Raposo, com o meirinho Diogo Fernandes, e commigo escrivão de que dou minha fé, hoje, aos 9 de março de 622. = *João Pereira* = *Diogo Fernandes* = *Bastião Raposo.*

Ouvi o mandado do Senhor Capitão Mór, Governador da India: que todo o soldado homisiado que anda embarcado na armada dos aventureiros e com seguro do capitão mór, Antonio de Saldanha, poderão desembarcar e andar n'esta Cidade com o dito seguro, para receberem na armada que vae de soccorro a Ormuz, de que é capitão mór Constantino d'Eça de Noronha, e se lhe terá respeito aos serviços que tem feito e a se embarcarem ora n'este soccorro para os livramentos que pretendem, e assim todo o homisiado que andar na terra firme que se quizer embarcar n'este

soccorro, se lhe dará seguro e se terá respeito em seus perdões a seus merecimentos. E mando a qualquer Meirinho d'esta Cidade que lance este bando pelos logares publicos e acostumados d'esta Cidade de Goa, a 9 de março de 1622. = *O Governador.*

Foi publicado o mandado acima do Senhor Governador pelos logares acostumados, pelo Porteiro, Diogo de Faria, com o Meirinho, Francisco de Oliveira, da Relação, commigo escrivão abaixo assignado, hoje 10 de março 1622 annos. = *Thomé da Costa* = *Francisco de Oliveira* = *Diogo de Faria.*

VISTA

Vista ao Procurador da Corôa para réplica, em 11 de setembro 624.

REPLICA

DO PROCURADOR DA CORÔA

Aos 17 de setembro de 624, n'esta Cidade de Goa, na audiencia que pelo juiz dos feitos fazia o Desembargador dos aggravos Pedralves Pereira, n'ella deu o solicitador del-Rei este feito com a replica ávante, e o dito juiz mandou que fosse vista á parte para treplica. = Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Replicando, diz o Procurador da Corôa, e ......

Provará que, o defunto pae do Réu, foi mui froxo em mandar soccorro para a Fortaleza de Ormuz, tendo novas de como o Xá tinha proposito de entrar na Ilha de Ormuz e pôr cerco á Fortaleza;

Mórmente que:

Provará que, havendo n'esta Cidade novas certas de como Ruy Freire de Andrade estava em Queixome, em grande aperto, e que D. Francisco de Sousa, Capitão de Ormuz, estava muito doente, se foi offerecer Diogo de Sousa de Menezes, ao defunto pae do Réu, que elle como provido da dita Fortaleza, se queria aprestar e ir para o dito Ormuz, no que o defunto não quiz consentir, dizendo que não havia de elle ir para lá;

Provará que, depois de dar o dito defunto a dita resposta ao dito Diogo de Sousa de Menezes, mandou a Simão de Mello Pereira com o soccorro e com vias, mettendo na primeira ao dito Diogo de Sousa, sabendo muito que ao tal tempo estava muito doente e não podia embarcar-se para o dito Ormuz, nem achar-se ahi por tambem o dito Governador lhe não responder em fórma,

o que fez só para mostrar de como ia na primeira via o dito Diogo de Sousa de Menezes, para com isso se desaliviar da culpa que já sabia lhe haviam de pôr;

Provará que, Diogo de Sousa de Menezes é fidalgo mui experimentado em materias da guerra, o qual se estivera em Ormuz quando foi Simão de Mello e succedesse por capitão d'ella, não houvéra de perder a dita Fortaleza nem o Xá a pudéra tomar, ainda que mettêra todo seu poder, porque, sem falta, houvéra de mandar o dito Diogo de Sousa abrir a dita cava e accudíra com muita prestesa a defender a entrada da dita cidade e passagem, entrancheirando-a como era necessario, e por assim ser, o dito defunto foi total causa da tomada do dito Ormuz.

É publica voz e fama.

P. admitt. et just.ª complim.tus or melioris modo j.re ud expensis. = *Mergulhão.*

VISTA

Vista ao Licenciado Manuel da Veiga para réplica, em 18 de setembro 624.

TRÉPLICA

Aos 27 de setembro de 624, n'esta Cidade de Goa, na audiencia que pelo juiz dos feitos fazia o Desembargador dos aggravos, Gonçalo Mendes Homem, n'ella se deu este feito com a tréplica avante e papel junto, e o dito juiz mandou que ficasse o feito em dilação, e citei os advogados para ver jurar testemunhas, protestaram dar papeis e depoimentos em prova e pelos depoimentos das partes ao dito juiz mandou continuar seu protesto. = Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Treplicando, diz o Réu, e cumprindo:

Provará, quando Simão de Mello Pereira, foi d'esta Cidade para Queixome, de soccorro a Ruy Freire de Andrade com dez navios, em 24 de novembro de 621, estava Diogo de Sousa de Menezes para ir em sua companhia, por assim o mandar-lhe o Governador Fernão de Albuquerque, porém elle, Diogo de Sousa, se deixou ficar, fingindo-se doente, sem o estar, na verdade, e assim se entendeu por todos e ser a dita doença fingida, afim de não ir a Ormuz na dita occasião de guerra, e que não era a chamada doença de qualidade que lhe impedisse a dita ida;

Provará que, o dito Governador, não soube que elle Diogo de Sousa se deixava ficar então em Goa, nem se persuadiu a isso por lhe ter mandado que se embarcasse, senão depois que o dito Simão de Mello partiu com o dito soccorro de que se mostrou

muito sentido, e na escriptura das naus do Reino que partiram em fevereiro de 622, deu d'isso conta a Sua Magestade, deixando ao dito Senhor dar o castigo que fosse servido a elle Diogo de Sousa de Menezes pela dita culpa;

Provará, quando o dito Diogo de Sousa de Menezes, foi pedir ao dito Governador o despacho para Ormuz, foi em janeiro ou fevereiro, no qual tempo succedeu ...... n'esta Cidade, o anno de 622, muito depois de ser partido para Ormuz o dito Simão de Mello, por vir nova a esta Cidade, de Chaul, por via de Mascate, que D. Francisco de Sousa ficava ungido e muito mal para morrer, e então lhe disse o dito Governador que não havia de ir entrar na Fortaleza de Ormuz, e que não era para ella, pois não tinha ido quando elle o mandava com o dito Simão de Mello, e sem embargo de lhe ter dado esta resposta, vindo nova certa de ser fallecido o dito D. Francisco, o despachou para ir entrar na dita Capitania de Ormuz, dando-lhe todas as provisões e poderes ordinarios e que se deram aos capitães passados e ainda com mais favor;

Provará que, nunca elle Diogo de Sousa teve tenção nem vontade de ir a Ormuz quando houve guerra, emtanto que, em novembro, quando o Governador o mandava com o dito Simão de Mello, antes de haver novas da doença do dito D. Francisco, foi pedir a Fernão de Crom, que como procurador d'elle D. Francisco lhe impedisse a elle pondo-lhe embargos a ella, tudo a effeito d'elle não ir n'aquella occasião.

Provará, ao tempo que, elle Diogo de Sousa de Menezes partiu para Ormuz em companhia de Constantino d'Eça, que foi em março seguinte, despachado por Capitão da dita Fortaleza de Ormuz, fez petição ao Governador em que lhe pedia o não obrigasse a tomar posse da Fortaleza de Ormuz nem dar menagem d'ella em quanto durava a guerra, como se vê do theor da dita provisão em que está inserta a dita petição, que se offerece.

Provará que tanto se desviava o dito Diogo de Sousa de ir a Ormuz emquanto a guerra durasse, que chegando Constantino d'Eça a Mascate com o soccorro com que partiu d'esta cidade, indo d'ahi com elle para Ormuz, antes de lhe chegar a nova da entrega da Fortaleza, o dito Diogo de Sousa se deixou ficar em Mascate com a sua galeota, varando, e não ir em companhia do dito Constantino d'Eça para Ormuz;

Provará que Constantino d'Eça ao saír de Mascate, se encontrou logo com a gente que vinha nos patachos e mais embarcações que os inglezes lhes deram para sahirem de Ormuz, por bem do que havia ficado na entrega que se lhe fez da Fortaleza, que são 60 leguas de caminho, as quaes se não andam em menos de seis

ou sete dias, e para o dito Capitão Mór ir a Ormuz havia mister outros tantos de mais do tempo que se gastou antes de se embarcarem os perdidos, que quando nada eram quinze dias;

Provará que, por assim ser, por o muito que a dita armada se apressasse em Goa, não podia ser em menos tempo, que tres ou quatro dias, em cujo apresto não houve dilação nenhuma, senão toda a brevidade e pressa que humanamente póde haver, pelo que nunca jámais podia chegar a tempo de poder soccorrer aos cercados em Ormuz, pela brevidade com que se entregaram e o vagar com que o dito Constantino d'Eça foi, indo sempre amainando com os traquetes e se deteve dois dias na Ribeira de Teve e oito dias em Mascate;

Provará que o Governador Fernão de Albuquerque foi mui vigilante e diligente em accudir com provimentos e soccorros a todas as Fortalezas d'este Estado e fazer as armadas, fazendo muito, muito mais do que se esperava, por a rasão da pouca posse que a Fazenda Real tinha n'aquelle tempo e de sua muita idade e poucas forças, pelo que é erro dizer-se que foi froxo em mandar soccorro para a Fortaleza de Ormuz;

É publica voz e fama.

Pede recebimento na melhor via, modo e fórma que ser possa em direito com custas. Dá papeis, certidões, provisões, feitos e mais autos em prova, e protesta a mor cautella por tempo e cartas para Cochim, Diu e Mascate e os mais logares para onde o réu declarar. = *Veiga.*

PETIÇÕES E CERTIDÕES JUNTAS

Diz Jorge de Albuquerque, que a elle lhe é necessario, para bem de sua justiça, o traslado de uma petição que Diogo de Sousa de Menezes fez ao governador, seu pae, para o não obrigar a tomar posse e dar menagem da Fortaleza de Ormuz, em que ia entrar emquanto durasse a guerra, e a provisão que por ella lhe passaram. Pede a Vossa Mercê lh'a mande dar, do Registo da Secretaria em modo que faça fé. E receberá justiça e mercê.

Passe.

Affonso Rodrigues de Gueuara, Escrivão da Camara de Sua Magestade, seu Secretario de Estado da India: Certifico que no Livro quinto dos Registos Geraes do Governador Fernão de Albuquerque, a folhas 49, esta registada a provisão de que a petição acima faz menção, cujo theor é o seguinte:

Fernão de Albuquerque, etc. Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo eu respeito ao que Diogo de Sousa de Menezes,

provido da capitania de Ormuz, diz na sua petição atrás escripta na outra meia folha d'esta e ao que n'ella allega, conformando-me com o parecer dos Desembargadores do Despacho, hei por bem que o dito Diogo de Sousa de Menezes possa passar a Ormuz livremente na sua galeota, a defender aquella Fortaleza, sem nenhuma justiça lho impedir por nenhuma via, e que depois de estar desempedida do cerco que os inimigos inglezes, hollandezes e persianos lhe tem posto, possa entrar n'ella por conta da compra e renunciação do defunto André Furtado de Mendonça, proprietario da Capitania da dita Fortaleza, em virtude de sua patente, papeis e deligencias feitas para isso antes da nova do dito cerco, pagando primeiro á Santa Casa da Misericordia de Ormuz, como procuradora d'esta, os 15.000 xerafins pertencentes ao primeiro pagamento e ficando o dito Diogo de Sousa de Menezes obrigado ao risco do dito dinheiro, até com effeito se pôr na dita Casa de Santa Misericordia d'esta Cidade, com declaração que se dará cumprimento a este Alvará sem embargo de qualquer embargo que se puzer. Notifico-o assim ao juiz dos feitos e Ouvidor geral do Civil e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento d'isto pertencer, e lhes mando que assim o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este Alvará como se n'elle contém sem duvida nem embargo algum. = Diogo de Sousa, o fez em Goa, a 29 de março de 1622. — O Secretario, Affonso Roiz de Guenara, o fez escrever. = *O Governador.*

Diz Diogo de Sousa de Menezes, que elle é provido da capitania de Ormuz, por tempo de tres annos, por compra feita ao Governador André Furtado de Mendonça e lhe cabia ora entrar n'ella, se estivesse desempedida, que não está, antes cercada de inimigos inglezes, hollandezes e persianos, sem se saber do estado d'este seu cerco, e por este respeito não póde, por ora, ter effeito esta sua entrancia nem o pagamento dos 500.000 xerafins a que era obrigado aos testamenteiros do dito defunto n'esta sua entrancia, e se ir ao que vae agora a Ormuz sómente a defender a dita Fortaleza com uma galeota sua com trinta soldados á sua custa e com duas naus suas carregadas de mantimentos e dos provimentos de Sua Magestade e da Cidade. E indo tudo arriscado a ser tomado dos inimigos com grande perda d'elle Suplicante, como tudo é notorio a Vossa Senhoria e a todos, geralmente, pede, portanto, a Vossa Senhoria, havendo respeito á dita notoriedade e não poder entrar por ora na capitania da dita Fortaleza, por conta da compra e renunciação da mercê d'elle, emquanto se não sabe, de certo, estar em nosso poder e desimpedida do dito cerco, para assim poder correr este primeiro pagamento de sua obrigação, com que

o quer obrigar indevidamente a Santa Casa da Misericordia d'esta Cidade, como testamenteira do defunto: haja por bem mandar-lhe passar provisão para que possa elle Suplicante passar a Ormuz livremente na dita sua galeota a defender a dita Fortaleza, sem nenhuma justiça lho poder impedir por nenhuma via, e que depois de ser desimpedida do dito cerco possa entrar n'ella por conta da dita compra e renunciação do dito defunto, proprietario d'ella, em virtude de sua patente, papeis e diligencias feitas para isso, antes da nova d'este cerco, pagando primeiro á Santa Casa da Misericordia de Ormuz, como procuradora d'esta, os ditos 15.000 xerafins pertencentes a este primeiro pagamento, ficando elle Suplicante obrigado ao risco d'este dinheiro até com effeito se pôr na Casa da Santa Misericordia d'esta Cidade. E receberá mercê.

Passe provisão na fórma que pede, visto o que allega, no que se dará cumprimento sem embargo de qualquer embargo que se puzer. Em Goa e março 26 de 622. = *O Governador* = *Pinto* = *Simões* = *Cunha.*

O qual registo da Provisão e petição e despacho acima e atrás, está tudo conforme ao dito Livro a que me reporto, e por me ser pedido o traslado d'elle lho mandei dar. — Belchior da Silva, a fez em Goa, a 24 de setembro de 1624, e pagou d'esta, com busca a quem a fez, 4 tangas. = *Affonso Rodrigues de Guenara.*
Requerido. = *Mergulhão.*

PETIÇÃO

Jorge de Albuquerque quer perguntar, em ajuda de sua defeza pelos apontamentos juntos, testemunhas que se vão para fóra, na causa que se lhe move por parte da Fazenda Real e seus ministros, sobre a perda de Ormuz, e se lhe tem concedido em audiencia podel-o fazer. Pede a Vossa Mercê haja por bem dar-se por citado para as vir jurar. E receberá mercê.

DESPACHO

Citado o procurador da Corôa e Fazenda, se perguntem, e seus ditos estejam em segredo até seu tempo. Em Goa e março 9 de 624. = *Cunha.*
Requerido. = *Mergulhão.*

Que a Fortaleza de Ormuz ao tempo que os inglezes e persas a cercaram, estava mui provida de mantimentos e agua, munições, artilheria, e, no mar, com galeões e navios da armada, com capitão

mór que os ministrava, e havia na dita Fortaleza melhoria de mil e trezentos homens de guerra, portuguezes, capitães, soldados e casados, não permittindo Sua Magestade, por seus regimentos e ordens presidam n'ella mais que setecentos, por se haver ser numero bastante para sua defensão.

Que estando as cousas n'este estado, acima dito, e podendo-se accudir por mar e terra, a defender a desembarcação dos inimigos na dita ilha e Fortaleza, se não tratou d'isso, sendo cousa tão importante, antes se recolheu toda a gente na dita Fortaleza, desemparando a tal desembarcação e cidade.

Que tendo a dita Fortaleza uma cava que a fazia mui defensavel d'ella, e outro sim haver um letreiro do tempo de Affonso de Albuquerque, feito em pedra, que declára que tendo a dita Fortaleza algum trabalho ou cerco, lhe abram a dita cava, com que ficariam seguros, não houve quem tratasse de a abrir, sendo de tanta importancia.

Que a dita Fortaleza de Ormuz se não tomou por escala ou á força de armas ou por falta de gente, mantimentos, munições e artilheria, como fica dito, antes por concertos que houve entre os cercados e inimigos, indo e vindo recados e respostas de uns aos outros, e se vieram assim a conformar em lhes abrirem as portas da dita Fortaleza ao capitão mór dos inglezes, e com festas os receberam n'ella, entrando pelas ditas portas, e não pelos muros, nem roturas d'elles.

Que Constantino d'Eça chegou a Mascate a tempo que ao saír d'elle se encontrou logo com a gente que vinha no patacho e mais embarcações que os inglezes lhes deram para se irem por bem do que haviam ficado na entrega, que são 60 leguas de caminho que se não andam em menos que em seis e sete dias, e ainda sendo o tempo favoravel, e para o dito Constantino d'Eça ir a Ormuz havia mister outros tantos, alem do tempo que se gastou antes de se embarcarem os perdidos, e para tudo se requeriam, quando nada, quinze dias, por muito que a dita armada se pudera apressar em Goa, o que podiam mais tres ou quatro dias quando houvesse alguma dilação, que não houve, e assim nunca se póde querer nem haver, que chegasse a tempo de poder soccorrer os cercados pela brevidade com que se entregaram.

TESTEMUNHAS DE JORGE DE ALBUQUERQUE

A PERPETUO:

Aos 12 de março de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as testemunhas que nos foram apresentadas. Seus ditos e nomes são os seguintes.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Domingos de Sepulveda, fronteiro, de idade de vinte e dois annos, pouco mais ou menos, jurado ao Santos Evangelhos, do costume disse nada, e que se embarca para o Norte.

Ao primeiro apontamento disse ella testemunha, que sabe pelo ver, e se achar no tal tempo na Fortaleza de Ormuz, que ao tempo que os inglezes e persios cercaram a dita Fortaleza, estava provida de arroz e agua em abastança, e tinha artilheria e munições, e polvora muito pouca, e no mar havia galeões e navios da armada com capitão mór que ministrava a dita armada de remo, e na dita Fortaleza havia muita gente de guerra, portuguezes, soldados e casados, e o mais dirá o Regimento.

Ao segundo disse elle testemunha, que estando as cousas no estado sobredito, é verdade que podendo-se accudir por mar e terra á defensão dos inimigos e da desembarcação que fizeram, se não tratou d'isso e se recolheu toda a gente na dita Fortaleza, desemparando a cidade, e assim deixaram a armada e se metteram todos na Fortaleza.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é verdade que a dita Fortaleza tinha uma cava, e ouviu dizer que havia o padrão que diz o artigo, n'ella, e que não viu tratar-se de se abrir a dita cava, como convinha, antes se não abriu.

Ao quarto disse elle testemunha, que a dita Fortaleza se defendeu emquanto pôde, e depois que já se não podia defender, então se entregou, por concerto, aos inimigos, os quaes entraram por um postigo da dita Fortaleza.

Ao quinto disse elle testemunha, que é verdade e o sabe, por vir nos patachos que vieram de Ormuz, que Constantino d'Eça os encontrou a pouca distancia de Mascate, e a gente vinha nos patachos que lhe deram os inimigos por rasão do concerto que se tinha feito, e que inda que a dita armada chegasse ao dito porto, cinco ou seis dias antes do que chegou, já não podia soccorrer a dita Fortaleza e descercal-a.

E mais não disse, e assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.=*Domingos de Sepulveda*=*Francisco Rodrigues Pereira.*

Miguel Gomes, fronteiro, de idade de vinte e um annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada, e que está para se embarcar para o Norte.

Ao primeiro apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar na Fortaleza de Ormuz, que, quando os inimigos e persas a cercaram, estava muito provida de mantimentos de arroz e agua e artilheria, e munições houve té o dia que se rendeu, que já no tal tempo lhe parece que não havia pol-

vora. E havia muita gente que entende seriam mais de mil homens entre casados e soldados, e o mais se verá do Regimento.

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade que estando armada no mar e podendo-se accudir á desembarcação dos inimigos, menos que estavam em terra, nem a armada accudiu a isso, e todos se recolheram á Fortaleza por ordem do Capitão Mór, e os inimigos desembarcaram livremente.

Ao terceiro disse, que não sabe do dito letreiro mais que ouvir dizer que o havia, e que a cava da dita Fortaleza não trataram de a abrir nem abriram.

Ao quarto disse, que na dita Fortaleza houve muita bateria e minas, e os inimigos se fizeram senhores do baluarte Santiago, e por já não haver outro remedio se entregaram aos inimigos por concerto que com elles se fez, e entraram pelo postigo da Fortaleza por bem do dito concerto.

Ao quinto disse elle testemunha, que é verdade e o sabe, por vir em um patacho da dita Fortaleza, que os que saíram d'ella encontraram a Constantino d'Eça com a armada que levava, a pouca distancia de Mascate, e que se diz, que, de Mascate a Ormuz, são 60 leguas, que para se andarem é necessario seis ou sete dias, pouco mais ou menos, e que tantos lhe parece eram necessarios a Constantino para chegar a Ormuz.

E mais não disse, e assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Miguel Gomes* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

D. Antonio da Silva, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, de idade de vinte annos, soldado fronteiro, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada, e que se embarca para o Norte por andar de armada.

Ao primeiro apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar na Fortaleza de Ormuz, que quando os inimigos a cercaram tinha dentro em si arroz em abastança e agua, e não sabe se o dito arroz era del-Rei ou de partes suas, que o havia em quantidade, e tinha boa artilheria e munições, e no mar galeões e navios da armada, e Capitão Mór da armada de remo, e na de alto bordo estava o Almirante, e havia na dita Fortaleza bastante gente para sua defensão.

Ao segundo disse elle testemunha, que a toda a gente se mandou recolher na Fortaleza, e os inimigos desembarcaram com pouco damno da sua gente.

Ao terceiro disse, que a cava da dita Fortaleza se não abriu, e que elle testemunha, sendo capitão de um baluarte, se offereceu por muitas vezes a Simão de Mello para com a sua gente abrir a

dita cava, o que elle não consentiu por lhe parecer que nunca os inimigos chegariam aos muros, e do letreiro não sabe.

Ao quarto, que ao tal tempo estava elle testemunha ferido e abrasado, e de modo que não sabe de nada, porque estava para morrer.

Ao quinto, não sabe por ao tal tempo estar captivo dos inglezes em cujo poder esteve cinco mezes.

E mais não disse; assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *D. Antonio da Silva* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos 12 de março de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as testemunhas que se seguem. — Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Simão Soares Ferreira, fronteiro, de idade de vinte e oito annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada, e que está para se embarcar na armada do Norte.

Ao segundo apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar na Fortaleza de Ormuz, que quando os inimigos quizeram desembarcar em Ormuz havia muita gente mettida nos galeões e outra em onze navios da armada, ou os que na verdade eram, ficando a terra com pouca gente, e desembarcando os inimigos não houve resistencia nenhuma na desembarcação, mais que ao entrar da cidade pouca gente e desordenada que se poz a espingardadas com os inimigos, podendo haver mais gente e com mais ordem, porque estava mettida a gente nos galeões que não foram de nenhum effeito, e se recolheu logo á Fortaleza não sabe por cuja ordem.

Ao terceiro disse que sabe que a cava da Fortaleza se não abriu e foi isto parte d'ella se perder na fórma em que se perdeu, e do letreiro ouviu dizer que o havia, mas não o viu elle testemunha.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe que saíndo Constantino d'Eça, de Mascate, encontrára um patacho que vinha com a gente perdida de Ormuz, e que sabe que de Mascate a Ormuz são 60 leguas, pouco mais ou menos, e o dito caminho se faz, conforme se acha o tempo, ás vezes em quatro dias e ás vezes em seis, e assim pouco mais ou menos conforme o tempo.

E mais não disse e aos mais não foi dado. Assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Simão Soares Ferreira* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Antonio Pacheco Cabral, fronteiro, de idade de vinte e tres annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada.

Ao primeiro apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo na Fortaleza de Ormuz, que quando os inimigos vieram sobre ella tinha mantimentos e agua e artilheria. E soldados tinha a melhoria de mil homens.

Ao segundo disse elle testemunha, que estando as cousas no estado sobredito, Simão de Mello repartiu a gente que havia, em quatro partes, mandando D. Gonçalo com uns poucos de navios a defender a desembarcação aos persas, se tornou sem pelejar com elles, e estando no terreiro ás espingardadas com os mouros, saíndo elle testemunha com outras pessoas que accudiram ao terreiro, perguntando a D. Gonçalo da Silveira a causa de não cometter os inimigos, lhe respondeu que os seus capitães o não seguiram, e depois d'isto se recolheu toda a gente á dita Fortaleza[1].

Ao terceiro disse elle testemunha, que a cava da dita Fortaleza se não abríra nem tratára d'isso.

Ao quarto disse elle testemunha, que ao tempo que houve concertos e por elles se rendeu a Fortaleza, estavam já os inimigos senhores do baluarte Santiago e casa do Condestavel, de onde se não podia já defender a gente, d'elles, que o fazia só com uma tranqueira de saccos de matto e um arco tapado, no qual os inimigos tinham feito uma mina, e outra ao baluarte Cavalleiro e outra a uma cisterna que tinha já vasia. E estando assim, foi João de Mello tratar com inglezes sobre a entrega que se effeituou, e lhes deram entrada na Fortaleza, saíndo-se o Capitão d'ella.

Ao quinto, que elle testemunha ouviu dizer, que o primeiro patacho em que vinha a gente que se saíra da dita Fortaleza, se encontrára com Constantino d'Eça perto de Mascate, e que de Mascate a Ormuz são 60 leguas de caminho, e que se andam conforme o vento e tempo que ha.

E de mais não sabe, e assignou com os officiaes. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. — E que sobre tudo se reportava, ao que tem testemunhado na devassa geral, e mais não disse e assignou. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Antonio Pacheco Cabral* = *Francisco Rodrigues Pereira*

Aos 18 de maio de 624, n'esta cidade, nas minhas pousadas tirámos as testemunhas, cujos ditos e nomes são os seguintes. — Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Manuel de Montoroyo, casado e morador em Chaul, de idade cincoenta annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evan-

1 Esta versão, em que parece transparecer um espirito hostil ao heroico Silveira, é contraditada pela chronica, como vimos.

gelhos: do costume disse nada, e que se embarca para Chaul, ao presente.

Ao primeiro apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar em Ormuz, onde então era casado e morador, que ao tempo que os inimigos inglezes e persios a cercaram, havia n'ella mantimentos e artilheria e munições e galeões e navios da armada e muita gente: casados e soldados.

Ao segundo, que é verdade, que, se não accudiu á desembarcação dos inimigos, nem houve n'isso ordem, e os deixaram desembarcar livremente, recolhendo-se toda a gente á Fortaleza, e só o Capitão Rolim *(sic)*, com uma esquadra de soldados, lhes fez alguma resistencia.

Ao quarto, que a dita Fortaleza brigou com os inimigos até lhe porem dois baluartes por terra e se assenhorearem d'elles, e por terem morto muita gente, e haver outras necessidades, e o que restava e tinham os portuguezes estava minado tudo, e por não haver remedio nem resistencia, se entregaram por concerto.

Ao quinto, que ficou em Soar e não sabe de Constantino d'Eça.

E mais não disse, e assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo o escrevi. = *Manuel de Montoroyo.*

Aos 12 de setembro de 624, n'esta cidade de Goa e nas minhas pousadas, tirámos as testemunhas que foram apresentadas. Seus ditos e nomes são os seguintes.—Diogo Dias Lobo o escrevi.

Manuel Correia da Costa, casado e morador em Ceilão, de idade de quarenta e dois annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada, e que se embarca nas embarcações que estão para partir para Ceilão.

Ao primeiro apontamento disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar na Fortaleza de Ormuz quando os inimigos a tomaram, que na dita Fortaleza havia mantimentos em muita abastança para os soldados, e agua e munições e artilheria, e no mar galeões e navios da armada com seus capitães móres, e que na Fortaleza entre casados e soldados e gente que veiu de Queixome e mercadores que ahi accudiram haveria pouco mais ou menos mil e quinhentos homens. O mais o dirá o Regimento.

Ao segundo, disse elle testemunha, que é verdade e sabe pelo ver que com haver toda a dita prevenção na dita Fortaleza não houve n'ella que estorvasse o desembarcar por mar nem por terra, e os deixaram desembarcar livremente, e logo os nossos se recolheram ao terreiro e d'ali á Fortaleza.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é notorio haver na dita Fortaleza letreiro de Affonso de Albuquerque, que manda que,

havendo trabalho, se abra a cava, e havendo muitas pessoas que faziam a dita advertencia, a não abriram e a deixaram ficar entupida, que foi parte de se ella perder.

Ao quarto disse elle testemunha, que já tem dito haver mantimentos na dita Fortaleza e petrechos de guerra e gente, e que é verdade que viu haver recados de parte a parte entre cercados e cercadores, dizendo que eram concertos. E do mais não sabe.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe por ser notorio, que, quando Constantino de Eça partiu de Mascate, por a logo d'ali perto de Mascate encontrou a gente que vinha de Ormuz nas embarcações que lhe tinham dado os inimigos que ficavam senhores da dita Fortaleza, e que de Mascate para Ormuz se põem ás vezes cinco e seis dias, e ás vezes vinte dias, como a elle testemunha lhe succedeu, e que a dita Fortaleza se entregou a 3 de maio, e não sabe o tempo em que Constantino de Eça chegou a Mascate. E mais não disse e assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.=*Manuel Correia da Costa.*

TESTEMUNHAS DE JORGE DE ALBUQUERQUE COM A FAZENDA

Aos 3 de outubro de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as testemunhas, cujos ditos e nomes são os seguintes.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.

D. Francisco d'Eça, fidalgo da Casa de Sua Magestade, e do Habito de Christo, e casado no Reino, de idade cincoenta annos para cima, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse, que se tratava com o Governador Fernão de Albuquerque, como parente, mas não sabe em que grau, e dirá a verdade.

CONTRARIEDADE:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha que elle veiu do Reino em companhia do Conde do Redondo, e governando o dito Viso Rei este Estado, elle testemunha o viu queixar por muitas vezes, fallando com elle testemunha, que achára este Estado muito falho de dinheiro, artilheria e armadas; isto era queixa geral e commum de todos, e quando o Governador Fernão de Albuquerque lhe succedeu, estava elle testemunha em Diu, e ouviu dizer que ficava, por morte do dito Viso Rei, o Estado na mesma conformidade, e peorado e não melhorado na materia das falhas sobreditas, e que, alem d'isso, ficaram dividas para se irem pagando, e o mais constará dos papeis.

Ao terceiro disse elle testemunha, que, por todo tempo do dito Governador, esteve em Diu, onde andava por Capitão Mór da

enseada, e parte do dito tempo esteve n'esta cidade, e estando ausente ouviu, e presente viu, que o dito Governador mandára fazer as armadas ordinarias e necessarias, accudindo sempre ao que convinha ao bom governo d'elle, sendo assim que havia as faltas sobreditas de dinheiro e petrechos de guerra, e que não vieram no tempo do dito Governador as armadas que costumavam a vir do Reino, e não sabe que o dito Governador fizesse nenhuma finta para fazer as ditas armadas, antes ouviu dizer que todas as vezes que lhe alembrava alguem que seria necessario fazer as ditas fintas, se sentia muito d'isso o Governador.

Ao quarto disse elle testemunha, que no tal tempo estava elle testemunha em Diu, aonde ouviu dizer que o dito Governador mandára aprestar os dois galeões, que diz o artigo, os quaes não foram e não sabe a rasão por que, e tambem ouviu dizer que estavam naus em Surrate.

Ao oitavo disse elle testemunha, que sabe que foram dois galeões a Ruy Freire, dos quaes eram capitães D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira, pessoas que elle testemunha tinha em conta que a dariam dos galeões e mais armada que se lhe entregasse, muito boa rasão, por serem fidalgos, cavalleiros exercitados na guerra, e que tinham dado de si muito boa satisfação em todas as occasiões de guerra em que se acharam.

Ao decimo disse elle testemunha, que não sabe que entender, que entre similhantes pessoas não podiam os ...... causar cousa que os desviasse de servir a Sua Magestade, como tinham de obrigação.

Ao onze, que não sabe do artigo.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe que o Governador mandou Simão de Mello com o soccorro, que diz, para as necessidades e guerra de Queixome, o qual tinha ido o anno atrás Capitão Mór do Malabar, e ouviu elle testemunha dizer que tambem estava nomeado para tornar a ser Capitão Mór do Malabar no mesmo anno em que levou o soccorro, e sabe que o levou e o entregou a Ruy Freire, e sabe que o dito Simão de Mello era fidalgo do qual se cuidava que daria boa conta de todas as cousas que se lhe encarregasse, e assim o cuidava elle testemunha, pelo que do dito Simão de Mello tinha ouvido.

Aos treze disse elle testemunha, que sabe e que viu, que, por ordem do Governador, foram mais dois navios com sessenta soldados, os quaes chegaram tambem a Ormuz a salvamento, e ouviu elle testemunha dizer a muitas pessoas, que tambem de Chaul e Baçaim foram alguns navios para o dito Ormuz, por ordem do dito Governador.

Ao quatorze disse elle testemunha, que sabe, pelo ouvir geralmente, que o dito Governador mandára a Diogo de Sousa, que

fosse na dita companhia de Simão de Mello, e sabe que não foi, e do mais não sabe.

Ao quinze disse elle testemunha, que, em março, veiu nova ao dito Governador, do aperto em que Queixome estava, que foi a rasão que teve para pôr em Conselho o soccorro que lhe mandaria, d'onde resultou nomear-se Constantino d'Eça por Capitão Mór da armada, que d'esta cidade partiu, o qual soccorro foi de galeotas, porque pareceu que, por serem grandes e possantes, fariam melhor viagem, que era o que n'aquelle tempo mais convinha, porque navios pequenos, sempre fariam o caminho com muito risco de arribarem. Do mais do artigo não sabe.

Ao dezaseis, disse elle testemunha, que já tem dito e que sabe que muita gente dos ditos sanguiceis recebeu na dita armada de soccorro, que acima diz.

Ao dezasete, que já tem dito, e que é verdade, que, da dita armada e companhia de Constantino d'Eça arribaram as duas galeotas que diz o artigo, com serem embarcações grandes e possantes, e em que íam pessoas de que se entendia que faziam muita diligencia para passarem, porque eram pessoas que iam com muito gosto ao dito soccorro.

Ao dezoito disse elle testemunha, que sabe que a nova certa da perdição de Queixome e cerco da Fortaleza de Ormuz, veiu ao dito Governador em 23 de março, estando já aprestando-se Constantino d'Eça para ir com o dito soccorro, e por rasão da dita nova se lhe acrescentaram mais navios e particulares para os logares da guerra, e partiu o dito soccorro a 2 de abril, apressando-se a dita armada com a brevidade possivel e que requeria o negocio, sendo assim que o Estado estava muito falho de todas as cousas necessarias.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe elle testemunha, por ser geral e notorio, que na Fortaleza de Ormuz havia tanta gente, que se diz que Simão de Mello, nos seus primeiros dias, pagou mil e tantos homens, e quando se perdeu havia mantimentos, artilheria, polvora e munições, com mantimentos para se defender muito tempo.

Ao vinte artigo disse elle testemunha, que ouviu dizer a muitas e varias pessoas, que, quando o inimigo desembarcou na ilha de Ormuz, não houve quem lh'o impedisse por não estar a cidade entrincheirada, e que sabe elle testemunha, que a cava da Fortaleza se não abriu, que parece que, como cousa tão necessaria, se devia de fazer, porque na guerra se não costumam desprezar os meios com que se vencem os inimigos, ou se sustenta o que os particulares tem a seu cargo.

Ao vinte e um disse elle testemunha, que sabe que a Fortaleza de Ormuz se entregou por concerto, por o ouvir dizer a todos os

que d'ella vieram; mas se os inimigos entraram pelas portas ou pelas roturas do muro, não sabe.

Ao vinte e tres disse elle testemunha, que já tem dito e que sabe que tambem o dito Governador mandou muitos provimentos e munições e cousas necessarias á guerra que havia na dita Fortaleza, e sabe que o dito Governador accudia a tudo com muito cuidado, fervor e diligencia, como pessoa que desejava sustentar este Estado, e dar d'elle a conta que Sua Magestade esperava lhe désse.

Tréplica:

Ao primeiro da tréplica, que já tem dito o que sabia.

Ao quarto disse elle testemunha, que ouviu dizer, que Diogo de Sousa tivera um cumprimento com Fernão de Crom a respeito de D. Francisco de Sousa, dizendo-lhe que não ía a Ormuz com animo de lhe dar perdas, e que se elle ou alguem entendesse outra cousa, fizesse com que lhe impedisse a ida, porque a sua tenção não era dar perda a ninguem.

Ao setimo disse elle testemunha, que ouviu geralmente, que, partindo Constantino d'Eça para Ormuz, de Mascate, encontrára a gente que vinha perdida, e da perdição da Fortaleza de Ormuz com a qual se recolheu outra vez ao dito Mascate.

Ao nono, que já tem dito, e que é verdade que o dito Governador accudia ás cousas da sua obrigação em aprestos e soccorros com mais prestesa e cuidado, que se esperava de suas indisposições e muita idade.

E mais não disse, e aos mais não foi dado. Assignou com o inqueridor. Diogo Dias Lobo o escrevi. = *D. Francisco d'Eça* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Gomes da Silva, fidalgo da Casa de Sua Magestade, fronteiro, de idade de trinta e um annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume: que tem alguma rasão de parentesco com o Réu, segundo ouviu dizer seus paes, e não sabe elle testemunha em que grau.

Contrariedade primeira:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que Fernão de Albuquerque tomou posse d'este Estado e do governo d'elle em 12 de novembro de 619, e que no tal tempo era notorio estar o Estado muito falho de todo o necessario, e haver muito poucos rendimentos nas Alfandegas, pela qual causa o Conde do Redondo tinha empenhado os rendimentos d'esta Alfandega aos homens de negocio, a quem depois o dito Governador pagou, segundo ouviu dizer aos mesmos homens.

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade, que, quando o dito Governador Fernão de Albuquerque succedeu no dito governo, estavam as mais das armadas ordinarias por fazer, e só era feita a do Canará, e se ía aprestando a do Norte, e o dito Governador despediu a armada do Canará e fez a do Norte e a do Malabar em que mandou o Réu, seu filho, e fez a armada do Cabo de Comorim, e mandou soccorro á Fortaleza de Malaca e á de Ormuz, que inda então se não fallava em cerco.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é verdade que o dito Governador em todos os mais annos de seu governo fez as mais armadas ordinarias d'este Estado, e accudiu a tudo que convinha ao bom governo d'elle, e só em todo o seu tempo veiu a nau que trouxe Diogo de Mello de Castro, em dezembro, da companhia do Capitão Mór Nuno Alvares Botelho, que depois foi invernar a Bombai, e não está lembrado que viessem outras naus algumas do Reino, em tempo do dito Governador, mais que as que tem dito e o galeão de Luiz de Moura Rolim, e não veiu nem ouviu que o dito Governador botasse fintas ao povo para o apresto das ditas armadas.

Ao quarto disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador nomeou a D. Manuel de Azevedo por Capitão Mór dos ditos dois galeões, e os mandou pôr na barra e aprestar de artilheria e munições para irem a Ormuz e depois não foram, e não sabe a causa que para isso houve, e ouviu dizer que no tal tempo estavam naus inimigas em Surrate, as quaes logo brigaram em Jasques com Ruy Freire.

Ao quinto disse elle testemunha, que no tal tempo estava elle testemunha em Ceilão por Capitão Mór do Campo; em o dito Ceilão, ouviu dizer em como os ditos dois galeões tinham partido de soccorro ao dito Ruy Freire, bem guarnecidos de gente e petrechos e provimentos.

Ao sexto, que sabe, por ser notorio, que Ruy Freire se foi metter na Fortaleza de Queixome, por ordem do conselho, que se fez sobre isso na Fortaleza de Ormuz, e do mais não sabe, e ouviu dizer que, quando os galeões chegaram a Ormuz, não havia cerco na Fortaleza de Ormuz nem na de Queixome.

Ao setimo disse elle testemunha, que ouviu dizer em Ceilão, onde estava, que, para se negociarem os ditos galeões, se andára prendendo a gente por esta Cidade.

Ao oitavo disse elle testemunha, que sabe que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, um tinha sido Capitão da Fortaleza de Malaca e o outro da Fortaleza de Diu e Chaul, eleitos pelos Viso Reis da India, por serem pessoas benemeritas, e que eram pessoas de bom procedimento no serviço de Sua Magestade.

Ao onze disse elle testemunha, que ouviu dizer que tanto que o dito Governador soube que Ruy Freire estava em Queixome, logo preparou dez navios para lhe mandar, e com effeito lhos mandou por Simão de Mello Pereira.

Ao doze, que já tem dito e que sabe que o dito Simão tinha servido o anno d'antes por Capitão Mór do Malabar com muita satisfação, e o sabe pelo ver e ir em sua companhia até o cabo de Comorim, quando elle testemunha foi para Ceilão.

Ao treze disse, que, ouviu dizer que, por ordem do Governador, foram dois navios de Diu com gente de soccorro á dita Fortaleza.

Ao quatorze disse elle testemunha, que tambem ouviu que o dito Governador mandava a Diogo de Sousa na dita companhia, por ser a pessoa que succedia na dita Fortaleza de Ormuz a D. Francisco de Sousa, e que deixára de ir por adoecer, e que abrindo-se a successão de D. Francisco de Sousa, em Ormuz, se achára n'ella ao dito Diogo de Sousa de Menezes.

Ao quinze disse elle testemunha, que sabe por ao tal tempo estar n'esta cidade, que veiu o aviso só de como Queixome estava em aperto e cercado, veiu ao dito Governador, em março, e que ouviu dizer que no Conselho se assentára, que fosse Constantino d'Eça, de soccorro á dita Fortaleza de Ormuz com navios. No que toca a sanguiceis, sabe por ter ido duas vezes a Ormuz n'aquella monção, que, não lhe era possivel passarem pelos tempos serem grossos e ponteiros, e gastar-se na travessa, trinta e trinta e cinco dias. E que elle testemunha, foi na companhia de Constantino d'Eça, por soldado, em galeotas, as quaes puseram trinta e tres dias em tomar a terra, com grandes necessidades de agua, e os sanguiceis que de cá partiram na mesma companhia, um arribou logo aqui, de 10 leguas ao mar, e dois que foram atrás de patachos, um se perdeu e outro foi a salvamento, por serem embarcações muito pequenas, e alem de que os comêra o mar, não são capazes de levar gente, menos mantimentos necessarios, e só poderão ir a Ormuz na monção de outubro, correndo a costa de Jasques.

Ao dezaseis, que tem dito o que sabe, que com a gente e capitães dos sanguiceis, se fez muita parte do soccorro da armada de Constantino d'Eça.

Ao dezasete disse elle testemunha, que sabe por ir na mesma companhia, que arribaram as galeotas de Julio Muniz e de João da Costa de Menezes, por o tempo ser tão forte que os obrigou a isso, e tal que desaparelhou outros navios de sua companhia e quebrou o mastro á galeota de Diogo Rodrigues Caldeira, e assim era impossivel n'aquella occasião poderem passar sanguiceis, como tambem já disse no artigo acima.

Ao dezoito disse elle testemunha, que a nova da perdição de Queixome e cerco da Fortaleza de Ormuz, chegou a esta cidade, quarta feira de Trevas, a tempo que já a armada se estava aprestando a toda a pressa; e a respeito da nova se acrescentaram alguns navios e algumas pessoas particulares, e com muita pressa se negociou o soccorro e partiu d'esta barra, em 2 de abril, e chegou o dito soccorro a tomar terra da outra costa, a 2 ou 3 de maio, e depois se soube que no mesmo dia se entregára a Fortaleza de Ormuz aos inimigos.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe por ser notorio e pelo ouvir dizer a muitas pessoas que vieram da perdição da dita Fortaleza, que ella se não tomou por falta de gente, nem de munições, nem de mantimentos, porque de tudo estava bem provida.

Ao vinte disse elle testemunha, que sabe por ser geral e notorio, que se não defendeu, aos inimigos, a desembarcação na ilha de Ormuz, nem houve n'ella fazerem-se as mais prevenções ordinarias em semelhantes cercos por se lhe não defender a desembarcação na praia, nem se abriu a cava da Fortaleza em que se dizia haver o letreiro de que o artigo faz menção.

Aos vinte e um disse elle testemunha, que não sabe do artigo mais que ouvir dizer que a dita Fortaleza fôra entregue por concerto, e que o Almirante inglez entrára por uma bombardeira e com consentimento dos de dentro.

Aos vinte e tres disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que o dito Governador accudia a tudo com cuidado e vigilancia, e com mais pontualidade do que se esperava de pessoa tão velha e enferma como era o dito Governador.

Tréplica:

Ao primeiro, que já tem dito o que sabia n'este particular.

Ao segundo disse que a Ceilão onde elle testemunha no tal tempo estava, lhe escreveram que o dito Governador não soube da ficada de Diogo de Sousa, senão depois da partida de Simão de Mello, e que o sentíra tanto que dizia que havia de escrever a Sua Magestade males d'elle.

Ao terceiro disse elle testemunha, que depois descendo de Ceilão, elle testemunha indo a fallar ao dito Governador, saíu, de lhe fallar Diogo de Sousa, porém chegou elle testemunha a tempo que inda ouviu dizer ao dito Governador, que não era Diogo de Sousa o homem que elle havia de consentir que fosse entrar na Fortaleza de Ormuz, por quanto não quizera ir quando elle o mandára, e com palavras asperas despediu o dito Governador ao dito Diogo de Sousa, de que elle se saíu queixando, e vindo depois nova da morte de D. Francisco de Sousa, o dito Governador man-

dou ao dito Diogo de Sousa a servir a dita Fortaleza, e elle testemunha o sabe por irem todos juntos.

Ao quarto disse nada.

Ao quinto, que da certidão e petição se verá.

Ao sexto disse elle testemunha, que o dito Diogo de Sousa chegou juntamente com a mais armada a Mascate, e ali mandou varar a sua galeota e concertal-a, e ao tempo que a mais armada partiu para Ormuz se deixou ficar na dita Fortaleza de Mascate, e a este tempo inda não havia a nova da entrega da Fortaleza.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade que depois de partir Constantino d'Eça, de Mascate, para a Fortaleza de Ormuz aonde ía de soccorro, logo 3 ou 4 leguas de Mascate, encontraram um patacho com a gente que vinha da entrega da Fortaleza de Ormuz, com o que se voltou a dita armada para Mascate, e d'onde tiveram a nova para chegar a Ormuz, haviam mister mais de dez ou doze dias, segundo o tempo que houve.

Ao oitavo disse elle testemunha, que entende, segundo viu por vir na dita armada, que por mais pressa que se lhe desse nunca podiam achar a dita Fortaleza por Sua Magestade, por quanto se entregou, a 3 de maio, e quando encontraram a gente da perdição era em 17 do mesmo mez.

Ao nono que tem dito.

E mais não disse e ao mais não foi dado. Assignou com o inquiridor, Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Gomes da Silva* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Julião Paes, fronteiro, de idade de vinte e quatro para vinte e cinco annos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada.

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe por ao tal tempo estar n'esta cidade, que o Governador Fernão de Albuquerque succedeu no Governo d'este Estado, no mez de novembro de 619, tempo em que era notorio estar este Estado em miseravel estado e com muito poucos rendimentos em suas Alfandegas, e os rendimentos d'esta Alfandega, d'esta cidade, se dizia estavam empenhados aos contratadores, por emprestimos que lhe tinham feito para se pagarem na dita Alfandega.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador, Fernão de Albuquerque, fez sempre as armadas e o mais que convinha ao bom governo d'este Estado, e sabe que houve muita falta de naus do Reino, por em todo o tempo do seu governo chegar só a nau de Diogo de Mello de Castro, e essa muito tarde e com muita gente morta, e n'outro anno um galeão de Luiz de Moura Rolim, e sabe que para negociar as ditas armadas o dito Governador não lançou fintas.

Ao quinto disse elle testemunha, que no tal tempo não estava n'esta Cidade, mas sabe de certo, que, em abril de 621, partiram d'esta barra, por mandado do dito Governador, dois galeões para Ormuz bem aprestados e apparelhados de todo o necessario, e de mais não sabe.

Ao sexto, que de papeis se verá, e que sabe que Ruy Freire deixou a sua armada e se foi metter em Queixome, e, na dita Fortaleza esteve até que o captivaram n'ella os hollandezes *(sic)*.

Ao septimo, que sabe pelo ouvir dizer e ser notorio, que havia muita falta de gente para os ditos galeões, pelo qual respeito se andou buscando e prendendo por justiça, e se perdoou a muitos homisiados para irem na dita armada, e de mais não sabe.

Ao oitavo disse elle testemunha, que é verdade que por capitão dos ditos galeões foram D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira, que eram pessoas de muita experiencia na guerra, e que tinha o dito D. Manuel servido muitos annos em Ceilão, e de Capitão da Fortaleza de Chaul, e D. João tinha ido por Capitão de um galeão ao sul, e servindo de Capitão da Fortaleza de Malaca.

Ao nono disse que ouviu dizer geralmente, que o dito D. Manuel de Azevedo se viera de Ormuz, por ter uma postema aberta e na vida correr na dita terra muito perigo, e tambem ouviu dizer que D. João trabalhára na Fortaleza de Queixome, de feição que de trabalho que n'isso teve, morreu.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe que tendo Simão de Mello servido o anno atrás de Capitão Mór do Malabar, e estando nomeado para tornar a servir a dita Capitania o mesmo anno, foi eleito no Conselho que fosse com o dito soccorro de dez navios a Ormuz, como de feito foi com elles o dito Simão de Mello, e levava ordens para entregar o dito soccorro a Ruy Freire, como entregou.

Ao treze disse elle testemunha, que sabe de certo, que por ordem do dito Governador foram dois navios com gente de soccorro á Fortaleza de Ormuz, mandados da Fortaleza de Diu pelo Capitão d'ella e Védor da Fazenda.

Ao quinze disse elle testemunha, sabe que a nova do cerco de Queixome (veiu) a 8 ou 10 de março, e foi a nova, sómente, de como Queixome estava cercado e apertado, e fazendo-se Conselho saíu n'elle que o fosse soccorrer Constantino d'Eça, e sabe que o dito Constantino d'Eça foi em navio e galeotas grandes, por se dizer no tal tempo não podiam ir sanguiceis por serem embarcações muito pequenas, e que não podiam ir senão á tôa de naus, e ainda as ditas galeotas foram com muito trabalho por serem os tempos grossos e ponteiros, e elle, testemunha, o sabe por ir por Capitão de uma galeota na mesma companhia de Constantino

d'Eça, e mandando-se n'ella um sanguicel sem ir á tôa de outra embarcação, tornou a arribar, e outro, dos que ía á tôa, se perdeu na Arabia por largar a tôa.

Ao dezaseis, que do Conselho se verá e que sabe que foi muita parte de gente dos sanguiceis na dita armada de Constantino d'Eça, e do mais tem dito.

Ao dezasete, que sabe pelo ver, que Julio Moniz e João da Costa de Menezes, capitães de duas galeotas da dita companhia, e navios possantes, arribaram: um a esta cidade e outro a Chaul por não poderem passar por rasão do tempo, e que muito menos poderiam passar os sanguiceis por serem embarcações muito pequenas e que não eram capazes de levar agua e mantimentos que eram necessarios.

Ao dezoito disse elle testemunha, que é verdade que a nova certa da perdição de Queixome e de estar a Fortaleza de Ormuz cercada chegou aqui, em quarta feira de Trevas, estando já aprestado o dito Constantino d'Eça com a dita armada; e com a dita nova, se lhe acrescentou o dito soccorro, mandando-se João Pinto de Moraes por Almirante, e se deu muita pressa á dita armada e de modo que partiu d'esta barra a 2 de abril. E que é verdade e sabe por ser notorio, que a Fortaleza de Ormuz se entregou aos persas aos 2 de maio de 622.

Ao dezanove disse, que ouviu dizer, que a dita Fortaleza no tempo do cerco estava bem provida de gente e mantimentos e os mais petrechos de guerra.

Ao vinte disse elle testemunha, que foi notorio, que se não defendeu aos inimigos a desembarcação na ilha de Ormuz, nem se fizeram outras prevenções ordinarias de guerra, antes largaram a cidade e recolheram á Fortaleza, e tambem deixaram de abrir a cava, sendo assim que se diz que na dita Fortaleza havia o letreiro que o dito artigo diz, e o não se abrir a dita cava foi muita parte de se perder a dita Fortaleza.

Ao vinte e um disse, que foi certo e notorio, que os ditos inimigos inglezes e persas entraram a Fortaleza de Ormuz pelas portas e por concertos que para isso se fizeram, e que a não entraram pelas roturas dos muros.

Ao vinte e tres, que já tem dito das armadas e soccorro que o dito Governador mandou.

Réplica:

Ao sexto da tréplica disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que o dito Diogo de Sousa indo d'aqui com Constantino d'Eça, e chegando todos a Mascate, varou a galeota em que ía, dizendo a queria concertar, e assim se deixára ficar em Mascate, partindo

Constantino d'Eça para Ormuz, antes de se saber a nova da perdição da dita Fortaleza.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade que saíndo Constantino d'Eça, de Mascate, logo no primeiro dia do caminho encontrou um patacho em que vinha a gente da perdição da dita Fortaleza de Ormuz, e que elle testemunha, sabe pelo ver e ir na mesma companhia, que d'ali a Ormuz sabe que são mais de 60 leguas de caminho que a bom andar se ha mister oito dias para lá chegar, e quando encontraram o dito patacho havia já quinze dias que a Fortaleza estava entregue, segundo diziam os perdidos.

Ao oitavo, que é verdade que Constantino d'Eça foi o mais do tempo com os traquetes e com muito vagar, e detendo-se em Teve dois dias para fazer agua e por lhe fugir a esquipação de um navio que tornou a entregar o cheque da terra, e em Mascate se deteve sete ou oito dias para concertar os navios.

Ao nono, que sempre o dito Governador se queixava de não ter dinheiro para os soccorros necessarios, e comtudo fazia o que podia.

E mais não disse e aos mais não foi dado. E assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Julião Paes de Altero* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos 5 de outubro de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tiramos as testemunhas que nos foram apresentadas. — Diogo Dias, o escrevi.

Diogo de Aguiar, fronteiro, de idade de quarenta annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada.

CONTRARIEDADE:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ao tal tempo estar n'esta terra, que o Governador Fernão de Albuquerque tomou posse do Governo d'este Estado, em 12 de novembro de 619, tomando o Estado da India e rendimento das alfandegas d'elle em extremas necessidades, e que não rendiam o que d'antes costumavam a render, em tanto que por não ter dinheiro o Conde do Redondo para accudir ás armadas necessarias, deixou a alfandega d'esta Cidade empenhada aos contratadores em muita copia de dinheiro, que os ditos contratadores arrecadaram depois de o dito Fernão de Albuquerque ter succedido no Governo.

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade e sabe pelo ver, que quando o dito Governador succedeu no Governo d'este

Estado, achou todas as armadas d'aquelle verão por fazer, salvo a do Canará que deixou feita o Conde do Redondo e o dito Governador a despediu, e o dito Governador fez as mais armadas que faltavam, do Malavar e Norte, e mandou soccorros a Malaca e Ormuz.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é verdade que em todos os annos mais que governou, o dito Fernão de Albuquerque fez todas as armadas ordinarias d'este Estado, e accudiu a tudo o que convinha ao bom governo d'elle, sem ter naus do Reino, mais que uma, e o galeão de Luiz de Moura Rolim, e assim pela dita causa estava a India falta de tudo, e com ser assim fez o dito Governador as armadas sem botar fintas sobre os vassallos de Sua Magestade.

Ao quarto disse elle testemunha, que é verdade que tendo o dito Governador logo no anno seguinte aprestado dois galeões para acrescentar a armada de Ruy Freire, faltaram as naus do Reino, e veiu aviso a esta cidade de os inimigos estarem em Surrate para d'ali irem a Ormuz tomar a seda, e foi notorio que a esse respeito os não quiz o dito Governador mandar, por se não encontrarem com os inimigos e correrem perigo, como na verdade, e tendo elle testemunha, que íão muito arriscados se partissem na dita occasião, e não podiam escapar aos ditos inimigos.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que, havendo recado n'esta cidade dos ditos inimigos se terem recolhido a Surrate, e já vindos de Ormuz, aprestou os ditos dois galeões que partiram d'esta cidade em abril de 621, pouco mais ou menos, os quaes levavam provimentos para a dita Fortaleza, e íam mui reforçados de artilheria, e do mais não sabe.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade e sabe pelo ver, que, para o dito Governador negociar os ditos galeões se valeu das justiças que andaram por esta Cidade prendendo a gente, e se lançaram pregões offerecendo perdões aos homisiados, e muitos foram perdoados, e se tiraram da terra firme e do tronco com perdões que lhes deram para se embarcarem nos ditos galeões, e isto por haver muita falta de gente por rasão de não terem vindo aquelle anno naus, e só veiu a nau *Penha de França,* a 14 de dezembro, pouco mais ou menos, e com a gente toda morta e doente, e sabe que o dinheiro de 2 por cento está applicado aos galeões d'alto bordo para se extinguirem os rebeldes.

Ao oitavo disse elle testemunha, que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, que foram por capitães dos ditos galeões, eram pessoas tão benemeritas para o dito logar, que entende elle testemunha, que n'aquella occasião se não podiam achar outros para os ditos logares que melhor fizessem o serviço de Sua Ma-

gestade, e para irem com os ditos galeões foram perdoados de culpas que tinham e degradados para o dito Ormuz, e andarem lá por capitães dos ditos galeões, na fórma que diz o artigo.

Ao onze diz elle testemunha, que sabe pelo ver, que tanto que o dito Governador teve novas que Ruy Freire se mettêra em Queixome, a fazer forte, que n'elle fez logo, tratou de lhe mandar armada de remo e a começou a negociar para o dito effeito.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ir na companhia do dito soccorro, que, em virtude do Conselho que para isso se fez, foi nomeado Simão de Mello para levar o dito soccorro, pessoa que o anno d'antes tinha sido Capitão Mór do Malabar, e aquelle anno estava eleito para o mesmo cargo, o qual sabe que levou ordem e Regimento para entregar, como entregou, o dito soccorro ao dito Ruy Freire, que eram dez navios da armada petrechados com muita soldadesca, e o dito Simão de Mello ficou sobre dito na Fortaleza de Ormuz.

Ao treze disse elle testemunha, que, por ao tal tempo estar em Mascate, que de Diu foram dois navios a Ruy Freire por ordem do dito Governador, com gente e mantimentos, sendo assim que inda então não havia nenhum aperto mais que estar Ruy Freire fazendo a Fortaleza de Queixome.

Ao quatorze disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador na companhia do dito Simão de Mello mandava a Diogo de Sousa de Menezes, fidalgo que estava despachado com a Fortaleza de Ormuz para entrar na vagante de D. Francisco de Sousa, o qual ficou em terra muito doente, e que o sangravam cada dia duas vezes, e sabe que depois se abriu por morte de D. Francisco de Sousa a via que o dito Governador mandou, na qual saíu Diogo de Sousa de Menezes na primeira via, que por se não achar presente se abriu a segunda, na qual succedeu Simão de Mello.

Ao quinze disse elle testemunha, que elle testemunha, de Mascate mandou aviso ao Governador de como Queixome estava em aperto e cercado, o qual podia chegar a esta cidade no tempo que diz o artigo, pouco mais ou menos, e pela experiencia que tem do mar, pelos muitos annos que anda embarcado nas armadas de Sua Magestade, entende que sanguiceis não podiam ir em companhia de Constantino d'Eça, porque as galeotas que foram tiveram muito trabalho na passagem, e por lhe faltar agua, algumas arribaram, e os sanguiceis haviam de ter mais trabalho, posto levassem muito pouca gente, assim de marinheiros, como de soldados, por não serem capazes de levar mantimentos e agua, e dos dois que foram á tôa dos patachos, um que se largou da tôa já á vista da terra se perdeu por o tempo ser muito forte, e outro arribou logo em saíndo d'esta barra.

Ao dezaseis disse, que já tem dito entender ser impossivel irem na dita occasião os sanguiceis, e que sabe, pelo ver em Mascate, ir gente d'elles na mesma armada de Constantino d'Eça, e Sancho de Thobar ir em um navio com os soldados e marinheiros que trazia em um dos sanguiceis em que andava.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe que a Fortaleza de Ormuz se não tomou por faltar n'ella gente nem mantimentos nem artilheria nem galeões nem navios, porque de tudo isto estava tão provida, que se o Viso Rei ou Governador da India, por muitos annos antes entendêra que se podéra pôr cerco áquella Fortaleza, e com muito mais gente, a não podéra ter mais petrechada de todo o necessario para a defensão d'ella, melhor do que estava quando o inimigo a cercou. E assim o entende com Deus e sua consciencia, e pela muita experiencia que tem da India e da guerra, porque tudo o que havia n'este Estado estava na dita Fortaleza, assim de artilheria como de galeões e a melhor gente, e capitães que então havia.

Ao vinte disse elle testemunha, que sabe de certo e por no tal tempo estar em Mascate, d'onde cada dia vinha gente e navios de Ormuz, e elle testemunha, como Capitão Mór da gente da guerra d'aquella Fortaleza procurava saber o que se passava em Ormuz, e assim soube de certo que os inimigos desembarcaram na Fortaleza de Ormuz, sem ninguem lhes perguntar o que queriam, nem haver quem lh'o defendesse, mais que no terreiro da Fortaleza, houve uma defensão pequena depois d'elles terem já entrado a cidade, e assim ficaram senhores de toda ella.

Ao vinte e um disse elle testemunha, que sabe por ser publico e pelas rasões que tem dito, que a Fortaleza de Ormuz se entregou a partido, e os inimigos entraram pelas proprias portas, porque, postoque foram senhores do baluarte Santiago, nunca o foram da Fortaleza, e sempre houve defensão até que se fizeram os concertos pelos quaes se entregou a Fortaleza aos inimigos que entraram pelas portas d'ella.

Ao vinte e dois disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador mandou com D. Francisco de Sousa, quando foi entrar na Fortaleza de Ormuz, quatro navios, e depois foi Francisco Ribeiro com um patacho e dois ou tres navios e os dois galeões, que tem dito, os quaes soccorros foram nos tempos que diz o artigo pouco mais ou menos.

Ao vinte e tres, que já tem dito que o dito Governador mandou as armadas que diz o artigo, alem do que mandou muitos mantimentos e muito biscoito e carnes e boticas e doces, que de tudo tinha mui provida, como já tem dito, fazendo todas as ditas cousas o dito Governador com muito cuidado e diligencia, em tanto que

até a elle testemunha (tinha) ordenado que de Mascate o avisasse do que faltava e se havia mister no dito Forte de Mascate e Fortaleza d'elle para prover de tudo o necessario, e a elle testemunha lhe ordenou por carta sua, que toda a gente que viesse de Ormuz mandasse logo para a India, por aquella Fortaleza não ficar empachada com gente mesquinha, e lhe poder commerciar os mantimentos que depois lhe faltariam, tendo algum trabalho, como se esperava tivesse, e a tudo accudia com mais cuidado e vigilancia do que se esperava de sua muita idade e doenças.

Tréplica:

Ao setimo disse elle testemunha, que no mesmo dia que Constantino d'Eça saíu de Mascate com a sua armada, se tornou a recolher á dita Fortaleza com a gente perdida que vinha nos patachos em que os hollandezes os botaram de Ormuz, e para o dito Constantino de Eça ir a Ormuz, havia mister cinco ou seis dias e outros tantos ou mais tinha posto a dita gente que vinha de Ormuz, alem do tempo que deviam gastar em se embarcar, que deviam ser dois ou tres dias.

Ao oitavo disse elle testemunha, que não sabe mais que entender que Constantino d'Eça nunca podéra chegar a tempo de soccorrer a dita Fortaleza pela muita pressa com que se entregou, por haver muitos dias que a dita Fortaleza era entregue quando elle partiu de Mascate.

E mais não disse, e aos mais não foi dado. Assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Diogo de Aguiar* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos 7 de outubro de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as testemunhas, cujos ditos e nomes são os seguintes. — Diogo Lobo, o escrevi.

Ruy Dias da Cunha, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e casado, e morador n'esta Cidade, de idade de vinte e seis annos, pouco mais ou menos. Jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse que tinha alguma rasão de parentesco, e não sabe em que grau, e dirá a verdade.

Contrariedade:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe pelo ver, e ao tal tempo estar n'esta Cidade, que o Governador Fernão de Albuquerque succedeu no governo d'este Estado ao Conde do Redondo, em 12 de novembro de 619, pouco mais ou menos, sendo assim que no tal tempo é verdade que havia grandes

necessidades no Estado, e a Alfandega estava empenhada pelo Conde do Redondo.

Ao segundo disse elle testemunha, que, quando succedeu o dito Governador, é verdade que estava preparada a armada de Canará para partir, e o dito Governador a despediu sómente, e sabe que o dito Governador fez no dito verão armada para o Malabar e para o Norte, para o Cabo de Comorim, e mandou soccorros a Malaca e a Ormuz, que inda no tal tempo não estava de guerra.

Ao quarto disse elle testemunha, que viu que os dois galeões, que diz o artigo, foram petrechados para a barra aonde estiveram, e o dito Governador os não despediu na dita occasião, e, fallando com elle testemunha, o dito Governador lhe disse que os não mandava pelas rasões que diz o artigo.

Ao quinto disse elle testemunha, que é verdade que os ditos dois galeões partiram d'esta Cidade em abril de 621, levando gente e artilheria, e não sabe os mais petrechos que levavam.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade, que, para se aprestarem os ditos galeões, se andou prendendo gente por esta terra, e se deram perdões aos homisiados da terra firme e tambem se perdoaram outros que estavam no tronco, e isto por faltar gente, e não ter aquelle anno vindo do Reino mais que a nau *Penha de França,* que veiu muito tarde e com muita gente morta.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que Simão de Mello tinha servido o anno antes de Capitão Mór do Malabar, e estava nomeado para o dito logar aquelle mesmo anno, e sabe que foi com dez navios do soccorro a Ormuz, e dois navios mais de provimentos.

Ao treze disse, que sabe pelo ouvir, que mandou Ruy Dias de Sampaio com dois navios do soccorro á Fortaleza de Ormuz e bem guarnecidos de gente, e não sabe se foi por ordem que para isso lhe deu o dito Governador ou não.

Ao quinze disse elle testemunha, que sabe que a nova que veiu em março foi de como Queixome estava em muito aperto, e sabe que os sanguiceis eram embarcações que duvidosamente n'aquelle tempo podiam passar a Ormuz, por ser monção de tempos ponteiros, e que se navega pela bolina, e que elle testemunha foi por Capitão de uma galeota na dita occasião, e que sabe que arribaram logo dois sanguiceis a esta costa e um dos dois que íam á tôa, em a largando, já na outra costa, se perdeu na enseada da Macieira.

Ao dezaseis disse, que já tem dito como era duvidoso passarem os sanguiceis, e que sabe que gente e marinheiros d'elles foram na dita armada, e Sancho de Toar e Jeronimo de Figueiroa foram na dita armada por capitães de navios do dito soccorro em que se metteram, deixando os sanguiceis em que andavam por capitães,

e mettendo-se no dito soccorro com a gente e marinheiros que comsigo traziam.

Ao dezasete disse elle testemunha que sabe que da dita armada arribou Julio Moniz e João da Costa de Menezes com irem em navios grandes.

Ao dezoito disse, que a nova certa da perdição de Queixome e da Fortaleza de Ormuz estar cercada, chegou a esta cidade quarta feira de trevas a tempo, que a dita armada se estava aprestando, e com a dita nova se acrescentaram mais navios e gente e particulares, e com brevidade se acabou de aprestar, e sabe que a Fortaleza de Ormuz se entregou aos inimigos a 2 ou 3 de maio.

Ao dezanove disse elle testemunha, que ouviu dizer que a Fortaleza de Ormuz, quando se perdeu, estava bem provida de gente e mantimentos e artilheria.

Ao vinte disse elle testemunha, que ouviu dizer que occorrêra algum descuido na defensão da desembarcação dos inimigos na ilha de Ormuz, e do mais do artigo não sabe.

Tréplica:

Ao sexto disse elle testemunha, que é verdade que Diogo de Sousa ficára em Mascate ao tempo que Constantino d'Eça partiu do dito Mascate para Ormuz, sem se saber da perdição do dito Ormuz, e que o dito Diogo de Sousa ficára com a galeota, em que ía, varada, perguntando-lhe elle testemunha se havia de ir a Ormuz, lhe respondeu que logo chegaria nas costas da armada.

Ao setimo disse elle testemunha, que no mesmo dia que Constantino d'Eça saíu de Mascate, encontrou um patacho em que vinha a gente da entrega da Fortaleza de Ormuz, e na dita passagem a Ormuz, havia de pôr o dito Constantino d'Eça, para lá chegar, quando nada, dez dias, pouco mais ou menos, conforme ao tempo, que n'aquella monção são os ventos pela prôa.

Ao oitavo disse elle testemunha, que entende não podia, por mais apresto que se désse á armada, chegar ella a tempo de soccorrer os cercados, pela presteza com que se entregaram.

E mais não disse, e ao mais não foi dado, e assignou com o inqueridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.=*Ruy Dias da Cunha.*

E declarou, que sobre estas materias tinha jurado na devassa que se tirou da perdição de Ormuz, e reporta a seu testemunho. E tornou a assignar.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.=*Ruy Dias da Cunha*=*Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos 10 de outubro de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas tirámos as testemunhas, cujos ditos e nomes são os seguintes.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Domingos Lopes de Azevedo, viuvo, morador n'esta cidade, e cidadão d'ella, de idade de cincoenta annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume que é da obrigação do Réu e foi da de seu Pae, e no tempo de seu governo o serviu de seu pagem da campainha e secretario, e dirá a verdade.

CONTRARIEDADE:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que o Governador Fernão de Albuquerque succedeu na governança d'este Estado no tempo que diz o artigo, pouco mais ou menos, e no tal tempo sabe elle testemunha que estava este Estado da India e os rendimentos d'elle em extremas necessidades, e faltava em todas as Alfandegas os seus rendimentos ordinarios e que commumente costumavam render, e os da Alfandega d'esta Cidade estavam empenhados aos contratadores, Francisco Tinoco de Carcavellos, Valentim Garcia e Bartholomeu Sanches, os quaes cobraram todos os rendimentos da dita Alfandega até fevereiro de 620.

Ao segundo disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que quando succedeu o dito Governador n'este Estado, estavam todas as armadas ordinarias d'aquelle verão por fazer, excepto a do Canará, de que era capitão mór Gonçalo Vaz de Castello Branco, que inda que estava feita o dito Governador a despediu, e sabe que o dito Governador fez as mais armadas acostumadas para o norte, Malabar e Cabo de Camorim, e do norte despediu no tempo que diz o artigo, e mandou soccorros á Fortaleza de Malaca e de Ormuz, estando ainda a dita Fortaleza de paz, como dirá a carta de que se faz menção no artigo.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que todos os mais annos do governo do dito Fernão de Albuquerque, fez elle todas as armadas ordinarias e inventou a dos aventureiros que foi grande destruição dos malabares, sendo assim que houve falta das naus do Reino, como é notorio, e esteve este Estado em miseravel estado, por faltas das ditas naus, e comtudo o dito Governador accudiu á sua obrigação sem faltar em nada da sua parte nem se valer de fintas.

Ao quarto disse elle testemunha, que sabe que em fins de setembro ou entrada de outubro de 620, mandou o dito Governador tirar para a barra os dois galeões que diz o artigo, os quaes, tendo-os aprestados de artilheria e munições, esperando as naus do Reino para os negociar de gente, faltaram as ditas naus e juntamente teve o dito Governador nova certa de como os inimigos partiam de Surrate para Ormuz, em novembro, as naus inglezas, a tomar a seda em Jasques, e assim desistiu o dito Governador

de mandar n'aquella monção os ditos dois galeões, porque estava certo encontrarem-se os galeões com ellas, e tomarem-n'os, e sabe que as ditas naus inimigas, no mez de dezembro do dito anno, brigaram com a armada de Ruy Freire de Andrade.

Ao quinto disse elle testemunha, que passada a dita occasião e tendo o dito Governador recado certo das ditas naus serem recolhidas a Surrate, logo tratou de aprestar e despedir os ditos dois galeões que estiveram sempre na barra até partirem para Ormuz, a 6 de abril de 621, levando petrechos e muitos provimentos e artilheria para a armada de Ruy Freire, e o mais se verá das cartas.

Ao sexto disse elle testemunha, que sabe por cartas que viu, tiradas por traslados, da secretaria, em que diz o dito Governador a Ruy Freire que lhe mandou a dita ordem, e o mais, de chegarem os ditos galeões a tempo de poder, o segundo anno, brigar com as naus inglezas, e de ser a total perdição da Fortaleza de Ormuz o largar-se a armada e metter-se em Queixome o dito Ruy Freire, é cousa notoria e entendida das pessoas experimentadas na guerra e na India.

Ao setimo disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que para o dito Governador negociar os ditos galeões, se valeu da justiça que andou prendendo a gente para se estes aprestarem e ir n'elles, e tambem mandou lançar os pregões porque offerecia perdões aos homisiados da terra firme e perdoou tambem a outros do tronco, por haver pouca gente pela falta das naus que não vieram aquelle anno, senão a nau *Penha de França,* a 14 de dezembro, com toda a gente morta, e sómente entrou a cidade de Goa com os rendimentos dos dois por cento do consulado que está applicado para a mesma armada de alto bordo.

Ao oitavo disse elle testemunha, que sabe que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, eram pessoas benemeritas para irem nos dois galeões, como foram, e por assim se entender em Mesa do Paço, foram perdoados de culpas que tinham com obrigação de irem servir na dita occasião a Ormuz.

Ao nono disse, que só sabe por ser notorio e o ouvir, geralmente, que D. Manuel ficára na dita armada de alto bordo e Ruy Freire se mettêra em Queixome, onde D. João da Silveira, no trabalho que teve na ajuda de fazer o dito Forte, adoeceu e morreu.

Ao decimo, que não ouviu dizer que os ditos D. Manuel e D. João tivessem discordia com o dito Ruy Freire.

Ao onze disse elle testemunha, que sabe que tanto, que o dito Governador soube que Ruy Freire estava fazendo o Forte de Queixome, logo tratou de lhe mandar toda a armada que podesse.

Ao doze disse, que sabe que o dito Governador fez conselho sobre o soccorro que devia de mandar, e n'elle se assentou que

se mandasse soccorro, e fosse Simão de Mello com dez navios, que era a metade de vinte que tinha para a dita sua armada do Malabar, em que estava nomeado aquelle anno, e tinha já servido o verão d'antes de capitão mór do mesmo Malabar. E sabe pelo ouvir ao mesmo Governador muitas vezes, que levava o dito Simão de Mello a dita ordem para entregar a Ruy Freire a dita armada e elle ficar por subdito na Fortaleza de Ormuz, e sabe que entregou o dito soccorro ao dito Ruy Freire, em Queixome.

Ao treze disse elle testemunha, que sabe que escreveu o dito Governador a todos os capitães das Fortalezas do Norte e ás cidades que com tudo o que podessem accudissem ao estreito de Ormuz, e sabe que de Diu mandou Ruy Dias de Sampaio, capitão que era d'aquella Fortaleza, e João Vaz Cascão que assistia por védor da Fazenda, dois navios em que disseram irem sessenta homens de paga e se entregaram em Queixome ao dito Ruy Freire.

Ao quatorze disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que o dito Governador na occasião em que ía Simão de Mello, mandou chamar a Diogo de Sousa de Menezes, fidalgo despachado com a Fortaleza de Ormuz e que succedia entrar n'ella a D. Francisco de Sousa, e lhe disse da parte de Sua Magestade, que sua mercê era provido d'aquella Fortaleza para entrar n'ella na vagante do dito D. Francisco, e que fosse em um navio em companhia de Simão de Mello accudir ao que fosse necessario na dita Fortaleza, e sabe que depois de lhe mandar isso o dito Governador, viu o dito Diogo de Sousa, uma vez ou duas, fallar com o dito Governador sobre um navio em que pretendia ir, e não sabe cujo era, e o dito Governador lhe disse que buscasse navio, que lhe daria as ordens que lhe fossem necessarias para o haver, pagando a seu dono, e depois d'isso se disse que o dito Diogo de Sousa adoecêra e em effeito ficou n'esta cidade, e ouviu dizer que morrendo em Ormuz D. Francisco de Sousa, capitão d'aquella Fortaleza, se abriu a primeira via e n'ella se achou o dito Diogo de Sousa, que por se não achar presente se abriu a segunda via em que saíu nomeado o dito Simão de Mello.

Ao quinze disse elle testemunha, que o aviso e nova que veiu ao dito Governador, em 8 de março, foram de como Queixome estava cercado, e logo o dito Governador tratou, em Conselho, o soccorro que lhe devia mandar, e no dito Conselho foi eleito Constantino d'Eça, como se verá do dito assento que d'elle se fez, e que levasse o dito Constantino d'Eça navios, e não sabe elle testemunha que se tratasse no dito Conselho de irem sanguiceis, porque entende elle testemunha que n'aquella monção é cousa impossivel poderem ir sanguiceis a Ormuz com marinheiros e soldados e provimentos para elles, salvo indo á tôa de embarcações de alto bordo como

bateis, e quatro que se deram a Constantino d'Eça, sabe que logo arribou um em que ía Domingos Fernandes o babia d'esta barca.

Ao dezaseis disse, que já tem dito e que para effeito de se negociar o dito Constantino d'Eça se mandaram recolher os sanguiceis para dentro, por se assentar não poderem ir, como se verá do dito Conselho, e muita gente d'elles e marinheiros foram na dita armada, e assim foi Sancho de Toar por capitão de um navio e Jeronymo de Figueirôa por capitão de outro, com alguns dos marinheiros e gente que traziam nos sanguiceis de que eram capitães.

Ao dezasete disse elle testemunha, que é verdade que as duas galeotas que diz o artigo, arribaram na fórma que em elle se declara, por onde se entende que menos poderiam ir os sanguiceis, pois galeotas possantes não poderam soffrer os mares e o tempo, e lhes faltou a agua, e arribaram.

Ao dezoito disse elle testemunha, que sabe que chegou a nova certa da perda de Queixome e cerco de Ormuz, quarta feira de trevas, que era no tempo que diz o artigo, pouco mais ou menos, estando já aprestado quasi o dito Constantino d'Eça com a dita armada, e por rasão da dita nova se lhe acrescentaram alguns sanguiceis e pessoas particulares para a guerra.

Ao dezanove disse elle testemunha, que ouviu dizer geralmente e viu por cartas que Manuel Borges escreveu como védor que era da Fazenda do dito Ormuz, ao dito Governador que na dita Fortaleza havia mil homens e mais, poucos dias antes da entrega da dita Fortaleza, e que havia abundancia de arroz e mantimentos, e nunca houve cartas do Capitão e védor da Fazenda que certificassem haver n'ella falta de cousa alguma.

Ao vinte disse elle testemunha, que é cousa muito notoria que na Fortaleza de Ormuz se não fizeram as prevenções necessarias para a defensão d'ella, nem se defendeu a desembarcação dos persas na dita ilha, nem se abriu a cava da dita Fortaleza.

Ao vinte e um disse, que é cousa muito notoria que os inimigos entraram a Fortaleza por concerto que fizeram com os cercados e pelas portas que lhes abriram e não pelas roturas dos muros.

Ao vinte e dois disse elle testemunha que sabe que o dito Governador mandou todos os soccorros que diz o artigo, e o gasto e gente que fizeram constará por papeis.

Ao vinte e tres disse elle testemunha, que é verdade e sabe que o dito Governador mandou á dita Fortaleza os soccorros que diz o artigo, e provimentos, e o que n'elles se despendeu se verá por certidões, e que sabe pelo ver, que o dito Governador não teve nunca descuido nem negligencia, nem vagar da sua parte, e enviára tudo a seu tempo, com estar enfermo muito tempo do seu governo,

e comtudo se occupava nas ditas cousas, e em cuidar n'ellas como as havia de ordenar, e com seus muitos annos da India e experiencia da guerra e sua prudencia e bom conselho as ordenava como entendia.

Tréplica:

Ao primeiro da tréplica disse, que já tem dito o como não foi na dita occasião o dito Diogo de Sousa, e que se dizia que a doença que tivera o dito Diogo de Sousa era leve e que sem embargo d'ella pudéra ir n'aquella occasião.

Ao segundo disse elle testemnnha, que sabe que o dito Governador se não persuadiu nunca que o dito Diogo de Sousa havia deixar de ir na dita occasião a Ormuz, nem o soube senão depois de ser ido Simão de Mello.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe que havendo noticia de estar D. Francisco de Sousa ungido e á morte, veiu Diogo de Sousa de Menezes pedir ao Governador lhe puzesse o — cumpra-se, — na sua patente, e o Governador lhe disse então que não havia de ir e se apaixonou com elle por não ter ido quando o mandava, o que era no fim de janeiro ou fevereiro, servindo o dito Diogo de Sousa de vereador n'esta cidade muito depois de ser partido Simão de Mello, e sem embargo de o Governador lhe responder com esta paixão, vindo recado certo da morte de D. Francisco de Sousa, o despachou para ir entrar na capitania da Fortaleza de Ormuz, e foi na companhia de Constantino d'Eça.

Ao quarto disse, que pelas detenças que o dito Diogo de Sousa fez, tomando por occasião a doença, presume que tinha o dito Diogo pouca vontade de ir a Ormuz, e tambem ouviu dizer que pedíra a Fernão de Crom lhe puzesse embargos.

Ao quinto, que da petição e provisão se verá.

Ao sexto disse elle testemunha, que ouviu dizer e sabe, que o dito Diogo de Sousa se deixára ficar em Mascate, sem querer ir em companhia de Constantino d'Eça para Ormuz, pela qual rasão, vindo a esta Cidade, o dito Governador o mandou prender pelo Ouvidor Geral do crime.

Ao setimo disse elle testemunha, que sabe pelo ouvir, que logo em saíndo Constantino d'Eça, de Mascate, se encontrou com os patachos que traziam a gente de que trata o artigo, e que para ir da dita paragem a Ormuz lhe era necessario os dias que se diz ou dito artigo.

Ao oitavo disse elle testemunha, que sabe que houve muita brevidade em se aprestar e despedir a armada de Constantino d'Eça, e que de boa rasão se entende que por mais pressa que se dera á dita armada, que poderia partir mais cedo tres ou quatro dias, nos

quaes não podia soccorrer a Fortaleza de Ormuz pela muita pressa com que se entregaram os cercados.

Ao nono, que já tem dito, e que o dito Governador accudia a tudo com mais diligencia do que se podia esperar de sua muita idade e doença.

E mais não disse e assignou com os officiaes. — Diogo Dias Lobo, escrevi. = *Domingos Lopes de Azevedo* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos 16 de outubro de 624 n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as mais testemunhas cujos ditos e nomes são os seguintes. — Diogo Dias Lobo, o escrevi.

João Vaz Cascão, casado, morador n'esta cidade e cidadão d'ella, de idade de cincoenta annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse que está obrigado ao Governador que foi Fernão de Albuquerque, pelo haver levado á sua Fortaleza de Malaca onde lhe deu capitania e feitorias das suas naus, e sendo Governador o serviu de capitão de guarda do Estado, e que dirá a verdade.

Contrariedade:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe pelo ver que Fernão de Albuquerque saíu por Governador d'este Estado em 11 de novembro de 619, tempo em que estava este Estado e os rendimentos d'elle em extremas necessidades, e que suas Alfandegas não rendiam o que costumavam a render antes, por tudo estar apoquentado, e sabe que o Conde de Redondo tomou copia de dinheiro aos contratadores e lhes deixou a Alfandega empenhada, e em effeito cobravam todos os rendimentos da Alfandega para se pagarem, e posto que havia outras necessidades que podiam encontrar o pagamento das ditas pessoas, o dito Governador os mandou pagar em seu tempo como lhes tinha promettido o Conde de Redondo, por conservar o credito do Estado e o das ditas pessoas o não virem a quebrar.

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade que o dito Governador despediu a armada do Canará que deixou feita o Conde de Redondo, e todas as mais armadas estavam por fazer, e o dito Governador as fez, fazendo a armada para o Malabar, para o Norte e para o cabo de Comorim, e mandando-as nos tempos ordinarios, e mandou soccorro a Ormuz, estando ainda de paz, como se verá da carta de que faz menção, e tambem mandou soccorro a Malaca.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador em todos os mais annos do seu governo fez as armadas ordi-

narias d'este Estado e o que convinha ao bom governo d'elle, sendo assim que sempre em todo o seu governo houve falta das naus do Reino, e fez as ditas armadas sem fintas e com menos oppressões dos vassallos de Sua Magestade do que em outras occasiões.

Ao quarto disse elle testemunha, que tratando de mandar o Governador Fernão de Albuquerque os dois galeões que diz no artigo, e tendo-os já preparados para esse effeito, vendo elle testemunha o dilatar-se sua partida, e tratando ao Governador sobre isso, lhe respondêra o dito Governador que tivera aviso do Capitão de Damão, de como em Surrate havia copia de naus da Europa com suposto de irem a Surrate *(sic)* tomar a seda, e que não convinha mandal-os n'aquella occasião pelas occasiões e rasões que diz o artigo, as quaes rasões satisfizeram muito a elle testemunha e a muitas outras pessoas com quem as communicou.

Ao quinto disse elle testemunha, que passada a dita occasião e tendo o dito Governador recado certo de as ditas naus serem passadas a Surrate e recolhidas da ida que fizeram a Ormuz, logo tratou, com effeito, de aprestar e despedir os ditos dois galeões, os quaes aprestou e partiram d'esta cidade, em abril seguinte, levando muitos provimentos, petrechos e artilheria para a dita Fortaleza e reformar a mais armada de Ruy Freire, e que muito tempo restava a Ruy Freire para d'ahi até dezembro seguinte em que as naus da Europa lá se esperavam, se poder aprestar e ajudar dos ditos galeões para brigar com o inimigo, se lhe viesse bem. E sabe que d'isto o tinha avisado o dito Governador como se verá da ordem e cartas.

Ao sexto disse elle testemunha, que tambem das mesmas cartas e ordens de Sua Magestade se verá o que n'este particular ordenou o dito Governador e Sua Magestade, e sabe, por ser notorio, que Ruy Freire se saíu da sua armada de alto bordo e se fôra metter em Queixome a fazer a nova Fortaleza, o que o dito Governador muito sentiu tanto que lhe veiu esta nova, e disse elle testemunha, que attribuia aquillo, arredar de Ruy Freire occasião de querer encontrar-se segunda vez com os inimigos, e pelas cartas que o dito Governador escreveu a Ruy Freire se verá o como lhe prognosticou a ruina que d'ahi podia resultar como resultou, entendendo elle testemunha que a perda de Ormuz esteve com Ruy Freire se metter a fazer aquella Fortaleza de Queixome e excitar o Xá á guerra, sendo assim que estava antes d'isso o Xá com a nossa Fortaleza em muita paz, commercio e fartura.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade e o sabe pelo ver e se achar presente, que o dito Governador para negociar os ditos galeões se andou prendendo a gente, valendo-se para isso

das justiças por haver muita falta de soldados e gente do mar para os ditos galeões, e lançando pregões o dito Governador, offerecendo perdões aos homisiados para se virem da terra firme, e tirando-os d'ella e do tronco com perdões que se lhes davam para ir na dita armada, o que tudo se fazia por n'aquelle anno não terem vindo mais naus que a *Penha de França* que chegou muito tarde e com muita parte da gente morta, entrando esta cidade de Goa com o dinheiro dos dois por cento do consulado para ajuda do apresto dos ditos galeões, por estar aprestado de sua origem para o dito effeito.

Ao oitavo disse elle testemunha, que sabe que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, que foram por capitães dos ditos dois galeões, eram pessoas muito benemeritas para o dito logar por seu grande valor e muitos serviços, e haver um servido de Capitão de Diu e Chaul, e outro, da Fortaleza de Malaca por serventia, por serem os que elle testemunha diz, e em Mesa do Paço se lhes concedeu perdão de suas culpas com obrigação de irem servir na dita occasião e logares que diz o artigo, como das provisões e cartas de perdões se póde ver.

Ao nono, que sabe que D. Manuel de Azevedo se veio do dito Ormuz, e a causa por que o fez, elle testemunha o não sabe mais que ouvir dizer, que se viera por respeito de suas indisposições e ter uma fonte aberta no peito, que elle testemunha sabe tel-a, e de mais, não sabe mais que morrer o dito D. João na dita occasião de Ormuz, e de doença que andando lá lhe déra.

Ao decimo disse, que não sabe de brigas que o dito D. Manuel tivesse com o dito Ruy Freire, nem que por esse respeito deixassem de se communicar nem tratar, nem que por esse respeito perecesse o serviço de Sua Magestade.

Ao onze disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador tinha tanto cuidado, sentido e vigilancia, em soccorrer e prover a Fortaleza de Ormuz, que com faltarem os rendimentos, tanto que soube que o dito Ruy Freire tinha alargado os seus galeões e se metteu em Queixome, logo o dito Governador tratou de lhe mandar o novo soccorro, cortando por todas as impossibilidades que havia no Estado.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe que para ir o soccorro acima, fez o dito Governador conselho de Estado no qual se assentou que fosse Simão de Mello com o dito soccorro, pessoa que o anno atrás tinha sido Capitão Mór do Malabar com muita satisfação, e aquelle estava eleito para tornar a servir de Capitão Mór do Malabar e era pessoa que estava tida em boa reputação e que se havia que faria elle muito serviço a Sua Magestade em aceitar ir com o dito soccorro, o qual sabe que levou dez navios e com

ordem de os entregar a Ruy Freire, como se poderá ver do regimento que levou, a que se reporta.

Ao treze disse elle testemunha, que é verdade que estando elle testemunha por Védor da Fazenda na Fortaleza de Diu, aprestou com o Capitão d'aquella Fortaleza, Ruy Dias de Sampaio, dois navios com sessenta homens, soldados, boa gente, que se mandaram de soccorro a Ormuz, e outros mantimentos.

Ao quatorze disse, que sabe por ser notorio, que o dito Governador mandára a Diogo de Sousa na companhia de Simão de Mello, e que não foi por estar doente, segundo se dizia, e sabe que o dito Diogo de Sousa succedia a D. Francisco de Sousa na dita Fortaleza por não haver n'este Estado outro provido diante d'elle. E foi notorio que se metteu na primeira via de successão da dita Fortaleza, e que por elle não ir nem se achar no dito Ormuz se abriu a segunda via em que saiu o dito Simão de Mello.

Ao quinze disse elle testemunha, que sabe que o aviso e nova que veiu ao dito Governador, em março, foi só de como Queixome estava cercado e em aperto, e logo o dito Governador fez Conselho sobre o soccorro que devia mandar, e n'elle se elegeu Constantino d'Eça, como do Conselho se verá. E sabe que n'aquella monção não era possivel poder ir o soccorro nos sanguiceis, a Ormuz, por serem embarcações muito pequenas e rasteiras, e n'aquella monção as galeotas irem com trabalho, e bem se viu, que dos quatro que lhe deram ao dito Constantino d'Eça para levar para os avisos do Estreito, um d'elles arribou logo, e outros se disse que passaram por irem á tôa e vasios, e diz um arribou e o escrevi.

Ao dezaseis disse que entendia que se o soccorro houvera de ir nos sanguiceis melhor era não o mandar por estar certa a perdição d'elle, indo n'elles, a respeito do golphão e não serem capazes de o poderem passar. E sabe que os sanguiceis que andavam fóra, mandou o dito Governador recolher para dentro para a mesma gente ir no dito soccorro, e mais barato era ao dito Governador e menos oppressão lhe déra pelo pouco rendimento do Estado, se podéra com os sanguiceis satisfazer a necessidade e mandar n'elles o dito soccorro. E sabe que dos ditos sanguiceis foram tres capitães d'elles, a saber: Sancho de Toar, Antonio Carneiro e Jeronymo de Figueirôa, e se embarcaram no dito soccorro por capitães de outros navios, e muita soldadesca dos ditos sanguiceis foi no dito soccorro que sem a dita gente fôra muito difficultoso poder-se negociar com tanta brevidade.

Ao dezasete disse elle testemunha, que já tem dito e que sabe, que da armada de Constantino d'Eça arribaram duas galeotas, uma de Julio Moniz e outra de João da Costa de Menezes, com serem navios mui possantes e de carga, e por não poderem soffrer

a força e mares do noroeste que então cursa, pela qual rasão se vê claro ser impossivel poderem passar n'ella os sanguiceis, havendo de ir com gente, mantimentos e munições e o mais soccorro que requeria.

Ao dezoito disse elle testemunha, que sabe que a nova da Fortaleza de Ormuz estar cercada e Queixome perdido, veiu a esta cidade em março, estando-se aprestando o soccorro e a armada que estava ordenada a Contantino d'Eça, e com a dita nova se lhe acrescentaram mais navios e pessoas particulares para a guerra e logares d'ella, e se deu tanta pressa, que elle testemunha, foi por algumas vezes do mandado do Governador, fazer lembranças ao Védor de Fazenda, que com muita deligencia e brevidade aprestasse a dita armada pelo perigo que podia resultar de sua tardança, e que sabe que o dito soccorro se negociou e partiu com toda a brevidade possivel sem metter tempo em meio por culpa ou descuido de alguem, e que foi notorio, n'esta cidade, que a Fortaleza de Ormuz se entregou a tres de maio.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe por ser muito notorio e geral, que a Fortaleza de Ormuz se não tomou por faltar n'ella gente, nem munições, nem mantimentos, e que havia melhoria de mil portuguezes para a defenderem e muitos mantimentos, e se podéra defender até o soccorro lhe chegar e muito mais tempo ao diante, segundo é notorio.

Ao vinte disse elle testemunha, que é notorio e queixa geral, que se podia defender a desembarcação dos inimigos antes de entrarem a cidade, e depois de recolhidos na Fortaleza, os nossos podiam abrir a cava conformando-se com o letreiro de Affonso de Albuquerque, que dizem estava sobre a porta da dita Fortaleza, em que mandava que tendo alguma oppressão aquella Fortaleza, abrissem a cava e ficariam seguros, o que entende que se fizera fôra de muito effeito e nunca se podéra chegar a picar o muro da Fortaleza.

Ao vinte e um disse elle testemunha, que sabe por ser notorio e geral, que na Fortaleza de Ormuz entraram os persas e inglezes pelas portas d'ella, que os nossos lhes abriram por concertos que corriam de parte a parte e não pelas roturas dos muros, como acontece a outras Fortalezas que se entram á força de armas.

Ao vinte e dois disse elle testemunha, que dos soccorros já tem dito e que da copia da gente e despeza que n'elles se fez, se verá pelas Certidões de matricula e fazenda.

Ao vinte e tres, que já tem dito e que além da soldadesca que se mandou de soccorro, se mandaram muitos mantimentos de arroz, biscoito, carnes, vinhos, manteigas, boticas e doces, e tudo o mais que o tempo deu logar e se póde mandar e se manda em

semelhantes soccorros, sem haver no dito Governador descuido algum ou negligencia nem vagar, antes com estar enfermo o mais tempo do seu governo por ser muito velho, não perdia ponto nem hora em que deixasse de mandar e soccorrer a dita Fortaleza com tudo o que podesse, o que elle testemunha sabe pelo ver e se achar presente á mór parte d'estas cousas, nem sente dolo ou culpa que ao dito Governador se possa imputar, antes em tudo se houvera com muito intendimento e zêlo do serviço de Sua Magestade, cumprindo inteiramente com sua obrigação e conformando-se sempre com as ordens do dito Senhor e com o que em seus Conselhos de Estado e Guerra se assentava e resolvia.

Tréplica:

Ao primeiro da tréplica, que já tem dito o que sabia.

Ao segundo disse, que sabe que o dito Governador mandou ao dito Diogo de Sousa, que se embarcasse na companhia de Simão de Mello, e que vira, elle testemunha, muito magoado ao dito Governador, de Diogo de Sousa não ir a Ormuz como lhe mandára, e que dizia que o escrevia a Sua Magestade.

Ao terceiro disse, que ao tempo que Diogo de Sousa foi pedir ao Governador que o despachasse para Ormuz era em janeiro, em que elle testemunha estava ausente, e depois de vir soube pelo ver, que o dito Governador despachou ao dito Diogo de Sousa, para ir entrar na dita Capitania de Ormuz por morte de D. Francisco de Sousa, dando-lhe as provisões e poderes ordinarios que se concederam aos capitães passados, mostrando-se o dito Governador muito favoravel.

Ao quarto, que não sabe do artigo por estar ausente no tal tempo.

Ao quinto, que da provisão se verá, e elle testemunha ouviu dizer o conteúdo no artigo.

Ao sexto disse elle testemunha, que ouviu n'esta cidade geralmente a muitas pessoas que vieram de Ormuz, que Diogo de Sousa tanto que chegou a Mascate na companhia de Constantino d'Eça varára a sua galeota, de aguas vivas, e quando Constantino d'Eça partiu d'ali para Ormuz, o dito Diogo de Sousa ficára em Mascate e a galeota varada e não ía em sua companhia.

Ao setimo disse elle testemunha, que foi notorio, que depois de Constantino d'Eça partido de Mascate, logo se encontrou com a gente que vinha nos patachos da entrega da Fortaleza de Ormuz, e que da dita paragem para chegar a Ormuz havia mister os seis ou sete dias que diz o artigo, por serem 60 leguas de caminho, e que outros tantos deviam ter gastado os perdidos para chegarem d'ella de mais do tempo que se devia gastar em se embarcarem.

Ao oitavo disse elle testemunha, que pela rasão acima e pela muita pressa que viu dar-se á armada de soccorro entende que nunca poderia chegar a tempo de poder soccorrer os cercados pela brevidade com que se entregaram, com se haver dado toda a brevidade e pressa á dita armada que podia ser.

Ao nono, que já tem dito.

E mais não disse e assignou com o inquiridor.—Diogo Dias Lobo, o escrevi.=*João Vaz Cascão*=*Francisco Rodrigues Pereira.*

Domingos Monteiro, fronteiro, de idade de vinte e sete annos, pouco mais ou menos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume nada disse.

Ao quarto disse elle testemunha, que estando em Ormuz, se dizia que haviam dois galeões a Ruy Freire que o dito Governador fazia prestes para lhe mandar, e sabe não foram e não sabe a rasão porque deixaram de ir.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ir nos mesmos galeões, que depois de as naus inglezas se recolherem de Ormuz a Surrate, mandou logo o dito Governador Fernão de Albuquerque aprestar dois galeões, e os mandou d'esta cidade para Ormuz a Ruy Freire, em 6 de abril de 621, levando os ditos galeões muitos petrechos e artilheria e fabrica de taboado, picões e enxadas para a dita Fortaleza, e para se reformar a dita armada de Ruy Freire, o qual, entende elle testemunha, que se podéra ajudar dos ditos galeões e com os mais que tinha de brigar no dezembro seguinte de 621 com as naus inglezas.

Ao sexto disse elle testemunha, que das ordens e cartas se verá e que só sabe que Ruy Freire deixou os galeões e se foi metter em Queixome a fazer o forte, e do mais tem dito.

Ao setimo disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que para o dito Governador negociar os ditos galeões se valeu da justiça que andou por esta cidade prendendo gente e se lançaram bandos offerecendo perdões a muitos homisiados que perdoou, tirando-os da terra firme e do tronco para irem no dito soccorro, por faltar gente e não terem vindo aquelle anno naus do Reino mais que a nau *Penha de França,* que veiu em dezembro e com a mór parte da gente morta.

Ao oitavo disse elle testemunha, que é verdade que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo eram pessoas muito benemeritas para irem, como foram por capitães dos ditos galeões, por serem de muito valor e serviços, e que podiam ser occupados em mores logares, e, para irem no dito soccorro, lhes perdoaram as culpas que tinham, dando-lhes por degredo o ir ao dito Ormuz nos ditos galeões, como diz o artigo.

Ao nove disse elle testemunha, que sabe que o dito D. Manuel de Azevedo se veiu de Ormuz, por lhe correr sua vida lá muito risco por rasão das doenças, que tinha e a terra ser quente.

Ao decimo disse elle testemunha, que sabe que D. Manuel de Azevedo em quanto esteve em Ormuz correu em muita amizade com Ruy Freire, e não se veiu de Ormuz senão pelas rasões que tem dito o artigo acima.

Ao quatorze, que não sabe mais senão, que, estando elle testemunha em Ormuz, e morrendo D. Francisco de Sousa, se abriu a primeira via, na qual se achou a Diogo de Sousa de Menezes, e por elle ahi não estar, nem ter lá ido, se abriu a segunda via, na qual se achou Simão de Mello.

Ao dezasete disse elle testemunha, que, em abril, não é monção de poderem ir sanguiceis a Ormuz com gente, e mantimentos, e que da armada de Constantino d'Eça arribou a galeota de Julio Moniz e a de Fernão da Costa de Menezes, sendo navios grandes e possantes.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe pelo ver, e em tal tempo estar em Ormuz, que a dita Fortaleza se não tomou por falta de gente nem artilheria nem mantimentos, porque ao tempo que se tomou, havia quinhentos ou seiscentos homens, entre doentes e sãos, e era morta na dita Fortaleza já muita gente, e havia n'ella muitos mantimentos.

Ao vinte disse elle testemunha, que sabe pelo ver, que, ao tempo que os inimigos desembarcaram na ilha de Ormuz, lhe não foi defendida a desembarcação, como convinha, nem na Fortaleza se abriu a cava, nem se fizeram outras prevenções necessarias em similhantes cercos, que, se as fizeram, póde ser que a não tomaram, segundo elle testemunha entende. E do lettreiro não sabe.

Ao vinte e dois disse elle testemunha, que é verdade que o Governador Fernão de Albuquerque mandou á Fortaleza de Ormuz, em companhia de D. Francisco de Sousa, quatro navios com gente. E mandou por Francisco Ribeiro um patacho, com tres navios com gente e provimentos, dos quaes se perdeu um, e os dois galeões que tem dito. E a gente que levaram e a despeza que fizeram se verá por papeis.

Ao vinte e tres disse, que sabe que Simão de Mello foi á dita Fortaleza com dez navios, e foi Constantino d'Eça d'aqui com treze navios que, quando chegou a Mascate já indo d'ali para Ormuz, encontrou a gente que vinha da perdição da dita Fortaleza, e de Diu foram dois navios com gente e provimentos, e na Fortaleza se acharam muitos provimentos, como tem dito. E do mais do artigo tambem tem já dito o que sabia.

Tréplica:

Ao setimo disse elle testemunha, que sabe por andar muito tempo n'aquella costa, que para Constantino d'Eça ir de Mascate a Ormuz n'aquella monção havia mister oito dias, e doze dias gastaram os que vieram de Ormuz no patacho até se encontrar com Constantino d'Eça ao saír de Mascate, e seis ou sete dias se detiveram os patachos depois da entrega da Fortaleza até partirem d'ella, o que sabe pelo ver e se achar presente.

Ao nono, que já tem dito o que sabia.

E mais não disse e aos mais não foi dado. Assignou com o inquiridor. Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Domingos Monteiro* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Aos dezenove de outubro de 624, n'esta cidade de Goa, nas minhas pousadas, tirámos as mais testemunhas, cujos ditos e nomes são seguintes. Diogo Dias Lobo, o escrevi.

Francisco de Sousa de Castro, fidalgo da Casa de Sua Magestade, casado e morador n'esta Cidade, de idade de vinte e seis annos, pouco mais ou menos. Jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse, que era primo segundo da mulher de Jorge de Albuquerque, mas dirá a verdade.

Contrariedade:

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade, e sabe pelo ver, que ao tempo que o Governador Fernão de Albuquerque succedeu no Governo d'este Estado, estavam as armadas todas para fazer, salvo a do Canará, que estava feita, e o dito Governador a despediu. E sabe que o dito Governador fez as armadas do Norte e Malabar e Cabo Comorim, e mandou soccorros á Fortaleza de Malaca e á de Ormuz, estando ainda de paz.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é verdade que o dito Governador nos mais annos do seu governo fez as armadas necessarias d'este Estado, sendo assim que houve falta das naus do Reino, e para o dito effeito não fez fintas nem deu oppressões aos vassallos de Sua Magestade.

Ao quarto disse elle testemunha, que é verdade, que sabe que no anno seguinte o dito Governador teve prestes dois galeões para mandar a Ruy Freire, e desejou mandar-lh'os, o que não fez a respeito de se entender que íam arriscados aos inimigos os tomarem, pelas rasões que se declaram no artigo, as quaes elle testemunha ouviu todas dizer ao dito Governador, e que pelas ditas rasões deixou de mandar os ditos galeões.

Ao sexto disse elle testemunha, que sabe por ser notorio, que Ruy Freire deixou os galeões e se foi metter em Queixome a fazer o Forte, do que sempre se queixou o dito Governador, e o reprovou muito, e lh'o escreveu por cartas, que elle testemunha viu. E do mais do artigo não sabe.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade que para o dito Governador prover os ditos dois galeões de gente do mar e soldadesca, se valeu da justiça, que pelas casas andou prendendo gente e mandou botar bandos, por que offereceu por perdões aos homisiados da terra firme e do tronco, por respeito de faltarem naus, que é verdade que no dito anno veiu só a nau *Penha de França,* a 14 de dezembro, com muita gente morta.

Ao oitavo disse elle testemunha, que é verdade que foram por capitães dos ditos galeões D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira, pessoas muito sufficientes para os ditos logares, e que tinham dado boas satisfações de suas pessoas nos logares em que foram encarregados do serviço de Sua Magestade, e para effeito de irem nos ditos galeões foram perdoados de suas culpas, como dos perdões se verá.

Ao onze disse elle testemunha, que é verdade que tanto que o dito Governador teve noticia em como Ruy Freire deixára os galeões e se mettêra a fazer o forte de Queixome, logo tratou de o soccorrer com a armada do Reino.

Ao doze disse, que sabe que fazendo sobre o dito soccorro Conselho, o dito Governador saíu n'elle, que se mandasse o dito soccorro, e que fosse por Capitão Mór dos ditos navios Simão de Mello Pereira, que o anno atrás serviu de Capitão Mór do Malabar, e aquelle anno estava eleito para tornar a servir no mesmo logar, o qual sabe elle testemunha levou ordem e requerimento para entregar o dito soccorro ao dito Ruy Freire, que era de dez navios, para ficar subdito do dito Ruy Freire na Fortaleza de Ormuz. E sabe que o dito soccorro levou o dito Simão de Mello e o entregou a Ruy Freire, e fez o mais que lhe mandava o dito Governador.

Ao treze disse elle testemunha, que sabe que foram mais dois navios de Diu com gente e provimentos á dita Fortaleza.

Ao quatorze disse elle testemunha que sabe que o dito Governador mandára ao dito Diogo de Sousa de Menezes na companhia de Simão de Mello, o qual Diogo de Sousa estava despachado com a dita Fortaleza para a ir servir apoz do dito D. Francisco de Sousa, e não se sabia na India outro provido da dita Fortaleza, diante do dito Diogo de Sousa. E sabe que o dito Diogo de Sousa deixou de ir por adoecer, e ouviu dizer que, por morte de D. Francisco de Sousa, abrindo-se as vias em Ormuz, se achou o dito

Diogo de Sousa na primeira via, e por não estar presente se abriu a segunda, na qual succedeu Simão de Mello.

Ao quinze disse elle testemunha, que sabe que em março veiu nova ao dito Governador do aperto de Queixome, e logo impoz em Conselho o soccorro que se devia mandar a Ruy Freire, no qual saíu Constantino d'Eça eleito para levar o dito soccorro, e sabe que se foram na dita occasião sanguiceis, fôra impossivel e difficultoso o chegarem lá, por quanto as galeotas, que foram, eram muito possantes e foram com trabalho, e quatro sanguiceis que se mandaram na dita companhia, dois arribaram logo e só passaram lá outros dois por irem á tôa de dois patachos, que se assim não foram, não poderiam passar.

Ao dezoito disse elle testemunha, que já tem dito, e que do que se tratou em Conselho não sabe, e que os sanguiceis se metteram para dentro, e muita gente d'elles se embarcou na dita armada de Constantino d'Eça, e se embarcou Sancho de Toar e Jeronymo de Figueiroa, que andavam na dita armada por capitães de dois sanguiceis, e foram por capitães de dois navios da dita armada de Ruy Freire, levando os seus soldados e marinheiros que traziam comsigo nos sanguiceis.

Ao dezanove disse elle testemunha, que sabe pelo ver e ir na mesma Companhia, que tanto não podiam ir os sanguiceis n'aquella conjuncção, que da dita armada de Constantino d'Eça arribaram os dois navios, um de Julio Moniz ao Simde, e outro de João da Costa de Menezes, ao norte, por não poderem passar a respeito do tempo, que ía tão ponteiro, que se entendeu que arribariam mais.

Ao dezoito disse elle testemunha, que é verdade que a nova da perdição de Queixome e da Fortaleza de Ormuz estar cercada, veiu a esta Cidade a 23 de março, tempo em que já se estava aprestando Constantino d'Eça, com a dita armada, e com a dita nova se lhe acrescentaram mais navios e pessoas particulares, que foi João Pinto de Moraes e o patrão e o condestavel mór, e se deu tanta pressa á dita armada que com haver grande falta de todo o necessario, partiu nove dias depois de chegada a dita nova, que foi a 2 de abril, e que é verdade e foi notorio a Fortaleza de Ormuz entregar-se aos inimigos inglezes e persas, a 2 ou 3 ou 4 de maio.

Ao dezanove disse elle testemunha, que foi notorio e o ouviu geralmente a todos os que d'ella vieram, que quando se entregou a dita Fortaleza não foi por falta de mantimentos, nem de gente, porque tudo havia na dita Fortaleza.

Ao vinte disse elle testemunha, que ouviu dizer que fôra mal defendida a desembarcação aos inimigos na Fortaleza de Ormuz,

faltando tranqueiras e muitas prevenções necessarias, e tambem sabe, por ser notorio, que se não abriu a cava á dita Fortaleza, e que havia na porta d'ella um lettreiro de Affonso de Albuquerque na fórma que diz o artigo.

Ao vinte e um disse, que sabe, por ser notorio, que os inglezes e persas não entraram a dita Fortaleza á força de armas, senão pelas portas da dita Fortaleza, que lhe foram abertas.

Tréplica:

Ao segundo da tréplica disse, que já tem dito que o dito Governador mandava Diogo de Sousa na companhia de Simão de Mello, e do mais não sabe.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe que Diogo de Sousa levava provisão do Governador para não ser obrigado a tomar posse da Fortaleza de Ormuz, senão depois que se acabasse a guerra, e que á dita provisão se reporta.

Ao sexto disse elle testemunha, que ao tempo que Constantino d'Eça partiu de Mascate para Ormuz, sem ter ainda nova da perdição do dito Ormuz, ficava Diogo de Sousa concertando a sua galeota em Mascate por o tempo lh'a ter tratado muito mal, e ter necessidade de concerto, o que sabe por ter ido na dita galeota.

Ao setimo disse elle testemunha, que no mesmo dia que Constantino d'Eça saíu de Mascate, e pouca distancia d'elle, chegando ao Ilheu da Victoria, encontrou um patacho que trazia parte da gente rendida da entrega da Fortaleza de Ormuz, e que sabe, por ser notorio, que, para se ir de Mascate a Ormuz, são necessarios seis ou sete dias, e outros tantos havia de gastar a gente, que vinha de lá no caminho, e assim sabe que se detiveram os ditos dias, alem do tempo que se devia gastar em se embarcar a gente.

Ao oitavo disse elle testemunha, que, na preparação da dita armada, houve toda a pressa possivel da parte do dito Governador, e que em Mascate se deteve Constantino de Sá oito dias, ainda que se não se detivera, não podia alcançar o soccorro a Fortaleza de Ormuz.

Ao nono disse elle testemunha que é verdade que o dito Governador Fernão de Albuquerque foi muito vigilante em accudir com os provimentos e soccorros a todas as Fortalezas d'este Estado, e fazer as armadas, fazendo n'isto muito mais do que se esperava das poucas posses que a Fazenda Real tinha n'aquelle tempo, e de sua muita necessidade e poucas forças.

E mais não disse. E assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Francisco de Sousa de Castro* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

Gaspar Pereira, fidalgo da Casa de Sua Magestade, fronteiro, de idade de sessenta e tres annos, pouco mais ou menos. Jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada.

CONTRARIEDADE:

Ao quinto da contrariedade disse elle testemunha, que, em abril de 621, mandou o dito Governador dois galeões de soccorro a Ruy Freire, petrechados e negoceados de gente, artilheria e munições.

Ao sexto disse elle testemunha, que o dito Governador lhe dissera a elle testemunha n'aquella mesma occasião, ou pouco mais tarde, fazendo queixas de Ruy Freire, e dizendo que lhe escrevêra, que deixasse por ora de parte o forte em Queixome, por não estarem as cousas dispostas para isso, e que elle Governador o não podia soccorrer com cousa alguma, e que estava certo que o Xá lh'o havia de encontrar, de maneira que n'aquella alfandega não poderia haver rendimento, o que, faltando, faltava tudo.

Ao oitavo disse elle testemunha, que por capitães dos ditos galeões foram D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, pessoas que n'aquillo em que foram occupadas, ao serviço de Sua Magestade, tinham sempre dado boa satisfação de suas pessoas. E sabe que estando criminosos os mandaram a servir n'aquelle estreito, e que se lhes teria respeito, como melhor se póde ver dos perdões que diz o artigo.

Ao doze disse elle testemunha, que sabe que, em Conselho, foi eleito Simão de Mello para levar o soccorro a Ormuz, o qual Simão de Mello tinha andado o anno atrás por Capitão Mór de uma armada no Malabar, e aquelle anno estava eleito para andar outra vez no Malabar, segundo se dizia. E sabe que foi o dito Simão de Mello com dez navios providos de gente e provimentos, e para os entregar a Ruy Freire.

Ao quatorze disse elle testemunha, que sabe que o Governador mandava na companhia de Simão de Mello a Diogo de Sousa, mandando-lhe que accudisse áquella Fortaleza e o fosse ajudar a defender, que era seu patrimonio. E sabe que não foi por se dizer que estava doente. E do mais do artigo não sabe.

Ao dezanove disse, que ouviu dizer geralmente e é publico e notorio que a Fortaleza de Ormuz se não perdeu por falta de munições, nem gente, nem mantimentos, porque de tudo estava bem provida.

Ao vinte e um, que sabe por ser geral e notorio, que, depois de os persas e inglezes terem rendido um baluarte da dita Fortaleza, entraram por elle e pelas portas da Fortaleza, com partidos que se fizeram, e sem se lhe fazer resistencia.

Tréplica:

Ao primeiro da tréplica disse elle testemunha, que já tem dito o que sabia.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe pelo ouvir ao mesmo Diogo de Sousa e ao dito Governador e outras pessoas do Conselho, quando Diogo de Sousa foi pedir ao dito Governador o despacho para Ormuz, por vir a nova que se diz, por via de Chaul, de ficar D. Francisco de Sousa ungido, lhe disse o dito Governador, que D. Francisco era morto, e que elle Diogo de Sousa não havia lá de ir em seu tempo, e que não era para ella, pois não tinha ido quando elle Governador o mandára. E sabe que depois havendo a nova certa da morte de D. Francisco, o dito Governador despachou ao dito Diogo de Sousa para ir servir a dita Fortaleza.

Ao quarto disse, que ouviu dizer o que o artigo trata, mas não o sabe, de certo.

Ao sexto disse, que ouviu dizer, que, indo Constantino d'Eça, de Mascate para Ormuz, antes de chegar a nova da perda da dita Fortaleza, o dito Diogo de Sousa se deixou ficar em Mascate, dizendo que ficava concertando a sua galeota.

Ao nono disse elle testemunha, que é verdade accudir a tudo o que convinha ao bom governo do Estado, e conforme as posses que havia no Estado, e fazendo mais do que requeriam as miserias d'aquelle tempo e sua muita idade e doenças.

E mais não disse, e assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Gaspar Francisco* = *Rodrigues Pereira.*

PETIÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Aos vinte e tres de outubro de 624 n'esta cidade de Goa.

Jorge de Albuquerque, que, para justificação e prova de sua justiça, lhe é necessario o testemunho do Secretario n'uma causa que o Procurador da Corôa trás com elle sobre a perda da Fortaleza de Ormuz, pede a Vossa Excellencia mande ao dito Secretario testemunhe na dita causa o que souber nos artigos que lhe perguntarem, e em qualquer outro que lhe for necessario para bem de sua justiça e prova d'ella. E receberá mercê.

DESPACHO

Affonso Rodrigues de Guenara, Secretario d'este Estado, póde testemunhar no que o Supplicante faz menção. — Goa, 28 de setembro de 624. = *O Conde.*

Affonso Rodrigues de Guenara, Secretario d'este Estado, de idade cincoenta e um annos, jurado aos Santos Evangelhos, do costume disse nada.

Contrariedade:

Ao primeiro da contrariedade disse elle testemunha, que sabe que o Governador Fernão de Albuquerque succedeu na governança d'este Estado no tempo que diz, e que no tal tempo estavam os rendimentos d'este Estado mui diminuidos, e a Alfandega d'esta Cidade havia ficado empenhada do tempo do Conde de Redondo, com o emprestimo dos homens de negocio.

Ao segundo disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador despediu no dito anno as armadas ordinarias que se costumam fazer, e constará do mais por certidão dos alardos da matricula.

Ao terceiro disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador, com haver falta de naus do Reino os mais annos do seu governo fez as armadas ordinarias d'este Estado sem para isso se valer de fintas.

Ao quarto disse elle testemunha, que não sabe mais senão que se os ditos galeões saíssem no tempo que o artigo trata, íam muito arriscados a se encontrarem com os inimigos que já estavam em Surrate.

Ao quinto disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador, passada a dita occasião, tratou de mandar, na monção seguinte, os ditos dois galeões, os quaes com effeito mandou em abril de 621, levando boa artilheria, que era cincoenta e seis peças de bronze, e petrechos e outros provimentos em abastança, para a dita Fortaleza, e madeira e mais apparelhos para os galeões de Ruy Freire se repararem do destroço que tiveram na briga dos hollandezes *(sic),* e demais não disse.

Ao sexto disse elle testemunha, que sabe que o dito Governador mandou nos ditos galeões a Ruy Freire a ordem da carta sua, pela qual o advertia, que não tratasse de fazer Queixome, representando-lhe os grandes inconvenientes que n'isso havia, e risco a que ficava exposta a Fortaleza de Ormuz, e que, postoque o dito Ruy Freire dizia que tinha ordem de Sua Magestade para fazer a dita Fortaleza de Queixome, lhe dizia tambem na mesma ordem, que se as cousas dessem logar para isso, e que entende elle testemunha que a perdição da Fortaleza de Ormuz esteve em se fazer a de Queixome, e em o dito Ruy Freire se occupar no dito Forte, deixando os seus galeões, sobre o que o dito Governador o tinha advertido, encommendando-lhe que os não largasse, como tudo se póde ver das ditas ordens a que se reporta.

Ao setimo disse elle testemunha, que é verdade que para o dito Governador poder negociar os ditos galeões, mandou pelos ministros da justiça prender, por esta Cidade, gente, assim soldadesca como do mar, por haver muita falta d'ella, a respeito de, n'aquelle anno, não ter vindo do Reino, mais que a nau *Penha de França*, com quasi toda a gente morta, a 14 de dezembro.

E tambem sabe que lançou bandos offerecendo perdões aos homisiados, e, tirando-os da terra firme, com isso, para irem nos ditos galeões.

Ao oitavo disse elle testemunha, que D. João da Silveira e D. Manuel de Azevedo, que foram por capitães dos ditos galeões, eram pessoas muito benemeritas para os ditos logares, e que o dito D. Manuel havia tido na guerra outros logares maiores. E em Mesa do Paço foram perdoados de suas culpas para effeito de irem servir n'aquella occasião em os ditos logares.

Ao nono, que sabe que D. Manuel de Azevedo se veiu de Ormuz, e se dizia, que por rasões de enfermidades que tinha em que corria risco sua vida.

Ao decimo disse nada.

Ao onze disse elle testemunha, que é verdade que tanto que o dito Governador soube que Ruy Freire tinha deixado os galeões e estava fazendo o Forte de Queixome, logo tratou de lhe mandar soccorros em navios de remo.

Ao doze disse, que, para effeito de se mandar o dito soccorro, se fez Conselho, no qual se assentou que seria de muito effeito mandar-se, e que o levasse Simão de Mello Pereira, que o anno atrás tinha servido de Capitão Mór do Malabar, com muita satisfação, e aquelle anno estava tambem nomeado para o mesmo logar, e foi com dez navios providos de gente, e ordem para entregar tudo a Ruy Freire e ficar na Fortaleza de Ormuz, sendo subdito.

Ao treze disse que sabe, que o dito Governador escreveu aos capitães e cidades do Norte, que accudissem a Ormuz com o que podessem, e que a este respeito partiram de Diu dois navios providos de gente para o dito Ormuz.

Ao quatorze disse elle testemunha, que sabe que na dita companhia de Simão de Mello mandou o dito Governador a Diogo de Sousa de Menezes, que fosse accudir á dita Fortaleza, e assistir n'ella, pois era despachado com a dita Fortaleza de Ormuz, e proximo a entrar n'ella, D. Francisco de Sousa, por ser o mais antigo provido, que havia na India, da dita Fortaleza, e o dito Diogo de Sousa não foi, dizendo ficar doente. E foi notorio e sabe de certo que, em Ormuz, abrindo-se a primeira via, saíu n'ella Diogo de Sousa, por o dito Governador assim ordenar; e por elle não estar

presente, se abriu a segunda via, em que saíu o dito Simão de Mello, que succedeu na morte de D. Francisco de Sousa.

Ao quinze disse elle testemunha, que, no que toca ao artigo e Conselho, que sobre elle se fez, constará das Cartas do aviso e assento do Conselho, de que ora não está lembrado, mas sabe elle testemunha, que, na dita occasião, não era tempo nem monção de poderem ir sanguiceis em nenhuma fórma, por não serem capazes de atravessar o golpho n'aquelle tempo pela força dos noroestes, e serem embarcações que não podem levar provimentos mais que para muito poucos dias, e que, dos quatro que se mandaram, arribaram dois logo ao saír da barra, levando pouca gente e provimentos.

Ao dezaseis, que já tem dito o que sabia, e que se reporta aos Conselhos no em que se trata d'elles. E que sabe que dos sanguiceis que se desarmaram, se recebeu muita gente na armada de Constantino d'Eça, e foram n'ella para Ormuz alguns capitães dos ditos sanguiceis.

Ao dezasete, que já tem dito, e que é verdade, que da armada de Constantino d'Eça arribaram os dois navios, que diz o artigo.

Ao dezoito artigo disse elle testemunha, que, estando já a armada de Constantino d'Eça, muito ávante em seu apresto chegou a nova da perdição de Queixome, e que lhe parece era em um dos dias da semana santa, e com a dita nova se deu muita pressa á dita armada, e se lhe acrescentaram algumas pessoas de importancia, por assim parecer no Conselho, e partiu a 2 de abril, vencendo-se para isso grandes impossibilidades, assim de falta de marinheiros como de tudo o mais.

Ao dezanove disse elle testemunha, que era pratica geral n'esta Cidade, que a dita Fortaleza de Ormuz, não se perdeu por faltar n'ella gente, porque estava bem provida, assim de gente como de mantimentos, e o mais necessario á sua defensão.

Ao vinte disse elle testemunha, que se praticou geralmente n'esta Cidade, que os inimigos desembarcaram na ilha de Ormuz, por faltar quem lh'o impedisse, e que tambem foi notorio não se fazerem na dita Fortaleza as prevenções necessarias á dita guerra, nem se abriu a cava da dita Fortaleza, havendo muitas pessoas que alembravam e instavam sobre isso, que, sem falta, se se abríra a dita cava, quando menos, durára o cerco muito mais tempo.

Ao vinte e um, que foi geral que os persas e inglezes entraram a Fortaleza de Ormuz por concertos que houve de parte a parte, e pelas portas da dita Fortaleza, e não pelas roturas dos muros.

Ao vinte e dois, que dos alardos da matricula constará.

Ao vinte e tres, que por papeis constará, e se verá as armadas e provimentos que mandou, que sabe que foram muitos, e que a tudo accudia o dito Governador com muito zêlo do serviço de Sua

Magestade, e sem de sua parte haver descuido algum, nem tenção de faltar em nada ao que convinha ao serviço de Sua Magestade, e sua obrigação, antes o viu sempre com muito desejo de cumprir inteiramente com ella, e o fazia ainda com muita vantagem do que sua muita idade e disposição lhe dava logar.

Tréplica :

Ao primeiro da tréplica disse elle testemunha, que já tem dito que o dito Governador mandava a Diogo de Sousa para Ormuz na companhia de Simão de Mello, e que sabe pelos effeitos que n'elle viu que não teve tenção o dito Diogo de Sousa de ir n'aquella occasião, porque, sendo assim, que Sua Magestade defende, que nenhum capitão vá succeder a outro, nem se lhe dê despacho para isso, senão quando se chegar ao fim do seu triennio, o dito Diogo de Sousa instou com o Governador que lhe havia de dar despacho para succeder na capitania de Ormuz a D. Francisco de Sousa, que lá estava, sendo assim que inda o dito D. Francisco, então, não tinha acabado de servir a metade do seu tempo; alem d'isto foi tambem o dito Diogo de Sousa dizer a Fernão de Crom, de quem elle testemunha o soube, que, como procurador e pessoa que tinha rasão com o dito D. Francisco lhe dizia que o Governador o obrigava a ir a Ormuz, e como elle tinha a capitania d'aquella Fortaleza, para succeder ao dito D. Francisco, temia que podesse lá haver desgosto e desconfianças por algumas pessoas da dita Fortaleza se chegarem a elle dito Diogo de Sousa como Capitão que havia de ser d'ella. E que assim elle Fernão de Crom fizesse n'isto o que lhe parecesse, ao que o dito Fernão de Crom lhe respondêra, que não fosse essa a causa por que deixasse de ir a Ormuz, porque o dito D. Francisco folgaria muito de ter n'aquella occasião na dita Fortaleza muitos fidalgos, como elle, para o ajudarem nos trabalhos que tivesse, pelo que, vendo o dito Diogo de Sousa tentando todas estas ditas cousas, houve elle testemunha que não tinha tenção de ir accudir á dita Fortaleza, sendo assim que era a pessoa que n'este estado estava mais obrigado a isso que nenhuma outra.

Ao segundo disse elle testemunha, que é verdade que o dito Governador se queixou a Sua Magestade de o dito Diogo de Sousa não haver accudido a Ormuz, como lhe tinha mandado, ao que Sua Magestade deferiu.

Ao terceiro disse elle testemunha, que é verdade que tanto que o Governador teve nova certa da morte de D. Francisco de Sousa logo deu ao dito Diogo de Sousa todos os despachos ordinarios e provisões para ir entrar na capitania de Ormuz, sem embargo do que lhe tinha dito antes de saber da morte do dito D. Francisco.

Ao quarto, que já tem dito.

Ao quinto, que sabe que o dito Diogo de Sousa fez a petição de que trata, e que da dita petição e provisão se verá o que o artigo diz.

Ao seis, que é notorio e sabido, que, quando Diogo de Sousa foi em companhia de Constantino d'Eça, e partindo o dito Constantino d'Eça, de Mascate para Ormuz, o dito Diogo de Sousa se ficára em Mascate com a sua galeota varada, e partiu o dito Constantino d'Eça, sem elle ir em sua companhia, contra o offerecimento que tinha feito pela petição de que o artigo atrás trata, na qual se fundou a provisão que se lhe passou.

Ao setimo, que o diziam os que lá se acharam.

Ao oitavo disse, que já tem dito o que sabia.

Ao nono, que já tem dito.

E mais não disse, e assignou com o inqueridor. — Diogo Dias Lobo, o escrevi. = *Affonso Rodrigues de Guenara* = *Francisco Rodrigues Pereira.*

PETIÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Jorge de Albuquerque e mais herdeiros de Fernão de Albuquerque, litigaram no Juizo dos Feitos com o Procurador da Corôa sobre as perdas que pretendiam haver dos bens do dito defunto, que dizem haver a Fazenda Real recebido no apresto e soccorro de Ormuz, por causa do dito Fernão de Albuquerque, que então governava este Estado, o feito estava em termos de se lançarem da mais prova, quando veiu ordem de Sua Magestade para conhecerem d'esta causa, e as mais civeis, tocantes á residencia do dito Governador, os inquisidores a quem se vão com suspeição, que está em termos de se mandar ao Reino ao dito Senhor por assento que se tomou no caso.

E por que convem muito ao direito d'elles supplicantes, já que as suspeições se mandam e seus autos, constar a Sua Magestade, principalmente o que se tem processado na dita causa: Pede a Vossa Excellencia, attento a tudo, haja por bem mandar passar ao Escrivão do dito feito o traslado do dito feito e de toda a prova, papeis, e certidões acostadas a elle para bem de se mandar tudo ao Reino juntamente com os autos da dita suspeição por ordem de Vossa Excellencia. — E receberá mercê.

DESPACHO

Dê-se ao chanceller do Estado, para mandar ajuntar o traslado do que está processado no Juizo dos Feitos, aos papeis da suspeição, e ir tudo a Sua Magestade. Em Goa, a 14 de janeiro 625. = *O Conde.*

DESPACHO

DO CHANCELLER

O Escrivão Diogo Dias Lobo faça trasladar estes autos para duas vias, para se dar cumprimento á Portaria do Senhor Viso Rei. Goa, 15 de janeiro de 625. = *Pinto.*

PETIÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Pede o supplicante Jorge de Albuquerque a Vossa Mercê que mande fazer o traslado do Feito para cinco vias, e que a elle se ajuntem e trasladem as certidões, que são da mesma essencia, que se offerecem. — E receberá mercê.

DESPACHO

Faça-se como pede. — Goa, 23 dias de janeiro de 625. = *Pinto.*

PETIÇÃO

DE JORGE DE ALBUQUERQUE

Jorge de Albuquerque, que, para bem de sua Justiça e se poder defender na causa que o Procurador da Corôa traz contra elle supplicante no Juizo dos Feitos, sobre as perdas que diz recebêra este Estado em tempo que o Governador Fernão de Albuquerque, seu pae, o governou, com a tomada de Ormuz, lhe é necessario certidão do secretario do assento que se fez em Conselho de Estado, quando n'elle elegeram Simão de Mello Pereira, para ir de soccorro a Ruy Freire, que estava de cerco em Queixome, e outro traslado da via, que o Governador fez para a pessoa que havia de succeder a D. Francisco de Sousa na Capitania de Ormuz, sendo caso que fallecesse o dito Capitão d'ella D. Francisco de Sousa, e outrosim o traslado do assento que tambem se fez no dito Conselho em 8 ou 9 de março, quando veiu a nova de Ruy Freire estar com aperto em Queixome, e D. Francisco de Sousa acima dito, morto, no qual se elegeu a Constantino d'Eça de Noronha para ir com o soccorro que se lhe ordenou, e como tambem depois de elle se estar negociando em 23 de março, quarta feira de trevas, foi o dia em que veiu a nova de se ter entregue Queixome a partido, e Ruy Freire estar captivo e Ormuz com cerco, e como tambem o dito Governador seu pae, com se achar muito enfermo na

dita occasião se offereceu para ir em pessoa ao dito soccorro, parecendo necessario aos do dito Conselho. Pede a Vossa Excellencia haja por bem mandar se lhe dê o traslado de tudo o que constar pelo dito Secretario em modo que faça fé. — E receberá mercê.

Visto ser para sua defensão lhe dê o Secretario do Estado os traslados que pede. — Goa, a 25 de outubro 624. = *O Conde.*

Em cumprimento do despacho atrás escripto do Senhor Conde Almirante Viso Rei: Certifico eu Affonso Rodrigues de Guenara, Escrivão da Camara de Sua Magestade e seu Secretario do Estado da India, que nos livros do Conselho, que serve n'esta Secretaria, estão lançados os dois assentos do Conselho que o Governador Fernão de Albuquerque fez, de que a petição atrás faz menção, cujo traslado é o seguinte:

— Em Goa, aos 20 de outubro de 621, estando o Illustrissimo Senhor Fernão de Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, seu Capitão Mór e Governador da India, em Conselho com o Arcebispo Primaz e com o Capitão da Cidade Simão de Mello Pereira e o Védor da Fazenda Nuno Vaz de Castello Branco e o Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, Chanceller do Estado, e achando-se tambem presentes por ordem de Sua Senhoria os tres Vereadores da Camara da dita Cidade, d'este anno, D. Pedro Mascarenhas, Luiz Carvalho e Antonio de Tavora, propoz o dito Senhor Governador, que, por cartas que havia do Capitão Mór da Armada de Alto Bordo Ruy Freire de Andrade, e do Capitão de Ormuz D. Francisco de Sousa e do Védor da Fazenda d'aquella Fortaleza Manuel Borges de Sousa, se lhe representava o grande aperto e necessidade em que ella ficava pelos movimentos que da obra do Forte, que o dito Capitão Mór havia ido fazer em Queixome, tinham resultado. E mandou a mim Secretario que fizesse relação, como fiz, do que em substancia continham ácerca d'isto as ditas cartas, que era haver o dito Ruy Freire pela ordem que para isso trouxe de Sua Magestade, passado a Queixome a fazer o dito Forte, e o ter feito de taboas e pedra e barro, com seus baluartes e alguma artilheria e haver tido recontros, e assim na desembarcação da ilha com a gente que accudiu a lhe impedir, como depois, no discurso da obra, e que da doença que sobreviera, assim em Queixome como em Ormuz era morta muita gente, e por isso, e por outra que fugia, ficavam em muita falta d'ella, e pediam com muita instancia soccorro, assim de gente e navios como de mantimentos e munições, e de artilheria para o Forte. E o capitão da Fortaleza D. Francisco de Sousa escrevia, que a guerra ficava declarada com o Xá, e de Xirás vinham marchando para Ormuz, enviados pelo Cam, que ali tem por seu Governador, dez mil homens de pé e de

cavallo. E feita assim esta relação, representou o Senhor Governador a grande importancia da Fortaleza de Ormuz, e o muito que convinha fazer-se por sua conservação, tendo declarado contra si um inimigo tão poderoso, e de quem era tão desejada, mormente havendo ora aviso por carta do Capitão do Chaul, que, alem das tres naus inglezas, que n'esta costa andavam, que ficaram do anno passado, das quatro com que o dito Ruy Freire pelejou em Jasques, eram de novo vindas outras quatro naus, que tinham passado a Surrate, as quaes, era certo haverem, todas, de passar ao estreito de Ormuz, e que o Xá pretenderia valer-se d'ellas para intentar todo o damno que podesse fazer áquella Fortaleza, de que se poderia temer muito no estado em que se achava, se lhe faltasse soccorro, advertindo-se juntamente que aqui havia tambem pouca gente, sendo mui necessaria para as armadas de Malabar e Norte, sem as quaes nenhum rendimento se podia esperar n'esta Alfandega de Goa, e que não era menos a falta que se padecia de tudo o mais, e sentindo estes Reis vizinhos a com que ficariamos por causa do que se enviasse a Ormuz, poderiam intentar alguma novidade, pelo que, com consideração a uma e outra cousa, se votasse o que se devia fazer e prover n'esta occasião, e a Cidade devia tambem dispôr-se, por sua parte, a accudir n'esta occasião com tudo o que podesse, ou do Consulado ou 1 por cento ou de qualquer outra parte, pois a necessidade era qual se entendia, e a todos importava a segurança e conservação de Ormuz. E foram todos de parecer que era precisa cousa soccorrer aquella Praça e conservar-se o que se tinha feito em Queixome, de que já agora com credito nosso se não podia desistir, e se devia para isso fazer todo o esforço, e accudir-se com tudo o mais que fosse possivel, assim de gente como dos provimentos que se pediam.

E considerada a brevidade com que convinha que este soccorro se enviasse, e da parte d'onde com mais facilidade poderia saír, lhes parecia que se deviam para isso tirar alguns navios dos que se negoceavam para ir ao Malabar, e concorreram os mais votos em que fossem dos bem providos de gente, e por elles não serem capazes de levar os ditos provimentos pareceu que se enviassem no galeão do Reino; porque, partindo brevemente, poderia ir demandar a costa de Arabia, e, arrimando-se a ella, desviar-se dos inglezes, por cima de se entender, que elles não costumam partir para o estreito senão de 20 de novembro por diante. E tratando o Senhor Governador, depois de acabado o Conselho, com o Arcebispo Primaz e o Védor da Fazenda, e o Chanceller sobre a pessoa a quem se devia encarregar que levasse este soccorro, lhes pareceu que devia ser o dito Simão de Mello Pereira, capitão da Cidade, que estava nomeado por Capitão Mór do Malabar, assim porque,

com se tirarem de sua armada os ditos dez navios, e se haver a esse respeito de prover este verão em differente fórma na guarda d'aquella costa, ficava escusando-se o seu logar, e sem fazer n'elle falta podia ir levar a Ormuz este soccorro junto, e na boa ordem que convinha, como porque, acontecendo faltar Ruy Freire poderia succeder em seu logar, por ser um fidalgo em quem concorriam todas as boas partes para isso. E o Senhor Governador, havendo-se conformado em tudo com o parecer do Conselho, mandou fazer d'isto este assento, em que todos assignaram. O Secretario Affonso Rodrigues de Guenara, o fez escrever. = *O Governador = Arcebispo Primaz = D. Pedro de Mascarenhas = Nuno Vaz de Castello Branco = Gonçalo Pinto da Fonseca = Simão de Mello Pereira.*

E na margem do dito assento está feita uma declaração, que diz assim:

E a cidade se offereceu accudir com tudo o que podesse para o apresto do galeão e provimento do biscoito que se pedia. = *Affonso Rodrigues de Guenara.*

Em Goa, 8 de março de 622, estando o Illustrissimo Senhor Fernão de Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade e seu Capitão Mór e Governador da India, em Conselho com Ruy de Mello de Sampaio, o Capitão da Cidade D. Francisco de Sá, o Védor da Fazenda Geral Nuno Vaz de Castel-Branco e o Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, Chanceller do Estado, propoz o dito Senhor Governador como no mesmo dia recebêra cartas de Simão de Mello Pereira, que está por Capitão da Fortaleza de Ormuz, e do Védor da Fazenda Manuel Borges de Sousa, as quaes fez ler por mim Secretario no dito Conselho. E em substancia continham: ficarem sobre o Forte de Queixome nove naus da Europa e muita gente do Xá, que, por terra e por mar, o tinham cercado e posto em termos, que brevemente seria tomado, e Ruy Freire com a gente que n'elle tinha, que eram perto de quatrocentos portuguezes e duzentos lascarins da terra, em que entrava a gente do presidio de Ormuz, arriscados a se perderem todos. E que Ormuz ficava mui necessitado de se lhe accudir, e falto de gente e de muitas outras cousas necessarias á sua defensão, e a armada de alto bordo, por falta de gente estava recolhida debaixo da artilheria da Fortaleza. E ordenou o Senhor Governador, que vista esta necessidade e a grande importancia da Fortaleza de Ormuz e os inimigos assim vizinhos como da Europa, que lhe ficavam á vista, e quasi tambem sobre ella, se visse e votasse sobre o que se lhe devia prover e enviar de soccorro para a assegurar presuppondo que este soccorro devia constar, não só de gente e provimentos, mas tambem de di-

nheiro para se fazer alguma paga á gente de guerra por não haver lá nenhum rendimento de alfandega, nem outra parte d'onde podesse saír, e que a esta Cidade tinha encarregado de fazer todo o provimento, a que o rendimento do Consulado e 1 por cento abrangesse, e para o mais determinava pedir emprestimos aos homens, pois a necessidade obrigava a isso e a todos importava a conservação de Ormuz, como uma das mais importantes praças que era d'este Estado, e de que tanto dependia, como era notorio a todos, a segurança e conservação d'elle, e que tão bem se lhe offerecia e tinha por conveniente enviar este soccorro a cargo de um fidalgo com experiencia da guerra e de muita confiança, que, em caso que fosse fallecido Ruy Freire, lhe succedesse na Capitania mór da armada de alto bordo, e lhe parecia o mais appropriado para isso Constantino d'Eça de Noronha, que aqui se achava, pelos logares que tem, e boa conta e satisfação que n'elles havia dado. E havendo-se discorrido sobre a materia, foram todos de parecer, que convinha muito soccorrer-se logo Ormuz com tudo o mais que podesse ser, e com toda a brevidade, por assim o pedir e obrigar, a não haver n'isso nenhuma dilação, o estado em que as cousas ficavam. E que assim para a despeza que aqui se houver de fazer com este soccorro, como para o que houver de ir em dinheiro, devia Sua Senhoria, pois o não havia de Sua Magestade, valer-se do Consulado, e 1 por cento e todo o mais que dos homens e por quaesquer outros meios podesse haver, sem embargo de estarem todos mui exhaustos, com as grandes perdas que tantas vezes se tem feito.

E no particular de ir este soccorro d'aqui a cargo de Constantino d'Eça e para succeder a Ruy Freire, sendo fallecido, foram o Capitão da Cidade e o Védor da Fazenda de parecer que era conveniente e mui aproposito para uma e outra cousa, a pessoa do dito Constantino d'Eça, e ao Chanceller do Estado e a Ruy de Mello de Sampaio lhes pareceu, que posto, que n'este fidalgo concorriam todas as partes que se requeriam para ir por Capitão Mór do dito soccorro, se lhes representava, todavia, que se facilitaria e conseguiria mais a brevidade que n'elle se requeria, nomeando-se para isso um Cavalleiro honrado e pratico da guerra, com o qual alguns fidalgos que aqui havia e se entendia que levariam navios, se accommodariam mais facilmente a ir, e que o não fariam se houvessem de ir subordinados ao dito Constantino d'Eça ou a outro fidalgo semelhante, e que para depois de chegar Constantino d'Eça a Ormuz, indo na mesma companhia poderia levar a ordem que a Sua Senhoria parecesse, para succeder a Ruy, sendo fallecido.

E que a necessidade d'aquella Fortaleza era tal que obrigava a se usar de todos os meios que mais podessem facilitar e abre-

viar a partida d'este soccorro, como lhe parecia que era o de se encarregar a um Cavalleiro com que todos se accommodassem a ir.

E o Senhor Governador se conformou com o parecer do Conselho, e em particular com os votos a que pareceu que devia Constantino d'Eça levar este soccorro a cargo, entendendo que era mais conveniente ao serviço de Sua Magestade e conforme ao que se pretendia de assegurar com elle a Fortaleza de Ormuz, levar d'aqui Capitão Mór de auctoridade e respeito que em qualquer aperto e necessidade mettesse o soccorro n'ella, que outro a quem por faltarem estas partes, se tivesse menos obediencia e se deixasse por isso de conseguir um negocio tão grande como este era, deixando-o assim em contingencia para satisfazer a particulares respeitos, mórmente não se devendo esperar muito de quem em tal tempo e em tão forte e precisa necessidade do serviço do seu Rei se dependurasse d'elles. E mandou fazer d'isto este assento, que todos assignaram. — O Secretario, Affonso Rodrigue de Guenara, o fez escrever. — O Governador, *Nuno Vaz de Castello Branco* = *D. Francisco d'Eça.*

Traslado da via da successão de que a dita petição atraz faz menção, que está registada no livro dos segredos, a folhas cinco, a qual é a primeira:

D. Filippe, etc. Aos que esta minha Carta da primeira via da successão virem, faço saber, que por quanto a Fortaleza de Ormuz se acha ora de guerra, e por ser de tão grande importancia como é, convem prover-se em tudo o que para sua maior segurança cumprir, e particularmente no que toca ao logar e cargo de Capitão Mór d'ella, em caso que falte D. Francisco de Sousa, que ora o é, para que não succedam, por falta de pessoa nomeada para o dito cargo, as desordens e outros inconvenientes que sobre a eleição d'ella se poderiam causar, tendo eu a isso respeito e a Diogo de Sousa de Menezes estar por mim provido da dita Capitania e o meu Governador, que ora é da India, lhe haver ordenado que fosse assistir n'esta occasião da guerra n'aquella Fortaleza para a ajudar a defender: hei por bem de nomear, como por esta nomeio, ao dito Diogo de Sousa de Menezes para em caso que falleça o dito Capitão D. Francisco de Sousa, lhe succeder na dita Capitania e a servir pela patente que d'ella tem, ainda que na dita patente não tenha *cumpra-se* do dito meu Governador, o qual lhe mandará depois requerer ou a quem n'aquelle governo estiver. E em caso que o dito Diogo de Sousa de Menezes me não tenha ainda feito preito e menagem por aquella Fortaleza a fará antes de tomar

posse d'ella, segundo uso e costume dos meus Reinos e Senhorios de Portugal, em mãos do meu Vedor da Fazenda da mesma Fortaleza e em falta sua a fará nas do Feitor, de que se fará auto que assignará com os ministros, officiaes e pessoas que se acharem presentes, o qual se enviará ao meu Secretario d'aquelle Estado para o ajustar ao Livro das homenagens. Notifico assim a todos os meus ministros, e officiaes da dita Fortaleza de Ormuz e aos capitães e gente de guerra do presidio d'ella e a todos seus moradores e mais pessoas que na dita Fortaleza se acharem, e lhes mando que tanto que pela maneira que dito é succeder o dito Diogo de Sousa de Menezes n'aquella Capitania, o tenham e hajam por seu Capitão, e como tal lhe obedeçam, e cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar esta Carta como se n'ella contém, posto que não passe pela Chancellaria por se haver passado em segredo, sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo 39, em contrario. — Dada na minha Cidade de Goa, Silveira Gonçalves, a fez a 19 de novembro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1621. — O secretario, Affonso Rodrigues de Guenara, a fez escrever. = *O Governador.*

Os quaes assentos de Conselhos e via de successão vão tirados dos ditos livros a que me reporto e por o dito Senhor Conde Viso Rei mandar, pelo dito seu despacho, dar este traslado ao dito Jorge de Albuquerque, o fez Salvador Gonçalves, em Goa, a 27 de novembro de 1624. = *Affonso Rodrigues de Guenara.*

Certifico, outro sim, que o aviso que se teve de ser tomado Queixome e os persas haverem entrado a ilha de Ormuz, chegou ao Governador, Fernão de Albuquerque, em 23 de março, e que elle em um Conselho que sobre isso se fez, se offereceu para se embarcar no soccorro que se tratava de enviar, dizendo que inda que estava tão impedido de sua muita idade, iria de todo o modo, poisque de uma cadeira podia governar no mar e lá, assim como aqui o fazia. Em Goa, no dito dia, mez e era acima. = *Affonso Rodrigues de Guenara.*

O Doutor Bento de Baena Sanches, do Desembargo de Sua Magestade e seu Desembargador da Relação de Goa e Ouvidor Geral de Civil, com alçada e Juiz das justificações em estas partes da India, etc. Faço saber que o signal que está ao pé do despacho da petição atrás, é do Senhor Conde, Viso Rei, D. Francisco da Gama, d'este Estado da India, e os dois signaes que estão ao pé das Certidões acima são de Affonso Rodrigues de Guenara, Secretario d'este dito Estado. Portanto os hei por justificados e para

certeza d'ello se passou a presente, dada em Goa, por mim assignada e asellada com o sêllo das Armas Reaes, aos 5 de dezembro de 624. D'esta 40 réis e de assignar 40 réis. — Luiz Nicolas, o fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo ex-causa. = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

PRECATORIA

Ao Provedor Mór dos Contos d'este Estado da India.

O Doutor Antonio da Cunha, do Desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu Desembargador em sua côrte e da Relação de Goa, e Juiz dos Feitos de sua Fazenda, Corôa e Confiscações em estas partes da India, etc. Faço saber a Vossa Mercê, que n'este meu juizo se trata uma causa civil entre partes, o Procurador da Corôa e Fazenda de Sua Magestade contra a fazenda e herdeiros do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado da India, sobre a perda da Fortaleza de Ormuz, a qual está em dilação, e por parte dos ditos herdeiros foi requerido em audiencia, que por mim fez o desembargador dos aggravos, Pedro Alves Pereira, que para dar em ajuda de sua prova na dita causa lhe ser necessario Certidão do Livro do Almoxarife da Ribeira Grande, Antonio Rodrigues Victoria, do provimento que foi para Ormuz, em tempo do dito Governador Fernão de Albuquerque, e assim dos navios, galeões e embarcações que d'aquella Ribeira saíram, como das vélas e amarras e mais cousas de armazem, pedindo mandasse passar precatoria para Vossa Mercê mandar passar a dita Certidão. O que visto na dita audiencia, e por o dito Doutor ser suspeito n'esta causa, deferiu o Licenceado Sebastião Rodrigues Cardoso, que se passasse a dita Precatoria, por bem do que se passou o presente, pelo qual requeiro a Vossa Mercê, da parte do dito Senhor, e da minha lhe peço por mercê que sendo-lhe este apresentado, mande passar a dita Certidão, e em assim o mandar fará o que é obrigado a bem de seu cargo, e o mesmo farei quando os semelhantes de sua parte me apresentados forem. Dado em Goa, por mim assignado, aos 19 dias do mez de outubro de 1624 annos. Pagou d'este, com papel, 48 réis, e de assignar 20 réis. — Diogo Dias Lobo, o fez escrever. = *Antonio da Cunha.*

Cumpra-se. Goa, em 24 de outubro de 624. = *Pinheiro.*

CERTIDÃO

Certifico eu Manuel Coelho Netto, Contador de Sua Magestade, prover os papeis de despeza da conta de Antonio Rodrigues Victoria, almoxarife que foi da Ribeira Grande, n'esta Cidade, de 12 de novembro de 619 até 22 de janeiro de 621, e por elles consta

írem dos ditos armazens para a Fortaleza de Ormuz, de soccorro, as embarcações e armadas abaixo declaradas, a saber:

Em 3 de fevereiro de 620, levou D. Francisco de Sousa as cousas abaixo declaradas:

6 tabões grandes de reparos e 3 pequenos, rachados, para as travessas;

24 rodas, 12 d'ellas grandes e 12 pequenas, e

12 oxas, 6 grandes e 6 pequenas;

6 chapas de ferro que estavam feitas para outros reparos, e

20 quintaes de ferro para se fazerem mais chapas e cavilhas e mais pregadura, tudo reparos das 6 peças, que por ordem do Governador Fernão de Albuquerque foram para a Fortaleza de Ormuz, por assim se assentar em Conselho de Estado, das quaes cousas passou o dito D. Francisco de Sousa obrigação.

Em 27 de fevereiro do dito anno atrás declarado, levou, para a dita Fortaleza de Ormuz, Antonio Palha, um pharol de ostra de que passou obrigação;

E em 18 de abril da dita era de 620, foi um patacho de soccorro á dita Fortaleza de Ormuz, no qual foi por Capitão Francisco Ribeiro;

E em abril de 621, foram de soccorro á dita Fortaleza de Ormuz, dois galeões, em os quaes foram por Capitães, D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira, os quaes galeões foram aparelhados de todo o necessario para poderem fazer viagem, com cinco ancoras e sete amarras cada um, e alem d'este provimento dos ditos galeões, foi n'elle para apresto da armada de Ruy Freire de Andrade, as cousas abaixo declaradas, a saber:

No galeão em que foi D. Manuel de Azevedo, foram para a dita armada acima nomeada, seis ancoras, um pau para o mastro de traquete e um pau para goropés e dois mastareus com os seus calceses, uma entena para verga de galeão, quatro cadernaes de varação, duas patescas grandes, dois ferros de engenho, um batel com seu leme, cana, mastro, verga, fateixas, com todos os cabos de serviço e poleame, duas corgias de remos e quatro corjas de patas, das quaes cousas

passou obrigação João Duarte, mestre do dito galeão;

E no galeão em que foi por Capitão D. João da Silveira, ía para o apresto da dita armada, tres ancoras, quatro amarras de patacho, um pau para mastro de traquete, um pau para goropés, oito mastros grandes, uma entena para a verga do galeão, dois cadernaes, uma patesca, das quaes cousas passou obrigação Antonio Pereira, mestre do dito galeão.

E em 20 de novembro de 621, foi de soccorro á dita Fortaleza de Ormuz Simão de Mello Pereira, por Capitão de dez navios, os quaes foram aparelhados de todo o necessario e sobreselentes para poderem fazer a dita viagem, a que me reporto aos ditos papeis de despeza atrás declarados. Goa, em 20 de novembro de 624. = *Manuel Coelho Netto.*

O Doutor Bento de Baena Sanches, do desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu desembargador da Relação de Goa e Ouvidor Geral do Civil e da Alçada e Juiz das justificações em estas partes da India, etc. Faço saber aos que esta minha Certidão de justificação virem, que o signal que está ao pé da Certidão acima e atrás, é de Manuel Coelho Netto, Contador de Sua Magestade, dos armazens se me constou da fé do escrivão que esta subscreveu. Portanto o hei por justificado e para certeza d'ello se passou a presente, dada em Goa, por mim assignada e asellada com o sêllo das Armas Reaes, aos 17 de janeiro de 625. D'esta 40 réis e de assignar 40 réis. — Manuel Preto, o fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo ex-causa. = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

PRECATORIA

Ao Provedor Mór dos Contos d'este Estado da India.

O Doutor Antonio da Cunha, do Desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu Desembargador em sua Côrte e da Relação de Goa e Juiz dos Feitos de sua Fazenda, Corôa e Justificações em estas partes da India, etc. Faço saber a Vossa Mercê, que n'este meu juizo se trata de uma causa civil entre partes os herdeiros do defunto Fernão de Albuquerque, Governador que foi d'este Estado da India sobre a perda da Fortaleza de Ormuz, a qual está em dilação, e por parte dos ditos herdeiros foi requerido em audiencia, que para dar em ajuda de sua prova na dita causa, lhes era neces-

sario certidão do Livro do Almoxarife do Armazem das munições Manuel Franco, do provimento das munições e polvora, que foi para Ormuz em tempo do dito Governador Fernão de Albuquerque, pedindo mandasse passar precatoria, para Vossa Mercê mandar passar a dita certidão, o que visto na dita audiencia mandára que se passasse a dita precatoria, para bem do que se passou a presente pela qual requeiro a Vossa Mercê, da parte do dito Senhor e da minha lhe peço muito por mercê, que sendo-lhe este apresentado, mande passar a dita Certidão, e em assim o mandar fará o que é obrigado a bem de seu cargo, e o mesmo farei quando os semilhantes da parte de Vossa Mercê me apresentados forem. Dado em Goa por mim assignado, aos 19 dias do mez de outubro de 1624 annos. Pagou d'esta com papel 48 réis e de assignar 20 réis. — Diogo Dias Lobo, o fez escrever. — Antonio Lavinha . . . Goa, a 8 de novembro de 624. = *Pinheiro.*

Certifico eu Luiz Mendes, Contador de Sua Magestade, prover os papeis de despezas de Manuel Franco Baracho, Almoxarife dos Armazens de artilheria, que serviu de junho de 619 até setembro de 622, e por elles constar irem dos ditos armazens, no dito tempo, para a Fortaleza de Ormuz, a artilheria e provimentos abaixo declarados, convem a saber:

Um canhão e duas columbrinas de metal e trezentos pelouros de ferro, em 20 de fevereiro de 620, por uma obrigação de D. Francisco de Sousa, Capitão que foi da dita Fortaleza,
e uma espera de metal, a 6 de março do dito anno, por outra obrigação de Vicente Fernandes, Capitão de seu navio,
e 189 quintaes, 2 arrobas e 29 arrateis de polvora embarrillada e cento e cincoenta arcabuzes e cincoenta mosquetes e duzentas bolsas e polvarinhos e quatro mil e seiscentas cargas e dez bollas de morrões de quinhentos morrões cada uma e quatro mil panellas de polvora, vasias e duzentas cheias e seis pés de cabra e seis lanças de fogo, e assim mais quatro peças de metal de doze libras de pelouro e duas peças de dez e dois canhões de dezaseis e duas camalatas e quatro peças de oito arrateis e duas peças de ferro e novecentos pelouros de ferro, em 28 de

novembro do dito anno, por outra obrigação de Francisco Ribeiro, Capitão de um patacho, e consta que a dita artilheria de metal foi entregue aos meirinhos dos galeões da armada de Ruy Freire, e as duas peças de ferro ao feitor de Mascate Pero Vaz,
e uma peça de ferro, e 16 quintaes, 1 arroba e 20 arrateis de polvora embarrillada, em 21 de novembro de 621, por outra obrigação de Antonio da Costa, Capitão de seu navio,
e 10 quintaes, 2 arrobas e 10 arrateis de polvora embarrillada, no dito tempo, por outra obrigação de Antonio Bello, Capitão de seu navio,
e em 30 de março da dita era, consta irem dois galeões para a dita Fortaleza, em que foram cincoenta e seis peças de artilheria e 375 quintaes de polvora por trezentos e sessenta e oito barris de 3 almudes e 8 quintaes de chumbo e cento e sessenta mosquetes e quarenta arcabuzes e tres mil quinhentos e cincoenta pelouros de ferro e quinhentos e cincoenta de cadeia e quatrocentos e noventa de pedra e mil morrões, com elles mais 6 quintaes, por duas obrigações dos Capitães dos ditos galeões D. Manuel de Azevedo e D. João da Silveira,
e 22 quintaes, 2 arrobas e 12 arrateis de polvora embarrillada, em 18 de março de 622, por uma obrigação de Francisco de Abreu, Capitão de seu navio,
e 22 quintaes e uma arroba de polvora no dito tempo, por uma obrigação de Marcos Fernandes, Capitão de um navio de Jeronymo de Ravio,
e 22 quintaes de polvora e cinco mosquetes e cinco arcabuzes, em 22 de março do dito anno, por outra obrigação de D. Manuel de Sousa,
e duas peças de metal e cento e trinta e sete bombas e duzentos pelouros de ferro, e sete coxinetes e quarenta lanças de fogo, no fim do dito mez e anno, por outra obrigação de Sebastião Rodrigues Sangane.

E assim consta pelo Caderno da armada de Simão de Mello, que foi de soccorro á dita Fortaleza, irem em cada navio de sua companhia tres barris de polvora, de 3 almudes, para o provimento da dita Fortaleza, e assim pelo Caderno da armada de Constantino d'Eça, consta irem em cada navio de sua companhia, sessenta pelouros de pedra de camello para o provimento da dita Fortaleza, e no de Julião Paes, da dita companhia, mais nove caixões de pelouros de calaim. E não consta de mais provimento, como tudo se póde ver dos ditos papeis a que me reporto. Goa, em 6 de novembro de 624. = *Luiz Mendes.*

O Doutor Bento de Baena Sanches, do Desembargo del-Rei Nosso Senhor e seu desembargador da Relação de Goa e Ouvidor Geral do Civil e de alçada e Juiz das justificações, em estas partes da India, etc. Faço saber a quantos esta minha Certidão de justificação virem, que a letra da subscripção da Precatoria atrás e de Diogo Dias Lobo, escrivão dos feitos da Fazenda de Sua Magestade n'estas partes da India, e o signal que está ao pé d'elle, é do Doutor Antonio da Cunha, Juiz dos Feitos da Fazenda do dito Senhor n'estas partes da India, e o signal que está ao pé do cumpra-se, é de Miguel Pinheiro Revasco, provedor mór dos Contos de Sua Magestade, d'estas partes da India, e o outro signal que está ao pé da Certidão atrás, é de Luiz Mendes, Contador dos Contos do dito Senhor, n'estas partes da India, segundo me constou da fé do escrivão que esta subscreveu, pelo que os hei por justificados e para certeza d'ello mandei passar a presente, dada em Goa, por mim assignada e asellada com o sêllo das Armas Reaes, aos 5 de dezembro de 624 annos. Pagou d'esta 40 réis e de assignar 40 réis. — Luiz Nicolas, o fez escrever. = *Bento de Baena Sanches.* — Sem sêllo ex-causa. = *Gonçalo Pinto da Fonseca.*

O qual feito vae aqui trasladado bem e fielmente do proprio, sem acrescentar nem diminuir cousa que duvida faça, sómente nos emendados que dizem: que, e pessoas, ou, acontecendo, e se agora, ajuda, o fossem, fim, sesões, pancluî, eos, a rasão, des, se fizeram, desviasse, levou, benemeritas, mandou, a servir, encontraram, descuido, João, oito dias, se, vinte, obrigação.

E nas entrelinhas que dizem: e mandassem, te, de larins que fazem a dita quantia de 8.600, como, para, de um D. João da Silveira e por capitão e mais, que quando uns, com effeito, e ir, por capitão, demandar, dito, ta, quando.

E nos riscados que diziam: descuido, o conteudo, entendido, chegando, fera.

E nos borrados que diziam: da perdição, soccorro. Que tudo se fez por fazer na verdade. E este traslado vae concertado com outro official aqui ao diante commigo assignado. E vae por cinco vias e uma cumprida, as outras não haveram effeito. Em Goa, aos 15 dias do mez de fevereiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1625.—José Peres, o fez. Pagou d'este com papel, o acontado.—Diogo Dias Lobo, o fez escrever.=*Diogo Dias Lobo*=*J. Antonio*......

(Segue-se o reconhecimento ou justificação original de Bento Baena Sanches), contagem, etc.

SEGUNDO DOCUMENTO

Jorge de Albuquerque, em Ceilão

Jorge de Albuquerque, Capitão geral d'esta Conquista e Ilha de Ceilão, etc., por este, mando a vós Francisco Grisante, Feitor de Sua Magestade, que logo vades com vosso Escrivão Antonio Francisco, ás pousadas do Veador da Fazenda, Lançarote de Seixas, ou aonde estiver, e lhe requerei terceira vez, da parte de Sua Magestade e de minha, se venha logo em vossa companhia ao Mosteiro de S. Francisco aonde está o Cofre das tres chaves, do dinheiro das despezas d'esta Conquista, e d'elle tire a quantia que parecer bastante para se fazer a paga que se costuma fazer aos soldados e capitães do arraial, por este tempo do Natal em que estamos, em que elles o tem vencido e eu lhes tenho promettido de lho pagar, quando os aquietei das desinquietações em que se puzeram pelo quartel passado, e não convém que com a falta d'este se lhe dê occasião a desinquietarem de novo, como por muitas vezes têem feito a respeito de lhe faltarem com a paga, pondo em notavel perigo toda esta ilha. E outro sim lhe requereis ao dito Veador da Fazenda vá assistir na dita paga, porque eu me parto logo para o arraial aonde o vou esperar para este effeito. E não querendo elle ir nem dal-o, o dinheiro, para ella por ser meu inimigo e como tal pretende, em todas as occasiões, encontrar e destruir o serviço de Sua Magestade, havendo com os maus successos d'elle me deshonra e desacredita, vos mando que ao pé d'este, vós e o dito vosso Escrivão, passeis certidões de sua resposta para sobre ella mandar o que mais fôr serviço de Sua Magestade, e assim lhe notificae que dará conta de todas as inquietações e desmandos que os soldados fizerem por esta occasião, de que tudo se lhe pedirá conta estreita, porque não convém pôr

em perigo a quietação do arraial e de toda esta ilha, por contemporisar com o dito Veador da Fazenda que procurará quanto lhe fôr possivel vel-a desenquieta e destruida em meu tempo, como acima digo. Cumpri-o assim e al não façaes. Dado em Columbo, a 3 de janeiro de 1622. = *Jorge de Albuquerque.*

A este requerimento e protesto do Capitão geral dou a mesma resposta que lhe mandei pelo Escrivão Antonio Francisco, dandome da sua parte outro semelhante recado, e digo mais, que nenhum perigo corre esta Conquista nem sua pessoa em esperar e entreter o quartel, este mez ou quinze ou vinte dias d'elle, antes vindo n'este mez ou no que vem outro Geral, fica sendo notavel a perda da parte d'elles e manifesto o de serviço que agora se lhe faz, em se gastar e despender este quartel, quando não ha outro e quando é cousa tão sabida o respeito d'este seu zêlo do qual não desconfio nem do que me diz n'este requerimento, porque o seu e o meu são bem conhecidos na India e n'esta Ilha, de quem trata verdade.

Eu não posso ir por ora fazer a paga, porque quando elle consente que faltem commigo os seus soldados, em Columbo, e os vae embarcar e eu me não dou por seguro no povoado, menos me arriscarei nos desertos, principalmente quando pretendo a quietação, tanto dos moradores e soldados d'esta Ilha, que me ando afastando sempre de occasiões que elle formasse contra mim, como agora faço, podendo se não attentar a o que elle não attenta, andar seguro quando menos de suas perseguições; mas cedo passará este inferno e estaremos a juizo, e quem dever pagará sem nos aproveitarem ollas que tudo mandam e que tudo podem em Ceilão.

Quando hontem me vim de Columbo, deixei a chave do caixão do dinheiro, que está em S. Francisco, ao Rev. Frei Pedro de Christo, Reitor de S. Thomé, para que em companhia dos officiaes da Feitoria fosse tirar o dinheiro dos mantimentos d'este mez, e que se o Geral, sobre o que lhe tenho mandado dizer e requerer, quizesse tirar outro dinheiro para o quartel, que o tirasse embora, isto mesmo torno a dizer, e se os soldados me vierem pedir o quartel a Mudape (?) como o Geral pretende ou lhes tem mandado, se elles não passarem de largo para Manar, eu os aquietarei e os porei á obediencia do serviço del-Rei, o qual sei muito bem fazer e isto me não hade tirar ninguem. E mando ao Escrivão da Feitoria me passe o traslado d'este protesto e resposta em modo que faça fé. Niguho, 4 de janeiro de 622. = *Lançarote de Seixas.*

TERCEIRO DOCUMENTO

Carta de D. Francisco de Sousa, Governador de Ormuz, a Fernão de Albuquerque

Por todos os navios que d'esta Fortaleza partiram para Goa me apontei com Vossa Senhoria por minhas cartas o mais largo e melhor que pude, e assim me não fica de novo que dizer mais que a cautella de como o Soldão da outra banda mandou restituir, a meu requerimento, os cincoenta timões, que havia tomado violentamente a um casado d'aqui pelo deixar vir para sua casa, de que já avisei a Vossa Senhoria, pelo navio de Thomé do Vale, e pela incertesa do mar o torno a fazer agora para que Vossa Senhoria saiba, por uma via e por outra, de como a esse respeito corre o commercio como d'antes, e com tanto numero de mercadores que é necessario mandar-se-lhes que despejem.

Fico continuando e dando pressa aos patachos, navios e gallé para dar principio á obra de Queixome. Permitta Nosso Senhor dar-nos melhor successo que o da seda. Vossa Senhoria por quem é e por sua christandade e zêlo nos mande em setembro os galeões e a mais gente que podér para se reformar a que morreu e a muita que ha de fugir, sem lhe podermos valer, e se a que temos se ha de embarcar com Ruy Freire, como é forçado, ficaremos em peior estado que d'esta vez, dando motivos a estes nossos vizinhos poderem intentar alguma maldade sobre o saco d'esta povoação, que tanto desejam, que bastara, o que Deus não permitta, para esta Fortaleza não erguer cabeça muitos annos. N'este estado ficam as cousas d'este estreito.

Hoje, 20 do presente, chegou um navio de Goa, por elle recebi a carta de que Vossa Senhoria me fez mercê, mostrando Vossa Senhoria n'ella o desgosto que teve do ruim successo de Jasques,

que, com muita rasão, devia magoar a Vossa Senhoria, assim pelo commum como pelo logar em que está; porém, com os aprestamentos que nos diz, que manda, se reformarão os galeões, de maneira que, com os dois que veem, se possa fazer este anno o que faltou no passado.

Vossa Senhoria se aquiete que em tudo que eu podér e for possivel hei de trabalhar por que Sua Magestade seja bem servido e a Vossa Senhoria se agradeça todo o bom successo de seu tempo, e porque não ha outro de que avisar, guarde Deus a pessoa de Vossa Senhoria muitos annos para nos amparar e honrar a todos. Ormuz, em 21 de abril de 1621.=*D. Francisco de Sousa.*

QUARTO DOCUMENTO

Emprestimo forçado na Misericordia de Goa para o cerco de Ormuz

Fernão de Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, seu Capitão Mór e Governador da India, etc.

Hei por bem e mando ao Doutor Bento de Baena Sanches, Ouvidor Geral do Civil, que notifique ao Provedor e Irmãos da Mesa da Santa Misericordia d'esta Cidade de Goa, como por cartas ora recebidas do Capitão e Védor da Fazenda da Fortaleza de Ormuz, e de outras pessoas, tenho aviso certo que os Inglezes e Persas têem cercado e posto em muito grande aperto o Forte de Queixome, e se presume, que, ganhada aquella Praça, intentarão tambem cercar e tomar a de Ormuz, conforme ao que se sabe de ser esse o principal e antigo intento e pretenção do Xá, que seria mui notavel e irremediavel perda, e que poria em contingencia a conservação de todo o Estado, e que, cumprindo tanto (como conforme a isto se deixa entender), accudir-se com toda presteza e resolução ao remedio de uma tão precisa e urgente necessidade, está a Fazenda de Sua Magestade, de maneira exhausta e consumida, e seus vassallos, tambem, com as grandes perdas que têem recebido, tão impossibilitados, que foi forçado, por não haver outro nenhum meio, valer-me para isso do deposito da dita Santa Casa, para que, com fiadores depositarios á sua satisfação, se emprestasse d'elle a quantia necessaria para n'esta occasião e aperto tão grande se accudir e não deixar perder, por falta do soccorro, o em que a todo o Estado vae tanto, como lhes significquei por uma carta que lhes hontem escrevi, a que responderam escusando-se com rasões e fundamentos, que, em tempo e necessidade tão forte, não podem nem devem ter logar.

E por que, com o impedimento que a isto fazem, negando e impossibilitando este só meio, que de presente ha para soccorrer aquella Praça, a põem em manifesta contingencia e risco de se perder, lhes notificará que eu, da parte de Sua Magestade, e em seu Real nome lhes protesto, uma e muitas vezes, haver-se-lhes de pedir mui estreita conta a todos e a cada um d'elles, da falta que fazem, se não accudirem como d'elles se espera e são obrigados em serviço e negocio tão importante, ao bem de todo este Estado, e assim do damno que se seguir de se não accudir á dita Fortaleza, com a presteza necessaria e com soccorro conveniente a tão grande e evidente perigo, e que, desde agora, lh'a encampo e hei por encampada, para se lhes imputar toda a perda e mal que resultar de não ser soccorrida com a brevidade que pede o aperto e trabalho em que se acha. E d'este protesto e encampação mandará o dito Ouvidor Geral fazer autos por seus officiaes que levará comsigo, declarando o nome do Provedor e de cada um dos Irmãos que se acharem na Mesa, para constar a Sua Magestade, das pessoas que lhe fizeram tão notavel deserviço, quando não mudarem de parecer e deixarem de cumprir com a obrigação que os bons e leaes vassallos têem nas semelhantes occasiões de serviço de seu Rei, de que os não escusa a ordem do dito Senhor, a qual se não póde entender em materia d'esta qualidade em que tanto se arrisca todo o Estado. E lhes lerá todo este protesto para lhes ser notorio todo o conteúdo n'elle.—Belchior da Silva, o fez, em Goa a xj de março de 1622.=O Escrivão, *A.º Roiz de Guenara,* o fez escrever.

E por quanto o dito Ouvidor Geral do Civil está fóra da Cidade e não póde fazer esta diligencia, hei por bem que Antonio Barreto da Silva, Ouvidor Geral do Crime, a faça, ou com os officiaes da Ouvidoria Geral do Civil, ou com os do seu Juizo, ou com quaesquer outros que lhe parecer e achar.=*O Governador.*

Protesto e encampação que V. S. manda fazer ao Provedor e Irmãos da Mesa da Santa Misericordia d'esta Cidade de Goa, sobre a Fortaleza de Ormuz. Para V. ver todo.

CONTINUAÇÃO

Aos 12 de março de 1622, em Goa, na Casa da Santa Misericordia, onde foi o Doutor Antonio Barreto da Silva, Ouvidor Geral do Civil, commigo Escrivão e com Bastião Paes, Escrivão da Provedoria Mór, e logo eu Escrivão, em presença do dito Ouvidor Geral, li e publiquei e notifiquei o protesto atrás do Senhor Governador ao Provedor D. Filippe de Sousa, a Gaspar Mourão de

Abreu, Escrivão, a Lourenço de Carvalho, Thesoureiro, a Jeronymo da Costa, Gaspar Rebello, Marcos Fernandes, Nicolau de .... Rebello, Domingos Rodrigues, Braz Vicente, irmãos da Mesa. E sendo-lhe lido, como dito é, e notificado o dito protesto, logo polo dito Provedor e mais Irmãos foi dito que protestavam de lhe nada prejudicar este protesto e notificação, por quanto não se lhe dava tempo para poder responderem com os adjuntos ordenados para materia tão grave, porquanto elles por si o não podiam fazer sem os ditos adjuntos, por ser materia nova, e que o dito Governador, quando mandára pedir dinheiro a esta Mesa em sua carta, na mesma carta dizia se vissem com os adjuntos, e que com os mesmos adjuntos se respondeu á dita carta, e se havia tambem de responder a este protesto, polo que requeriam ao Senhor lhe mandasse dar tempo conveniente para se lhe responder em fórma e assignaram assim ...... *(Truncado aqui.)*

QUINTO DOCUMENTO

Capitulação de Ormuz

Certifico eu Simão de Mello Pereira tomar posse da Fortaleza de Ormuz, a 27 de janeiro da presente era de 622. E a 30 do dito mez chegaram sete naus e dois patachos dos inglezes á vista d'elle. E a 31 se pozeram sobre o Forte de Queixome, o qual renderam em oito dias, e a 21 de fevereiro da dita era vieram cento e cincoenta terradas e dois navios com muita gente do Xá, e as naus inglezas, a botar gente na ilha de Ormuz, e por não ser possivel defender-se-lhe a desembarcação e o saquearem a cidade, por os nossos serem poucos e mal armados a respeito de vir a mór parte d'elles de Queixome, sem armas por lhes tomarem os inglezes, e assim pozeram cerco á dita Fortaleza, os mouros por terra e os inglezes por mar, o qual durou dois mezes e doze dias, chegando com muitas cavas que os inimigos fizeram por todo o territorio até chegar ao pé do muro da dita Fortaleza, arrasando-nos o baluarte Santiago e parte do baluarte S. Pedro, com as minas que fizeram, contraminando-lhes da nossa parte todas sem passarem do muro, aonde lhes davam fogo, em que os soldados fizeram sempre sua obrigação até a Fortaleza estar em estado que nos tinham ganhado o baluarte Santiago por falta de gente, por ser muita morta de doenças e consumida com a guerra, ficando mais alto as casas do dito baluarte que a propria Fortaleza, d'onde matavam gente que andava n'elle assim nos muros como por baixo, não tendo já mais que uma tranqueira de baixo das proprias casas do baluarte, de saccos de areia, com que nos defendiamos, e um arco tapado para ficarmos defendendo-nos n'elle, em nos ganhando a tranqueira, tendo os mouros, já n'este tempo, posto duas minas ao baluarte Cavalleiro, e uma mettida na cisterna aonde elles es-

tavam, e outra que vinham passando por baixo da propria tranqueira dos saccos. E n'este estado se amotinaram os soldados e casados contra mim e me prenderam, estando eu ferido de duas feridas perigosas na cabeça, que havia poucos dias me tinham dado os mouros, e sem poder mandar o braço direito. E todos juntos a entregaram aos inglezes por lhes darem as vidas, o que os mouros não houveram de fazer.

E por que D. Gonçalo da Silveira foi um dos cinco fidalgos que vieram de Goa, de soccorro á dita Fortaleza, em minha companhia, em doze navios com que a ella cheguei, e tendo os inglezes cercado a bahia de Queixome com as naus e patachos e lanchas e muitas terradas de mouros, pretendendo eu mandar lá uma embarcação ligeira ver se podia passar com algumas munições e cartas para Ruy Freire de Andrade, a primeira pessoa que se me offereceu para fazer esta viagem tão arriscada foi o dito Gonçalo, certificando-me que ou havia de acabar na jornada ou metter o soccorro que levava, em Queixome, que eram quatro barris de polvora, e um companheiro mais com elle, por não ser capaz a embarcação de levar mais gente, feito mui digno de ser invejado em outra era e n'esta presente foi reprovado na propria occasião d'aquelles que mais rasão tinham de o louvarem. E contra todos estes inconvenientes entrou em Queixome, com muito risco e me trouxe novas do estado em que o Forte estava. E d'ahi a dois dias o mandei com nove navios e algumas terradas e terranquins, que se fosse pôr perto do Forte de Queixome para que a nossa gente se viesse recolhendo ás embarcações antes que entregar-se aos inglezes, o que elle fez com muito cuidado, mas não devia de ser possivel ao Capitão do Forte fazer esta retirada, pois o não fez. E achando-se na defensão da entrada dos mouros, á Cidade, lhe deram uma espingardada n'uma perna, e depois de se recolher á Fortaleza o encarreguei de Capitão do baluarte Santiago, por ser o mais perigoso logar que a Fortaleza tinha, por causa das minas que só a este baluarte punham, e ahi foi queimado a primeira vez nos pés, mãos e rosto, do que esteve mal muitos dias, sem se poder bolir, e não estando ainda de todo são, o mandei fazer um forte na mina do baluarte Santiago, estando o muro já no chão com tres minas que lhe tinham feito, para que do Forte que fizesse contraminando duas minas com que os mouros já vinham outra vez commettendo o baluarte, o que elle fez com muito grande zêlo do serviço de Sua Magestade e esforço, atalhando não fossem as minas dos mouros por diante, defendendo o Forte de saccos por muitos dias, e na derradeira mina em que nos ganharam o dito baluarte foi elle a primeira pessoa que accudiu a defender, d'onde saíu ferido de quatro frechadas e uma lançada no rosto e uma

cutilada n'uma perna. E na propria tranqueira que lhe mandei fazer na ruina do baluarte lhe metteram os mouros polvora de baixo, a que deram fogo, sem da nossa parte haver damno, pela bondade de Deus. E em todas as mais occasiões que se offereceram fez inteiramente sua obrigação, não se refusando nunca a cousa alguma que lhe eu mandasse, do serviço de Sua Magestade, e na occasião do alevantamento que na Fortaleza houve contra mim, elle se me veiu offerecer, estando muito mal ferido, e pelo eu o ver n'aquelle estado o mandei recolher. E por me pedir a presente para justificação de seus serviços lha passei na verdade, e assim o juro aos Santos Evangelhos, e ser o signal abaixo meu, e vae sellada com o sêllo de que uso. Mascate, a 3 de julho de 622. = *Simão de Mello Pereira.*

SEXTO DOCUMENTO

From «Records relating to Persia», vol. I

Copie of the articles agreed w[th] the Chaune of Xiras, translated into English

1. Betweene vs & the English was this agreem[t] noe otherwaies then vpõ ou[r] words, first, That God giuinge vs the victory ouer ou[r] enemies that wee shall ouercome this Contrye & Cittye of Ormuz, the halfe of all that shall bee found w[th]in the Cittye, w[th]in the houses & w[th]in y[e] Castell shall remaine, the one half to vs, the other to y[e] English. Of any shall priuatly imbeazle any goods that the one shall suspect in y[e] other, that (for clearinge) they shall either of them take theire oathes on theire Lawes.

The gaine of the Alfandicae, &c., shalbe halfe y[e] English & half y[e] Persian.

2. God granting y[t] wee maye ou[r]come the Castell, that halfe English half Persians shall remã therin, the one to doe nothing w[th]out mutuall consent of y[e] other, till such time as I shall wright vnto the Kinge to at it into the hands of the English.

3. That y[e] shipps of y[e] Kinge or Chaune coming w[th] goods frõ India shalbe free from paying any ffraight or Custome, and likewise y[e] shipps & goods of the English, but if any marchants shall come vpõ the same shipps they shall not bee freed therof, and whatsoeeuer shipps of India or other places cominge to this side Ormus, shall paye y[e] foresaid duties, the one halfe of y[e] w[ch] gaines to remaine to vs, & the other to the English.

4. If any o[r] slaues or boyes shall flye vnto the English to become Christians, they shall not entertaine them and if the Christians, shall flye vnto vs that wee shall not cause them to become moors.

5. That all the Portes to India as Muscate & the rest vpō ye Sea Coast if wee shall ouercome them the halfe shalbe ours & the other halfe the Englishes.

6. Off those Castells wch wee shall ourcome, if the Captins therof shalbe ffrankes the English shall enioye the one halfe & wee the other, and such mint houses as shalbe taken shall haue the mony there coyned stāped wth ye name of the Kinge of Persia.

7. The shipps of the English eve longe as they shall remaine in warr that the exspense of ye shipps Pouder, shott &c. shalbe halfe vpon ye English & the other halfe vpon vs.

8. Soe longe as they shalbe in warr, that for Cattell, sheepe henns butter &c. shalbe guided halfe at the Charge of the English and the other halfe at our Charge.

9. That when the warrs shalbe fynished, yf thers shalbe any necessetye of seruise for defence of the Castell, that som of the English shipps shall remaine heere, and yt that Charge alsoe shalbe borne halfe by vs and halfe by ye English.

10. That the English shall make noe ananias vpon the mores, and that if any greate menn shall flye vnto the English to beecome Christ that they entertaine them not, and that if any English shall come vnto vs to become Mores yt wee shall returne them.

Ffor the Loue of ffreindshipp lett vs pforme these articles.

Acabou de imprimir-se

Aos 31 dias do mez de outubro do anno

M DCCC XCVI

NOS PRELOS DA

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

PARA A

COMMISSÃO EXECUTIVA

DO

CENTENARIO DA INDIA